



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

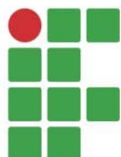


**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 063/2010, Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria/TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Rosana Cavalcante dos Santos

CONSELHEIROS

Conselheiro (a)	Representação
Deborah Virgynia Cardoso de Freitas	DOCENTE
Braulio de Medeiros Gonçalves	DOCENTE
Altemir da Silva Menezes	DISCENTE
Erisson Diniz da Silva	DISCENTE
Jailene Ribeiro Soares	TAE
Oséias Almeida de Souza	TAE
Daniel de Lima Gonçalves	EGRESSO
Maria Neves Santos da Silva	EGRESSO
Dausterneya Maciel	DIRETOR DE <i>CAMPUS</i>
Joel Bezerra Lima	DIRETOR DE <i>CAMPUS</i>
Rafael Barreto Almada	MEC
Eufraan Ferreira do Amaral	SETOR PÚBLICO - EMPRESA
Marco Antônio Brandão Lopes	SETOR PÚBLICO - ESTATAL
Welly Cristina de Oliveira Santos	SOCIEDADE CIVIL - ENTIDADE PATRONAL
Nei Sebastião Braga Gomes	SOCIEDADE CIVIL - ENTIDADE DOS TRABALHADORES
Cláudia Ferreira de Almeida	SOCIEDADE CIVIL - ENTIDADE DOS TRABALHADORES

REITORA *PRO TEMPORE*

Rosana Cavalcante dos Santos

CHEFE DE GABINETE REITORIA

Cícera Daniely de Souza Lira

PROCURADOR FEDERAL JUNTO AO IFAC

José Geraldo Benjamin dos Santos

AUDITOR-CHEFE INTERNO

Francisco Richely Florêncio da Silva

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ubiracy da Silva Dantas

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Daniel Farias Esteve

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Luis Pedro de Melo Plese

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Hévea Monteiro Maciel

OUVIDORIA

Raphael Nunes Nóe

ASSESSORIA ESPECIAL DA REITORIA

Fábio de Oliveira Storch

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Evaldo Pereira Ribeiro

DIRETORA SISTÊMICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Gírlen Nunes dos Santos

DIRETORA SISTÊMICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Taita Lima do Nascimento

DIRETOR SISTÊMICO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Jonas Francisco Ferreira

DIRETORA SISTÊMICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Jailene Ribeiro Soares

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* CRUZEIRO DO SUL

Marcondes de Lima Nicácio

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* RIO BRANCO

Paulo Roberto de Souza

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SENA MADUREIRA

Marcelo Helder Medeiros Santana

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* XAPURI

Joel Bezerra Lima

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* TARAUCÁ

Sérgio Guimarães da Costa Flórido

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Girlen Nunes dos Santos

Neiva Feitoza de Oliveira

Jefferson Wesley Souza da Silva

Esmaily Negreiros Peixoto

Francisco Richelly Florêncio da Silva

Ubiracy da Silva Dantas

Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio

Mario Santana da Silva

Daniel Faria Esteves

Luís Pedro de Melo Plese

Hévea Monteiro Maciel

Taita Lima do Nascimento

Jailene Ribeiro Soares

Jonas Francisco Ferreira

Raphael Nunes Nóe

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO RELATÓRIO

Neiva Feitoza de Oliveira

EQUIPE ORGANIZADORA DO RELATÓRIO

Divarcy de Moura Silva

Esmaily Negreiros Peixoto

Gírlen Nunes dos Santos

Iliane Tecchio

Jefferson Wesley Souza

Rejane Eiko Moribe Teixeira

Wenderson da Silva de Sousa

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLA

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
AFAC	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
AFT	Alunos Matriculados em Relação à Forma de Trabalho Docente
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AUDIN	Auditoria Interna
CBS	<i>Campus</i> Avançado Baixada do Sol
CCS	<i>Campus</i> Cruzeiro do Sul
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Código de Endereçamento Postal
CES	Câmara de Educação Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CIS/PCC-TAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos Administrativo em Educação
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
CND	Certidão Negativa de Débito
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDESAUD	Consulta de Desequilíbrio de Equação de Auditor
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
<i>CONNEPI</i>	Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação
CONSU	Conselho Superior
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CP	Conselho Pleno
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPAD	Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRB	<i>Campus</i> Rio Branco
CRF	Consulta Regularidade do Empregador
CSM	<i>Campus</i> Sena Madureira
CTC	<i>Campus</i> Tarauacá
CXP	<i>Campus</i> Xapuri
DARF	Documento de Arrecadação Fiscal
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
DIRGE	Diretoria Geral
DIROI	Diretoria de Obras e Infraestrutura

DOU	Diário Oficial da União
DSDIN	Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional
<i>DSGTI</i>	Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação
EAD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
<i>ENEM</i>	Exame Nacional do Ensino Médio
e-OUV	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESAF	Escola de Administração Fazendária
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
<i>ESR/RNP</i>	Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FONAI	Fórum Nacional de Auditorias Internas
FUFAC	Fundação Universidade do Acre
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GABIN	Gabinete Institucional
<i>GLPI</i>	Gestão Livre de Parque de Informática
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
<i>IFRO</i>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
<i>IMAP</i>	Internet Message Access Protocol (Protocolo de acesso a mensagem da internet)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEMO	Memorando
MPF	Ministério Público Federal
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBR	Norma Brasileira
OCI	Órgão de Controle Interno
<i>OCS</i>	Open Conference System
OUVID	Ouvidoria
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna

PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCDP	Processos de Concessão de Diárias e Passagens
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PIT	Plano Individual de Trabalho
PPA	Plano Plurianual
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROIN	Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PSL	Plano de Gestão de Logística Sustentável
RA	Relatório de Auditoria
RAINT	Relatório Anual de Auditoria Interna
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIFAC	Reitoria do Instituto Federal do Acre
RIT	Relatório de Trabalho Docente
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens
RP	Restos a Pagar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM-PR	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SEE	Secretaria de Estado de Educação
<i>SEFIN</i>	Seminário sobre Forma de Ingresso
SEME	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPN	Secretaria de Estado de Pequenos Negócios
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
<i>SIG</i>	Sistema Integrado de Gestão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

<i>SIGAA</i>	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
<i>SIGPROJ</i>	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
<i>SIGRH</i>	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
<i>Sinaes</i>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<i>SINAES</i>	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
<i>SINASEFE</i>	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
<i>SIORG</i>	Sistemas de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
<i>SIPAC</i>	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
<i>SIPES</i>	Simpósio Internacional de Pesquisa em Estilos de Vida e Saúde
<i>SISCOMEX</i>	Sistema Integrado de Comércio Exterior
<i>SISPI</i>	Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática
<i>SLTI/MPOG</i>	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<i>SMTP</i>	Simple Mail Transfer Protocol (Protocolo de transferência de correio simples)
<i>SPIUNET</i>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<i>SWOT</i>	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
<i>TAM</i>	Termo de Metas e Compromissos
<i>TCE</i>	Tribunal de Contas do Estado
<i>TCP-IP</i>	Transmission Control Protocol – Protocolo de Controle de Transmissão – (Internet Protocol - Protocolo de Internet)
<i>TCU</i>	Tribunal de Contas da União
<i>TI</i>	Tecnologia da Informação
<i>UFAC</i>	Universidade Federal do Acre
<i>UFAM</i>	Universidade Federal do Amazonas
<i>UFRN</i>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<i>UGE</i>	Unidade Gestora Executora
<i>UJ</i>	Unidade Jurisdicionada
<i>UNINORTE</i>	União Educacional do Norte
<i>UPC</i>	Unidade Prestadora de Contas
<i>UPC</i>	Unidade Prestadora de Contas
<i>VPA</i>	Variações Patrimoniais Aumentativas
<i>VPD</i>	Variações Patrimoniais Diminutivas
<i>ZEE</i>	Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IFAC	37
Figura 2 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino	38
Figura 3 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	39
Figura 4 - Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	40
Figura 5 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração	41
Figura 6 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão	42
Figura 7 - Mapa das Microrregiões do Acre	43
Figura 8 - Inovação IFAC	68
Figura 9 - Estrutura de Governança do Instituto Federal do Acre	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	23
Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	44
Quadro 3 - Ação/Subtítulos – OFSS	162
Quadro 4 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS	165
Quadro 5 - Ações do Orçamento de Investimento	166
Quadro 6 - Ações do Orçamento de Investimento	169
Quadro 7 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	172
Quadro 8 - Despesas por modalidade de contratação	174
Quadro 9 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores Acadêmicos	175
Quadro 10 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores Administrativos	179
Quadro 11 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores Socioeconômicos	180
Quadro 12 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores de Titulação do Corpo Docente - Fórmula de 2014	181
Quadro 13 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores de Titulação do Corpo Docente - Fórmula de 2015	181
Quadro 14 - Força de Trabalho do Instituto Federal do Acre	236
Quadro 15 - Distribuição da Lotação Efetiva	237
Quadro 16 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto Federal do Acre	238
Quadro 17 - Despesas do pessoal	239
Quadro 18 - Composição do quadro de estagiários	243
Quadro 19 - Contratação do pessoal de apoio	244
Quadro 20 - Deliberações do TCU Que Permanecem Pendentes de Cumprimento	273
Quadro 21 - Recomendações do OCI que foram cumpridas no exercício	274
Quadro 22 - Recomendações do OCI que permanecem pendentes de cumprimento	275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Macroprocessos Finalístico do Instituto Federal do Acre.....	48
Tabela 2 - Parcerias que o Instituto Federal do Acre realizou em 2015.....	50
Tabela 3 – Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão.....	59
Tabela 4 - Quantidade de Edital 06/2014 PROINP/IFAC em execução por campus.....	69
Tabela 5 - Quantidade de bolsa em função do programa institucional de iniciação científica implementadas em 2015.....	70
Tabela 6 - Quantidade de resumos por campus apresentados na V Semana de Iniciação Científica do IFAC.....	71
Tabela 7 - Projetos inscritos no Desafio de Ideias por área de conhecimento.....	73
Tabela 8 – Número de Projetos de Pesquisa e Pós-Graduação por Campus em andamento institucionalizados na PROINP.....	76
Tabela 9 - Convênios institucionais realizados pelo IFAC em 2015.....	78
Tabela 10 - Metas e ações planejadas e não executadas.....	81
Tabela 11- Capacitações dos servidores do Instituto Federal do Acre.....	83
Tabela 12 - Processos de Parcerias Institucionais.....	89
Tabela 13 - Parcerias firmadas em 2015.....	89
Tabela 14 - Oferta de vagas para cursos técnicos na modalidade EAD em 2015.....	99
Tabela 16 - Ofertas 2014 executadas em 2015 por regional.....	101
Tabela 17 - Pactuação 2015 (iniciada em dezembro para execução no primeiro semestre de 2016).....	102
Tabela 18 - Programa Mulheres Mil - Pronatec.....	102
Tabela 19 - Pronatec Serviços Públicos.....	103
Tabela 20 - Pronatec no Campo.....	104
Tabela 21 - Treinamentos realizados, em 2015, pela equipe de TI do IFAC.....	109
Tabela 22 – Oferta de Vagas e Cursos no campus Rio Branco em 2015.....	113
Tabela 23 - Acervo da biblioteca do Campus Rio Branco, exercício 2015.....	117
Tabela 24 – Ações realizadas pela assistência estudantil em relação aos auxílios estudantis, exercício 2015.....	117
Tabela 25 - Participação dos alunos do IFAC em eventos ao longo de 2015*.....	118
Tabela 26 – Oferta de cursos presenciais no Campus Avançado Baixada do Sol.....	120
Tabela 27 – Oferta de cursos à distância no Campus Avançado Baixada do Sol, ano letivo 2015.....	121
Tabela 28 - Turmas concluintes no Campus Avançado Baixada do Sol, ano letivo 2015.....	121
Tabela 29 – Projetos de extensão contemplados com recurso financeiro, ano de 2015.....	123
Tabela 30 – Projetos de extensão institucionalizados, em execução, ano de 2015.....	124
Tabela 31 – Balanço das capacitações realizadas pelos servidores no ano de 2015.....	124
Tabela 32 - Detalhamento dos bens patrimoniais – acervo bibliográfico.....	124
Tabela 33 - Oferta de Cursos do Campus Sena Madureira.....	127
Tabela 34 - Administração dos Auxílios Estudantis.....	129
Tabela 35 - Oferta de Cursos do Campus Tarauacá.....	131
Tabela 36 - Auxílios disponibilizados para os docentes no ano letivo 2015.....	132
Tabela 37 - Projetos de extensão institucionalizados, em execução, ano de 2015.....	134
Tabela 38 - Turmas concluintes no Campus Cruzeiro do Sul, ano letivo 2015.....	135
Tabela 39 - Matrículas efetivadas para Cursos Técnicos Integrados.....	137

Tabela 40 - Relação dos alunos do Curso Técnico em Administração – PROEJA.....	138
Tabela 41 - Matrículas efetivadas no SISTEC.	138
Tabela 42 - Cursos ofertados na modalidade técnico subsequente EAD, ano letivo 2015	139
Tabela 43 - Curso Superior de Tecnologia.....	139
Tabela 44 - Formação de Licenciados.....	139
Tabela 45 - Formação de Especialistas.	139
Tabela 46 - Projetos de extensão contemplados com recurso financeiro (R\$), ano de 2015.....	141
Tabela 47 - Projetos de extensão institucionalizados no Campus Cruzeiro do Sul no ano de 2015.....	142
Tabela 48 - Detalhamento dos bens patrimoniais – acervo bibliográfico.	144
Tabela 49 - Geral da Oferta de Vagas e Cursos no campus Xapuri em 2015.	145
Tabela 50 - Oferta de cursos presenciais no Campus Xapuri, ano letivo 2015.....	146
Tabela 51 - Oferta de cursos à distância no Campus Xapuri, ano letivo 2015.....	147
Tabela 52 - Turmas concluintes no Campus Xapuri, ano letivo 2015.	147
Tabela 53 - Tabela do serviço de Psicologia 2015	149
Tabela 54 - Biblioteca.	155
Tabela 55 - Projetos de Extensão - Campus Xapuri.....	156
Tabela 56 – Tipos de manifestações atendidas em 2015, por público.	196
Tabela 57 - Comparativo de atendimento por meio de contato – 2015.....	196
Tabela 58 - Atendimento de manifestações – 2015.....	199
Tabela 59 - Atendimento por modalidade – Acumulado/2015.	199
Tabela 60 - Tempo de resposta das manifestações em 2015.....	200
Tabela 61 - Desempenho financeiro no exercício.	210
Tabela 62 - Balanço Orçamentário.....	215
Tabela 63 - Balanço Financeiro.....	218
Tabela 64 - Balanço Patrimonial.	220
Tabela 65 - Revisão Analítica do Ativo.	224
Tabela 66 - Revisão Analítica-Passivo Circulante e Não Circulante.	225
Tabela 67 - Demonstração das variações patrimoniais.	227
Tabela 68 - Revisão Analítica – VPA.	229
Tabela 69 - Revisão Analítica – VPD.	230
Tabela 70 - Demonstração do fluxo de caixa.	232
Tabela 71 – Frota de Veículos Próprios.	247
Tabela 72 – Frota de Veículos Locados.	249
Tabela 73 – Custos Associados à Manutenção.....	249
Tabela 74 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial de Propriedade da União.	250
Tabela 75 – Imóveis de Propriedade do Instituto Federal do Acre.	251
Tabela 76 – Contratos de Concessão de Uso de Espaço.	252
Tabela 77 – Locação de Imóveis.	252
Tabela 78 – Obras relacionadas às atividades fim.....	253
Tabela 79 – Cursos demandados pelos servidores de TI.....	256
Tabela 80 – Quantidade de Servidores de TI por unidade do IFAC.	257
Tabela 81 – cronograma das implantações do SIGAA, SIPAC e SIGRH.	264
Tabela 82 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015.....	268
Tabela 83 – Situação das recomendações da Auditoria Interna do IFAC no exercício.	292

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos no IFAC Empreendedor por área de atuação	74
Gráfico 2 - Quantitativo de Chamados Técnicos Mensal – 2015.	111
Gráfico 3 - Quantitativo de Chamados Técnicos por Unidade do IFAC – 2015.	112
Gráfico 4 - Número de Chamados Técnicos de acordo com o status – 2015.	112
Gráfico 5 - Pedidos de informação – por mês	201
Gráfico 6 - Avaliação do Atendimento.	203
Gráfico 7 - Avaliação do Tempo de Resposta	204
Gráfico 8 - Satisfação diante da Ouvidoria/IFAC	204
Gráfico 9 - Recomendações a outras pessoas sobre a Ouvidoria/IFAC	205

SUMÁRIO

1 Visão Geral da Unidade.....	23
1.1 Finalidades e competências	24
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade... 26	
1.3 Ambiente de Atuação	29
1.4 Organograma	35
1.5 Macroprocessos finalísticos.....	47
2. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional..52	
2.1 Planejamento Organizacional	52
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	158
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	160
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros.....	160
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados e outros planos.....	161
2.3 Desempenho Orçamentário	161
2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	161
2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	161
2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	171
2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	171
2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	172
2.4 Execução descentralizada com transferência de recursos	174
2.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	174
2.5 Informações sobre a realização das receitas	174
2.6 Informações sobre a execução das despesas.....	174
2.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pag. do gov. federal.....	175

2.8 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	175
2.8.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	175
2.9 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos....	182
3 Governança.....	184
3.1 Descrição das estruturas de governança	184
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna	187
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	190
3.4 Gestão de riscos e controles internos.....	191
3.5 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	192
4. Relacionamento com a Sociedade	194
4.1 Canais de acesso do cidadão.....	194
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	201
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	202
4.4 Mecanismos de transp. das infor. relevantes sobre a atuação da unidade.....	206
4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	207
5. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....	210
5.1 Desempenho financeiro no exercício	210
5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	213
5.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	213
5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	214
6. Áreas Especiais.....	235
6.1 Gestão de Pessoas.....	235
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	236
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	239
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	241
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	243

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	246
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	246
6.2.1 Gestão da frota de veículos.....	247
6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	249
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	250
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e ent. púb. ou privadas.....	252
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	252
6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	253
6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	253
6.3.1 Principais sistemas de informações.....	261
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	269
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	270
7. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.....	273
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	273
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	274
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.....	378
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	378
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	378
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	379

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Acre (IFAC) cumpre os princípios da Administração Pública e demais determinações reguladoras e normativas, em especial a Instrução Normativa – TCU n.º 72, de 15 de maio de 2013, e norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes da Administração Pública Federal.

Neste relatório está a síntese dos resultados das ações empreendidas pelo IFAC no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como demonstrar a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição em 2015. Criado mediante a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal do Acre faz parte da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, e desenvolve suas atividades por meio da Portaria Ministerial n.º 1.065, de 13 de novembro de 2007.

O presente relatório é composto pela Identificação da Unidade Jurisdicionada, finalidades, competências institucionais, macroprocessos finalísticos e de apoio, relacionamento do IFAC com a comunidade, ambiente de atuação, Planejamento das ações e resultados alcançados, estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos, execução do plano de metas, avaliação dos controles internos, programação orçamentária e financeira.

Este relatório contempla informações sobre gestão de pessoas, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, gestão de tecnologia da informação, e licitações sustentáveis, informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna, Resultados dos indicadores de Gestão – Acórdão TCU n.º 2.267/2005 e informações complementares, referente ao exercício de 2015. No âmbito da estrutura organizacional e de funcionamento, o IFAC está disciplinado em seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Superior através da Resolução n.º 187/2014 – CONSU-IFAC, de 25 de julho de 2014.

Em 2015, ao completar cinco anos de criação, o Instituto Federal do Acre enfrentou situações atípicas, como o contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União, além de um movimento grevista em nível nacional. Mesmo com essas dificuldades, o IFAC desenvolveu ações que determinaram o cumprimento das metas programadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFAC/2014-2018).

Na área do Ensino, por exemplo, o IFAC atingiu o resultado de 13,52 no Indicador Relação Candidato/Vaga, do Acórdão TCU n.º 2.267/2005, média ponderada dos seis *campi* que compõem a Instituição. Em números absolutos foram 17.232 candidatos que disputaram 1.275 vagas ofertadas, o que demonstra, no geral, significativo interesse da população pelos cursos oferecidos em nossas unidades.

Ao longo do exercício, o IFAC teve sete cursos superiores avaliados pelo Ministério da Educação, em cumprimento a Lei 10.861/2004. Destes, dois tiveram suas respectivas Portarias de Reconhecimento publicadas e, os outros cinco cursos, estão em fase final de avaliação.

Com o objetivo de fortalecer a avaliação institucional interna, foi empossada a primeira Comissão Própria de Avaliação (CPA) que realizou a primeira avaliação interna, ouvindo docentes, técnicos administrativos e discentes, cujos resultados constarão no Relatório Preliminar de Autoavaliação, em fase de finalização.

A oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos superiores foi objeto de debate do 1º Seminário de Avaliação da Oferta, no qual os *campi* discutiram suas características, finalidades, condições de funcionamento e reavaliaram suas ofertas para o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Com o objetivo de fortalecer a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foram empossados os membros eleitos, iniciada a revisão do Regimento Interno da CPA e do Projeto de Autoavaliação Institucional. Estas ações contribuíram para a realização da autoavaliação institucional e da elaboração do Relatório de Preliminar de Autoavaliação. Mediante a Resolução CONSU/IFAC n.º 086/2015 foram aprovados o Regimento Interno da CPA e a elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional do IFAC.

Com relação à titulação de Técnicos Administrativos e Docentes, o IFAC realizou, em 2015, três convênios institucionais para oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*: o primeiro com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), no MBA em Governança Pública e Gestão Administrativa; o segundo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), para a oferta de 14 vagas no Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas/Acre (MPGAP/Acre); e o terceiro com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Amazonas (IFAM), que viabilizou 12 vagas específicas para servidores Docentes e Técnicos Administrativos no Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico/Acre (MPET/Acre).

Na área da Pesquisa e Inovação foi criado o Cartão Pesquisa IFAC, em parceria com o Banco do Brasil, que tem como objetivo destinar recursos de auxílio a projetos aprovados por meio do Edital n.º 06/2014. Essa é a primeira experiência no Acre, tornando o IFAC e o Banco do Brasil pioneiros na emissão desse tipo de cartão. A criação e funcionamento do Cartão Pesquisa possibilitaram ao IFAC atingir a meta de incremento em 5% no auxílio financeiro a projetos de pesquisa prevista no PDI-IFAC/2014-2018.

Ainda no âmbito da Pesquisa e Inovação, foram oferecidos auxílios a projetos, em seleção ocorrida em 2015, para financiar 36 projetos de pesquisa com bolsas de Iniciação Científica, além de realizar, na Pós-Graduação, a institucionalização de 22 projetos de pesquisa e 67 projetos que se encontram em andamento nos *campi*.

Durante o exercício anterior, foram desenvolvidas, na área da Extensão, ações de apoio às atividades desenvolvidas dentro do Pró-Cultura e Pró-Esporte, com a abertura de editais para 50 projetos, dos quais 43 contemplados com bolsas. Na área da Extensão Tecnológica foram aprovados 23 projetos; na área da Cultura, 14 projetos aprovados; e nas áreas do Esporte e Lazer, 06 projetos aprovados. No total foram contemplados 36 alunos-bolsistas nos cursos superiores e ensino técnico.

No período de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2015, o Acre sediou o maior evento da Rede Federal de Educação Profissional, o X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação – X CONNEPI, organizado pelo IFAC mediante a Comissão Organizadora. O evento contou com a participação de mais de dois mil congressistas entre estudantes, professores, técnicos administrativos, pesquisadores, empreendedores de Institutos Federais de quase todo o Brasil, além de Universidades.

Os números mostram a dimensão que o evento alcançou: foram aceitos 1.394 artigos científicos para publicação, e desses, apresentados 832 no formato pôster, oral e por web conferência durante o evento. Na Mostra Tecnológica foram apresentados 53 trabalhos na forma de protótipo, processo ou serviço e, no Desafio de Ideias, 32 equipes concorreram. Pelo palco do CONNEPI Cultural passaram 115 estudantes e servidores do IFAC envolvidos em apresentações artísticas e mais 53 de outros Institutos Federais do Norte e Nordeste. Além dessas atividades, minicursos, palestras e seminários foram realizados simultâneos.

Na área de Capacitação de Servidores foram realizadas 51 ações correspondendo a 286 certificações, conforme metas do Plano Anual de Capacitação 2015. As ações foram iniciadas em maio de 2015, após a aprovação pelo Conselho Superior. Além da capacitação de

servidores, o IFAC teve ampliado o seu quadro de pessoal o que contribuiu para os resultados positivos em 2015: foram nomeados e empossados 60 Docentes e 136 Técnicos Administrativos em Educação, totalizando 196 novos servidores para atuarem nos diversos setores do IFAC. Comparado ao exercício anterior, houve um acréscimo de 50% no quadro de pessoal efetivo.

Desde a sua implantação, o IFAC tem desenvolvido ações que contribuem para a oferta de cursos que atendem às demandas por profissionais qualificados. Com mais de quatro mil alunos matriculados nos diversos cursos oferecidos nos 22 municípios, desde a Educação a Distância (EaD) aos cursos presenciais, a Instituição contribui com o desenvolvimento do Estado. Hoje são seis *campi* instalados nas 5 regionais com atuação em parceria com os Arranjos Produtivos Locais, fortalecendo a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Acre.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO I

VISÃO GERAL DA UNIDADE

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação – MEC		Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre			
Denominação Abreviada: IFAC			
Código SIORG: 094427		Código LOA: 26425	Código SIAFI: 26425
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 0.918.674/0001-23	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico		Código CNAE: 854	
Telefones/Fax de contato:	(68) 2106-6834	(68) 2106-6855	(68) 2106-6863
Endereço Eletrônico: reitoria@ifac.edu.br			
Página na Internet: www.ifac.edu.br			
Endereço Postal: Rua Coronel José Galdino, 495, Bosque, Rio Branco – Acre. CEP: 69.900-640			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A criação do IFAC foi estabelecida pela Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, cuja finalidade é ofertar formação e qualificação profissional em diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A organização e funcionamento são disciplinados pelo Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, normatizado pela Resolução n.º 187, de 25 de julho de 2014, publicada no Boletim Extraordinário n.º 43, páginas 5 e 6 de 28 de julho de 2014.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
152293	IFAC <i>Campus</i> Rio Branco		
	IFAC <i>Campus</i> Avançado Baixada do Sol		
152295	IFAC <i>Campus</i> Sena Madureira		
	IFAC <i>Campus</i> Tarauacá		
152294	IFAC <i>Campus</i> Cruzeiro do Sul		
152296	IFAC <i>Campus</i> Xapuri		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158156	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26425	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158156		26425	

1.1 Finalidades e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), instituída mediante a Lei N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O IFAC é constituído por 07 (sete) unidades, sendo elas: 1) Reitoria com sede em Rio Branco; 2) *Campus* Rio Branco; 3) *Campus* Rio Branco Avançado Baixada do Sol; 4) *Campus* Xapuri; 5) *Campus* Sena Madureira; 6) *Campus* Tarauacá; 7) *Campus* Cruzeiro do Sul.

No âmbito de sua atuação, o IFAC apresenta as seguintes finalidades e características previstas em seu Estatuto, descritas na Resolução nº 187/2014:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre dispõe de Estatuto aprovado pela Resolução N.º 187, de 25 de julho de 2014. O IFAC, em sua atuação, observa os princípios norteadores, a saber:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- VI. organização administrativa que possibilite aos diversos *campi*, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e formações resultantes do processo de ensino, pesquisa e extensão.

O IFAC tem suas atividades norteadas pela ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica de qualidade, de forma continuada, em diversos níveis e modalidades de ensino, com incentivo à pesquisa aplicada e às atividades de extensão, com foco para o empreendedorismo, ética e responsabilidade social, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Nessa perspectiva, a Instituição desenvolve a formação e a qualificação de profissionais no âmbito da educação básica, técnica e tecnológica, realizando também pesquisa aplicada e inovação tecnológica, em articulação com os setores produtivos e a sociedade local e regional, para o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, além de oferecer mecanismos para a educação continuada.

Para cumprir com suas finalidades e objetivos, o IFAC atua na oferta da educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; oferece cursos superiores conforme prevê a Lei nº 11.862/2008; ministra cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; realiza pesquisas aplicadas estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolve atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica.

Em consonância com a lei 11.892 de 29/12/2008, o IFAC tem os seguintes objetivos descritos no seu Estatuto, Resolução 187/2014:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal do Acre é uma autarquia federal, criada pela Lei n.º 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008, no âmbito do Ministério da Educação, com o objetivo de gerar e fortalecer condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico do estado do Acre.

O foco da Instituição é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como, a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Assim, devendo responder de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento do IFAC:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei n.º 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei n.º 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Lei n.º 10.973/2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
- Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 – Institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei n.º 8.948/1994 – Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências;
- Lei n.º 9.394/1996 – Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei n.º 9.795/1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei Orçamentária Financeira Anual n.º 13.115, de 20 de abril de 2015 – Publicada no DOU de 22.4.2015;
- Decreto n.º 2.208/1997 – Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto n.º 2.494/1998 – Regulamenta o artigo 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).
- Decreto n.º 5.154/2004 – Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;

- Decreto n.º 5.478/2005 – Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA;
- Decreto n.º 5.773/2008 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Decreto n.º 8.580, de 27 de novembro de 2015 – Altera o Decreto n.º 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015;
- Resolução n.º 4/1999 CEB – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Parecer n.º 1.070/1999 CES – Estabelece critérios para autorização e reconhecimento de cursos de instituições de ensino superior;
- Parecer n.º 10/2000 CEB – Providências do CNE/CEB para orientar os Conselhos Estaduais de Educação sobre procedimentos para implantar a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Parecer n.º 16/1999 CEB – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Parecer n.º 17/1997 CEB – Estabelece as Diretrizes Operacionais para Educação Profissional em Nível Nacional;
- Parecer n.º 29/2002 CP – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico;
- Parecer n.º 436/2001 CES – Homologado em 5 de abril de 2001 e publicado em 6 de abril de 2001 no DOU, disciplina sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos;
- Parecer n.º 583/2001 CES – Orienta para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação;
- Parecer n.º 776/1997 CES – orienta para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação;

- Portaria n.º 1.465/2001 MEC – estabelece critérios e procedimentos para o processo de credenciamento de instituições de educação superior do sistema federal de ensino;
- Portaria n.º 2.051/2004 MEC – regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.

1.3 Ambiente de Atuação

O Instituto Federal do Acre criado pela Lei 11.892/2008, bem como os demais institutos federais de educação profissional e tecnológica, tem suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica. A rede federal é constituída por 38 institutos, com 562 *campi* distribuídos por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

Os Institutos Federais acentuam a valorização da educação, subsidiando e consolidando a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Além disso, assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Os *campi* revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias, capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros e promover o desenvolvimento local e regional.

Cabe salientar que o IFAC está presente nas 5 (cinco) microrregiões do estado do Acre, trabalhando de forma regionalizada com eixos que fortalecem as potencialidades locais. As regionais do estado do Acre são divididas em: Purus, Baixo Acre, Alto Acre, Juruá e Tarauacá-Envira.

Regional Purus

Na Regional Purus, o IFAC está instalado no município de Sena Madureira e atende aos demais municípios desta regional, que são Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus. Na área educacional, Sena Madureira é assistido pelos sistemas estadual e municipal de ensino, que ofertam a educação básica, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Conforme dados do IBGE (2012), Sena Madureira dispõe de três escolas de ensino médio e também um núcleo da Universidade Federal do Acre, que oferece atualmente dois cursos superiores de Licenciatura, História e Geografia, ofertando 80 vagas no total.

Em Sena Madureira, o IFAC oferta dois cursos de nível superior e turmas de cursos técnicos integrados e subsequentes. A oferta de cursos técnicos também ocorre por meio do programa PRONATEC viabilizado pelos *campi* do IFAC e pelo Instituto Dom Moacir.

A Análise SWOT (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) do *Campus* Sena Madureira, apresenta os seguintes resultados:

- Ambiente interno
 - Forças
 - Visível melhora do resultado de aprendizagem dos alunos a partir do 1º ano de IFAC;
 - Ações de pesquisa e extensão;
 - Qualidade na infraestrutura do *campus*;
 - Política de Assistência estudantil;
 - Docentes pós-graduados ensejando ensino de qualidade;
 - Motivação da equipe de trabalho;
 - Qualificação dos servidores;
 - Existência de servidores técnicos nas diferentes áreas;
 - Parcerias do IFAC com outras Instituições.
 - Fraquezas
 - Material didático insuficiente;
 - Inexistência de áreas experimentais e laboratórios para melhor formação dos alunos;
 - Falta de manutenção de equipamentos didáticos e de transporte;
 - Não oferta de alimentação escolar;
 - Sistemas de informações deficientes;

- Interrupções do calendário com movimentos paredistas;
 - Falta de fluxos em processos;
 - Altos índices de evasão;
 - Servidores não e/ou poucos capacitados para as respectivas lotações;
 - Cultura organizacional ainda em consolidação.
- Ambiente Externo
 - Oportunidades
 - Proximidade da capital;
 - Empresários já consolidados em áreas específicas;
 - Constante crescimento populacional regional;
 - Agronegócios fortes, consolidados e em crescimento;
 - Mercado local com grande demanda para absorção de alunos egressos.
 - Ameaças
 - Contingenciamento no orçamento;
 - Outras instituições oferecendo os mesmos cursos (PROEJA);
 - Não conclusão da obra do prédio do campus;
 - Não aceitação das ações de pesquisa e extensão do IFAC pelos empresários locais ou pelo poder público;
 - Instabilidade e insuficiência de fornecimento de energia;
 - Instabilidade e insuficiência de serviços de telecomunicação;
 - Carência de infraestrutura básica da região;
 - Alta dependência de políticas Assistencialista;
 - Baixa assistência técnica, financeira e negócios voltados à agricultura familiar;
 - Aspectos climáticos interferem na economia da região.

Regional Baixo Acre

A Regional Baixo Acre, conforme dados do IBGE (2014), possui uma cultura diversificada e é responsável por boa parte da produção estadual. Entre as culturas apontadas destacam-se o rebanho de bovinos, equinos, bubalinos, ovinos e galináceos que representam, respectivamente, metade do rebanho do estado. Destacam-se, ainda, a produção de codornas,

a produção de leite de vaca, ovos de galinha, ovos de codorna e a produção de mel, consolidando a região como uma das mais importantes para a pecuária no estado.

Seguindo o mesmo caminho da pecuária, a piscicultura, na regional, se apresenta bastante diversificada e é responsável por grande parcela da produção estadual. A implantação do Complexo Industrial do Peixe impulsionou e difundiu esta atividade econômica com grande potencial na produção de ração e criação de peixe. Exceto as produções de pacu, matrinxã e outros peixes e alevinos, as demais produções da região representaram no ano de 2013 mais da metade produtiva do estado.

Oportunidades da Regional do Baixo Acre:

- Localização geográfica privilegiada;
- Disponibilidade de modal de transporte rodofluvial;
- Grande área disponível para produção agrícola e pecuária;
- Ponto de integração do mercado regional com acesso aos portos do pacífico possibilitando a ampliação de mercado.

Desafios da Regional do Baixo Acre

- Modernização e profissionalização do processo produtivo para ampliação da oferta e maior competitividade por meio da:
 - Inovação tecnológica;
 - Diversificação da produção e de mercados;
 - Atração e consolidação de investimentos;
 - Melhoria da qualidade de educação.

Regional do Alto Acre

A Regional do Alto Acre está localizada no Sul do estado e abrange os municípios de Brasiléia, Eпитaciolândia, Xapuri e Assis Brasil. No tocante ao aglomerado urbano, Brasiléia junto com Eпитaciolândia e a cidade boliviana de Cobija, forma um “contínuo urbano” de aproximadamente cinquenta e oito mil habitantes. No âmbito macrorregional, caracteriza-se como a segunda área com maior expressividade da vida urbana na Amazônia-acreana. Isto

reflete na tendência da firmação de um centro comercial em territórios binacionais, do qual a cidade boliviana é uma “zona de livre comércio”.

Sob o ponto de vista geográfico caracteriza-se por floresta densa, onde sobressai uma flora diversificada e importantes espécies. Aliado a isso, a participação política e efetiva dos trabalhadores em sindicatos rurais, cooperativas e associações, demonstra uma região bastante suscetível a projetos alternativos de desenvolvimento sustentável.

No Território do Alto Acre encontram-se instaladas estruturas de beneficiamento da produção agroextrativista, constituindo as cadeias produtivas da pecuária, madeira, produtos florestais não madeireiros e produção agroflorestal da agricultura familiar.

Regional do Juruá

O Vale do Juruá é formado pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. A regional correspondente a uma área de 31.942KM² o que representa 19,51% da área do estado do Acre e sua população de 131.505 habitantes representa aproximadamente 18% da população do estado, segundo dados da Secretaria Estadual de Planejamento. Trata-se de uma área fronteira com a República do Peru, na costa oeste, sendo que suas terras estendem de norte a sul do estado.

No Vale do Juruá cerca de metade de todo o rebanho bovino encontra-se distribuída em propriedades com até 100 cabeças, significando mais de 95% do número de propriedades (2.183 propriedades) envolvidas com atividade pecuária. Outras grandes 107 propriedades abrigam a outra metade do rebanho territorial. Na agricultura da região, o cultivo de mandioca para a produção de farinha, é a atividade mais produtiva e rentável, com valores de quase duas toneladas e cerca de três mil reais por hectare.

No Território do Juruá o extrativismo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros é amplamente praticado e constitui-se em importante fonte de renda para milhares de famílias.

Outra atividade bastante explorada no território é a exploração de madeira de espécies nobres, como a cerejeira e o cumaru ferro, e madeiras “brancas” como a samaúma, que são exploradas em alta intensidade, muitas vezes de forma clandestina e ilegal.

A produção pesqueira vem sendo realizada pelas colônias de pescadores nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, com cerca de 1.200 pescadores. Nas associações de pescadores de Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, estão

vinculados 200, 300 e 500 pescadores, respectivamente, que realizam pesca artesanal no Rio Juruá e seus afluentes, com duas finalidades: a comercialização do pescado e o consumo pelas comunidades para obtenção de proteína animal.

No Território do Juruá o turismo é a principal atividade não agrícola que movimentava a economia dos municípios. O Parque Nacional da Serra do Divisor possui enorme potencial ecoturístico, com seus rios, lagos, trilhas, mirantes, corredeiras e cachoeiras. O turismo religioso também leva, anualmente, milhares de pessoas ao território.

Regional Tarauacá-Envira

Conforme dados apresentados no Censo Demográfico do IBGE (2010) disponíveis no “Acre em Números” (2013), a regional Tarauacá/Envira que abrange os municípios de Feijó, Jordão e Tarauacá, abriga uma população de 77.579 habitantes, da qual 38.259 encontram-se nas zonas urbanas e 36.032 nas zonas rurais dos referidos municípios, sendo que 7.388 são povos indígenas das etnias Ashaninka, Shanenawa, Kulina, Kaxinawá, Katukina e Yawanawá distribuídos em 96 aldeias.

Este cenário indica que a população desta regional necessita de políticas públicas diferenciadas, voltadas para atender as especificidades locais. Nesse caso, há necessidade de cursos voltados para a educação do campo que tenham estreita relação com os saberes próprios de camponeses ou indígenas, a fim de permitir a oferta de uma educação mais contextualizada com a vivência de grande parte dos povos que habitam essa regional.

De acordo com o Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE do Estado do Acre, a Regional de Tarauacá/Envira apresenta vocação para o desenvolvimento de atividades agroflorestais, sendo caracterizada como uma zona de uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental em área de reordenamento territorial.

Os municípios que compõem esta regional possuem características específicas no tocante aos aspectos populacionais, seja da origem camponesa e/ou indígena, bem como o uso dos recursos naturais.

O Eixo Recursos Naturais, sendo definido como vocação para o campus Tarauacá, é coerente com o perfil socioeconômico da regional. A tendência será prática voltada para Agricultura, considerando as potencialidades espaciais favoráveis ao desenvolvimento de culturas variadas, em razão da situação climática e manancial hídrico da região. A ideia de Extrativismo Florestal também é favorecida haja vista a imensa área silvestre com culturas

extremamente apreciadas nas outras regiões do país, por exemplo, o açaí e a castanha-do-Brasil, que são potencialidades a serem aproveitadas, maximizadas através de técnicas de sustentabilidade e inovações tecnológicas.

1.4 Organograma

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro no Acre, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFAC é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada por *campus* e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Conforme o Estatuto no seu artigo 7º, publicado na Resolução nº 187/2015, a organização geral do IFAC compreende:

I. Órgãos Colegiados:

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes.

II. Órgãos Executivos:

- a) Reitoria;
 - 1. Gabinete da Reitoria.
- b) Pró-Reitorias:
 - 1. Pró-Reitoria de Administração;
 - 2. Pró-Reitoria de Ensino;
 - 3. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
 - 4. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
 - 5. Pró-Reitoria de Extensão.
- c) Diretorias Sistêmicas; e

d) Diretorias-Gerais dos *campi*.

III. Órgãos de Controle e Assessoramento:

- a) Ouvidoria;
- b) Auditoria Interna;
- c) Procuradoria Federal;
- d) Comissão Própria de Avaliação;
- e) Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- f) Comissão Interna de Supervisão;
- g) Comissão Permanente de Licitação;

IV. *Campi*, que para fins da legislação educacional, são considerados sedes.

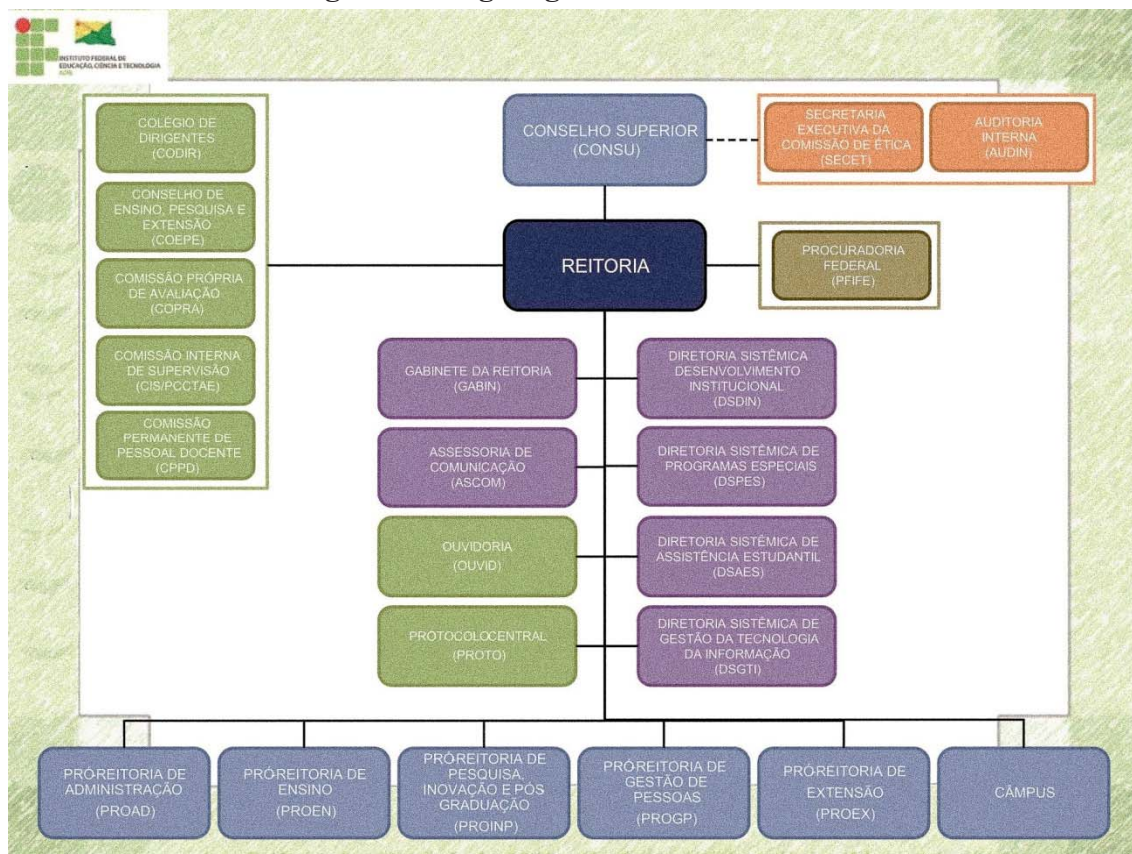
A Reitora compete representar o Instituto Federal do Acre, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

O Gabinete da Reitoria é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

A Ouvidoria (OUVID) é um canal de comunicação, controle e participação social da comunidade interna (servidores, alunos e terceirizados) ou externa (ex-alunos e comunidade em geral, usuários dos serviços do IFAC) junto às instâncias administrativas e pedagógicas do instituto, visando à melhoria dos processos institucionais e o aperfeiçoamento dos processos democráticos.

A Auditoria Interna (AUDIN) é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal do Acre e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

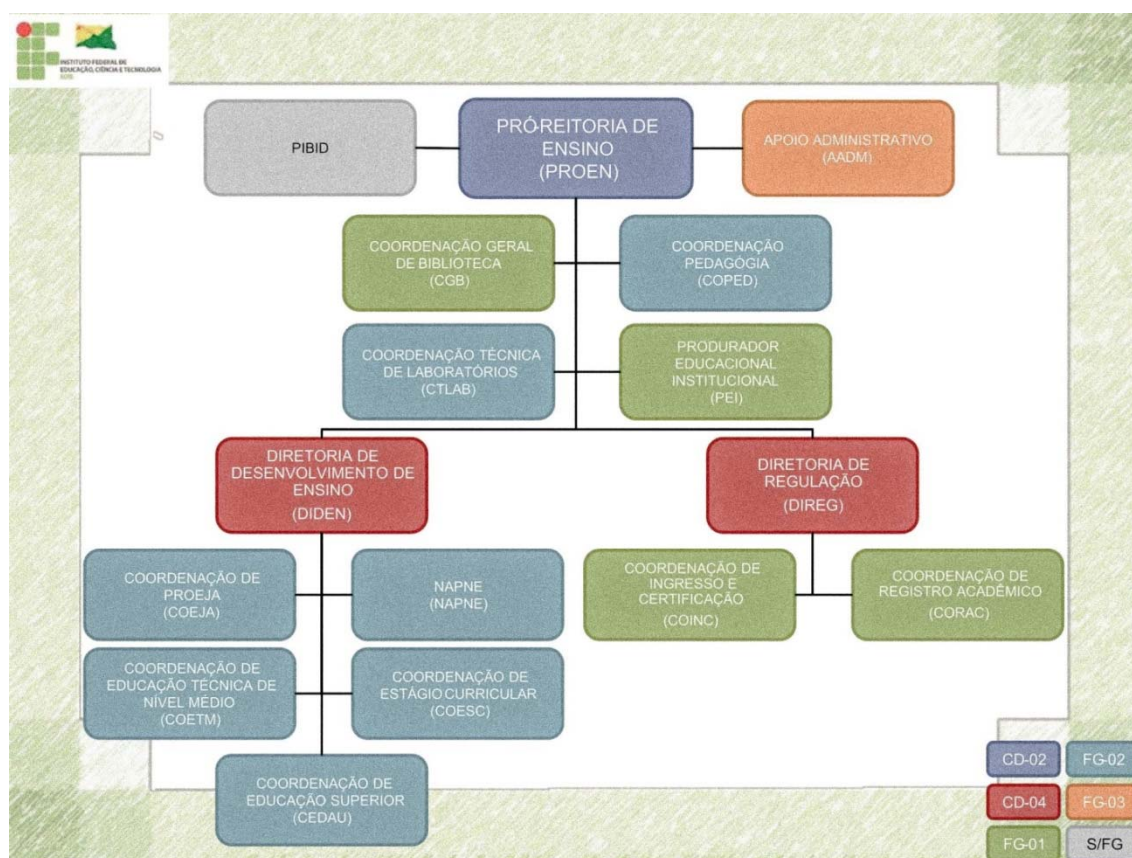
Figura 1 - Organograma Geral do IFAC.



Fonte: Resolução nº 21/2015.

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino de graduação, de pós-graduação articuladas à pesquisa e à extensão.

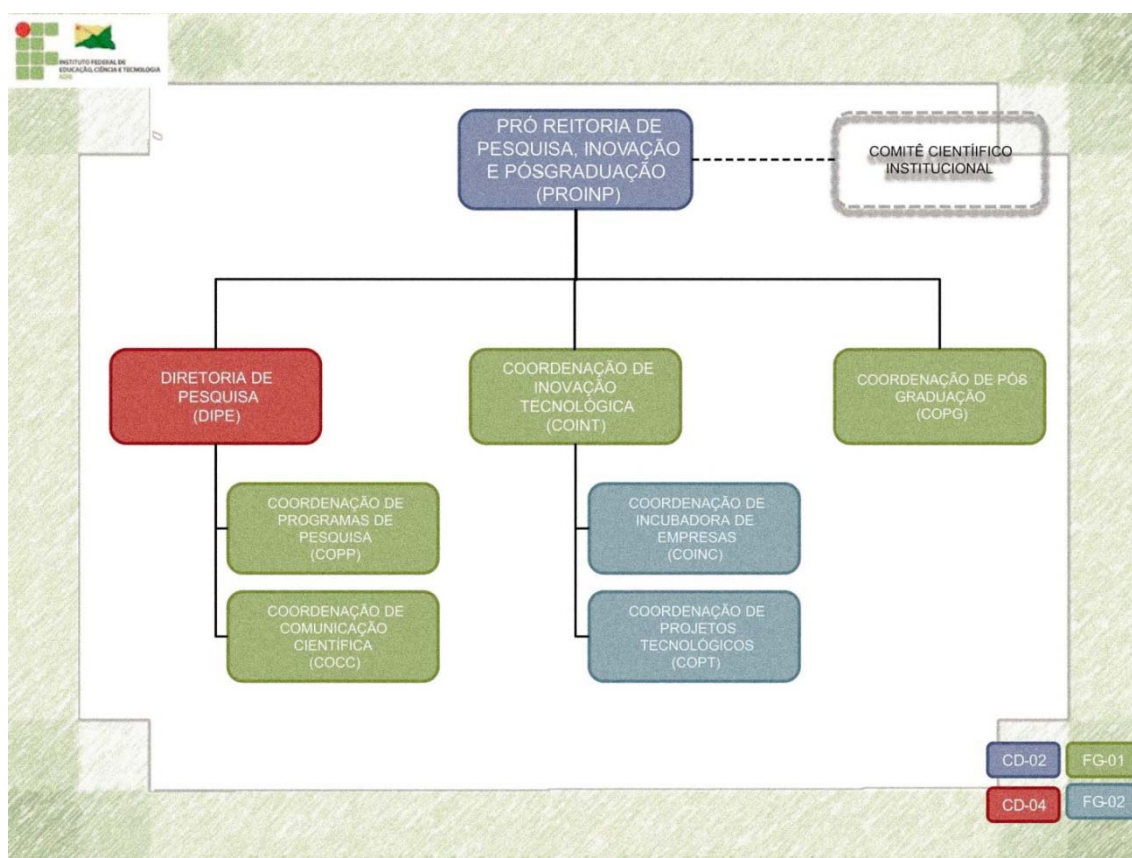
Figura 2 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino.



Fonte: Resolução nº 21/2015.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa integrada ao ensino e extensão tecnológica, bem como, promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e inovação.

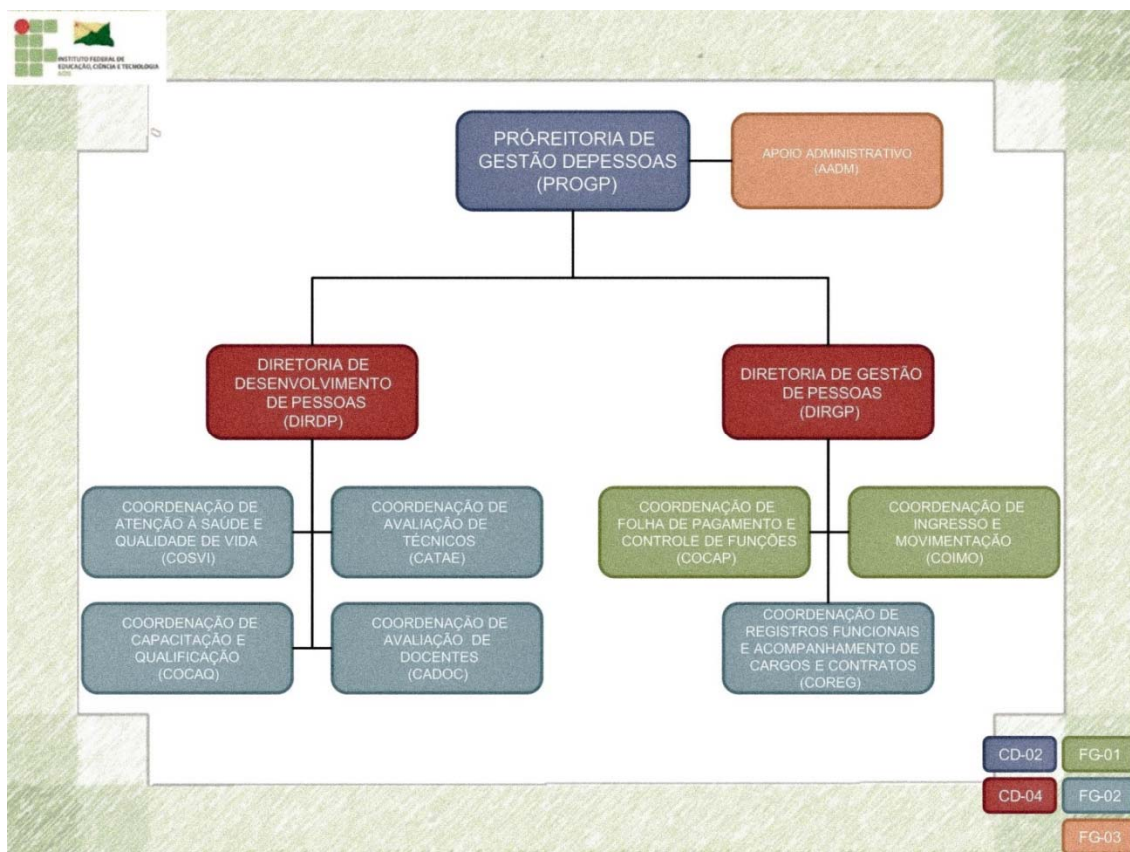
Figura 3 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.



Fonte: Resolução nº 21/2015.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGP) é o órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações de administração e desenvolvimento do pessoal docente e técnico-administrativo por meio do acompanhamento sistemático dos servidores e da oferta de programas de capacitação e qualificação.

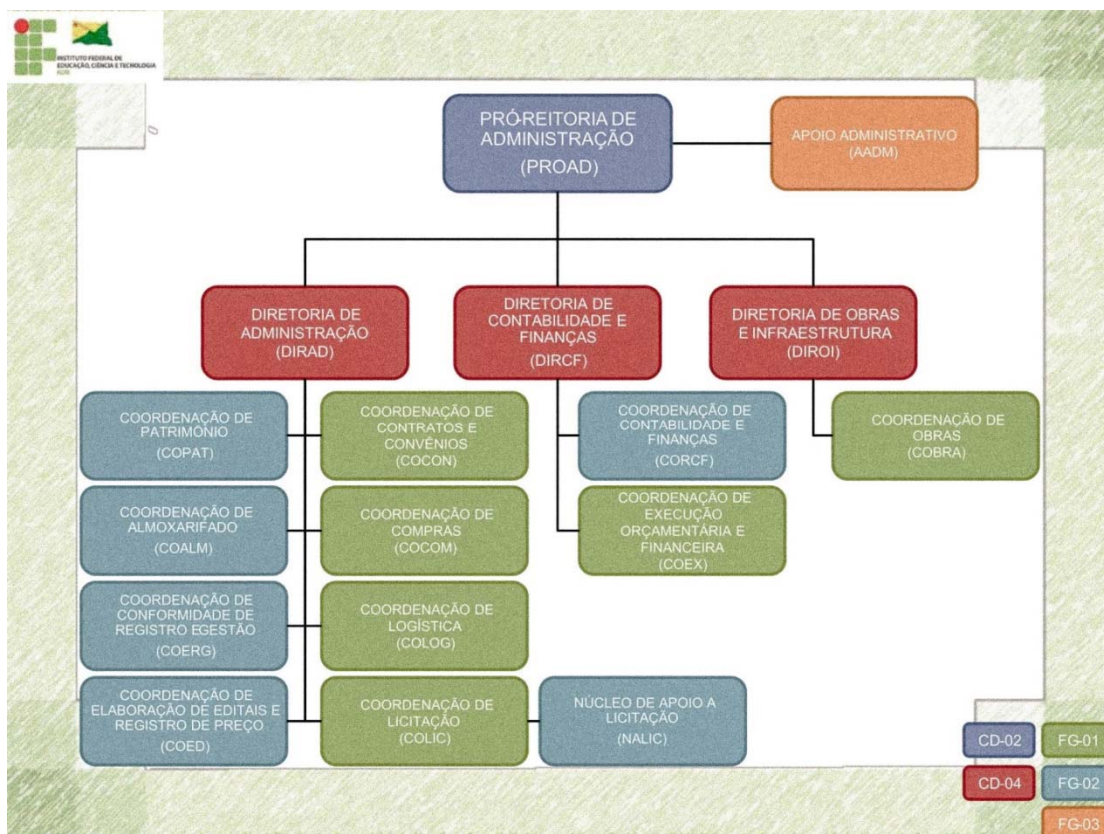
Figura 4 - Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.



Fonte: Resolução nº 21/2015.

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades de administração e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Atua também na orientação e controle das atividades ligadas às obras de recuperação, ampliação, manutenção e melhoramento do espaço físico, e na elaboração e acompanhamento da execução do plano diretor de infraestrutura da instituição.

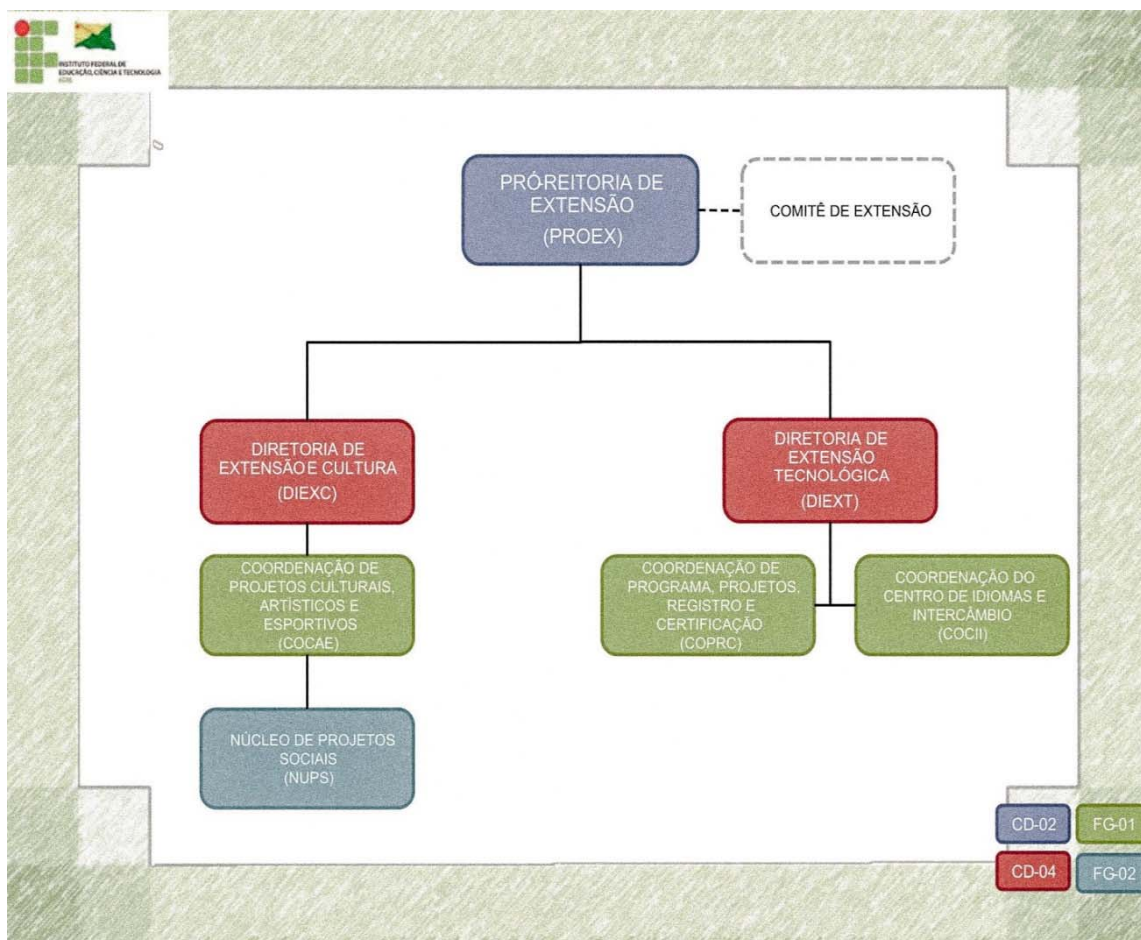
Figura 5 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração.



Fonte: Resolução CONSU/IFAC nº 21/2015.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é o órgão responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar, promover e acompanhar as atividades e as políticas de extensão e relações com a sociedade e interlocução com o setor produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos e organizações sociais.

Figura 6 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão.



Fonte: Resolução CONSU/IFAC nº 21/2015.

As Diretorias Sistêmicas de Desenvolvimento Institucional, Gestão da Tecnologia da Informação, Programas Especiais e Assistência Estudantil são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

A presença do IFAC no estado

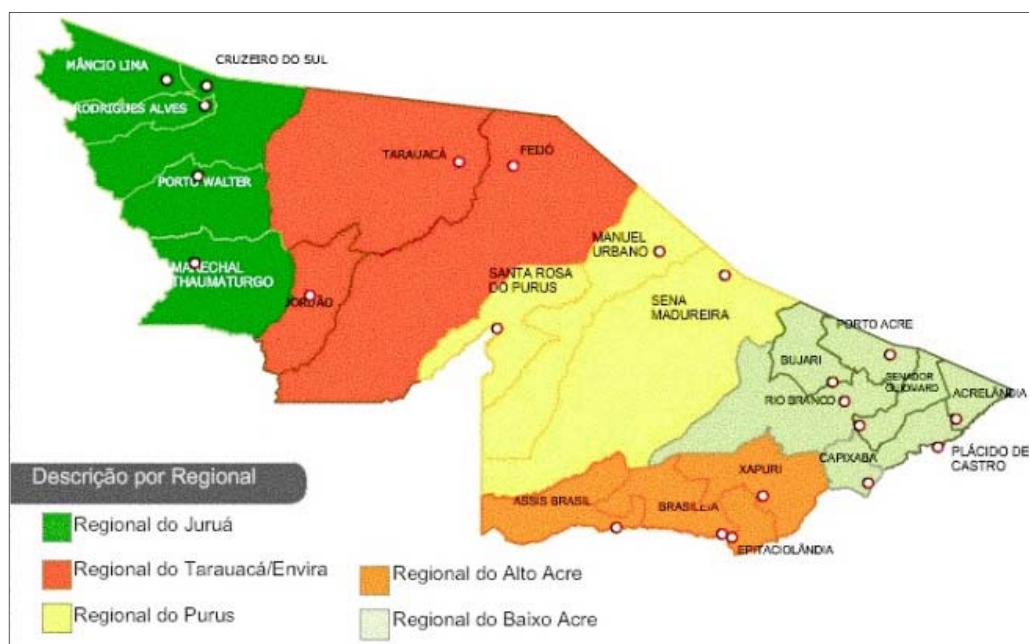
O IFAC é uma instituição pública e gratuita que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade acriana. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC.

O IFAC está presente nas 5 (cinco) microrregiões do estado, trabalhando de forma regionalizada com eixos que fortalecem as potencialidades locais. As regionais são divididas em Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Vale do Juruá

A base organizacional do instituto configura-se, atualmente, por uma Reitoria, localizada em Rio Branco e 6 (seis) *campi*: Rio Branco, Avançado Baixada do Sol, Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Xapuri. Cabe destacar que o *Campus* Sena Madureira e Avançado Baixada do Sol funcionam em sede provisória, até que sejam finalizadas as respectivas sedes. Em relação ao *Campus* Tarauacá a sede definitiva será entregue em 2016.

O IFAC oferta também cursos na modalidade à distância pela rede e-Tec, abrangendo atualmente todo o estado do Acre, ou seja, nos 22 municípios, possibilitada pela parceria realizada com prefeituras e Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Figura 7 - Mapa das Microrregiões do Acre.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAC (2014).

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Data de Nomeação	Data de Exoneração
Reitoria	Órgão executivo do Instituto Federal do Acre, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.	Rosana Cavalcante dos Santos	Reitora	25/04/2014	-
Pró-Reitoria de Ensino	Órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino de graduação e de pós-graduação articuladas à pesquisa e à extensão.	Maria Lucilene Belmiro	Pró-Reitora	13/05/2014	-
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações de administração e desenvolvimento do pessoal docente e técnico-administrativo por meio do acompanhamento sistemático dos servidores e da oferta de programas de capacitação e qualificação.	Cláudia Ferreira de Almeida	Pró-Reitora	04/06/2014	13/03/2015
		Emanoel Amador Reis Neto	Pró-Reitor	16/03/2015	20/03/2015
		Daniel Faria Esteves	Pró-Reitor	23/03/2015	-
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa integrada ao ensino e extensão tecnológica, bem como, promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e inovação.	Luis Pedro de Melo Plese	Pró-Reitor	22/02/2010	-
Pró-Reitoria de Administração	Órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades de administração e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Atua também na orientação e controle das atividades ligadas às obras de recuperação, ampliação, manutenção e melhoramento do espaço físico e na elaboração e acompanhamento da execução do plano diretor de infraestrutura da Instituição.	Ubiracy da Silva Dantas	Pró-Reitor	03/11/2014	-
Pró-Reitoria de Extensão	Órgão responsável por planejar, supervisionar, coordenar, fomentar, promover e acompanhar as atividades e as políticas de extensão e relações com a sociedade e interlocução com o setor produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos e organizações sociais.	Abib Alexandre de Araújo	Pró-Reitor	11/08/2014	29/07/2015
		Hévea Monteiro Maciel	Pró-Reitora	30/07/2015	-
Diretoria Sistêmica de Assistência	São órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar	Taita Lima do Nascimento	Diretora	11/08/2014	-

Estudantil	os projetos e atividades na sua área de atuação.				
Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional	São órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.	Paula de Lacerda Santos Ribeiro	Diretora	29/04/2014	18/03/2015
		Gírlen Nunes dos Santos	Diretora	19/03/2015	-
Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação	São órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.	Jonas Francisco Ferreira	Diretor	18/07/2014	-
Diretoria Sistêmica de Programas Especiais	São órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.	Jailene Soares Ribeiro	Diretora	13/05/2014	-
Auditoria Interna	Órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal do Acre e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.	Francisco Richely Florêncio da Silva	Auditor-Chefe	26/09/2014	-
Procuradoria Federal	Órgão de execução da Procuradoria Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.	José Geraldo Benjamin dos Santos	Procurador-Chefe	07/08/2013	
<i>Campus Rio Branco</i>	Os Câmpus do Instituto Federal do Acre são administrados por Diretores-Gerais nomeados pela autoridade máxima cabendo-lhes apresentar anualmente à Reitoria relatório das atividades desenvolvidas nos câmpus, para subsidiar o relatório de gestão e a prestação de contas do Instituto; planejam, executam, coordenam e supervisionam as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do Câmpus, em articulação com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas; propõem o calendário anual de referência para as atividades acadêmicas do Câmpus;	Paulo Roberto de Souza	Diretor-Geral	07/11/2014	-
<i>Campus Rio Branco – Avançado Baixada do Sol</i>		Dausterneya Maciel	Diretora-Geral	11/07/2014	-
<i>Campus Cruzeiro do Sul</i>		Marcondes de Lima Nicácio	Diretor-Geral	11/08/2014	-
<i>Campus Sena Madureira</i>		Diones Assis Salla	Diretor-Geral	11/09/2012	09/02/2015
		Marcelo Helder Medeiros	Diretor-Geral	10/02/2015	-

	desenvolvem outras atividades inerentes ao cargo ou que lhe sejam atribuídas pelo reitor.	Santana			
<i>Campus Tarauacá</i>		Sérgio Guimarães da Costa Flório	Diretor-Geral	01/06/2014	-
<i>Campus Xapuri</i>		Joel Bezerra de Lima	Diretor-Geral	30/05/2014	-

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (2015).

1.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do IFAC estão relacionados aos atendimentos das finalidades legais das políticas de ensino, da pesquisa aplicada, da inovação e da extensão, e são desenvolvidos por meio de objetivos estratégicos, definidos em seu PDI e norteados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Tais macroprocessos finalísticos englobam todas as ações a serem desenvolvidas na instituição nos anos de 2014 a 2018, a seguir elencados:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Tabela 1 - Macroprocessos Finalístico do Instituto Federal do Acre.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Educação profissional técnica de nível médio	Educação profissional técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.	Educação profissional	Jovens e adultos	Pró-Reitoria de Ensino e <i>campi</i>
Cursos de formação inicial e continuada	Cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, para capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.	Formação inicial e continuada	Trabalhadores	Pró-Reitoria de Ensino e <i>campi</i>
Cursos superiores de tecnologia	Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.	Educação superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino e <i>campi</i>
Cursos de licenciatura	Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.	Educação superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino e <i>campi</i>
Cursos de bacharelado e engenharia	Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.	Educação superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino e <i>campi</i>
Cursos de pós-graduação lato sensu	Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.	Pós-graduação	Graduados	Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação e <i>campi</i>
Cursos de Pós-Graduação stricto sensu	Cursos de Pós-Graduação stricto sensu de mestrado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica.	Pós-Graduação	Graduados	Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação e <i>campi</i>

Pesquisas aplicadas	Desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.	Soluções técnicas e tecnológicas	Sociedade	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e <i>campi</i>
Atividades de Extensão	Desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.	Extensão	Sociedade	Pró-Reitoria de Extensão e <i>campi</i>

Fonte: Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional (2015).

Entre os principais parceiros do IFAC, em 2015, destacam-se a Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Instituto Federal do Amazonas (IFAM); Prefeitura de Porto Acre, Universidade Federal do Acre; Secretaria Estadual de Educação (SEE); Secretaria Estadual de Pequenos Negócios (SEPN); Secretaria Municipal de Educação (SEME); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Tribunal de Contas do Estado do Acre e União Educacional do Norte (UNINORTE).

Destaque para os principais patrocinadores das ações do IFAC, em 2015, principalmente para a viabilização do X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (Connepi): Caixa Econômica Federal; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Governo do Estado do Acre; Eletrobrás; Prefeitura Municipal de Rio Branco.

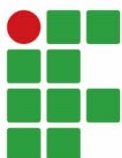
Tabela 2 - Parcerias que o Instituto Federal do Acre realizou em 2015.

TIPO DE INSTRUMENTO	PARTES	PROCESSO	PUBLICAÇÃO EXTRATO
Protocolo de Intenção	IFAC e PREF. DE PORTO ACRE	23244.000161/2015-21	A publicar extemporaneamente
Protocolo de Intenção	IFAC e UFAC	23244.002901/2015-63	Boletim de Serviço n.º 63, DE 02/10/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e TCE	23244.003423/2015-17	A publicar extemporaneamente
Acordo de Cooperação	IFAC e SEE	23244.001569/2015-10	DOU 166, DE 31/08/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e SEBRAE	23244.001783/2015-76	DOE 11.603, DE 23/07/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e SEME	23244.003051/2015-11	DOU 204, DE 26/10/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e UNINORTE	23244.002542/2015-44	DOU 224, DE 24/11/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e SEPN	23244.003400/2015-02	DOU 237, DE 11/12/2015
Termo de Execução Descentralizada	IFAC e IFAM	23244.003748/2015-91	A publicar extemporaneamente
Termo de Cooperação	IFAC e CONIF	23244.003599/2015-61	DOU 177, DE 16/09/2015

Fonte: Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional (2015).



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO II

**PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL
E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL**

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento do Instituto Federal do Acre é construído com base no Plano Nacional da Educação (PNE), Plano Plurianual do Governo Federal e Termo de Acordos e Metas firmados junto ao Governo Federal. Esses documentos norteiam a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) devendo subsidiar a construção do plano orçamentário e servir de orientação para o monitoramento das ações, garantindo assim o alinhamento estratégico.

Pró-Reitoria de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino, responsável pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política de Ensino na Rede IFAC, atualmente é composta por duas Diretorias – Regulação e Desenvolvimento de Ensino – sendo também vinculadas à sua estrutura: Procuradoria Educacional Institucional; Coordenação Institucional do PIBID; Coordenação Geral de Biblioteca; Coordenação Geral de Laboratórios.

Na realização de suas ações, a Pró-Reitoria de Ensino considerou as metas constantes no PDI 2014-2018, referentes ao exercício de 2015, com vistas à consecução dos objetivos institucionais, em articulação com os demais setores da Reitoria e, prioritariamente, com as Direções de Ensino, Pesquisa e Extensão dos *Campi* que compõem a Rede IFAC.

Ações Realizadas em 2015:

Objetivo: definir a identidade pedagógica do IFAC de forma coletiva e participativa.

- a) Reunião com gestores para elaborar minuta das atribuições do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão como parte do Regimento Geral do IFAC.

- b) Revisão da Organização Didático-Pedagógica, resultando na estruturação de dois documentos referenciais para o Ensino Técnico de Nível Médio e Ensino Superior.
- c) Disponibilização das duas Organizações Didático-Pedagógicas – ODPs para Consulta Pública, permitindo a revisão do documento de forma democrática, colaborativa e participativa.
- d) Orientação às Direções de Ensino, Pesquisa e Extensão dos *Campi* para abordagem dos temas “Interdisciplinaridade” e “Avaliação” nas Jornadas Pedagógicas do 1º e 2º semestres.
- e) Foram realizadas 6 (seis) nomeações de comissões em cada *campus*, responsáveis pela revisão da Organização Didático-Pedagógica, e da Comissão Multicampi (Portaria IFAC n.º 603/2015), responsável pela sintetização das contribuições e estruturação do documento final.
- f) Publicação da Resolução CONSU/IFAC n.º 089/2015, que normatiza a criação, atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE dos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
- g) Elaboração e validação do documento referencial para construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos e Superiores, a partir dos encontros gerais de NDEs.

Objetivo: ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental.

- a) Aprovação da Resolução CONSU/IFAC n.º 034/2015 – que dispõe sobre o regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do IFAC.
- b) Revisão e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- c) Registro e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos e Tecnológicos vinculados ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Acre – CREA/AC.
- d) Abertura de 2 (dois) Processos Seletivos para Cursos Técnicos Integrados na modalidade PROEJA.
- e) Abertura de 1 (um) Processo Seletivo para Cursos Técnicos Integrados para concluintes do Ensino Fundamental Regular.
- f) Redefinição do perfil dos *campi* a partir da identificação de suas capacidades de oferta (disponibilidade de corpo docente, infraestrutura, demanda local, etc.) visando ao processo de verticalização.

Objetivo: ministrar cursos de nível superior delineando a identidade do *Campus* e a verticalização dos cursos técnicos.

- a) Revisão do currículo dos cursos superiores, considerando os requisitos legais para a oferta e funcionamento, realizada no 1º e 2º Encontro Geral dos NDEs dos Cursos Superiores do IFAC.
- b) Revisão do currículo dos Cursos de Licenciatura, iniciada no 1º Encontro Geral dos Docentes Pedagogos do IFAC.
- c) Revisão da oferta anual prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAC – PDI/IFAC 2014-2018, realizada no 1º Seminário de Oferta em todos os *campi*.
- d) Aprovação da Resolução CONSU/IFAC n.º 90/2015 – que dispõe sobre o Regulamento do Programa de Monitoria do *Campus* Rio Branco.
- e) Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, realização do projeto intitulado “A prática educacional: O caminho entre a Universidade e a Escola Básica” e realização do Seminário PIBID em Cruzeiro do Sul, onde foram apresentados trabalhos acadêmicos e científicos desenvolvidos pelos bolsistas no município. O PIBID/IFAC compreende: cinco subprojetos vinculados aos cursos de licenciatura da instituição, perfazendo um total de 65 bolsistas, 12 supervisores, 5 coordenadores de área e 1 coordenador institucional.
- f) Estruturação do Laboratório de Ensino do Curso de Licenciatura em Matemática de Cruzeiro do Sul.
- g) Redefinição do perfil dos *campi* a partir da identificação de suas capacidades de oferta (disponibilidade de corpo docente, infraestrutura, demanda local, etc.) visando ao processo de verticalização.

Objetivo: implantar e desenvolver programas de apoio pedagógico e complementação de estudos.

- a) Aprovação da Resolução CONSU/IFAC n.º 084/2015 que dispõe sobre as atribuições da Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEP).
- b) Discussão com os *campi* sobre a importância e viabilização de atividades permanentes de nivelamento e acompanhamento de estudos, e sua previsão na ODP.
- c) Discussão com os *campi* sobre a importância e viabilização de atividades de recuperação paralela, e sua previsão na ODP.

Objetivo: Promover o gerenciamento, acompanhamento e avaliação da movimentação dos cursos e discentes.

- a) Publicação do Regulamento Geral de Utilização dos Laboratórios de Biologia, Química, Física e Segurança do Trabalho do *Campus* Rio Branco, disponível no site institucional, link:
<http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=478&limit=10&limitstart=0&order=date&dir=ASC&Itemid=459>
- b) Posse e fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFAC, que conduziu os seguintes processos em 2015: I. Revisão do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação e do Projeto de Autoavaliação Institucional; II. Condução e Acompanhamento do Processo de Autoavaliação Institucional; III. Tabulação e apresentação dos dados da Autoavaliação Institucional; e, IV. Elaboração do Relatório de Preliminar de Autoavaliação;
- c) Aprovação do Regimento Interno da CPA (Resolução CONSU/IFAC n.º 086/2015/2015) e elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional do IFAC.
- d) Implantação do Portal do Processo Seletivo no site do IFAC, que permite a seleção unificada de alunos oriundos de diferentes sistemas e modalidades de ensino.
- e) Levantamento da estrutura e acervo disponível, bem como das necessidades de adequação das bibliotecas dos *campi*, de acordo com os PPCs.
- f) Verificação da infraestrutura física e necessidades de adequação dos *campi*, considerando os requisitos de acessibilidade.
- g) Condução do processo como usuário colaborador das bases do Portal da CAPES.
- h) Capacitação da Biblioteca Virtual *Ebrary/Pro Quest*.
- i) Capacitação dos Auxiliares de Biblioteca.
- j) Implementação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), em fase de testes, com funcionamento previsto para 2016.
- k) Realização da 1ª Autoavaliação Institucional, conduzida pela CPA, gerando os primeiros indicadores de avaliação interna que contribuirão para o acompanhamento e planejamento da gestão acadêmica.

Objetivo: Ampliar e consolidar as políticas de inclusão.

- a) Estruturação das coordenações NAPNE em todos os *campi*;

- b) Realização de palestra para os docentes e TAEs do IFAC sobre Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.
- c) Capacitação das coordenações do NAPNE sobre Altas Habilidades, em parceria com a SEE, com vistas à elaboração da política de atendimento ao educando com altas habilidades.
- d) Aprovação da Resolução CONSU/IFAC n.º 053/2015, que cria o Núcleo de Estudos Afro brasileiros e Indígenas – NEABI no *Campus* Rio Branco, e seu respectivo regimento interno.
- e) Aprovação das Resoluções que criam os Núcleos de Estudos Afro brasileiros e Indígenas – NEABI nos *campi*: Cruzeiro do Sul e Tarauacá.

Objetivo: Organizar documentos norteadores e regulamentadores do desenvolvimento do Ensino.

- a) Recepção de 7 (sete) Comissões de Avaliação Externa para reconhecimento de cursos superiores, sendo publicadas três Portarias de Reconhecimento, duas com conceito 3 e uma com conceito 4.
- b) Regularização dos cursos técnicos e tecnológicos junto ao CREA/AC.
- c) Realização do Encontro de Coordenadores dos Registros Escolares dos *campi* para construção da minuta das atribuições das coordenações dos Registros Escolares.
- d) Realização do Encontro de Coordenadores dos Registros Escolares dos *campi* para definição dos Fluxos e Procedimentos das Secretarias e Registros Acadêmicos do IFAC.
- e) Realização do 1º Seminário de Oferta em todos os *campi*, para revisão da oferta prevista no PDI para o período 2016-2018, considerando as cadeias produtivas locais, o quadro docente, a infraestrutura instalada nos *campi*, os indicadores de desempenho da Rede Federal e as necessidades e especificidades locais e regionais.
- f) Elaboração da minuta do Manual de Formatura dos Cursos Técnicos e Superiores.
- g) Treinamento para coleta e disseminação de todos os dados do Censo da Educação Básica - EDUCACENSO 2015.
- h) Treinamento para coleta e disseminação de todos os dados do Censo da Educação Superior – CENSUP 2015.
- i) Assinatura do termo de adesão ao SISU e acompanhamento de todas as etapas do processo.

Pró-Reitoria de Extensão

As atividades de extensão, como prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), devem se fundamentar no eixo tecnológico de cada *campus*, considerando a qualificação da equipe executora (docentes, técnicos administrativos em educação, do quadro efetivo da instituição, e discentes envolvidos).

A política de extensão no IFAC é considerada como indispensável no processo de formação discente, possibilita ao estudante contribuições para sua formação profissional e social. Visa ainda estabelecer um elo entre a instituição e a sociedade, através do compartilhamento do saber escolar. Além disso, é voltada para a socialização do conhecimento, por meio da elaboração e difusão de publicações dos resultados das atividades de ensino.

Promoção de Iniciação Científica em Extensão

A promoção da iniciação científica vem sendo concretizada pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, por meio da implantação de ações que permitem a participação de alunos bolsistas e voluntários na execução de projetos vinculados a extensão.

Visando promover a iniciação científica, foi lançado em 2014, nos meses de outubro e novembro, três editais de auxílio a projetos de extensão voltados aos servidores do IFAC. Os editais contemplaram as seguintes áreas: Extensão Tecnológica; Cultura; Esporte e Lazer.

Em maio de 2015 foi divulgado o resultado final dos editais com 43 projetos aprovados (desses dois pediram cancelamento), os quais se enquadram em diferentes áreas temáticas, previstas na política de extensão do Instituto, quais sejam: 1-Transferência de Tecnologia e Inovação; 2- Atividades Sociais; 3- Estágio e Emprego; 4- Educação; 5- Atividades Científicas; 6- Cultura; 7- Esporte e Lazer.

Os editais disponibilizaram auxílio financeiro para desenvolver a ação no valor de R\$ 2.000,00 reais, além de conceder uma bolsa discente para cada proposta apresentada e selecionada, no valor de R\$ 200,00 (discentes do ensino técnico) e de R\$ 400,00 (discentes do ensino superior). Vale ressaltar que nem toda proposta realizou a solicitação da bolsa discente, dessa forma em 2015 a PROEX disponibilizou 04 bolsas para os projetos da área de Esporte e Lazer, 11 bolsas para as ações voltadas para a área da Cultura e 19 bolsas para os projetos

relacionados à Extensão Tecnológica. Das 34 bolsas disponibilizadas, 16 são alunos do ensino superior e 18 do ensino técnico.

O prazo de execução previsto nos editais era de dez meses a partir da data de publicação do resultado final. No entanto, devido ao atraso da disponibilização do auxílio extensão para os coordenadores de projetos, que foi liberado apenas a partir de outubro de 2015, a PROEX prorrogou o prazo desses editais por igual período, contados a partir da disponibilização do recurso na conta do coordenador do projeto. Além disso, possibilitou a prorrogação de prazo para coordenadores cujas propostas estejam vinculadas exclusivamente ao calendário letivo do *Campus*, e que não conseguiram mais se adequar ao curto prazo letivo de 2015, tendo em vista o atraso na liberação do recurso e a deflagração da greve em alguns *Campi*. Entretanto todos os projetos não deverão ultrapassar dezembro de 2016. Vale ressaltar que a bolsa tem duração de até 10 meses (conforme o tempo estabelecido na proposta do projeto), dessa forma, a finalização do pagamento das bolsas de extensão vinculadas a estes editais serão finalizadas somente em 2016.

Os bolsistas, assim como alunos voluntários vinculados aos projetos, estão obtendo a possibilidade de aperfeiçoamento de seus conhecimentos, pois podem acompanhar de perto, auxiliando e ajudando a elaborar todas as atividades relacionadas às ações do projeto. Assim, a PROEX, por meio da fomentação dessas ações de extensão no instituto, vem fortalecendo a iniciação científica voltada para a extensão, os estudantes que têm a oportunidade de participarem do projeto aprendem como articular o conhecimento acadêmico que estão adquirindo e aplicá-los em atividades direcionadas à comunidade.

Desenvolvimento de Projetos de Extensão junto à comunidade local e regional

A PROEX tem institucionalizado diversos projetos de extensão, entre esses projetos estão os que foram cadastrados no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj). Quando a PROEX foi criada, em 11 de agosto de 2014, mediante a Resolução nº 190, deu sequência ao cadastro de projetos na plataforma SIGProj como vinha sendo feito pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - PROINP (reitoria que coordenava os projetos de extensão até então).

Os projetos institucionalizados pela PROAD abrangem os que foram cadastrados no sistema SIGproj, via processo interno na PROEX, Edital 001/2014 de Cultura, Edital

002/2014 de Esporte e Lazer e Edital 003/2014 de Extensão Tecnológica conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão.

PROJETOS DE EXTENSÃO	PÚBLICO ATENDIDO
Projetos institucionalizados via SIGproj 2015	10.427
Projetos institucionalizados via PROEX 2015	1.040
Projetos institucionalizados via Edital 001/2014 CULTURA	146
Projetos institucionalizados via Edital 002/2014 ESPORTE E LAZER	136
Projetos institucionalizados via Edital 003/2014 EXTENSÃO TECNOLÓGICA	9.571
Total	21.320

Fonte: PROEX.

Conforme Tabela 1, os projetos institucionalizados na PROEX alcançou um público total de 21.320 beneficiados, sendo que 10.247 foram contemplados com projetos institucionalizados via SIGproj, 1.040 beneficiados foram contemplados com projetos institucionalizados via PROEX, 146 beneficiados foram contemplados com projetos institucionalizados pelo Edital 001/2014 com ações de Cultura, 136 contemplados com projetos institucionalizados via Edital 002/2014 com ações de Esporte e Lazer e 9.571 foram contemplados com projetos institucionalizados via Edital 003/2014 com ações de Extensão Tecnológica.

Desenvolvimento de atividades e eventos de divulgação de conhecimentos científicos junto à comunidade local e regional

Em 2015, sem dúvida, foi um ano em que a Pró-Reitoria de extensão se firmou enquanto órgão executivo do IFAC, cujo princípio é a promoção o apoio e o acompanhamento das ações de extensão do instituto.

A cooperação com órgãos externos para a realização de eventos propiciou ganhos significativos para a comunidade, como exemplos de parceria para realização de ações podemos citar:

COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

A PROEX, em 2015, firmou compromisso com o Comitê no desenvolvimento de atividades coletivas junto à comunidade externa.

Em 2015, o COEP contou com a participação das seguintes instituições para a realização das atividades: Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria de Educação Programa

Mais Educação; Secretaria de Humanização; Instituto Federal de Educação (IFAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

A PROEX colaborou com a atividade “Coep & Escola”, desenvolvida na comunidade Albert Sampaio, na Escola Estadual Oscar Felício, no dia 12 de dezembro (voltada para professores, pais e alunos da escola). A Pró-Reitoria promoveu no evento uma recreação dirigida direcionada aos alunos da escola, coordenada pelo professor Emanuel Rogério Fernandes da Coordenação de Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos – COCAE.

Em 2016, os eventos deverão continuar, e o IFAC/PROEX permanecerá auxiliando o comitê nas atividades que conseguir disponibilizar voluntários.

Participação no X Fórum Anual da Iniciativa MAP (MADRE DE DIOS-PE, ACRE-BR E PANDO-BO)

O IFAC, por intermédio da PROEX, auxiliou a UFAC na realização do X FÓRUM ANUAL DA INICIATIVA MAP. O evento ocorreu na UFAC e teve como tema: “Novos caminhos e soluções para a adaptação e resiliência a eventos extremos na região MAP”. Contou com um público aproximado a 1.000 (mil) pessoas, entre participantes, convidados e organizadores dos três países.

A PROEX participou das reuniões de organização do evento, por meio de apoio logístico e auxílio na orientação profissional para composição de grupos de trabalho. Além disso, proporcionou o transporte dos participantes oriundos dos países fronteiriços. Além disso, articulou a participação do professor do IFAC, Ueliton Santana dos Santos, com a Exposição de Artes Visuais, durante o X Fórum Anual da Iniciativa MAP.

Auxílio ao Festival Pachamama

O IFAC via PROEX também auxiliou na realização do VI Festival Internacional PACHAMAMA Cinema de Fronteira, disponibilizou apoio logístico, no período de 22 a 28 de novembro de 2015, para auxiliar no transporte dos participantes durante o evento.

Em contrapartida, foi disponibilizado, pela coordenação do Festival PACHAMAMA, um Telão Inflável para exibição de filmes de curta-metragem do cinema de fronteira em uma das noites de realização do CONNEPI CULTURAL, realizado durante o X CONNEPI.

Eventos Organizados pelo IFAC/PROEX

Jogos dos Institutos Federais - JIFs

Em 2015 ocorreu os JOGOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS JIFs – 2015, etapa Norte (JIFEN) Porto Velho – RO de 13 a 17/10/2015.

A PROEX, por meio da Coordenação de Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos – COCAE, auxiliou na organização da viagem dos alunos para participarem da competição. Foi elaborado o Guia do Atleta, com orientações sobre a viagem e a participação do IFAC nos JIFEN, o guia contou com a colaboração do coordenador da COCAE Emanuel Rogério Fernandes. Além do guia, a COCAE intermediou a aquisição via Diretoria Sistêmica de Programas Especiais (DSPES) de 90 kits de higiene pessoal, entregues à delegação representante do IFAC nos JIFs. O Guia do Atleta e os Kits foram entregues em um café da manhã organizado pela PROEX em parceria com a Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil – DSAES, no dia 11 de outubro de 2015, no *Campus* Rio Branco.

Os alunos/atletas que participaram do JIFEN eram oriundos dos *Campi* Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Baixada do Sol, Tarauacá e Xapuri. Concorreram nas seguintes modalidades: Handebol; Tênis de mesa; Xadrez; Futsal; Atletismo; Voleibol; Vôlei de Praia; Natação e Basquete. O IFAC enviou 79 alunos/atletas para as competições.

CONNEPI CULTURAL

Em 2015 o IFAC foi anfitrião do X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI, realizado nos dias 30 de novembro a 03 de dezembro. Entre as diversas programações do evento, sob responsabilidade da PROEX, houve a organização da programação cultural – CONNEPI CULTURAL – na qual foi organizada a II Mostra de Artes do IFAC, tendo diversas apresentações culturais vinculadas aos projetos de extensão institucionalizados no instituto, além disso, houve a participação de institutos externos.

Para a seleção das propostas foram lançados, entre os meses de agosto e setembro, dois editais: 1. Edital de seleção externa para participação dos Institutos Federais no CONNEPI CULTURAL; 2. Edital de Inscrição para a participação na II Mostra de Artes do IFAC: “Norte e o Nordeste na Amazônia Acreana”. Os resultados finais dos editais foram divulgados em setembro.

No Edital de seleção externa, a PROEX classificou 13 propostas para apresentação (10 compareceram), e no Edital de seleção interna foram classificadas 07 propostas para apresentação no palco do CONNEPI Cultural.

Vale ressaltar que tivemos uma apresentação de dança “Maranhens-cidade” do IFMA, que foi solicitada via convite da reitoria, não necessitando ser submetida ao edital para seleção das propostas. Além da apresentação musical individual de Indianara Cazuza do Nascimento, apresentada durante o intervalo cultural por indicações do público que conhecia o talento da artista.

Estiveram apresentando atividades no palco do CONNEPI Cultural os seguintes institutos: IFAC, IFAP, IFPB, IFBA, IFAM, IFMA, IFRN, IFRO, totalizando 210 integrantes nas atrações.

II MOSTRA TECNOLÓGICA

A PROEX, em parceria com o Núcleo de Inovação Tecnológica do IFAC/PROINP-NIT, organizou a seleção dos projetos para exposição na II Mostra Tecnológica, durante o X CONNEPI, e disponibilizou o regulamento para submissão das propostas. Elaborou o manual do expositor, que orientava quanto a participação dos expositores nos dias do evento.

Os seguintes IFs foram expositores da II Mostra Tecnológica:

PROJETO	INSTITUTO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Refrigerante Natural de Erva Cidreira (Melissa officinalis L.) <i>Campus Santa Inês</i> 2. Sustentabilidade na tecnologia de reutilização de óleos residuais de fritura para fabricação de biodiesel <i>Campus Guanambi</i> 	IFBA
<ol style="list-style-type: none"> 1. LEMBREX: Pulseira Anti-Esquecimento <i>Campus Reitoria</i> 	IFPB
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Hangaut Game</i>: um jogo <i>mobile</i> para auxiliar no processo de alfabetização de crianças com autismo deve ser acrescentado. <i>Campus Maceió</i> 	IFAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicação da tecnologia em matérias-primas amazônicas para a elaboração de novos produtos alimentícios <i>Campus Reitoria</i> 2. Modelo integrado de captação e abastecimento da água pluvial com a utilização da energia fotovoltaica <i>Campus Reitoria</i> 3. Análise estática não linear de pórticos planos VIA MATLAB <i>Campus Reitoria</i> 	IFAM
<ol style="list-style-type: none"> 1. Instanfsh: Alimento instantâneo a partir de polpa de resíduo de peixe. <i>Campus Bela Vista - BLV</i> 2. Iogurte grego light com araticum e soja <i>Campus Bela Vista - BLV</i> 	IFMT
<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto LonjÍ <i>Campus Caruaru</i> 	

<p>2. Construtora e fabricante: a logística reversa do saco de cimento Campus Caruaru</p> <p>3. CONSTRUCITY Campus Caruaru</p>	<p>IFPE</p>
<p>1. Fabricação de Tabaqui Moído Enlatado Campus Ariquemes</p>	<p>IFRO</p>
<p>1. Eletrocardiógrafo de um canal com a detecção da onda R Campus Boa Vista Centro</p> <p>2. Eficiência Energética: automação residencial eficiente Campus Boa Vista Centro</p> <p>3. UBVISION – Sistema de reconhecimento de padrões com uso de redes neurais Campus Boa Vista Centro</p>	<p>IFRR</p>
<p>1. Concentrador Solar de Foco Fixo Campus Aracaju</p> <p>2. Modelo de Redutor de Velocidade Manual por Polias, como proposta de didática prática para a disciplina de elementos de máquinas Campus Aracaju</p> <p>3. Análise dos riscos para formação de atmosferas explosivas em terminais de regaseificação de GNL Campus Aracaju</p>	<p>IFSE</p>
<p>1. Produção de ração animal a partir de alimentos alternativos regionais na Amazônia Ocidental Campus Sena Madureira</p> <p>2. Coleta e caracterização de feijões crioulos no Acre Campus Baixada do Sol</p> <p>3. Resíduos de Tabaqui (<i>Colossoma macropomum</i>) na formulação de produtos industrializados de pescado amazônico Campus Baixada do Sol</p>	<p>IFAC</p>
<p>1. Cooperativismo Campus Macapá</p>	<p>IFAP</p>
<p>1. Robô explorador 6x6 utilizando propulsor traseiro <i>Boomerang</i> com comunicação por rádio Frequência 2.4Ghz Campus Cedro</p> <p>2. Robô autônomo seguidor de linha para a <i>Freescale Cup Brazil</i> Campus: Cedro</p> <p>3. Orientação, implantação e disseminação de tecnologias integrando inclusão digital impulsionando a inovação nos arranjos produtivos dos sertões de Canindé Campus Canindé</p> <p>4. Projeto Dino Campus Fortaleza</p>	<p>IFCE</p>
<p>1. Protótipo de um reator de hidrogênio para produção de energia limpa a partir da molécula H₂O</p>	

<p>Campus Barra do Corda</p> <p>2. <i>Alpha Web Browser</i></p> <p>Campus Açailândia</p> <p>3. KUA-Z: Robótica de Salvamento</p> <p>Campus Açailândia</p> <p>4. ENERGIA FÁCIL: Uma forma fácil de geração energética</p> <p>Campus Açailândia</p> <p>5. Criação de um Robô para a melhoria da Interação Social de Crianças Autistas</p> <p>Campus São Luís - Monte Castelo</p>	IFMA
<p>1. FASTHELP: Sistema Georrefenciado aplicado no atendimento de ocorrências de situações críticas</p> <p>Campus Reitoria</p> <p>2. <i>Linkest</i>: Rede Colaborativa de conhecimento de <i>Links</i></p> <p>Campus Reitoria</p> <p>3. ROBOPUB: DO LIXO AO SABER – uma proposta de pesquisa aplicada na educação pública do município de Parnamirim/RN</p> <p>Campus Reitoria</p>	IFRN

Fonte: PROEX 2015.

Entre os projetos selecionados para a II Mostra Tecnológica, obteve-se 19 Institutos Federais (incluído o IFAC), contabilizando 53 projetos para exposição. No entanto, somente estiveram na exposição 15 institutos e 35 projetos expostos (a vinda de alguns institutos foi comprometida devido a indisponibilidade de recursos financeiros do *Campus* de origem do projeto para custear a viagem).

Criação da Editora

Com o objetivo de promover a difusão do conhecimento, uma das ações da PROEX foi a elaboração da Resolução nº 004/2015, criando a Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – EDITORA IFAC, órgão de divulgação científica, artística e cultural da instituição.

A criação da Editora IFAC é uma política institucional que visa o fortalecimento da produção acadêmica, por meio da divulgação de publicações relacionadas aos projetos e ações institucionais.

Foi elaborada a Resolução nº 005/2015 - CONSU/IFAC, que trata da criação do Conselho Editorial.

As atividades da Editora a partir de sua criação foram as seguintes:

➤ Documentação:

1. Elaboração do Regimento;
2. Realização da primeira reunião ordinária do Conselho Editorial;
3. Elaboração e proposta de organização do organograma da Editora IFAC;
4. Revisão da Resolução de Composição do Conselho Editorial;
5. Elaboração do Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas;
6. Auxílio ao Instituto Federal do Ceará (IFCE) para a elaboração dos documentos de criação e organização da Editora e Conselho Editorial.

➤ Revisão de Livros:

1. Revisão de cinco livros:
 - a) *Agroecologia no Acre*, organizadores: Rosana Cavalcante dos Santos e Amauri Siviero;
 - b) *Nas fronteiras da “Terra Prometida”: trajetórias de trabalhadores rurais do Alto Acre*, de Kelen Gleysse;
 - c) *Recomendações para a gestão de resíduos sólidos no estado do Acre*, organizadores: Sandra Teixeira, Rosana Cavalcante dos Santos, Paulo Wadt e Stella Matoso;
 - d) *Feijões do Vale do Juruá*, organizadores Eduardo Pacca Luna Mattar e Eliane de Oliveira;
 - e) Revisão da tradução da coletânea de contos infanto-juvenil *UNDER THE SUNSET – SOB O PÔR DO SOL, 1882*, de Bram Stoker, tradutora: Iliane Tecchio.

➤ Produção de Livros

1. Produção e cadastro no Número Padrão Internacional de Livro – ISBN:
 - a) *Agroecologia no Acre*, organizadores: Rosana Cavalcante dos Santos e Amauri Siviero (versão digital e impressa).
 - b) *Nas fronteiras da “Terra Prometida”: trajetórias de trabalhadores rurais do Alto Acre*, de Kelen Gleysse (versão impressa).
2. Diagramação do livro *Nas fronteiras da “Terra Prometida”: trajetórias de trabalhadores rurais do Alto Acre*, de Kelen Gleysse.

➤ Organização e Participação em Evento

X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI

1. Convocação para lançamento de livros no X CONNEPI;
2. Exposição e lançamento de 12 livros de autores convidados para participar do evento;

3. Lançamento do primeiro livro produzido pela Editora IFAC: *Agroecologia no Acre* (organizadores: Rosana Cavalcante dos Santos e Amauri Siviero), dia 02 de dezembro de 2015;
4. Elaboração de 4 banners para exposição;
5. Revisão de todas as matérias publicadas no site do X (CONNEPI), durante os dias 30 de novembro a 03 de dezembro de 2015.

Oferta de Qualificação e Atualização Profissional para Atendimento à Comunidade

A PROEX ainda não desenvolve nenhum curso de qualificação e atualização profissional voltado ao atendimento à comunidade. No entanto, tem sido parceira em atividades cujo objetivo seja esse. Uma das parcerias que tem dado suporte, juntamente com a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Internacional (DPIDN), é o Treinamento de Professores do Curso Identificador Florestal para Florestas Manejadas na Amazônia Brasileira, que tem, como público-alvo, professores e técnicos do Instituto Federal do Acre. O curso é realizado pelo IFAC, em parceria com o *The New York Botanical Garden*, o Instituto conta, ainda, com a colaboração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-Acre), e tem como apoiadores o *Gordon and Betty Moore Foundation*, *Overbrook Foundation* e *Tinker Foundation*. A PROEX auxiliou no transporte durante a realização das duas etapas do treinamento (1º etapa, junho/2015, 2ª etapa, setembro/2015), bem como disponibilizou diárias e passagens para os colaboradores eventuais/externos responsáveis por ministrar a capacitação.

Como extensão da capacitação, foi oferecido, durante o X CONNEPI, o minicurso - *Arquitetura Foliar: A "impressão digital da folha" como ferramenta para a identificação botânica*, destinado a estudantes e profissionais ligados às áreas de Botânica e Ecologia Vegetal e áreas afins. Nesse curso, os participantes foram instruídos quanto aos procedimentos da *diafanização foliar*, descrição de padrões de nervura foliar e construção de chaves analíticas com base em caracteres da "impressão digital da folha", a arquitetura foliar.

Um dos projetos que vem sendo construído dentro dessa Pró-Reitoria é a reestruturação do Centro de Idiomas e Intercâmbio – CII que tem como objetivo implantar nos *Campi* do IFAC, inicialmente, cursos de Línguas Estrangeiras Modernas.

O Centro de Idiomas do IFAC pretende oferecer um ensino de línguas com qualidade, acessível e de forma gratuita. Os cursos de Formação Inicial e Continuada em línguas que o Centro oferecerá, atenderão aos estudantes, comunidade e servidores dos *Campi* do IFAC e

pretende prepará-los para o desenvolvimento da competência comunicativa em línguas estrangeiras. Assim, oportunizando o aproveitamento das bolsas de estudos de programas de ensino e pesquisa no exterior (que por ventura possam adquirir) de forma competente e satisfatória.

Em 2015, foi aprovado os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Centro de Idiomas nas seguintes modalidades: Língua Espanhola, Língua Francesa e Língua Inglesa. O objetivo é que, em 2016, os cursos sejam implantados nos *Campi* do IFAC.

Em 2014, como resultado de uma parceria, mediante o Termo de Cooperação n.º 10/2013, entre o IFAC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), iniciou-se um curso modular, com carga horária de 230 h/a, sobre a temática Patrimônio Edificado em Madeira, direcionado tanto aos alunos do curso de Edificações deste Instituto, quanto a arquitetos, engenheiros civis e demais profissionais de diversas instituições. Inicialmente o curso estava sob a responsabilidade da PROINP e posteriormente, a partir de 11 agosto de 2014, passou a ser acompanhado pela PROEX, que oferece suporte nas atividades desenvolvidas, solicitação de transporte para atividades *in campo*, custeio de diárias e passagens para colaborador eventual em algumas disciplinas. A PROEX forneceu durante o primeiro semestre de 2015, diárias e passagens para um colaborador externo ministrar a disciplina Instalações Hidrossanitárias. Ressaltamos que o curso não foi finalizado e terá sequência em 2016.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

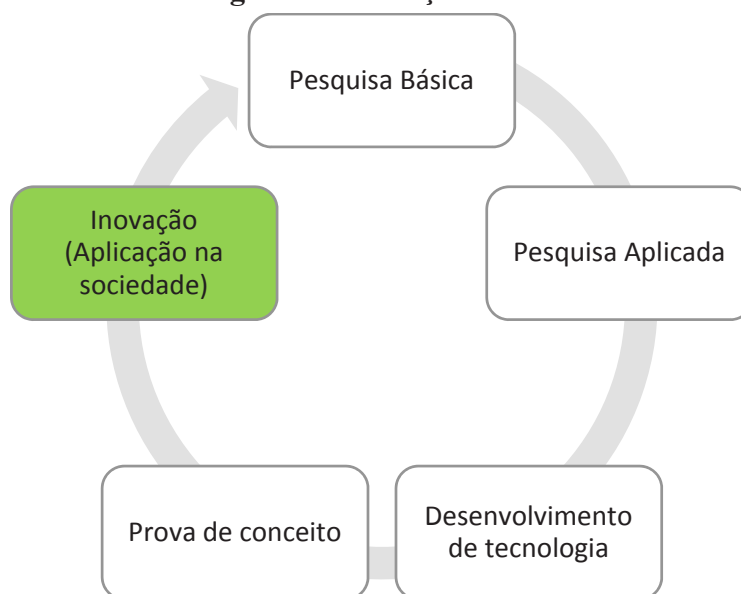
Essa Pró-Reitoria tem como objetivo divulgar as ações do NIT, material em fase de elaboração e diagramação para impressão, aguardando recursos para impressão dos folhetos 2016-2018 (com previsão para o 1º semestre de 2016). Quando for criado o ambiente virtual, site do NIT, a divulgação principal será por esse canal.

A Pró-Reitoria de Inovação (PROIN) foi criada em 2011. No ano de 2014, sofreu reformulação (Resolução IFAC n.º 190/2014) e passou a se chamar Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP), apresentando uma nova estrutura (conforme organograma institucional). Nesse sentido, todas as atividades que fazem referência no que tange à pesquisa, inovação e pós-graduação, contribuindo para a formação humana e desenvolvimento sustentável do estado do Acre, diz respeito a essa Pró-Reitora. Tal intento fundamenta-se no fato de que o estado apresenta uma iniciativa privada incipiente, com uma

cultura empreendedora em formação, carência de pesquisa aplicada e baixos índices de registros de patentes.

Para esse propósito, a PROINP inscreveu como estratégia primeira o incentivo e consolidação da pesquisa básica e aplicada, bem como da pós-graduação, com vistas a implantar a cultura empreendedora estimulando a inovação e a formação de profissionais cada vez mais qualificados no estado do Acre.

Figura 8 - Inovação IFAC.



Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-graduação.

Qualquer possibilidade de inovação começa com a pesquisa básica em diferentes áreas do conhecimento, que, por sua vez, fundamenta o desenvolvimento de produtos ou processos mediante a pesquisa aplicada. A construção de modelos para teste de mecanismos garante que o produto possa ser testado em escala de demonstração antes de ser lançado no mercado, pelo contato direto com a sociedade gerar inovação.

Nesse contexto, convêm ao IFAC não apenas estimular a pesquisa básica, mas centrar-se na pesquisa aplicada e investir na qualificação de profissionais por meio da pós-graduação, de forma a criar as condições necessárias para que os conhecimentos, produtos e processos gerados possam chegar de forma transformadora ao maior número de pessoas.

A Pró-Reitoria de Inovação poderá em muito contribuir com soberania socioeconômica do estado, mediante a criação, desenvolvimento, aplicação e proteção de conhecimentos obtidos por meio da pesquisa aplicada e o investimento na qualificação de

profissionais da pós-graduação. Para tanto, precisa fomentar em cada servidor (especialmente docentes e discentes) um espírito crítico, voltado à investigação empírica, pois se acreditam que esses fatores favorecem a inovação ao fornecer um ambiente voltado à geração e difusão de novos produtos, novos processos, novos mercados e novos materiais.

Por intermédio da PROINP, os empreendimentos locais podem encontrar no IFAC a estrutura necessária para a garantia de assistência gerencial, financeira, mercadológica e, principalmente, assistência tecnológica a pequenas e médias empresas.

Ações Planejadas Executadas

As ações apresentadas neste relatório dizem respeito as metas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAC no período 2014-2018, especificamente as atividades desenvolvidas no ano de 2015 pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP), conforme informações contidas no anexo I.

Gerenciamento do Edital 06/2014 PROINP-IFAC de auxílio a projetos de pesquisa

Apesar de ter sido lançado em 2014, a seleção dos projetos do Edital só ocorreu em 2015. O Edital ofereceu a possibilidade de financiar 36 projetos (100%) e 36 bolsas de iniciação científica. Foram submetidos apenas 24 projetos (67%). Apenas 15 projetos (42%) estavam aptos para avaliação de acordo com os critérios do edital.

Dos 15 projetos avaliados, 14 foram aprovados e 12 estão em execução, pois dois coordenadores pediram cancelamento de projetos antes de iniciarem a execução. Um dos coordenadores pediu o cancelamento em função da aprovação em uma pós-graduação e outro em função do seu processo de redistribuição do IFAC. A quantidade de projetos do Edital 06/2014 em execução por *campus* pode ser observada na Tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade de Edital 06/2014 PROINP/IFAC em execução por *campus*.

<i>Campus</i>	Quantidade de projetos
Baixada do Sol	1
Cruzeiro do Sul	1
Rio Branco	6
Sena Madureira	2
Xapuri	2
Total	12

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação.

Criação e funcionamento do Cartão Pesquisa IFAC

Para implementação e execução do recurso de auxílio à pesquisa previsto para os projetos aprovados no Edital 06/2014, foi emitido pela primeira vez, em 2015, o Cartão Pesquisa IFAC, o qual é um produto da PROINP/IFAC em parceria com o Banco do Brasil.

Este tipo de cartão foi emitido pela primeira vez no estado do Acre, fazendo com que o IFAC e o Banco do Brasil sejam os pioneiros nesse processo. Além do IFAC, órgãos como CNPq e Instituto Federal de Minas Gerais utilizam este tipo de cartão.

As ações do Edital 06/2014 PROINP-IFAC e criação e funcionamento do Cartão Pesquisa IFAC levaram ao atingimento da meta de incremento em 5% do auxílio financeiro a projetos de pesquisa prevista no PDI.

Editais de Bolsas de Iniciação Científica

Por meio do Edital 06/2014 PROINP/IFAC foram implementadas, em 2015, 12 bolsas do Programa de Iniciação Científica do IFAC para estudantes de ensino médio integrado, técnico subsequente e superior.

Além do Edital 06/2014, a PROINP implementou em 2015 mais 10 bolsas de iniciação científica para estudantes de curso superior através dos editais 01/2015 e 02/2015. Estas bolsas correspondem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) 2015/2016 em parceria com Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, totalizando 22 bolsas de iniciação científica durante 2015 (Tabela 5).

Tabela 5 - Quantidade de bolsa em função do programa institucional de iniciação científica implementadas em 2015.

Programa	Quantidade de bolsas
PIBIC IFAC	12
PIBIC CNPq/IFAC	6
PIBIC-Af CNPq/IFAC	2
PIBITI CNPq/IFAC	2
Total	22

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação.

Os editais de bolsas de iniciação científica levaram ao atingimento das metas incremento em 5% a oferta de bolsas de iniciação científica e oferta mínima de 10 bolsas de iniciação científica dos programas PIBIC, PIBIC-Af e PIBITI previstas no PDI.

Prêmio Iniciação Científica IFAC para projetos com destaque na área de iniciação científica e premiação de um resumo científico de um bolsista de iniciação científica em cada campus por ano, durante a Semana de Iniciação Científica do IFAC

O prêmio foi criado no ano de 2015, porém houve uma alteração na forma de distribuição desse prêmio. Em vez de premiar um resumo de bolsista por *campus* do IFAC, foram premiados os três melhores resumos da Semana de Iniciação Científica do IFAC.

A PROINP decidiu fazer a premiação dessa forma devido ainda existirem *campus* com poucos e até sem resumo produzido e enviado para a Semana de Iniciação Científica.

Essas ações relacionadas à premiação levaram ao alcance da meta de estímulo à pesquisa que promova inovação.

Organização da V Semana de Iniciação Científica do IFAC e Seminário de Pesquisa e Inovação

Foi realizada, em 2015, a V Semana de Iniciação Científica (V SIC), a qual contou com apresentação de 14 resumos expandidos, os quais foram gerados a partir de pesquisas científicas do IFAC realizadas a partir de projetos contemplados em editais e/ou projetos institucionalizados na PROINP.

Dentre esses resumos estão os das pesquisas desenvolvidas com o apoio de bolsas de iniciação científica implementadas através do Edital Nº 01 2014/2015 relacionado aos programas PIBIC, PIBIC-Af e PIBITI da parceria CNPq e IFAC. Na tabela abaixo, pode ser observado a distribuição de resumos apresentados na V SIC por *campus* do IFAC.

Tabela 6 - Quantidade de resumos por *campus* apresentados na V Semana de Iniciação Científica do IFAC.

<i>Campus</i>	Quantidade de resumos
Baixada do Sol	1
Cruzeiro do Sul	4
Rio Branco	5
Sena Madureira	1
Xapuri	3
Total	14

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação.

Além dos resumos apresentados, o evento também contou com palestras na área de sustentabilidade, inovação e tecnologias educacionais mediante o Seminário de Pesquisa e Inovação.

Em 2015, a V SIC e o Seminário de Pesquisa e Inovação ocorreram excepcionalmente durante o X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI) que oportunizou o intercâmbio de conhecimento, produção científica e tecnológica dos servidores e estudantes do IFAC com servidores e estudantes de toda a rede Federal de Institutos, principalmente das regiões Norte e Nordeste.

Editoração dos anais de eventos científicos da PROINP através da Coordenação de Comunicação Científica e Editoração de pelo menos um Anais de eventos científicos da PROINP por ano

Está sendo realizada, em parceria com a Editora IFAC e Assessoria de Comunicação, a editoração dos Anais dos artigos do X CONNEPI, do I Seminário de Pós-Graduação e da V Semana de Iniciação Científica do IFAC. Estas ações estão em execução e têm previsão para conclusão no 1º semestre de 2016 devido os eventos terem acontecido no último mês de 2015.

Desenvolver projetos educacionais voltados para práticas inovadoras de ensino e criar objetos de aprendizagem a partir da utilização dos laboratórios e das tecnologias da informação e comunicação

Esta ação acontece através da institucionalização dos projetos na PROINP, por meio da Resolução n.º 140/2013 e 195/2014 que recomenda aos servidores (docentes e técnicos administrativos) institucionalizarem os projetos relacionados a pesquisa, inovação, pós-graduação e didáticos pedagógicos.

Catalisação de Ideias Inovadoras

Realização do Desafio de Ideias

Como fonte catalisadora de ideias inovadoras tanto no ambiente interno ao IFAC, quanto da rede federal, foi realizado o Desafio de Ideias durante o X CONNEPI, no qual se

inscreveram participantes de 20 (vinte) Instituições Federais de Ensino, totalizando 101 projetos de várias áreas do conhecimento (Tabela 7).

Tabela 7 - Projetos inscritos no Desafio de Ideias por área de conhecimento.

Área do Conhecimento	N.º de projetos Inscritos
Ciências Agrárias	16
Ciências Biológicas	3
Ciências da Saúde	4
Ciências Exatas e da Terra	27
Ciências Humanas	4
Ciências Sociais Aplicadas	5
Engenharias	23
Letras Linguística e Artes	6
Outras áreas	13
Total	101

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação.

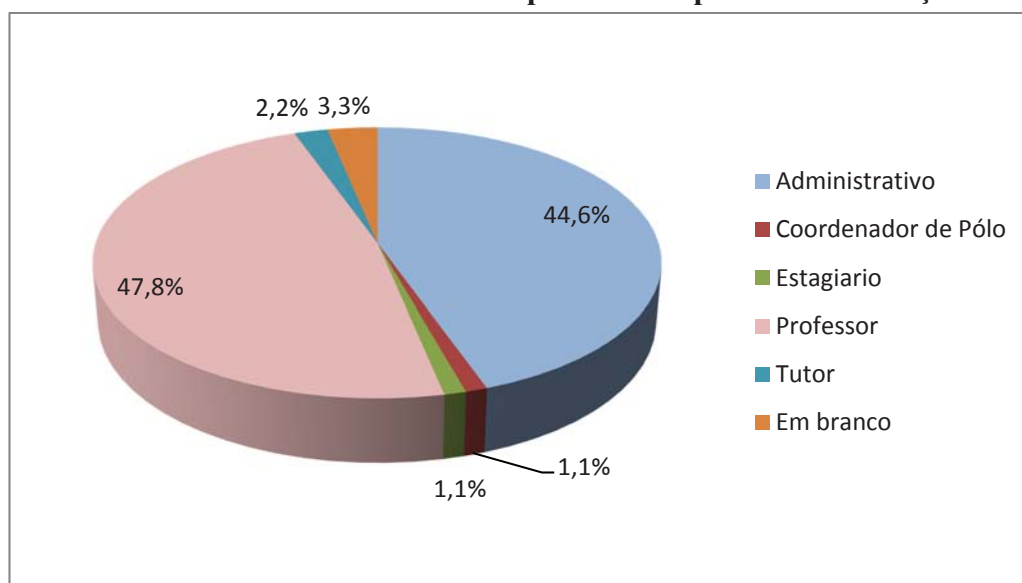
Criar um ambiente institucional voltado para o empreendedorismo

Capacitação de servidores no programa Educação Empreendedora

Realização em parceria com o SEBRAE, por meio da Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos setores Populares e Tradicionais do Acre – Incubac/IFAC, a capacitação Formação de Jovens Empreendedores (FJE), com foco no aprendizado da metodologia de ensino de empreendedorismo para jovens do ensino médio e técnico elaborado pelo Sebrae e que será aplicado nas disciplinas de Empreendedorismo nos cursos do IFAC, *Campus* Rio Branco. A capacitação foi oferecida a professores do IFAC, a princípio entre os dias 23/05 e 02/06 de 2015, posteriormente alterado para 06/06 a 27/06 de 2015, no Centro de Formação e Capacitação do Sebrae/AC, em Rio Branco-AC. Foram capacitados 04 (quatro) docentes.

Realização do IFAC empreendedor

O programa desenvolvido para capacitar gratuitamente servidores e estudantes do Instituto Federal do Acre e convidados contou com 92 servidores inscritos no programa (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Inscritos no IFAC Empreendedor por área de atuação.

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-graduação.

Programa piloto de bolsas de extensão para incubação de empreendimentos criado com apoio da PROAD

Foi publicado o Edital PROINP/IFAC n.º003/2015, processo seletivo interno para bolsistas da Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicionais do Acre (Incubac), ofertando cinco (05) bolsas de Apoio Técnico, sendo duas (02) bolsas para alunos de Cursos de Graduação e três (03) bolsas para alunos de Cursos Técnicos. Edital encontra-se aberto recebendo inscrições até fev/2016.

Realização da 2ª Feira de Empreendedorismo

O IFAC Empreendedor, com uma programação voltada para implementar, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), a cultura empreendedora, possibilita aos alunos e servidores um contato maior com as teorias e as vivências sobre empreendedorismo, desmistificando a ideia empreendedora no meio acadêmico. O objetivo da feira foi fazer com que a cultura empreendedora promova a geração de ideias no meio acadêmico gerando novas possibilidades de negócios. O evento contou com a parceria do SEBRAE, e foi realizado no dia 10 de dezembro de 2015.

Acompanhamento de Empreendimentos Incubado

Com a criação e implantação da incubadora, foi possível o acompanhamento de 05 (cinco) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e 01 (um) empreendimento empresarial, outros dois empreendimentos, Cooperativa de Catadores de Resíduos Recicláveis de Rio Branco (CATAR) e a Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos do Quinari (ACRESOQUI), no município de Senador Guiomard, que estão em fase de análise para uma possível incubação.

Empreendimentos acompanhados via processo de incubação:

- COOPDAF – Cooperativa Delícias da Floresta;
- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO 2º DISTRITO;
- COOPEVIDA – Cooperativa das Mulheres Produtoras de Capixaba;
- COOPERATIVA PAIOL – Grupo formado por homens e mulheres artesãos e costureiras que atuam na arte do artesanato e costura em geral;
- COOPASSAC – Cooperativa de Profissionais de Assistência Social do Acre
- PAC LANCHE – Empreendimento Individual, atua no ramo de lanches e alimentos prontos.

Atividade de Extensão via incubadora com os alunos do curso de Técnico em Administração

O objetivo da atividade foi executar, na prática, as teorias aprendidas em sala de aula, favorecendo a aprendizagem e o conhecimento dos alunos. Foi implementada pelos próprios alunos a metodologia: Diagrama de Ishikawa - Matriz de levantamento de Macroproblema e Elaboração do Plano de Ação para o Empreendimento Incubado PAC Lanche.

Institucionalização de Projetos de Pesquisa e Pós-Graduação

No ano de 2015, a institucionalização de projetos de pesquisa e de projetos de pós-graduação foi dividida dentro da PROINP, onde os projetos de pesquisa ficaram sob a responsabilidade da COPP/DIPE e os projetos relacionados à Pós-Graduação sob a responsabilidade da COPG.

Existem em andamento 22 projetos de pesquisa e 67 projetos de pós-graduação institucionalizados na PROINP, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Número de Projetos de Pesquisa e Pós-Graduação por *Campus* em andamento institucionalizados na PROINP.

<i>Campus</i>	Projetos de Pesquisa	Projetos de Pós-Graduação
Baixada do Sol	-	06
Cruzeiro do Sul	02	13
Rio Branco	13	26
Sena Madureira	04	10
Tarauacá	-	01
Xapuri	03	11
Total	22	67
Total Geral	89	

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-graduação.

Edital Bolsas de Mestrado e Doutorado (PROINP/IFAC-CNPq)

No ano de 2014, foi elaborado o Edital para a concessão de bolsas de Mestrado (06) e Doutorado (03) a pesquisadores pertencentes a Instituições Públicas de Ensino ou de Pesquisa do estado do Acre, inscritos em programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado ou doutorado) no país, pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP), financiado com recursos provenientes da Emenda Parlamentar n.º 26870011 de 2012, conforme o Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal do Acre e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (IFAC-CNPq), a serem pagas pelo CNPq.

O lançamento do referido edital estava na dependência do parecer jurídico do CNPq em relação as questões legais do Acordo, que ocorreu no final do ano de 2015.

Dessa forma, o EDITAL DE BOLSAS N.º 003/2015 – PROINP/IFAC-CNPq foi lançado em novembro de 2015, no qual foram recebidas 09 propostas de mestrado e 06 propostas de doutorado. Neste momento, as propostas estão sendo avaliadas por doutores das áreas específicas do projeto. A implementação das bolsas pelo CNPq vai ocorrer a partir de março de 2016.

AÇÕES NÃO PLANEJADAS EXECUTADAS

X CONNEPI

O X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação – X CONNEPI é o maior evento de pesquisa e inovação da Rede Federal de Educação Profissional. Em 2015, o evento foi organizado pelo Instituto Federal do Acre e aconteceu de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2015, no Centro de Eventos *Comfort*, em Rio Branco-AC com o tema Inovação e Empreendedorismo.

Participaram estudantes, professores, técnicos administrativos, pesquisadores, empreendedores de Institutos Federais de quase todo o Brasil, além de algumas Universidades, atingindo um público de mais de 2 (duas) mil pessoas.

No X CONNEPI ocorreram diversas atividades relacionadas às pesquisas e inovações produzidas nos Institutos Federais. Foram aceitos 1.394 artigos científicos para publicação no evento, e destes, foram apresentados 832 no formato pôster, oral e por web conferência durante o evento. Na Mostra Tecnológica, foram apresentados 53 trabalhos na forma de protótipo, processo ou serviço. No Desafio de Ideias, 32 equipes concorreram. Pelo palco do CONNEPI Cultural passaram 115 estudantes e servidores do IFAC envolvidos em apresentações artísticas e mais 53 de outros Institutos Federais do Norte e Nordeste. Além destas atividades, minicursos, palestras e seminários foram realizados simultâneos.

Na organização, participaram mais de 80 servidores e 69 alunos voluntários de várias Unidades do IFAC. A equipe da PROINP foi a responsável pela parte científica, palestras e minicursos do evento. Além disso, está responsável pela publicação dos Anais em parceria com a Editora IFAC e Assessoria de Comunicação, publicação que está prevista para o 1º semestre de 2016.

Oferta anual de cursos de pós-graduação lato sensu em nível de especialização

Atualmente o Instituto Federal do Acre possui 05 (cinco) turmas do Curso de Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica em andamento nos *Campi* Baixada do Sol, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. A previsão de conclusão dessas turmas é em março de 2016.

Não foi realizada a oferta de Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* no IFAC em 2015, tendo em vista que já haviam cinco turmas do Curso de Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica em execução (iniciadas em 2014), totalizando 150 vagas ofertadas (30 vagas por *Campus*).

Além disso, não houve nenhuma proposta de Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* por parte dos *Campus* em 2015. A oferta de novos cursos para o ano de 2016 ainda está em estudo.

Oferta anual de cursos de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado

Considerando a atual titulação e produção científica dos servidores do IFAC, além da presente infraestrutura laboratorial institucional, ainda não é possível a oferta de Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu* em nível de Mestrado no IFAC.

No entanto, a instituição, como um todo, está trabalhando para criar as condições necessárias para que essa oferta ocorra em médio prazo, através de uma política de incentivo a qualificação de seus servidores por meio da DSDIN, da PROGP e da PROINP (Coordenação de Pós-Graduação), além da estruturação dos laboratórios de ensino/criação de laboratórios de pesquisa no IFAC.

Realização de convênios institucionais para oferta de cursos de pós-graduação para qualificação dos servidores do IFAC

A PROINP, a Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional (DSDIN) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGP) atuam em conjunto, de forma a realizar discussões e definições acerca dos Convênios Institucionais (nacionais e internacionais) para qualificação dos servidores do IFAC. Atualmente a COPG/PROINP é responsável pelo acompanhamento e execução destes cursos.

A execução dos convênios realizados pelo IFAC com instituições nacionais e internacionais, até o presente momento, resultará num aumento de cerca de 17% de mestres e 86% de doutores até o final de 2017.

Na Tabela 9 pode ser observada a relação dos convênios institucionais realizados pelo IFAC em 2015.

Tabela 9 - Convênios institucionais realizados pelo IFAC em 2015.

CURSO	INSTITUIÇÕES	SITUAÇÃO
MBA em Governança Pública e Gestão Administrativa	IFAC TCE/AC	Início em 2016
Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas/Acre (MPGAP/Acre)	IFAC INPA FAPAC FUNTAC SEMA ICMBio	Em execução
Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico/Acre (MPET/Acre)	IFAC IFAM	Início em 2016
Mestrado em Produções de Conteúdos Digitais Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Planejamento/Gestão de Territórios	IFAC Instituto Politécnico de Tomar (Portugal)	Aguardando definição de execução

Mestrado em Educação (EaD)	IFAC Instituto Politécnico de Santarem (Portugal)	Aguardando definição de execução
----------------------------	---	-------------------------------------

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação.

3.6 Realização do Seminário Anual de Pós-Graduação do IFAC

O I Seminário de Pós-Graduação do IFAC (I SEPG/IFAC), ocorrido dentro do X CONNEPI, contou com a apresentação de 19 de trabalhos (pôsteres) de alunos de Pós-Graduação do estado do Acre, incluindo alunos do Curso de Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFAC.

Além disso, no I SEPG/IFAC foi realizada a Palestra sobre "Os desafios da Pós-Graduação no Estado do Acre", tendo como palestrantes o Professor Ricardo Pereira (Coordenador de Pós-Graduação do IFAC) e o Professor Josimar Ferreira (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAC). Nas palestras foram abordadas questões relativas à qualificação profissional, produção científica, oferta de cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) no estado e fomento (infraestrutura, auxílio a projetos e bolsas). Após a palestra, foi realizada a mesa redonda sobre o tema, com a participação do público presente.

3.7 Institucionalização dos projetos de pesquisa não vinculados à pós-graduação

3.8 Outras atividades e ações executadas pela equipe da PROINP

3.8.1 Participação na elaboração da documentação e discussões para a construção e desenvolvimento de ambientes de inovação e/ou Parque Tecnológico, no decorrer de 2015, ações prioritárias das políticas públicas do estado do Acre.

3.8.2 Estabelecimento, prorrogação e encerramento de Acordos de Cooperação Técnica com diversas universidades: UNESP, PUCRS, UFRGS, etc.

3.8.3 Elaboração de Edital para Afastamento de Servidores, visando à Formação de Recursos Humanos em nível de Pós-graduação.

3.8.4 Elaboração de Edital para contratação de Professores Visitantes;

3.8.5 Participação nas reuniões e encontros do Centro de Excelência em Energia do Acre, localizado na Universidade Federal do Acre, criado para atender às demandas de pesquisas em energias, especialmente aquelas envolvendo “geração de energia com turbinas tipo bulbo e transmissão de energia em corrente contínua;

3.8.6 Reuniões junto a um grupo de empreendedores e a SECTA - Secretaria De Ciência e Tecnologia do Acre, para uma possível parceria entre a Incubac e o Governo do estado, via SECTA, para Incubação de 16 empreendimentos em parceria com o Sebrae. Tal parceria de Incubação está em fase de análise de viabilidade, por ambos os lados.

3.8.7 Participação nas discussões sobre o futuro dos Resíduos Sólidos no Acre, junto com o Ministério Público do Acre e demais parceiros como o UNISOL e a Primeira dama do estado, com o propósito de fomentar a melhoria das cooperativas de catadores, formando uma central para administrar e gerir as questões locais e possibilitar angariar recursos para essa atividade.

3.8.8 Execução do Projeto Inclusão Digital e Gestão Financeira de pequenos empreendimentos via Uso de *Smartphone*. Foram capacitados cerca de 100 (cem) empreendedores individuais e representantes de empreendimentos coletivos no âmbito desse projeto.

3.8.9 Execução do Projeto de Criação e Implantação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETE), projeto este aprovado via CHAMADA 11/2014 do CNPq, em parceria com MDA, com atuação da PROINP nas regionais do Baixo Acre e Tarauacá/Envira.

3.8.10 Participação na 6ª Reunião Anual dos Coordenadores dos Programas Institucionais do PIBIC, PIBIC-Af e PIBITI na sede do CNPq em Brasília, DF.

3.9 Atividades não executadas

3.9.1 A PROINP não participou das 2 reuniões do Fórum de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação devido toda equipe estar envolvida no evento do X CONNEPI. **Atividades previstas e não executadas.**

Tabela 10 - Metas e ações planejadas e não executadas.

Meta/Ação	Justificativa da não execução	Reprogramação da execução
Criar o ambiente virtual do NIT IFAC	Foi realizado o levantamento e proposta de conteúdo, porém, em virtude da carência de recursos técnicos e financeiros, não foi concretizada a criação do site (ambiente virtual) do Núcleo de Inovação Tecnológica.	2016-2017
Implementar a coordenação de Incubadora de Empreendimentos nos <i>Campus</i> do IFAC	Foi criado e implantado uma Incubadora no <i>Campus</i> Rio Branco, mediante a CHAMADA MCTI/SECIS/TEM/SENAES/CNPq N.º 89/2013 do CNPq. Atualmente está na fase de conscientização e mobilização de pessoal para a importância de ação, aguardando uma posição da administração superior quanto à disponibilidade e códigos de vagas para a criação das coordenações nos <i>Campus</i> .	2016-2018
Lançar, no mínimo, 01 edital anual para seleção de ideia, empreendimento de base tecnológica inovador	Para que possa cumprir essa ação de forma efetiva, imprescindível é a criação/ampliação da oferta de cursos de Graduação Tecnológica tais como: (Tecnologia de Alimentos; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Sistemas de Comunicações; Tecnologia em Sistemas para internet; Tecnologia em fabricação mecânica, tecnologia em processos químicos; etc.) bem como pensar na implantação de cursos de graduação na área das engenharias (Elétrica, eletrônica, produção, materiais) dentre outros ramos do conhecimento que são fontes constantes de inovação em produtos, processos e serviços. Mesmo não tendo sido possível o lançamento do edital foi prospectado duas (02) ideias de caráter tecnológico inovador, oriundas de discentes do curso de Tecnologia da Informação <i>Campus</i> Rio Branco).	2017-2018

Fonte: Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação.

Pró-Reitoria de Administração

Gestão Orçamentária e Financeira

O planejamento orçamentário no IFAC se dá de forma compartilhada entre Reitoria e seus *Campi*, sendo priorizado o atendimento das demandas relacionadas às atividades finalísticas do órgão que é o ensino, a pesquisa e a extensão. No que tange à execução orçamentária esta atendeu as demandas básicas das unidades e Reitoria no que se refere a custeio. Quanto à execução financeira, esta transcorreu sem grandes alterações o que facilitou o controle adequado do Instituto.

Os bens móveis e estoques do IFAC são controlados por intermédio do sistema SIGAADM, sendo que os equipamentos e bens de uso permanente estão registrados no módulo de patrimônio e os bens de consumo são cadastrados no almoxarifado e disponibilizados às unidades conforme a demanda. Atualmente, o citado sistema não tem atendido às normas relacionadas à gestão de materiais, motivo pelo qual estaremos implementando no primeiro semestre de 2016 o novo sistema, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), que visa melhorar o controle dos bens patrimoniais, inclusive, depreciando-os para constar seus valores reais na Contabilidade do Órgão, bem como gerir o estoque de materiais, atrelando-o ao processo de compras, além de fazer a gestão dos contratos da instituição.

Gestão de Suprimento

Durante o exercício, a aquisição de materiais de consumo foi realizada por meio de Atas de Registro de Preços vigentes bem como certames licitatórios com esta finalidade, cujos objetos variam entre: materiais de expediente, combustíveis, material esportivo, ferramentas e componentes de informática.

Ressalte-se que todos os certames licitatórios foram instruídos na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para formação de Sistema de Registro de Preços (SRP), em consonância com a legislação de regência. A partir de 2016, além dos controles do SIASG (COMPRASNET), o IFAC contará com o SIPAC para organização de saldo de atas de registros de preços, empenho, contratos, entre outros. Atualmente, tais controles são realizados de forma manual em planilhas eletrônicas, dificultando os controles por unidade e, conseqüentemente, sua consolidação pela Reitoria.

Gestão de Infraestrutura

No exercício 2015, foram iniciadas as obras das Quadras Poliesportivas dos *Campi* Rio Branco e Cruzeiro do Sul, além de ter praticamente concluído a construção do *Campus* Tarauacá, faltando apenas a pavimentação e iluminação externas, com previsão de entrega da obra ainda no primeiro semestre de 2016.

Além disso, foi mobilizada uma equipe para atendimento da infraestrutura para montagem do X CONNEPI, resultando em contratação de empresa para montagem, desmontagem e organização do evento, sob a supervisão da PROAD e da Pró-Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação – PROINP.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Tabela 11- Capacitações dos servidores do Instituto Federal do Acre.

N.º	Denominação	Atividade	N.º de SEVIDORES
1.	III – Fórum Mundial De EPCT	Evento	05
2.	Execução orçamentária e financeira da folha pessoal no novo SIAFI (novo CPR)	Curso	01
3.	Procedimentos de protocolo e organização de arquivos – ESAF/SP	Curso	01
4.	Gestão do Orçamento Público	Curso	01
5.	Capacitação em SCDP	Curso	02
6.	Análise e melhoria de processos	Curso	02
7.	11º Seminário Nacional de Educação a Distância – SENAED	Evento	02
8.	Análise e melhoria de processos	Curso	01
9.	Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação (FONAI-TEC)	Evento	02
10.	Curso Execução Orçamentária Integrado com o SIAFI Operacional e Web e Educacional como o novo PCASP para 2015	Curso	03
11.	Formação Gestores da Rede Federal	Curso	34
12.	Intercambio Seda College	Curso	01
13.	Programa de Gestão Orçamentária e Financeira	Curso	02
14.	Capacitação – Arquitetura e Protocolo de Rede TCP – IP (ADR 1)	Curso	02
15.	Capacitação – IPV6 Básico	Curso	02
16.	Gerenciamento de Serviço de TI e ITIL v3 – Fundamentos	Curso	02
17.	Elaboração de PDTI	Curso	01
18.	Gestão de Convênios para Concedentes	Curso	01
19.	Gestão do Orçamento Público	Curso	01

20.	Curso de Capacitação em SCDP – Sistema de Controle de diárias e passagens do Governo Federal	Curso	02
21.	Capacitação Gestores	Curso	05
22.	11º Seminário Nacional de Educação a Distância – SENAED	Evento	01
23.	Curso execução orçamentária e financeira da folha pessoal no novo SIAFI (novo CPR)	Curso	01
24.	53º congresso da SOBER	Evento	01
25.	Curso de Conformidade de Registro de Gestão	Curso	01
26.	ENAP em Rede	Curso	04
27.	Simpósio Nacional de História	Evento	01
28.	Curso Estratégias de proteção e comercialização dos resultados de pesquisas de Universidades e Centros de P&D: Redação de Patentes Avançado	Curso	01
29.	Curso de Legislação de Pessoal	Curso	03
30.	Curso E-Social Para Órgãos Públicos – Implantação Conforme a Resolução 01/2015	Curso	04
31.	Curso de Previdência dos Servidores Públicos	Curso	02
32.	Semana Especial de SIAPEcad – Cadastro de Pessoal e SIAPE – Folha	Curso	02
33.	Capacitação – Teste de Invasão de Aplicações	Curso	01
34.	30º Congresso Internacional de Educação Física	Evento	01
35.	XXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Parasitologia	Evento	01
36.	Identificador Florestal/Parabotânico 1º Módulo	Curso	16
37.	Identificador Florestal/Parabotânico 2º Módulo	Curso	15
38.	Capacitação – ETEC – Idiomas Sem Fronteiras	Curso	01
39.	X Encontro de Pesquisa e Ensino de Ciências	Evento	01
40.	XXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Parasitologia e XXIII Congresso Latino Americano de Parasitologia	Evento	02
41.	VII Congresso Internacional de Geografia Agrária	Evento	02
42.	45º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia	Evento	02

43.	Curso LEI N.º 8.112/90 Aplicados ao SIAPECAD – Cadastro de Pessoal e SIAPE – Folha	Curso	02
44.	X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial	Evento	02
45.	XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Tecnologia E Embriões	Evento	01
46.	Ambiental e oficina de ingresso de novos servidores – Docentes	Oficina	36
47.	Ambiental e oficina de ingresso de novos servidores – TAE	Oficina	20
48.	IX Simpósio Linguagem e Identidade da Amazônia Sul Ocidental	Evento	01
49.	CAPES/NOVA	Curso	01
50.	Capacitação NDE	Oficina	36
51.	Capacitação NAPNE	Oficina	06
TOTAL DE SERVIDORES			285
*Considerando que no ano de 2015 as capacitações ocorreram num período de 05 (cinco) meses devido ao atraso, no início do ano do repasse do recurso para este fim, sendo liberado a partir de maio de 2015, bem como, a suspensão das capacitações durante o período de greve da Reitoria (13 de junho até 05 de outubro de 2015).			

Fontes: SCDP, PROGP e Unidades de Lotação.

Outras atividades desenvolvidas

- Elaboração do **Plano de Capacitação/2016** (encontra-se em análise para aprovação no Conselho Superior);
- Elaboração e publicação do **Edital de Afastamento para Qualificação** (concluído);
- Elaboração do **Manual do Servidor** (em processo de revisão);
- Respostas a Ofícios, Memorandos, Requerimentos, Despachos, e-mails e outras solicitações;
- Lançamento de PCDPS, prestação de contas e demais demandas de SCDP;

Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional (DSDIN) é o órgão responsável pela elaboração do planejamento institucional, acompanhamento de sua aplicação e prestação de contas pelo suporte a todos os órgãos do instituto, no que diz respeito à análise funcional de suas atividades, obtenção de informações, ao apoio na elaboração de planos, projetos, propostas de acordos interinstitucionais, bem como pelas iniciativas de modernização administrativa.

No prelúdio de 2015, a DSDIN, responsável pela pasta de planejamento e desenvolvimento institucional, possuía na sua estrutura organizacional duas diretorias e três coordenações, a saber:

- a) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DPDI), com:
 - Coordenação de Estratégia Organizacional (CEORG);
 - Coordenação de Interação de Projetos e Desenvolvimento Institucional (COINS).
- b) Diretoria de Planejamento de Desenvolvimento Internacional (DPIDN), com:
 - Coordenação de Interação de Projetos e Desenvolvimento Internacional (COINT).

Em 19 de março de 2015, o organograma da IFAC foi atualizado, as alterações foram aprovadas na Resolução n.º 021/2015 – CONSU/IFAC ocasionando a extinção da DPDI na estrutura da DSDIN. Atualmente está estabelecida a seguinte estrutura organizacional:

- Coordenação de Estratégia Organizacional;
- Coordenação de Interação de Projetos e Desenvolvimento Institucional;
- a) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Internacional.
 - Coordenação de Interação de Projetos e Desenvolvimento Internacional.

Ações 2015

Em 2015, a diretoria sistêmica iniciou a análise e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 – 2018, em virtude da constatação da ausência de alguns requisitos legais, que devem constar no Plano de Desenvolvimento Institucional, sendo as seguintes políticas e diretrizes: a) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – *Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004*; B) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – *Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012*; c) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – *resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012*. Foi construída tanto a metodologia para a Comissão Central de Revisão e Reformulação do PDI, quanto à metodologia para os *campi*, envolvendo toda a instituição no processo de análise e reformulação.

Paralelo a essa ação foi realizada a análise do plano de oferta de vagas e cursos, encabeçado pela Pró-Reitoria de Ensino. No entanto, a Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional, realizou a condução da análise socioeconômica das regionais aos quais os *campi* são atuantes, estudo que subsidiou a análise realizada, bem como outras análises e planejamento vindouros.

No segundo semestre de 2015 a diretoria retomou a Elaboração do Regimento Geral do IFAC, constituindo-se a Comissão Central de Elaboração do Regimento Geral, esta produziu a versão preliminar do texto base do Regimento Geral. A segunda fase foi à apreciação da minuta do Regimento Geral pelas comissões instituídas nos *campi*. Concretizadas as contribuições centrais e locais, a minuta foi publicada na forma de consulta pública eletrônica o qual pôde ser lido e consultado pela comunidade interna e externa que puderam contribuir com a construção desse documento normativo. Faltando para a concretização dessa ação, apenas, a análise junto à câmara de legislação e ao Conselho

Superior do IFAC para aprovação, obedecendo dessa forma os termos do art. 9º, IV, do Estatuto do IFAC, previsão de finalização no primeiro semestre de 2016.

Em meados de 2015 foi realizado um levantamento das despesas dos *campi* do primeiro semestre, a fim de subsidiar o planejamento orçamentário do ano de 2016 que ainda estava em andamento. O referido planejamento necessitou de dados externos que viabilizassem uma melhor definição do planejamento, como por exemplo, a elaboração da matriz CONIF e a aprovação da proposta orçamentária o que causou morosidade no planejamento.

Durante o primeiro e segundo semestre de 2015, foi realizado o estudo e Avaliação da Estrutura Organizacional do IFAC, com vistas a subsidiar as posteriores e possíveis alterações em termos de distribuição de cargos e funções, realocação de força de trabalho, alteração de níveis de cargos e funções e alterações na nomenclatura das unidades administrativas que compõem o IFAC, atingindo os seguintes objetivos:

- a) melhorar o fluxo de informações de nível operacional, tático e estratégico;
- b) promover maior agilidade no andamento dos processos mais recorrentes;
- c) readequar a força de trabalho visando equacionar as demandas de serviços de acordo com sua prioridade, volume de trabalho e complexidade.
- d) formular sugestões que possam melhorar a eficiência administrativa dos processos gerenciais das unidades administrativas bem como de outras unidades administrativas das quais estejam em contato mais frequente.

O estudo baseou-se em uma avaliação junto aos Diretores, Assessores e Coordenadores do IFAC que manifestaram as necessidades de mudanças, e assim, apresentaram à Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional novas propostas e contribuições para que o estudo fosse viabilizado.

A Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional (DSDIN) responsabilizou-se pela construção do organograma de cada unidade administrativa e, assim, tornou-se possível obter um resultado final que mostrou o impacto das alterações sobre o quantitativo de cargos e funções gratificadas disponíveis, considerando os anseios do corpo diretivo pela melhoria da eficiência no desenvolvimento das atividades meio e fim.

A Coordenação de Interação de Projetos e Desenvolvimento Institucional (COINS) é uma coordenação criada para estabelecer o elo de comunicação e envolvimento entre o IFAC com instituições públicas e privadas, com vistas à celebração de parcerias ajustadas por meio

de Acordos de Cooperação, Protocolo de Intenções, Termos de Adesão, Termos de Cessão de Uso, Termos de Doação, Termos de Execução Descentralizada e Termos de Colaboração, dependendo do contexto, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da Instituição concernente a:

1. Intercâmbio de experiências no campo técnico, científico, profissional e educacional.
2. Implementação de planos e projetos englobando análises e pesquisas.
3. Ampliação da infraestrutura para subsídio das práticas pedagógicas realizadas por docentes.

Em 2015, a COINS viabilizou ações para o andamento dos seguintes processos:

Tabela 12 - Processos de Pacerias Institucionais.

TOTAL GERAL DE PROCESSOS INICIADOS EM 2015		25
Total de processos em andamento em 2015		14
Total de processos em execução em 2015	Protocolo de Intenção	02
	Acordo de Cooperação	06
	Termo de Execução Descentralizada	01
	Termo de Cooperação	01
Total de processos encerrados/arquivados em 2015		01

Fonte: Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional.

Tabela 13 - Parcerias firmadas em 2015.

TIPO DE INSTRUMENTO	PARTES	PROCESSO	PUBLICAÇÃO EXTRATO
Protocolo de Intenção	IFAC e PREF. DE PORTO ACRE	23244.000161/2015-21	A publicar extemporaneamente
Protocolo de Intenção	IFAC e UFAC	23244.002901/2015-63	BOLETIM DE SERVIÇO N.º 63, DE 02/10/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e TCE	23244.003423/2015-17	A publicar extemporaneamente
Acordo de Cooperação	IFAC e SEE	23244.001569/2015-10	DOU 166, DE 31/08/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e Sebrae	23244.001783/2015-76	DOE 11.603, DE 23/07/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e SEME	23244.003051/2015-11	DOU 204, DE 26/10/2015

Acordo de Cooperação	IFAC e UNINORTE	23244.002542/2015-44	DOU 224, DE 24/11/2015
Acordo de Cooperação	IFAC e SEPN	23244.003400/2015-02	DOU 237, DE 11/12/2015
Termo de Execução Descentralizada	IFAC e IFAM	23244.003748/2015-91	A publicar extemporaneamente
Termo de Cooperação	IFAC e CONIF	23244.003599/2015-61	DOU 177, DE 16/09/2015

Fonte: Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional.

Assim, considerando que: 1) a COINS foi instituída em agosto/2014 operando sem nenhuma regulamentação de fluxos dos processos de parcerias; 2) a mesma tem dispendido trabalho para o andamento e a execução de 17 (dezessete) processos iniciados em anos anteriores; e 3) alguns fatores, como: mudança na gestão da DSDIN e deflagração da Greve Nacional (julho a outubro/2015) provocaram a diminuição na produtividade do setor, diante disso, a DSDIN, por meio da COINS, pôde efetuar uma média de 01 (uma) parceria por mês durante o ano de 2015.

Ações de Internacionalização

O ano de 2015, certamente, foi desafiador para a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Internacional (DPIDN). A busca por oportunidades de estudos e aperfeiçoamento em instituições estrangeiras se caracterizou como uma constante ação no ano de 2015. Navegamos em mares muitas vezes desconhecidos, para dar conta das demandas e, acima de tudo, trazer ao IFAC os resultados da internacionalização, que nos motiva por acreditarmos que os impactos gerados por experiências culturais diversificadas e de estudos, não apenas colabora para a formação profissional de qualidade, mas, sobretudo, humaniza.

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Internacional, no ano de 2015, quer sejam, as atividades, os resultados alcançados e ainda os desafios que temos pela frente na gestão da internacionalização do IFAC, constituem o esforço sistemático da diretoria com vistas à concretização das metas que a diretoria propõe. Vale lembrar que, internacionalização não se caracteriza por ações isoladas. Trata-se de um processo, uma construção, que diz respeito a toda comunidade da instituição de ensino, sejam eles, gestores, docentes, técnicos, estudantes.

IFAC – quantitativo da mobilidade internacional:

- Mobilidade Internacional Discente em 2015/2: 08 (oito) alunos de graduação que permanecerão até fevereiro de 2016;
- Capacitação de servidores em parceria com instituição estrangeira em 2015/2: 16 servidores;
- Acordos de cooperação Internacionais vigentes: 7 (sete).

Descritivo das ações gerais desenvolvidas em 2015:

- Divulgação de oportunidades de intercâmbio, eventos, editais, de âmbito internacional;
- Consolidação da imagem da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento internacional no IFAC, bem como, a nível regional e nacional;
- Divulgação e incentivo à participação no teste de proficiência em língua inglesa, TOEFL ITP;
- Conversa com gestores e comunidade acadêmica sobre a importância da internacionalização no âmbito do IFAC;
- Reuniões periódicas com a coordenação do Centro de Estudos de Línguas do IFAC para a recondução da oferta dos cursos de línguas estrangeiras;
- Gestão da mobilidade *outgoing*;
- Redação de documentos relativos à mobilidade internacional e a estruturação da diretoria internacional;
- Participação da DPIDN em reuniões do FORINTER (Fórum de Relações Internacionais das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica);
- Participação nas discussões sobre implantação de Escolas de Fronteiras;
- Formalização de parcerias e acordos com instituições estrangeiras;
- Apoio à PROINP, mais especificamente, à Coordenação de Pós-Graduação, na elaboração de PLANOS DE TRABALHO para oferta de curso de capacitação **stricto sensu** para servidores do IFAC em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar (Tomar – Portugal) e o Instituto Politécnico Santarém (Santarém – Portugal);
- Elaboração de documentos padrões (Protocolo de Intenções para formalização de parcerias internacionais, devidamente autorizados pela Procuradoria.

Atividades desenvolvidas em 2015

1) Aplicações do teste de Proficiência em Língua Inglesa TOEFL ITP

A realização do teste de proficiência em língua inglesa para servidores e estudantes de Graduação é um dos requisitos para participação nos programas: Idiomas sem Fronteiras e Ciência sem Fronteira (MEC), além de integrar a política de incentivo a aprendizagem de línguas estrangeiras adotada pela SETEC/MEC.

Foram realizadas 10 aplicações do teste **TOEFL ITP** no ano de 2015.

2) Assinatura do Protocolo de Intenções com o Instituto Politécnico Santarém – Portugal

A parceria tem como objeto: a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre os partícipes, visando o desenvolvimento e execução conjunta de programas e projetos, o intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos e tecnológicos. O documento tem validade de 60 meses, podendo ser prorrogado por um período de mais 60 meses se assim as partes expressarem interesse.

3) Estabelecimento de uma parceria com o NEW YORK BOTANICAL GARDEN (NYBG)

A parceria iniciou-se em fevereiro de 2015, em uma reunião na sala de reuniões da reitoria, na qual estavam presentes gestores, docentes das áreas das agrárias e o representante do NYBG, o Sr. Douglas Daily, pesquisador sobre a flora amazonense. A parceria resultou em um curso de capacitação de 80 horas em Identificador Florestal Parabotânico, para 16 servidores do IFAC. Para a realização da referida capacitação, a DPIDN teve a colaboração da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFAC, e da Embrapa-Rio Branco/AC. A capacitação foi realizada na sede da Embrapa-Rio Branco/AC, em duas semanas intensivas. Esta ação colaborou para a oferta de um minicurso no X CONNEPI: “Arquitetura Foliar: A ‘impressão Digital da folha’ como ferramenta para a identificação botânica”, organizado pelo docente do *Campus* Sena Madureira, Me. Hudson Franklin Pessoas Veras, que participou da capacitação.

4) Execução do Edital Internacional n.º 01/2015

Trata-se de um planejamento iniciado em 2014. O Edital Internacional n.º 01/2015 foi lançado no dia 08 de abril/2015. O referido documento, em parceria com Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil (DSAES), teve como objetivo investir na formação de pessoal altamente qualificada nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade

do conhecimento. Possibilitou que 8 (oito) alunos dos cursos de graduação do IFAC, de todos os *campi*, selecionados conforme descrito no referido Edital, tivessem a oportunidade de participação na Mobilidade Acadêmica de estudos no Instituto Politécnico Castelo Branco (IPCB), em Portugal, na forma de repasse financeiro mensal para custear despesas durante o período de Intercâmbio: de 14 de setembro de 2015 até 22 de fevereiro de 2016, o que caracteriza 1 semestre letivo.

A DPIDN redigiu o Edital e os Editais Complementares; solicitou a Portaria para uma Comissão Permanente de avaliação e seleção dos inscritos para Mobilidade Acadêmica do IFAC; acompanhou a seleção dos alunos inscritos; coordenou reuniões via web conferência e orientou os intercambistas quanto aos documentos necessários para a emissão do VISTO e demais documentos e formulários necessários ao intercâmbio internacional, bem como, realizando a tradução de documentos no par de línguas inglês/português enviados pelo IPCB, além de instruir o Registro Acadêmico dos *campi* quanto à regularização acadêmica do estudante em intercambio de estudos.

A Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Internacional acompanhou os 8 alunos selecionados até São Paulo para retirada dos Vistos e a viagem a Portugal onde os alunos ficaram para realizar seus estudos. O acompanhamento dos alunos está sendo realizado via e-mail mediante a troca de informações com os Coordenadores do Gabinete de Relações Internacionais do Instituto Politécnico Castelo Branco/Portugal: João Pedro Luz, Conceição Baptista e Paula Ribeiro, e os alunos em mobilidade internacional.

5) Aprovação do Regulamento de Mobilidade Acadêmica (RMA)

A aprovação ocorreu na 3ª reunião extraordinária do CONSU/IFAC, no dia 19/03/2015. O RMA, Resolução n.º02 de 23 de fevereiro de 2105, foi publicado no Boletim Extraordinário do IFAC, Ano V, n.º 14, no dia 11 de março de 2015, e dispõe sobre normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Entende-se por Mobilidade Acadêmica o processo pelo qual o estudante desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico em nível nacional ou internacional, salvo em caso de mobilidade acadêmica intercampus. São consideradas como atividades de mobilidade acadêmica estudantil aquelas de natureza acadêmica, científica, esportiva, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação acadêmica do estudante.

6) Participação no IV Seminário de Internacionalização do IFSudeste Minas Gerais

O Seminário ocorreu no dia 04 de novembro de 2015. O objetivo da participação centrou-se em conhecer: o funcionamento da Assessoria de Relações Internacionais do IF Sudeste de Minas Gerais; as oportunidades de intercâmbio nos Estados Unidos e na Inglaterra; o Programa “Skill without Borders” viabilizado pelo Conselho Britânico; o funcionamento do Centro de Línguas do IF; as informações disponibilizadas pelo Sr. Paulo Leão (SETEC) acerca das oportunidades de capacitação no exterior viabilizadas pelo SETEC/MEC.

7) Representante institucional do IsF

A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Internacional representa o IFAC no Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). O programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu) em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e tem como principal objetivo incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiras nas universidades do País (informações retiradas do site do Programa: <<http://isf.mec.gov.br/>>).

Entre as ações dessa representação, incluem-se as aplicações dos testes de proficiência TOEFL ITP (para servidores e estudantes de graduação do IFAC) e o teste TOEIC BRIDGE (para alunos do ensino médio); divulgação e orientação acerca do MEO (My English Online), curso gratuito de língua inglesa para alunos de graduação e servidores das instituições de ensino superior; e do curso de Francês (para alunos de graduação). A DPIDN presta, constantemente, assistência aos interessados nos testes e também nos cursos, que encontram problemas de inscrição, *login*, bloqueio do curso, entre outros.

8) Participação no evento “Escolas de Fronteiras” realizado pelo CONIF/FORINTER

A diretora da DPIDN participou do “**Encontro dos Institutos Federais na Fronteira: Experiências e Desafios**”, que ocorreu em Brasília/DF nos dias 26 e 27 de agosto de 2015, no qual foram tratados os seguintes assuntos: i) um representante do Ministério da Integração discorreu sobre “Estratégia Nacional de Fronteiras” e apresentou uma pesquisa sobre quais os IFs que estão em regiões de fronteiras e o panorama da educação na fronteira; ii) apresentação das expectativas dos Institutos Federais na Fronteira: breve explanação sobre a situação geral do IFAC, IFAM, IFAP, IFRO, IFRR, IFPR, IFMT, e IF Farouilha, IFRS, IFSC; iii) diálogos com as Embaixadas presentes no evento: Peru, Guiana Francesa, Suriname, Argentina; iv)

mesa redonda: legislação aplicada para os IFs de Fronteira: com os representantes dos Órgãos Federais: comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração na Faixa de Fronteira (CDIF), Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Integração, Ministério do Trabalho, Conselho Nacional de Educação, Consultoria Jurídica do MEC, Polícia Federal; v) painel, caso IFSul, cursos Binacionais; vi) Definição de Grupos de Trabalhos (GTS) para realizar estudos sobre implantação de Escola de Fronteiras.

9) Organização de 2 palestras sobre o Teste de Proficiência em Língua Inglesa: TOEFL ITP para estudantes e servidores do IFAC

As palestras ocorreram no auditório do *Campus Xavier Maia/Rio Branco*, nos dias 31 de agosto de 2015, às 19h, e 03 de setembro de 2015, às 16h. Os docentes de língua inglesa do IFAC, Luiz Eduardo Guedes Conceição, Luciana Maira e Iliane Tecchio, apresentaram sobre a importância da realização do teste, sua estrutura e a agenda das aplicações no 2º semestre/2015.

10) Reunião com docentes de língua inglesa do IFAC

A DPIDN convocou os professores de língua inglesa do IFAC para uma reunião no dia 10 de setembro/2015, às 14h, na sala de reuniões do *Campus Xavier Maia/Rio Branco*, para tratar dos seguintes assuntos: i) Centro de Idiomas do IFAC: a professora Luciana será a nova coordenadora e dará prosseguimento as ações para implantação do Centro de Idiomas do IFAC; ii) Edital NOVA: lançado pelo Programa SETEC-CAPES/NOVA de Capacitação para Professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visa propiciar treinamento nas instituições consorciadas ao *Northern Virginia Community College* (Nova), nos Estados Unidos, com atividades acadêmicas e culturais voltadas para professores em efetivo exercício na Rede Federal, constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e Colégio Pedro II. O professor do IFAC, lotado no *campus Xapuri*, Luiz Eduardo Guedes Conceição, concorreu ao edital e foi selecionado. A viagem está agendada para o dia 13 de janeiro de 2016 e retorno no dia 13 de março de 2016; iii) agendamento da aplicação do teste TOEFL ITP para os docentes de língua inglesa do IFAC; iv) Explicação sobre os testes TOEFL ITP e TOEIC BRIDGE, bem como agendamento do treinamento para os docentes serem aplicadores dos testes credenciados pela *Mastertest*.

11) Participação na 2ª Reunião do FORINTER

A reunião ocorreu em Brasília, nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2015, na qual foram tratados os seguintes temas: i) capacitação para os assessores internacionais; ii) oportunidades de intercâmbio com bolsas; iii) escola de fronteiras; iv) MEO – My English online e programa Idiomas sem Fronteiras; v) parceria com Liceus da França; vi) Ações de internacionalização da SETEC; vii) Compartilhamento de experiências dos participantes no Programa Professores para o Futuro/Finlândia.

12) Participação da DPIDN no X CONNEPI (30 de novembro a 3 de dezembro/2015)

No evento que foi organizado pelo IFAC, a diretoria da DPIDN marcou presença nas seguintes atividades: i) Participação na Comissão de Comunicação e Mobilidade em reuniões semanais e na realização de atividades relacionadas à comissão; ii) Avaliação de artigos; ii) avaliação de pôsteres; iii) Avaliação de apresentações orais dos artigos; iv) Recepção dos palestrantes e mentores no aeroporto em todos os dias que ocorreram o evento.

Diretoria Sistêmica de Programas Especiais

A Diretoria Sistêmica de Programas Especiais – DSPES coordena no âmbito do IFAC os programas nacionais de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – como a Rede E-Tec (cursos técnicos a distância), o Profucionário (cursos técnicos de qualificação para profissionais não docentes das redes municipais e estadual), o Mulheres Mil (cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC para mulheres em situação de vulnerabilidade social) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - Pronatec (cursos FIC na cidade e no campo).

Para realização dos programas, a DSPES conta com as diretrizes e orçamentos específicos do Ministério da Educação. Dadas as dificuldades dos recursos públicos neste ano de 2015, a expansão não chegou a alcançar os 22 municípios, como anteriormente planejada. Porém foi reforçada a estrutura nas que foram possíveis e investido na formação e capacitação dos profissionais com a realização de dois grandes eventos em 2015: 1º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica do Campo no Acre e no 1º Seminário Acreano de Educação a Distância.

Educação a Distância – EaD

O Instituto Federal do Acre realizou duas pactuações de ofertas de vagas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sendo 1.193 vagas pactuadas no Termo 2015.1 e 655 vagas no Termo 2015.2, com total de 1.848 novas vagas ofertadas em 2015, em 14 municípios do estado, em todas as regionais – Polos e extensão (polo em implantação em 2015).

O IFAC encerrou o ano de 2015 com 15 turmas concluídas, sendo 223 novos técnicos formados nas áreas de Informática para Internet, Finanças, Vendas, Multimeios Didáticos, Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar, nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira e Porto Acre, estes sendo os primeiros polos de EaD criados no IFAC.

Aquisição de tecnologias: foram adquiridos equipamentos básicos para o desenvolvimento das atividades de EaD em 2015, como: computadores, equipamentos para transmissão de sinal digital e outros voltados ao ensino. Porém, em virtude do corte no orçamento da educação, que afetou diretamente os trabalhos da Rede e-Tec Brasil em EaD, não foi possível adquirir o previsto quando do planejamento das ações para o ano em questão, como o laboratório de línguas que serviria ao e-Tec Idiomas e ao Centro de Idiomas do IFAC, mais aparelhos para transmissão de sinal digital via satélite e o estúdio para gravação de aulas.

Ampliação da oferta: em 2015 ampliou-se consideravelmente a oferta em EaD. Foram ofertados os cursos no eixo de Gestão e Negócios criados pelo IFAC, Técnico em Administração e Técnico em Vendas, bem como o Técnico em Finanças, que ocorre em parceria com o IFRO. Houve nova oferta, também em parceria, do curso Técnico em Informática para Internet em mais sete polos, além dos quatro onde já acontecia. Os cursos do Profucionário tiveram abertura de turmas em praticamente todos os municípios que apresentaram demanda partindo da SEE, criando um cenário de capacitação de praticamente todos os profissionais da educação interessados no estado. Quanto ao número de vagas, ao fim de 2014 eram cerca de 400 matriculados em EaD no Instituto. Em 2015, esse número foi de mais de 2.000, a considerar ainda os alunos que foram selecionados por processo seletivo iniciado em novembro para as turmas do primeiro semestre de 2016. Em atividades, o EaD encerrou o ano de 2015 com 1.848 alunos em atividades.

Profucionário: em parceria com a Secretaria Estadual de Educação foi realizado levantamento do quantitativo de servidores não docentes da Educação Básica Pública do estado. A manifestação de interesse foi absoluta e toda a demanda apresentada pela SEE juntamente com o Sindicato para o ano de 2015 foi atendida, com 450 vagas ofertadas em duas entradas de cursos. As ações do Profucionario foram expandidas para os polos de Rodrigues Alves e Eptaciolândia e uma extensão do Polo de Sena Madureira começou a funcionar em Manoel Urbano.

Programa e-TEC Sem Fronteiras: o programa e-Tec Sem Fronteiras (Idiomas) foi idealizado no início de 2015 pela coordenação geral da Rede e-Tec Brasil no MEC apoiando o que vinha sendo desenvolvido no IF Sul-Riograndense. A proposta foi de levar aos IFs de todo o Brasil o material (video-aulas e material didático) pronto para que executassem os cursos de línguas (português para estrangeiros, inglês e espanhol). No decorrer do ano, não foi disponibilizado o material completo, sendo que ainda estava em processo de produção, o que gerou incertezas na oferta de cursos do programa. Os cortes no orçamento também influenciaram a aquisição de materiais necessários para equipar os laboratórios de línguas com estrutura necessária ao desenvolvimento dos cursos. Desse modo, o IFAC aderiu ao programa para executá-lo quando da disponibilização completa do material e está buscando meios para obtenção do material necessário ao desenvolvimento dos cursos.

Atendimento a egressos do sistema prisional: o IFAC firmou parceria com a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) para oferta de cursos a apenados em regime semiaberto ou em cumprimento de penas e medidas alternativas. O primeiro curso ofertado foi o Técnico em Vendas, com público exclusivo, dentro da VEPMA, com excelentes resultados.

Tabela 14 - Oferta de vagas para cursos técnicos na modalidade EAD em 2015.

POLOS EAD LOCALIZADOS EM <i>CAMPUS</i>							
Nº	POLOS	TURMAS	ALUNOS	CURSOS (2015.1)	VAGAS	CURSOS (2015.2)	VAGAS
1	Rio Branco (Xavier Maia)	7	253	Vendas	40		
				Secretaria Escolar	30		
				Informática para internet	40		
				Administração	80		
				Finanças	40		
				Vendas (VEPMA)	23		
2	Rio Branco (Baixada do Sol)	2	80	Administração	40		
				Informática para internet	40		
3	Cruzeiro do Sul	5	180	Informática para internet	40		
				Vendas	40		
				Administração	40		
				Multimeios Didáticos	30		
				Secretaria Escolar	30		
4	Sena Madureira	5	160	Informática para internet	30	Vendas	35
				Secretaria Escolar*	60	Finanças	35
5	Xapuri	3	120	Informática para internet	40	Vendas	40
						Finanças	40
6	Tarauacá	5	180	Administração	40	Vendas	40
				Multimeios Didáticos	30	Finanças	40
				Secretaria Escolar	30		
POLOS EAD EM UNIDADES REMOTAS							
7	Porto Acre	3	120	Administração	40	Finanças	40
						Vendas	40
8	Feijó	6	220	Administração	40	Vendas	40
				Informática para internet	40	Finanças	40
				Multimeios Didáticos	30		
				Secretaria Escolar	30		
9	Plácido de Castro	4	135	Informática para internet	35	Finanças	35
						Secretaria Escolar	60
10	Senador Guiomard	3	105	Informática para internet	35	Vendas	35
						Finanças	35

11	Acrelândia	3	110	Administração	40	Secretaria Escolar	30
				Informática para internet	40		
	Epitaciolândia	2	60	Multimeios Didáticos	30		
				Secretaria Escolar	30		
	Rodrigues Alves	3	95	Multimeios Didáticos	30	Vendas	35
				Secretaria Escolar	30		
	Bujari	1	35			Vendas	35
		52	1.848		1.193		655

* Uma turma em Manoel Urbano.

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

Tabela 15 - Turmas de EAD que concluíram em 2015.

Campus	Cursos	Vagas pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistentes e evadidos
Rio Branco	Informática para Internet	30	24	2	22
(Xavier Maia)	Multimeios Didáticos	60	52	51	1
	Finanças	30	32	15	17
	Vendas	30	18	7	11
Rio Branco (Baixada do Sol)	Informática para Internet	30	31	5	26
	Finanças	30	27	5	22
Sena Madureira	Multimeios Didáticos	60	55	34	21
Tarauacá	Informática para Internet	40	39	17	22
	Finanças	40	40	19	21
Cruzeiro do Sul	Infraestrutura Escolar	30	29	24	5
Xapuri	Secretaria Escolar	30	20	16	4
Porto Acre	Informática para Internet	30	29	9	20
	Finanças	30	29	26	3
Total		470	425	230	195

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no âmbito do IFAC tem a coordenação da Diretoria Sistêmica de Programas Especiais – DESPES. Dentre os públicos atendidos pelo Programa em 2015 destacam-se: Pronatec no Campo (agricultores familiares, ribeirinhos, assentados, extrativistas e indígenas), Pronatec Serviços Públicos (servidores públicos do IFAC e de instituições parceiras – Governo e Municípios), Pronatec Mulheres Mil (para o público feminino) e Pronatec Urbano-Geral (jovens para o primeiro emprego, pessoas em reabilitação social e outros). Dois blocos de cursos foram ofertados. Os descritos neste relatório são os executados com os recursos da pactuação 2014.2. A pactuação 2015 foi liberada no último trimestre do ano, com início das atividades em novembro/dezembro e continuidade no primeiro semestre de 2016.

Balanço das pactuações

A tabela de ofertas 2014 executadas em 2015, por regional, está descrita abaixo:

Tabela 15 - Ofertas 2014 executadas em 2015 por regional.

Vale do Purus					
	Programa	Vagas Pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistente/Evadido/Reprovado
	Mulheres Mil	180	176	123	53
	Serviços Públicos	120	108	67	41
	Campo Geral	755	733	537	196
	Urbano Geral	501	499	414	85
Total		1556	1516	1141	375
Tarauacá-Envira					
	Programa	Vagas Pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistente/Evadido/Reprovado
	Mulheres Mil	60	60	36	24
	Serviços Públicos	28	28	16	12
	Campo Geral	569	533	398	135
	Urbano Geral	-	-	-	-
Total		657	621	450	171
Alto Acre					
	Programa	Vagas Pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistente/Evadido/Reprovado
	Mulheres Mil	120	116	84	32
	Serviços Públicos	-	-	-	-
	Campo Geral	557	417	296	121

	Urbano Geral	240	196	117	79
Total		917	729	497	232
Vale do Juruá					
	Programa	Vagas Pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistente/Evadido/Reprovado
	Mulheres Mil	150	142	88	54
	Serviços Públicos	118	116	42	74
	Campo Geral	558	488	300	188
Total		826	746	430	316
Baixo Acre					
	Programa	Vagas Pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistente/Evadido/Reprovado
	Mulheres Mil	250	233	142	91
	Serviços Públicos	180	171	89	82
	Campo Geral	623	486	305	181
	Urbano Geral	460	251	200	51
Total		1.513	1.141	736	405

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

Tabela 16 - Pactuação 2015 (iniciada em dezembro para execução no primeiro semestre de 2016).

Tipo de programa	Vagas
Campo (Agricultores Familiares, Extrativistas e Indígenas)	1.926
Mulheres Mil	440
Serviços Públicos	680
Reeducandos da Justiça	90
Total	3.136

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

Programa Mulheres Mil: o Programa Mulheres Mil oficialmente foi integrado ao Programa Nacional Mulheres Mil. Esse programa atua junto a mulheres em situação de vulnerabilidade social, destacando que as ações de previstas no Pronatec em 2014 pelo IFAC se estenderam a 2015 com 22 cursos, certificando 782 mulheres. O Programa Mulheres Mil possui uma metodologia própria envolvendo a promoção da equidade para populações em situação de risco, envolvendo ainda disciplinas que contribuam para o crescimento, empoderamento e saúde das mulheres que participam do Programa.

Tabela 17 - Programa Mulheres Mil - Pronatec.

Programa Mulheres Mil - Pronatec				
<i>Campus</i>	Total de Cursos Ofertados	Total de Vagas Ofertadas	Total de Matrículas Efetuadas	Total de Alunas Concluintes
Rio Branco	7	250	164	145
Sena Madureira	5	180	176	123

Tarauacá	2	60	60	36
Cruzeiro do Sul	5	150	142	88
Xapuri	3	120	118	90
Total	22	760	660	782

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

Pronatec Serviços Públicos: Outra proposta que foi incorporada ao Pronatec, em 2015, foi a formação inicial e continuada para os servidores públicos. Representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a própria Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do IFAC foi a demandante dos cursos. Instituições públicas parceiras como órgãos estaduais e municipais também foram convidados a completarem as turmas.

Os recursos eram provenientes da pactuação 2014.2 e os cursos iniciaram na virada dos anos de 2014 para 2015, período de recesso e férias para a maioria dos servidores da instituição de ensino, o que acarretou comprometimento da proposta. Mesmo assim, o Pronatec-Serviços Públicos certificou 423 pessoas em 15 cursos.

Tabela 18 - Pronatec Serviços Públicos.

Pronatec Serviços Públicos					
<i>Campus</i>	Cursos	Vagas pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistentes e evadidos
Rio Branco	6	180	171	89	82
Sena Madureira	4	120	108	67	41
Tarauacá	1	28	28	16	12
Cruzeiro do Sul	4	118	116	42	74
Xapuri	-				
Total	15	446	423	214	209

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

Pronatec no Campo: a oferta de cursos pelo Pronatec, nas comunidades rurais, o chamado Pronatec no Campo, novamente se destacou com a diversificação de público, baixa evasão e sucesso nas parcerias visando levar a educação profissional às populações distantes dos centros urbanos. Além dos agricultores familiares e ribeirinhos, em 2015 dois projetos pilotos foram aplicados no Pronatec-Campo – o atendimento as especificidades extrativistas e indígenas. Para isso, além dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA) e os órgãos estaduais (SEAPROF e SEDENS), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Fundação Nacional do Índio (Funai) foram parceiras.

Foram certificadas 1.836 pessoas, no Campo, em 2015.

Tabela 19 - Pronatec no Campo.

Pronatec no Campo				
Regional	Vagas pactuadas	Matriculados	Concludentes	Desistentes e evadidos
Baixo Acre	623	486	305	181
Vale do Purus	755	733	537	196
Tarauacá-Envira	569	533	398	135
Vale do Juruá	558	488	300	188
Alto Acre	557	417	296	121
Total	3.062	2.657	1.836	821

Fonte: Diretoria Sistêmica de Programas Especiais.

Prêmio Nacional: a experiência bem-sucedida de cursos em Reservas Extrativistas acabou gerando ao Programa Nacional uma nova modalidade, o Pronatec-Extrativista. E uma ação específica realizada na Comunidade Cazumbá-Iracema, na Resex localizada no município de Sena Madureira, resultou para o IFAC, para o ICMBio e Comunidade, um prêmio nacional, o Pronatec Empreendedor. O prêmio, organizado pelo Sebrae, reconheceu o sucesso da experiência da implantação de uma empresa cooperativada beneficiadora de açaí, após um curso do Pronatec.

Pronatec Indígena: outra importante conquista do campo foi a oferta de Pronatec para indígenas na regional Tarauacá-Envira, reforçada pela parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), discutindo aspectos interculturais de educação a serem ofertados aos indígenas com a participação da Associação de Professores Indígenas, OPIAC, Associação de Agentes Agroflorestais, AMAAIAC, IFAC e Funai. A discussão com o Ministério do Desenvolvimento permitiu pactuar 300 (trezentas) vagas e 14 (quatorze) cursos em 2015.2 para 9 (nove) comunidades indígenas dos municípios do Vale do Juruá, Tarauacá-Envira e Purus.

Parcerias institucionais: o Pronatec atendeu a demanda dos Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), Desenvolvimento Agrário (MDA), Agricultura e Pecuária (MAPA), Pesca e Aquicultura (MAP), do Meio Ambiente (MMA), das Comunicações (MC), do Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG) e da Justiça (MJ). Outros órgãos federais que deram apoio à realização dos cursos mediante a mobilização e aulas práticas foram os Institutos de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Para otimizar as ações demandadas para a oferta de cursos do Pronatec, o Instituto Federal contou com a parceria do Governo do Estado do Acre por meio das Secretarias de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), Desenvolvimento Florestal, Indústria, Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens), Pequenos Negócios (SEPN), Educação e Esportes (SEE), de Políticas para Mulheres (SEPMulheres), os Institutos de Administração Penitenciária (Iapen) e Socio-educativo (Ise) e a Empresa de Assistência Técnica e Extrativista Rural (Emater).

Em 2015 foram renovados acordos de cooperação técnica com 21 Prefeituras Municipais do Acre para atuação do Pronatec. Na maioria delas a parceria se dá com o apoio em mobilização das comunidades, ofertas de espaços (escolas municipais) para realização das aulas e transporte de pessoal em situações de comunidades de difícil acesso. Os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) são os principais elos de apoio ao programa.

A sociedade civil organizada através de Associações de Moradores, de Trabalhadores Rurais, de Mulheres, produtores rurais e empresas comerciais também cooperaram com o programa com mobilização e oportunidades de exercícios de aulas práticas nas mais diversas modalidades oferecidas.

Eventos

Seminário de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Campo no Estado do Acre

A Diretoria Sistêmica de Programas Especiais (DSPES) assumiu em 2015 a demanda do Ministério da Educação para que fosse realizado um diagnóstico da Educação Profissional de Tecnológica do Campo, no âmbito federal no Acre, visando consolidar as diretrizes de atuação da Rede Federal na Educação Profissional e Tecnológica do Campo e redesenhar o Pronatec nessa área.

Considerando as ações realizadas pela DESPE em todas as regionais, por meio do Pronatec-Campo, a missão foi aceita e desempenhada pela coordenação de comissões multidisciplinar e mult institucional abrangendo todas as regionais do estado.

O projeto envolveu parceiros do setor público e privado na área da Educação e Extensão Rural no Estado com os representantes, no Acre, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pesca e Aquicultura (MAPA), Agricultura e Pecuária (MAP), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Governo do Estado, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), Secretaria de Estado de

Educação (SEE) e Instituto Dom Moacyr (IDM), Prefeitura de Rio Branco (Casa Civil) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Cinco dos seis *campi* do IFAC distribuídos em todas as regionais possuem cursos técnicos e superiores no eixo de Recursos Naturais. As Diretorias dos *campi* e as respectivas Coordenações Adjuntas do Pronatec foram envolvidos no levantamento prévio das informações solicitadas pelo MEC.

Considerando ainda as distâncias geográficas dos *campi* do IFAC no estado, foram organizados dois seminários com as comunidades para apresentar, dialogar e colher sugestões para os desafios apresentados na Educação Profissional do Campo.

Seminário Acreano de Educação à Distância “Avanços e Perspectivas da EAD no Acre” (SAEaD)

Nos dias 30 de setembro a 02 de outubro foi realizado o primeiro Seminário Acreano de Educação a Distância “Avanços e Perspectivas da EaD no Acre” do IFAC em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC).

A realização do evento deve-se a apresentação de um projeto de extensão tecnológica da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), elaborado pela professora Ma. Ana Carla de Arruda Holanda e a colaboração de toda equipe que atua na EaD. Após o afastamento da profa. Ana Carla para o doutorado, a coordenação do projeto passou ao prof. Dirceu Pereira de Lima.

O projeto apresentou o principal objetivo, disseminar as ações e estratégias de práticas pedagógicas inovadoras em EaD e que possibilite maior democratização do ensino e intenção de refletir sobre os principais desafios enfrentados e os avanços conseguidos no Acre e na Região Norte do País.

Semana da Mulher no Programa Mulheres Mil

No mês de março de 2015, todas as Coordenações Adjuntas do Pronatec promoveram eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher, desde palestras sobre saúde e direitos, exames clínicos, exposição de produtos feitos por elas, dia de beleza e atividades de recreação e lazer.

DSPEs no CONNEPI

Em 2015, o IFAC liderou ação da Rede Federal de Educação Profissional e sediou a 10ª edição do Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI), evento que reuniu mais de 2 mil estudantes, professores e técnicos de todas as regiões do País.

Na oportunidade, a Diretoria Sistêmica de Programas Especiais (DSPEs) teve um estande situado na entrada do pavilhão da Mostra Tecnológica para dar boas-vindas aos participantes, além de apresentar e atrair futuros alunos para os programas. Os coordenadores adjuntos das regionais do Pronatec, coordenadores do EaD e demais servidores do setor estiveram durante todos os dias (30/11 a 03/12) do evento explicando o funcionamento e demonstrando o sucesso das ações com vídeos, material gráfico e mostra de banners com fotos das aulas dos programas. Um computador com acesso aos portais geridos pela DSPEs também foi instalado no local.

Projeto Escola de Conselhos

O IFAC foi convidado para apresentar à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) o projeto sobre a formação continuada de conselheiros tutelares e de conselheiros de direito da criança e adolescente – Escola de Conselhos no valor de R\$116.800,00.

A servidora do IFAC, Maria Freire da Costa foi ao VI Encontro das Escolas de Conselhos, realizado no período de 22 a 26 de junho de 2015, na cidade de Cuiabá-MT, onde foi ratificado o interesse desse Instituto em executar a proposta no estado Acre.

A SDH-PR repassou as orientações metodológicas a respeito da execução do curso (carga horária, conteúdos, avaliações, quantidade de cursistas) e a Diretoria Sistêmica de Programas Especiais (DSPEs) ficou responsável pela elaboração do projeto.

Nesse projeto foi planejado a criação de 3 (três) polos com 4 turmas, uma na cidade de Cruzeiro do Sul, uma em Sena Madureira e duas em Rio Branco, totalizando 160 conselheiros, seja 50% do número de conselheiros do Estado.

O curso terá carga horária de 200 horas, sendo 160 horas presenciais e 40 horas à distância, dividido em 8 módulos, com duração de 18 meses.

O projeto prevê recursos para contratação de profissionais (professores e coordenadores), material gráfico e de expediente. As despesas com a locomoção e alimentação dos conselheiros será de responsabilidade dos municípios.

O projeto foi previamente elaborado e enviado no mês de setembro à Secretaria, por e-mail, para análise. A SDH-PR fez algumas recomendações e o projeto retornou para ajustes.

No mês de outubro, o projeto foi reencaminhado à SDH-PR, onde passou pelo setor jurídico na qual foi aprovado em dezembro. Porém, como não haveria tempo hábil para realizar os empenhos a SDH-PR não celebrou o convênio com IFAC, assim o processo será novamente reformulado e encaminhado a SDH em 2016.

Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação

A Diretoria Sistêmica de Gestão de Tecnologia da Informação (DSGTI) é o órgão que planeja, executa, instrui, supervisiona e mantém a funcionalidade das tecnologias da informação e comunicação, com articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFAC e atendimento às necessidades gerais da Reitoria e dos *campi* no que se refere às suas competências.

Atuando na promoção e automatização dos processos administrativos, bem como na modernização por meio de soluções que atendam às necessidades de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, durante o exercício de 2015, a DSGTI procurou organizar processos e fluxos, visando: o cumprimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em função do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as práticas de TI do Instituto; a conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e observância das orientações realizadas pelo Órgão Central de Controle Interno e Tribunal de Contas da União.

Em parceria com a Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram realizadas diversas capacitações visando direcionar uma proposta de treinamento às Coordenações de Tecnologia da Informação de cada unidade e da DSGTI. Como a demanda por capacitação é um processo perene e cíclico, a DSGTI vem trabalhando na identificação das necessidades de treinamento na Reitoria e nos *Campi*, de acordo com as necessidades de cada área da tecnologia da informação, conforme o grau de risco de TI e condizente com as atividades a serem desenvolvidas nas unidades, além de estarem respaldadas com os objetivos estratégicos de TI, constantes do PDTI.

Tabela 20 - Treinamentos realizados, em 2015, pela equipe de TI do IFAC.

Curso	Custo	Quant.
Administração de Banco de Dados	Sem custo para o IFAC	1
Segurança de Redes e Sistemas	Diárias e Passagens	1
Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	Diárias e Passagens	1
Introdução à Segurança de Redes	Sem custo para o IFAC	1
Teste de Invasão de Aplicações Web	Diárias e Passagens	1
IPv6 Básico	Diárias e Passagens	2
Planejamento e Contratação de Serviços de TI	Sem custo para o IFAC	1
Elaboração de PDTI	Diárias e Passagens	1
Gerenciamento de Serviços de TI	Diárias e Passagens	1
ITIL v3 Fundamentos	Diárias e Passagens	1
e-ping	Sem custo para o IFAC	1
Gestão de Contratos de TI	Sem custo para o IFAC	1
Planejamento da Contratação de TI	Sem custo para o IFAC	1

Fonte: Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação.

A DSGTI trabalhou na construção dos artefatos e termos de referências visando dar continuidade na aquisição de equipamentos e serviços para atender tanto a área administrativa como a de ensino, conforme necessidades levantadas no PDTI, atendendo as conformidades legais e metodológicas emanadas dos órgãos federais de controle para a tecnologia da informação e comunicação.

Foi concluído o processo de contratação de empresa especializada para realizar os procedimentos técnicos de implantação e personalização dos Sistemas Administrativos do Termo de Cooperação 008/2013, firmado entre o IFAC e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Além disso, iniciou-se os trabalhos de implantação, coleta de informações junto às áreas de negócio responsável (administrativo, gestão de pessoas e acadêmico).

A Coordenação de Sistemas (COSIS) foi responsável por aprimorar a ferramenta de gerenciamento de projetos e tarefas, sendo que novos setores começaram a fazer uso para controle de suas ações e metas, lançando na plataforma o seu plano de atividades de acordo com o PDI.

Foi dado apoio à Comissão Própria de Avaliação (CPA), desenvolvendo e gerenciando o sistema de coleta de dados de todos os seguimentos (servidores e alunos), conforme previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com objetivo de

identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores (Lei n.º 10.861/2004).

Desenvolveu ainda juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) um portal exclusivo para divulgação de todos os cursos oferecidos, bem como a customização do novo sistema de egressos, que realiza o ranqueamento de candidatos de acordo com as notas de ensino médio, ENEM e outros.

Foi instalado o *Open Conference System* (OCS) e desenvolvido um sistema auxiliar para controlar a submissão de artigos científicos e sua respectiva avaliação quando da realização do X CONNEPI.

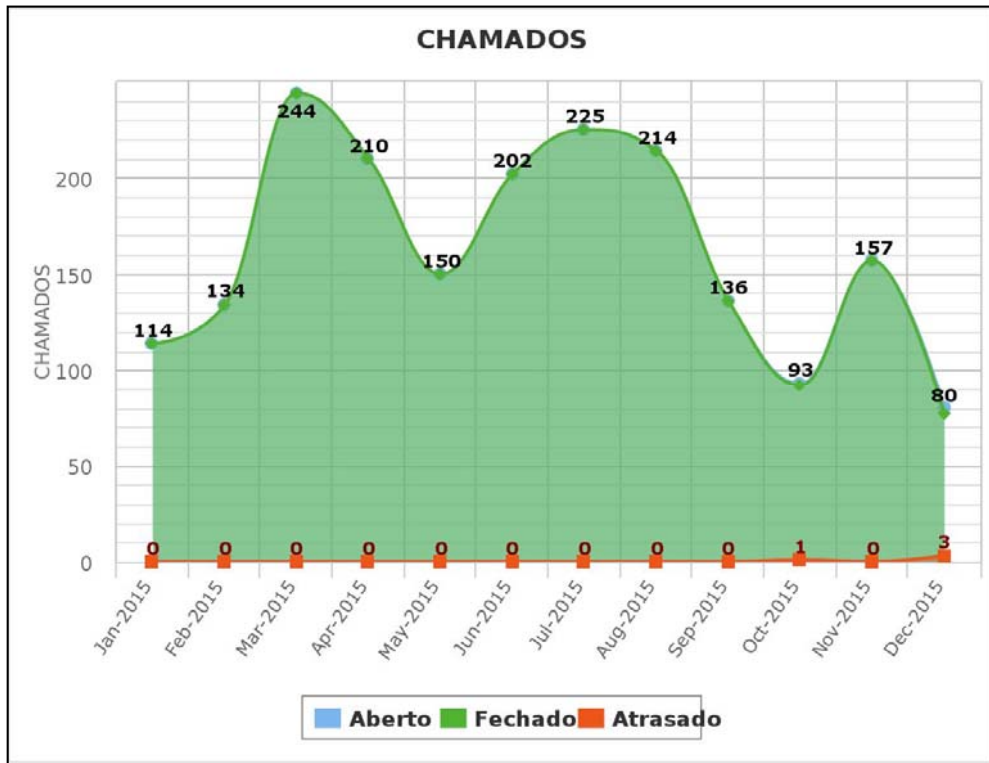
Atuou ainda nas etapas de configuração do sistema de processo seletivo, implementou sistema de gerenciamento de ramais telefônicos e localização de servidores e, de forma contínua, realiza treinamento e capacitações visando sempre o aproveitamento eficaz das soluções desenvolvidas.

A Coordenação de Infraestrutura de Redes (CORED) em parceria com a Coordenação de Atendimento e Suporte (COSUP) realizaram ações de suporte e apoio junto as unidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá, *Campus Avançado Baixada do Sol* e *Campus Rio Branco*, referente à configuração e padronização da estruturação básica da rede lógica.

No *Data Center* principal, localizado na Reitoria, foram instaladas ferramentas de monitoramento dos serviços e servidores, afim de notificar eventuais problemas de temperatura e/ou falta de energia.

Nos gráficos abaixo está descrito o quantitativo referente aos chamados abertos pelo nosso sistema de chamados técnicos (GLPI), que incluem os atendimentos dessa Diretoria e das demais unidades, assim como os atendimentos referentes a redes, infraestrutura, suporte ao usuário e sistemas de informação.

Gráfico 2 - Quantitativo de Chamados Técnicos Mensal – 2015.



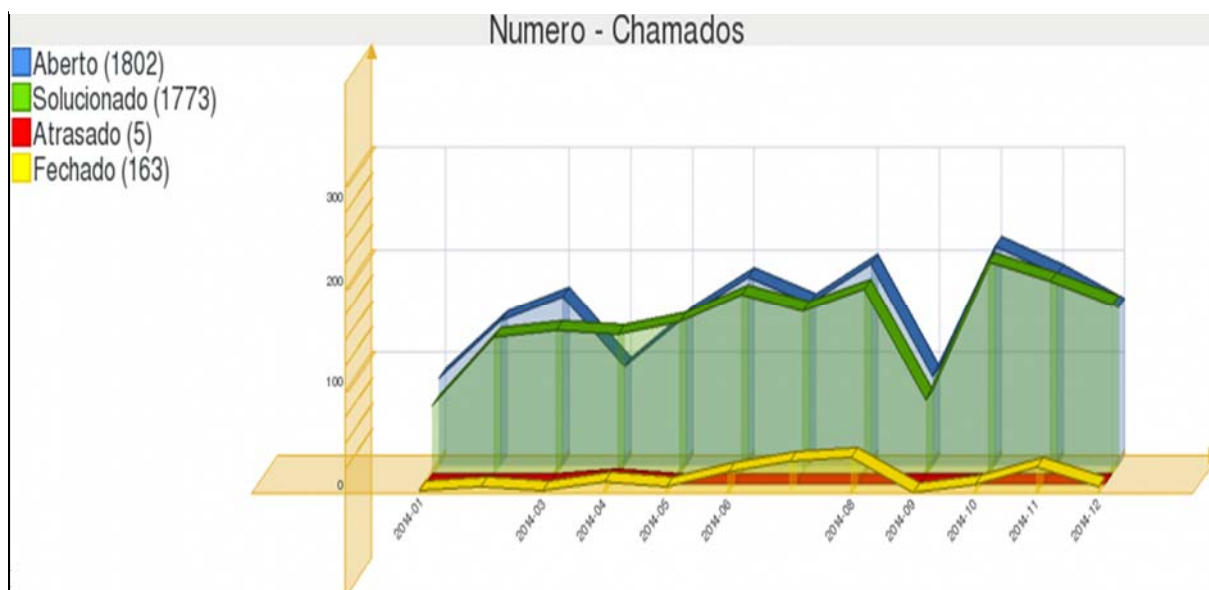
Fonte: GLPI.

Gráfico 3 – Quantitativo de Chamados Técnicos por Unidade do IFAC – 2015.



Fonte: GLPI.

Gráfico 4 – Número de Chamados Técnicos de acordo com o status – 2015.



Campus Rio Branco

A Portaria Ministerial nº 4, de 6 de janeiro de 2009 estabeleceu a relação dos *campi* que passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre que inclui *Campus Rio Branco*. No entanto, somente com a publicação da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, o Ministro da Educação autorizou o funcionamento do *Campus Rio Branco*.

No organograma do *Campus Rio Branco*, possui 3 (três) diretorias e 15 (quinze) coordenações, distribuídas para subsidiar as atividades meio e fim. A direção do *campus Rio Branco*, está a cargo da Diretoria Geral (DIRGE), que possui duas diretorias de apoio: Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN) e Diretoria de Administração, Manutenção e Infraestrutura (DIRAI). Ainda consta no organograma o Conselho Gestor do *Campus*, que atualmente não existe, mas é proposto como um órgão deliberativo dentro do *campus*, a ser implantado futuramente.

Atividades de Ensino**Tabela 21 – Oferta de Vagas e Cursos no *campus Rio Branco* em 2015.**

Cursos Técnicos Subsequentes*	
Vagas ofertadas em 2015	710
Ingressantes em 2015	687
Concluintes em 2015	135
Evadidos em 2015	79
Cursos Técnicos Integrado*	
Vagas ofertadas em 2015	80
Ingressantes em 2015	7
Concluintes em 2015	14
Evadidos em 2015	19

Cursos Técnico Integrado Proeja*	
Vagas Ofertadas em 2015	0
Ingressantes em 2015	0
Concluintes em 2015	7
Evadidos em 2015	24
Cursos Superiores*	
Vagas ofertadas em 2015	160
Ingressantes em 2015	164
Concluintes em 2015	38
Evadidos em 2015	72

*Aguardando os diários para concluir o levantamento.

Especialização**	
Vagas ofertadas em 2015	0
Ingressantes em 2015	0
Concluintes em 2015	7
Evadidos em 2015	21

Fonte: *Campus* Rio Branco.

**Estes dados correspondem aos cursos presenciais e a distância.

Pós-Graduação

Ações:

- Realização de projetos de pós-graduação para servidores: acompanhamento, mediante relatórios parciais de 33 projetos institucionalizados de servidores de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado.
- I Seminário de Pós-Graduação do IFAC, ocorrido no X CONNEPI 2015: 10 trabalhos de alunos da pós-graduação, em gestão da EPCT, aprovados para publicação.

Foram realizadas, em 2015, as ações que visam à inserção e o atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, tais como:

- curso de libras básico e intermediário;
- curso de orientação e mobilidade;
- curso de português como segunda língua para surdos;
- realização do evento: “Ensinando química numa perspectiva de uma educação inclusiva no Instituto Federal do Acre”;
- II Semana de Informação e Conscientização sobre TDAH;
- Feira de ciências inclusiva.

No tocante às ações afirmativas e em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei n.º 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei n.º 11.645/2008, visando à inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, foram realizadas as palestras:

- “Povos indígenas do Acre: diversidade e escolarização” (público-alvo: alunos de biologia);
- “Políticas de promoção da igualdade social: passado, presente e futuro” (público-alvo: alunos do curso integrado e subsequente em informática);
- “Seminário Povos Indígenas e interculturalidade: ainda um desafio para o século XXI”.

Atividades de Extensão

- I Fórum de Alunos do Integrado;
- Feira de Ciências Inclusiva;
- *Tech Week*;
- Orientação vocacional;
- Feira nacional de matemática;
- De frente com o empreendedor;
- Curso de CIPA, em projeto de extensão;

- Treinamento prático de combate a incêndio com extintores no âmbito do IFAC Xavier Maia;
- II Semana de Processos escolares;
- Palestra “Contratos administrativos – gestão e fiscalização”;
- Seminário temático sobre gestão e controle governamental de licitações e contratos administrativos;
- Cidadania e diversão para a cidade do povo;
- Quarta edição do evento “Diálogos logísticos”;
- Palestra sobre segurança no transporte rodoviário;
- II SEALOG – Semana Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Logística;
- Participação dos alunos no SAEAD – avanços e perspectivas da EaD no Acre;
- Apresentação de Trabalhos das Disciplinas de Metodologia e linguagens de programação (java, php, c#, ruby, python);
- 2ª edição da Techweek – CONNEPI;
- I Semana de Biologia e I Semana PIBID;
- Ensinando química numa perspectiva de uma educação inclusiva no IFAC;
- “Feira de Ciências Inclusiva”.

Atividades Meio/Gestão/Apoio

A Direção de Administração do *campus* conta com um quadro de 05 servidores atualmente: 04 Assistentes em Administração, Nível D, e uma TAE/E – Administradora. Os seguimentos da DIRAI são:

- acompanhamento dos contratos;
- controle da Frota;
- infraestrutura.

É também atribuição da DIRAI o controle de almoxarifado, do patrimônio, a confecção dos termos de referência para atender as demandas internas, assim como as solicitações de empenho e as emissões de ordem de entrega e serviço.

Apesar de não aparecer no organograma do *Campus*, a DIRAI também responde pelo setor de Protocolo, que funciona com uma equipe de três terceirizados, sendo dois para atendimento ao público e um motoboy.

A única coordenação ligada à DIRAI é a Coordenação de Tecnologia de Informação e Comunicação (CORTI), responsável pela instalação, manutenção, acompanhamento e funcionamento de toda a rede de internet e todos os equipamentos de TI da área administrativa e de ensino. Além disso, o gerenciamento dos e-mails dos servidores e o apoio ao *Campus* são providenciados por meio dos chamados no Sistema de Atendimento Técnico do IFAC (GLPI).

Biblioteca

Tabela 22 - Acervo da biblioteca do *Campus* Rio Branco, exercício 2015.

Item	Quantidade <i>Campus</i> Rio Branco
LIVROS	7.894
PERIÓDICOS	33
REVISTAS	40
JORNAIS	0
VÍDEOS	0
DVD	323
CD	0
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	0

Fonte: Biblioteca *Campus* Rio Branco.

Assistência Estudantil

Também está ligada à DIREN, a Equipe de Assistência Estudantil, tendo em vista que no *Campus* Rio Branco não existe Coordenação, como nos demais *campi* do IFAC.

Tabela 23 – Ações realizadas pela assistência estudantil em relação aos auxílios estudantis, exercício 2015.

Nº	ATIVIDADE	QUANTITATIVO	ABRANGÊNCIA	PERÍODO (MÊS/ANO)
01	Distribuição de bolsas	<p>Edital 01/2015 – 34 auxílios de R\$150,00 (07 meses), totalizando R\$35.700,00 + 01 auxílio R\$150,00 (05 meses) totalizando R\$750,00*</p> <p><u>Total Geral***</u>: R\$36.450,00</p>	Todo o <i>campus</i>	04/2015
		Edital 02/2015 – 127 auxílios de R\$150,00		

	(02 meses), totalizando R\$38.100,00 + 126 auxílios de R\$150,00 (05 meses), totalizando R\$94.500,00** <u>Total Geral*** (07 meses): R\$132.600,00</u>	Todo o <i>campus</i>	04/2015
	Edital 03/2015 – 16 auxílios de R\$150,00 (04 meses), totalizando*** R\$9.600,00	Todo o <i>campus</i>	07/2015
	Edital 04/2015 – 03 auxílios de R\$150,00 (04 meses) totalizando*** R\$1.800,00	Todo o <i>campus</i>	07/2015

Fonte: Assistência Estudantil/*Campus* Rio Branco.

*Aluno incluído após realização de processo seletivo, ao ser verificada situação de vulnerabilidade social e iminência de desistência.

**Uma aluna foi excluída do Programa a partir da terceira parcela por não atender aos critérios exigidos.

***Ressaltamos que até a presente data foram realizados os seguintes pagamentos: Editais 01/2015 e 02/2015 – parcelas 01 a 05; Editais 03/2015 e 04/2015 – apenas a primeira parcela cujos valores devem ser subtraídos do total geral informado.

Tabela 24 - Participação dos alunos do IFAC em eventos ao longo de 2015*

Nº	ATIVIDADE	QUANTITATIVO
01	Encontro Nacional de Escolas Técnicas – ENET	19
02	Feira Nacional de Matemática	03
03	Cinema Pela Verdade	01
04	XI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva	01
05	Aula Prática de Logística de Transporte - RO	14
06	Projeto Schoolsonline – British Council IFAC – Consett Academy	04
07	Jogos dos Institutos Federais – JIF 2015 Etapa Regional	03
08	XIII Jornada Espacial	02
09	Aula Prática em Extrema - RO	11
10	CASE 2015 - Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo	01

Fonte: Assistência Estudantil.

***OBS.:** Informações repassadas pela DSAES com base nas solicitações de ajuda de custo, uma vez que tais informações não são registradas no setor de Assistência Estudantil do *Campus* Rio Branco.

Campus Avançado Baixada do Sol

O *Campus* Avançado Baixada do Sol foi criado para atender a população da Região da Baixada do Sol, que abrange, aproximadamente, 16 bairros, com 75 mil habitantes, o que corresponde a 22,4% da população de Rio Branco, o *campus* ocupa uma área de 30.987,40m², sendo sua estrutura composta por 6 (seis) salas de aula, com capacidade para atender 720 pessoas distribuídas nos três turnos.

Em atendimento à demanda do estado quanto aos arranjos produtivos locais e à expansão das áreas da construção civil e piscicultura, o *Campus* trabalha com os Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais, desenvolvendo os cursos subsequentes em Agroecologia e Aquicultura; e com o Eixo de Infraestrutura (com cursos subsequente e em Edificações e integrado em Desenho da Construção Civil e Edificações, nos turnos matutino e vespertino). No período noturno atende a modalidade de Educação a distância com cursos subsequentes em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, e com os cursos de extensão, desenvolvidos pelos docentes do *campus* em suas respectivas áreas de formação.

No ano de 2014, seu primeiro ano de funcionamento, o *Campus* Baixada do Sol, atendeu a uma demanda de aproximadamente 400 alunos de cursos regulares e, em 2015, 338 alunos de cursos técnicos presenciais (subsequente e integrado), 56 de curso técnico subsequente na modalidade EaD e 24 de curso de especialização, perfazendo um total de 418 alunos atendidos.

Área de Atuação Acadêmica

O *Campus* desenvolve cursos nos eixos tecnológicos de Infraestrutura e Recursos Naturais, nas modalidades subsequente e integrada presenciais e na modalidade EaD cursos técnicos subsequentes.

As turmas da modalidade integrada apresentam um melhor resultado em detrimento as demais. Iniciam com o total de matrículas prevista (40) e conseguem manter um índice baixo de evasão, considerando que se trata da integração da educação básica (ensino médio) com a técnica, e que este público é composto de adolescentes e jovens, o que pode justificar o resultado melhor em relação ao subsequente, que em sua maioria são adultos e, portanto, pais

de família e trabalhadores. Salientamos um índice considerável de egressos inclusos no mercado de trabalho dos cursos subsequentes, particularmente de Aquicultura e Edificações.

Atividades de Ensino

Cursos Ofertados - Presencial

No ano de 2015, o *Campus* Avançado Baixada do Sol contemplou a oferta de um novo curso integrado, uma pós-graduação e três novas turmas de curso subsequente presenciais detalhados na Tabela 26.

Tabela 25 – Oferta de cursos presenciais no *Campus* Avançado Baixada do Sol, ano letivo 2015.

Curso	Modalidade	Turno	Semestre	Nº turmas	Nº vagas
Desenho da Construção Civil	Integrado	D	2014.1	1	41
Edificações	Integrado	D	2015.1	1	40
Edificações	Técnico – subsequente	V	2014.1	1	40
		M	2013.2	1	41
		V	2013.2	1	39
		N	2015.2	1	40
Agroecologia	Técnico – subsequente	M	2014.1	1	39
		M-V	2013.2	2	66
		V	2015.1	1	40
		M	2015.2	1	40
Aquicultura	Técnico – subsequente	M	2014.2	1	30
		M-V	2013.2	2	63
		M	2015.2	1	29
Gestão da Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação	D	2014.1	1	30
Total				11	578

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

* M = matutino; V = vespertino; N = noturno; D = diurno (quando a aula ocorrer nos dois períodos, manhã e tarde).

No ano de 2015, o *campus* ofertou cinco novas turmas de cursos presenciais nas modalidades integrado e subsequente, sendo que esta oferta está condicionada à quantidade de salas de aula disponíveis no *campus* para cada semestre e a disponibilidade de docentes para

atuação nos cursos, considerando as saídas das turmas concluintes. Desse modo, não há, no momento, a possibilidade de aumento da oferta.

Cursos Ofertados a Distância

No ano de 2015, o *Campus* Avançado Baixada do Sol contemplou a oferta de dois cursos técnicos subsequentes a distância, detalhados na Tabela 27.

Tabela 26 – Oferta de cursos à distância no *Campus* Avançado Baixada do Sol, ano letivo 2015.

Curso	Modalidade	Turno	Semestre	Nº turmas	Nº vagas
Técnico em Finanças	EJA	N	2014.1	1	32
Técnico em Informática para a Internet	EJA	N	2014.1	1	35
Técnico em Informática para a Internet	EJA	N	2015.1	1	40
Técnico em Administração	EJA	N	2015.1	1	40
Técnico em Infraestrutura Escolar	EJA	N	2015.1	2	60
Total				6	207

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

* M = matutino; V = vespertino; N = noturno; D = diurno (quando a aula ocorrer nos dois períodos, manhã e tarde).

A EaD está sendo ofertada no turno noturno, considerando que o público atendido é, em sua maioria, de trabalhadores e donas de casa, bem como a disponibilidade das salas de aula, esses espaços foram equipados com projetor de multimídia e acesso à internet de modo a atender as necessidades dessa modalidade de ensino.

Concluintes

A tabela 28 retrata o quantitativo de alunos concluintes dos cursos técnicos subsequentes realizados em 2015.

Tabela 27 - Turmas concluintes no *Campus* Avançado Baixada do Sol, ano letivo 2015.

Curso	Modalidade	Turno	Nº formandos
Técnico em Aquicultura	Subsequente	M	34
Técnico em Edificações	Subsequente	M-V	25
Total			59

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

* M = matutino; V = vespertino; N = noturno; D = diurno (quando a aula ocorrer nos dois períodos, manhã e tarde).

Ao analisar a matrícula efetuada e o número de alunos concluintes, fica evidente um índice elevado de não concluintes. As causas observadas referem-se ao trancamento, evasão e desistência, ocorridos por diversos fatores, entre eles estão a necessidade de trabalhar, mudança de domicílio e gravidez.

Aproximadamente 50% dos alunos matriculados por turma conclui o curso com êxito, e observa-se que o índice de inserção desse no mercado de trabalho, na área de formação, tem sido consideravelmente elevado, principalmente nos cursos de aquicultura e edificações. Todavia devemos considerar que o curso de agroecologia ainda não teve turma concluinte.

Atividades de Pesquisa

O *Campus* Avançado Baixada do Sol possui um quantitativo razoável de projetos de pesquisa aplicada na área de recursos naturais: um desenvolvido com peixe (vermífugo natural) e outro com a produção da ração para peixe. Professores e alunos realizam atividades sistemáticas de análise de materiais e produção de ração, utilizando os laboratórios de aquicultura e processamento de pescado. Esses materiais são testados e aplicados em uma piscicultura experimental, localizada no município de Bujari.

A pesquisa com pequenos mamíferos vem sendo desenvolvida com a participação de um estagiário do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, nas áreas de mata das redondezas onde os animais são capturados para estudos no laboratório do *campus* e na UFAC.

O *Campus* Baixada do Sol conta com a atuação de três grupos de pesquisas cadastrados, totalizando a ação de oito docentes e de três técnicos administrativos.

A promoção da pesquisa aplicada e da iniciação científica e tecnológica ocorreu na forma de participação em editais no *Campus*. Estão sendo executados seis projetos institucionalizados, a saber:

- estudo de caso de recuperação de áreas degradadas com a implantação de unidades agroecológicas demonstrativas no Polo Agroflorestal Benfica em Rio Branco – AC;
- levantamento de pequenos mamíferos potenciais no reservatórios de Zoonoses: comparação da composição de espécies e eficiência de diferentes métodos de captura em dois fragmentos de floresta no leste do Acre;

- desempenho e avaliação econômica de porcas lactantes em função da ordem de parto, além dos projetos de pesquisas aprovados nos editais de 2015;
- qualidade sensorial, físico-química e nutricional de etnovariedades de feijões orgânicos cultivados no Acre;
- canto coral: compartilhando saberes e promovendo saúde no Instituto Federal do Acre;
- a imagem como discurso: uma poética visão acreana a partir dos símbolos rurais.

Em relação à produção científica, no ano de 2015, cinco trabalhos foram apresentados em eventos científicos, totalizando a produção de cinco docentes, sendo eles: André Luis Botelho de Moura, Douglas Marques Luiz, Erasmo Menezes de Souza, Maria Erlene Vieira Matos, Edvar de Sousa da Silva, Maralina Torres da Silva, Gisele Elaine de Araújo Batista Souza.

Atividades de Extensão

Estão em execução cinco projetos de extensão executados com recurso financeiro no valor de R\$ 2.000,00, que são desenvolvidos por docentes, atendendo aproximadamente 150 pessoas da comunidade externa e interna.

A promoção da extensão tecnológica com recursos da instituição se deu através da submissão e aprovação dos projetos em edital, sendo que o *Campus* Baixada do Sol obteve a aprovação conforme detalhado a seguir:

Tabela 28 – Projetos de extensão contemplados com recurso financeiro, ano de 2015.

Projeto	Pesquisador
Plantas que curam: jardinagem ecológica	Joana de Oliveira Dias
Sotaques do corpo: dançando relações étnico-raciais	Joana de Oliveira Dias
Pequenos viveiros florestais e produção de mudas em quintas	Norma Giovanna da Silva Pereira Plese
Ensino da prática do handebol na promoção da saúde	Maria Erlene Vieira Matos
Corpo em movimento: Ginástica Aeróbica e localizada	Maria Erlene Vieira Matos

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

Tabela 29 – Projetos de extensão institucionalizados, em execução, ano de 2015 (sem recurso financeiro).

Projeto	Pesquisador
Curso de extensão em elaboração de projetos e artigos científicos	Joana de Oliveira Dias
Futebol no IFAC: qualidade de vida de membros da comunidade interna e externa	Márcio Bomfim Santiago
Auxiliar Administrativo	Douglas Henrique Canizo

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

Os projetos de extensão também são realizados sem aporte de recurso financeiro, tendo o apoio da direção do *Campus* e da gestão do IFAC, que viabilizam as condições adequadas para que os mesmos se desenvolvam adequadamente, possibilitando assim, um maior atendimento a esta demanda institucional e social, considerando que, os resultados têm sido muito bons em termos de qualidade e da oportunidade de aproximação com a comunidade do entorno do *Campus*.

Dentre as atividades de extensão destacamos o Coral, que permanece em efetivo desenvolvimento e a orquestra de violões, ambos, composto basicamente pelos adolescentes e jovens dos cursos Técnico Integrado.

Gestão de Pessoal

O *Campus* Avançado Baixada do Sol contou no ano de 2015 com o trabalho de 73 servidores, sendo 48 docentes dos quais 46 são efetivos e 2 são temporários, bem como com o apoio de 25 técnicos administrativos, conforme descrição detalhada nas tabelas de números 18 a 21.

Tabela 30 – Balanço das capacitações realizadas pelos servidores no ano de 2015.

Descrição	Quantidade de capacitações	Quantidade de servidores capacitados
Docentes	03	70
Técnicos administrativos	12	12
Total	15	82

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

Biblioteca

Tabela 31 - Detalhamento dos bens patrimoniais – acervo bibliográfico.

ITEM	QUANTIDADE
Livros	1359

CD	-
Revistas	125
Livros didáticos (doados)	90

Fonte: *Campus* Avançado Baixada do Sol.

Outras Ações

Em 2015, além das atividades de rotina, foram executadas as seguintes ações:

- 1- Construção da Horta Orgânica.
- 2- Construção da plataforma e cobertura para o laboratório móvel de pescado.
- 3- Construção de duas salas.
- 4- Doação de uma estação de topografia pelo *Campus* Sena Madureira.
- 5- Realização do primeiro Arraial do IFAC Baixada do Sol.
- 6- Participação e colaboração na execução do X CONNEPI.
- 7- Atividades comemorativas na semana da Consciência Negra (palestras, filmes e teatro).
- 8- Jogos intercalasses.
- 9- Participação nos JIF (jogos dos Institutos Federais).
- 10- Convênio com escola da Floresta.

As ações desenvolvidas foram relevantes para o *Campus*, pois contribuíram para a melhoria dos processos e da satisfação dos clientes internos e externos.

A realização de atividades como os Jogos, a semana da consciência negra e o CONNEPI, foram primordiais para o fortalecimento das ações de ensino e do *Campus*, considerando a efetiva participação dos discentes e os excelentes resultados obtidos.

A biblioteca ganhou novos livros passando de 374 em 2014 para 1359 em 2015, um acréscimo de 985 no quantitativo de exemplares disponíveis para consulta e empréstimo e duas novas servidoras contratadas, possibilitando iniciarmos o processo de empréstimo, além do apoio que os docentes recebem na organização dos livros que utilizam em sala de aula.

O projeto de jardinagem e arborização da área externa foi desenvolvido e obteve um excelente resultado, pois além de plantar os alunos cuidam das plantas, o que proporcionou a melhoria do ambiente escolar.

No início de cada semestre foi realizada a Jornada Pedagógica, momento em que docentes e equipe pedagógica recebem capacitação e realizam o planejamento das atividades de ensino.

O laboratório de processamento de pescado (NUPA) passou por uma manutenção nas instalações elétrica e hidráulica.

Além disso, o convênio firmado com a Escola da Floresta contribuirá muito com as atividades práticas desenvolvidas nos cursos de aquicultura e agroecologia, tendo em vista, o uso dos laboratórios e das áreas agrícola, além dos tanques de piscicultura.

Conclusão

Apesar da limitação dos recursos financeiros, foi possível efetivar as ações essenciais de melhoria da estrutura física, de materiais e equipamentos, as quais contribuíram muito para a melhoria da execução dos serviços e processos.

As parcerias e convênios firmados com instituições públicas e privadas fortalecem e viabilizam muitas das nossas ações, aulas práticas e visitas técnicas são planejadas e realizadas consolidando os conteúdos desenvolvidos nas aulas teóricas, ações possibilitadas pelas parcerias.

A interação com os outros gestores dos *campi* do IFAC, com a reitoria e pró-reitorias, contribuiu de forma ímpar para que muitas atividades fossem realizadas com sucesso, possibilitando que nossas atividades de rotina fossem mais produtivas e sequentemente contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, ou seja, a melhoria do ensino.

Campus Sena Madureira

O ano de 2015 iniciou, no *Campus* IFAC/Sena Madureira, com a abertura de uma turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e uma turma de Subsequente em Informática para Internet (EAD), já que não dispunha de infraestrutura para ofertar outras. Nos primeiros meses de 2015 a gestão do *campus* reestruturou e buscou otimizar alguns espaços da Escola Maria de Fátima como forma de realocar novos setores.

Ainda no primeiro semestre, o *campus*, juntamente com a PROGP e PROEN, viabilizou a alteração de Regime de Trabalho de 14 docentes de 40 horas para DE (40 horas) fato que serviu de estímulo para os profissionais e reparou um equívoco provocado pelo concurso anterior. O primeiro semestre foi ainda marcado pela visita *in loco* dos avaliadores do INEP/MEC para o reconhecimento do Curso de Licenciatura em Física, o qual obteve Nota 3, resultado importante para a continuidade das ações.

Duas novas turmas de curso superior foram abertas: Bacharelado em Zootecnia com 40 vagas e Licenciatura em Física com 35 vagas, além duas novas turmas de Educação a Distância - EAD (Finanças e Vendas).

A Gestão do *campus* ao longo de 2015 subsidiou e apoiou projetos culturais como os SARAUS, Amostras de Física, Seminários de Pesquisas. Organizou a I IFEST com a escolha da Garota e Garoto IFAC/Sena Madureira – 2015, além de outras atividades científicas, artísticas e esportivas. Como forma de viabilizar a execução de atividades práticas, estreitou os laços com proprietários, instituições e empresários locais por meio de parcerias.

Ensino

Tabela 32 - Oferta de Cursos do *Campus* Sena Madureira.

Formação Inicial e Continuada (FIC) mediante o Pronatec	507
Formação de técnicos de nível médio	251
Formação de licenciados	88
Formação de Bacharéis	69
Formação de Especialistas	24
Total	

Fonte: *Campus* Sena Madureira.

Pesquisa

Ações de Desenvolvimento de Pesquisas Aplicadas:

- Adaptação de Cultivares de alface tipo americana da Regional do Purus;
- Corpo Cênico: Narrativas e Experiências Teatrais em Rio Branco Acre;
- Ensaio de Competição de Híbridos de Panicum maximum Jacq. no Acre;
- Homo Faber, Homo Viator: Brasil en la mirada de los viajeros del siglo XIX;
- A Literatura Nortista em Destaque;
- Avaliação de alimentos alternativos regionais para a piscicultura na Amazônia Ocidental.

Produção Científica

O *campus* por meio de alguns docentes e discentes realizou apresentação de trabalhos científicos e culturais em diversos eventos, sendo o mais importante para a instituição o CONNEPI.

Extensão

Promoção de Iniciação Científica em Extensão

Alguns projetos por meio de edital foram e continuam sendo executados como: Jiu-Jitsu, Trup dos Copos e outros.

Desenvolvimento de Projetos de Extensão junto à comunidade local e regional:

- I Gincana cultural interdisciplinar: promovendo a cidadania;
- SPAC – Seminário de Pesquisa em andamento e concluídas;
- Lógica de Programação: Preparando os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental para ingressar no IFAC;
- Expedição Científica;
- Expociência;
- Avaliação de performabilidade de serviços baseados em CloudComputing.

Desenvolvimento de atividades e eventos de divulgação de conhecimentos científicos junto à comunidade local e regional

O *campus* tem procurado desenvolver junto à comunidade local alguns projetos que aproxime a instituição IFAC da comunidade externa. Os projetos de Jiu-Jitsu, Trup dos Copos, o projeto de piscicultura, constituem-se em importantes trabalhos de extensão.

Oferta de qualificação e atualização profissional para atendimento a comunidade

Atualmente o *campus* não oferece nenhuma qualificação profissional, exceto a Especialização em Gestão da Educação Profissional.

Assistência Estudantil

As ações da assistência estudantil se deram principalmente por meio dos recursos disponibilizados nos editais 01 e 02/2015/DSAES, de 27 de abril de 2015, 03 e

04/2015/DSAES de 24 de julho de 2015. Através do Programa de Apoio Socioeconômico para os discentes selecionados nos referidos editais totalizando R\$ 99.000,00 em recursos durante o exercício de 2015.

Tabela 33 - Administração dos Auxílios Estudantis.

AUXÍLIO	Quantitativo de Bolsas	Valor – R\$	Número de inscritos
Auxílio Pró- Esporte/ Incentivo ao Esporte	26	150	15
Auxílio Pró- Cultura/ Incentivo à Cultura	26	150	22
Auxílio Permanência	96	150	65
Auxílio Permanência	22	150	14

Fonte: *Campus Sena Madureira.*

Ações de gestão:

- recompor a Comissão para acompanhamento das obras do *Campus*;
- estabelecer parcerias locais para viabilizar o desenvolvimento de aulas práticas;
- estabelecer e otimizar os fluxos e rotinas dos processos no âmbito do *campus*;
- instituir manual de procedimentos administrativos no *campus*;
- criar um canal de comunicação onde os servidores possam apresentar suas sugestões e;
- reclamações quanto aos serviços prestados pelos diversos.

Ações de ensino, pesquisa e extensão:

- Ampliar a oferta de turmas nos Cursos Técnicos Integrados e Superiores;
- Elaborar e publicitar na página do *campus*, calendário de reuniões ordinárias, calendários de eventos anuais e Jornadas Pedagógicas;
- Elaborar um cronograma anual de eventos e atividades a ser desenvolvidos pela Assistência Estudantil, Coordenação de Pesquisa, Coordenação de Estágio e NAPNE;
- Incentivar e apoiar projetos de pesquisa e encontros científicos, bem como incentivar à criação de grupos de pesquisa no *Campus*;
- Desenvolver política de nivelamento discente de acordo com as necessidades do *campus*;
- Desenvolver com a Equipe Pedagógica, Assistência Estudantil e Direção de Ensino, estratégias para garantir a permanência e êxito dos alunos;

- Realizar uma política de acolhimento para todos os alunos da EaD proporcionando a esses os mesmos direitos e condições dos cursos regulares;
- Disponibilizar estrutura física e condições para a Educação a Distância na qual Coordenador e Tutores possam dar o suporte aos alunos.

Ações para os estudantes:

- Estimular e valorizar a representação estudantil (Grêmio Estudantil, Centros Acadêmicos e DCEs) viabilizando o suporte necessário para atender as demandas sem interferir em sua autonomia.
- Apoiar e estimular à participação dos discentes em eventos científicos, acadêmicos e culturais.
- Propiciar a participação em eventos esportivos e a criação de equipes nas mais diversas modalidades esportivas.
- Estabelecer e divulgar os fluxos e prazos de documento relacionados às demandas dos estudantes no *campus*.
- Manter ativo um canal de comunicação onde os estudantes possam colocar suas sugestões e reclamações quanto aos serviços prestados pela instituição.
- Estimular a realização de eventos de integração acadêmica e atividades educativas de recepção aos calouros.

Campus Tarauacá

O *campus* de Tarauacá é a mais nova unidade da Rede IFAC. Localizado na regional Tarauacá/Envira possui um raio geográfico de atuação nos municípios de Tarauacá, Feijó e Jordão. Tem como proposta central a de constituir-se como um instrumento para efetivação e apoio a políticas públicas de desenvolvimento regional centrada no eixo de Recursos Naturais.

Estrutura Organizacional

O *campus* de Tarauacá está organizado a partir de uma Direção Geral, assessorada diretamente por uma Diretoria Administrativa e uma Diretoria de Ensino. Esta última conta ainda com o apoio das coordenadorias de PROEJA, Cursos Técnicos, Cursos Superiores, NAPNE e Registro, e de Educação à Distância e Pós-graduação.

Área de Atuação Acadêmica

O foco acadêmico centra-se na oferta de cursos técnicos integrados na área de Recursos Naturais. Em 2015, além dos cursos Técnicos integrados ao ensino médio em Floresta e Agricultura, foram ofertados também cursos técnicos subsequentes na modalidade EAD (de Informática para Internet, Finanças, administração e vendas) e PROFUNCIÓNÁRIOS (Secretaria escolar e multimeios didáticos). O *campus* também é ofertante do PRONATEC, disponibilizando na regional vários cursos de curta duração. Durante o ano de 2015, foi finalizado também o primeiro curso FIC do IFAC - FIC RECREADOR. Tivemos também três projetos de extensão institucionalizados.

Cursos Ofertados

No ano de 2015 o *Campus* Tarauacá contemplou a oferta de 2 cursos presenciais na modalidade técnico integrado detalhados na TABELA 1.

Tabela 34 - Oferta de Cursos do *Campus* Tarauacá.

Nível	Modalidade	Ingressos
Técnico	Integrado	200
Programas Especiais	FIC	40
	Pronatec	729
	Educação a Distância	360
	Profuncionario	160
	TOTAL	1489

Fonte: *Campus* Tarauacá.

Assistência Estudantil

Contarmos com uma coordenação específica para assistência, proporcionamos a distribuição de material didático e a viabilização da entrega de fardamento e material escolar e de apoio como Kits de Higiene. Durante o ano de 2015 a assistência estudantil foi composta por um TAE pedagogo, Uma TAE Psicóloga, uma TAE assistente Social e duas TAEs técnicas em Assuntos educacionais.

A equipe de assistência estudantil é responsável pelo gerenciamento das bolsas estudantis, a citar o auxílio Permanência, Pró-Esporte e Pró-Cultura. A tabela abaixo apresenta o total de bolsas ofertadas aos alunos no ano letivo 2015.

Tabela 35 - Auxílios disponibilizados para os docentes no ano letivo 2015.

Auxílio	N.º de Bolsas disponibilizadas	N.º de alunos que concorreram	N.º de alunos contemplados
Bolsa Permanência	200	174	174
Pró- Esporte	28	48	48*
Pró-Cultura	28	27	26

Fonte: *Campus Tarauacá*.

*Bolsas remanescentes do *Campus* de Cruzeiro do Sul contemplaram o cadastro reserva do *Campus Tarauacá*.

Estágio

Em 2015 foi realizado um convênio de estágio entre o *Campus Tarauacá* e a prefeitura de Feijó, que selecionou dois alunos do ensino técnico subsequente.

Pesquisa

Atualmente o *Campus Tarauacá* possui projeto de pesquisa vinculado ao doutorado em andamento de um servidor. Devidamente institucionalizado, o projeto intitulado EXPORTAÇÃO DE NUTRIENTES E AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE AÇAIZEIRO NA REGIÃO DE TARAUCÁ/ENVIRA, ACRE é de autoria do professor Denis Borges Tomio sob orientação do Pesquisador da Embrapa Rondônia Dr. Paulo Guilherme Salvador Wadt.

O *Campus Tarauacá* não conta com a atuação de grupos de pesquisas cadastrados. Não houve promoção da pesquisa aplicada e da iniciação científica e tecnológica.

Produção Científica

Em relação a produção científica, no ano de 2015, o projeto “Xadrez para todos” foi apresentado pelo Professor Marcelo Pereira Silva no III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Recife. O docente também representou o projeto NEDET, com apresentações de trabalhos (pôster e resumo expandido) no Encontro Nacional do Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, em Salvador/BA.

No X CONNEPI, realizado em Rio Branco, foram ministrados o minicurso “Xadrez para Todos” por Daiana da Silva Sampaio Araújo e Marcelo Pereira Silva e o minicurso “Música e dança indígena da cultura Huni Kuin” pela professora Cristiane de Bortoli e Grupo Pinu Huia Keneya.

Extensão

Na extensão o *campus* conta com 4 projetos institucionalizados denominados:

1 – O Projeto Xadrez para Todos é uma atividade que contribui para o processo educativo, cultural, científico e tecnológico, promovendo a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho. O xadrez em diversos lugares vem sendo utilizado como instrumento inter, multi e pluridisciplinar, pois auxilia significativamente no desenvolvimento de algumas características do pensamento cognitivo, como abstração, memorização, raciocínio lógico, dedução e indução. O imenso mérito do jogo é que ele responde a uma das preocupações fundamentais do ensino moderno, ou seja, o de propiciar a possibilidade a cada aluno de progredir segundo seu próprio ritmo, valorizando assim a motivação escolar.

“Xadrez para Todos” envolve a participação de 2 docentes, 1 técnico-administrativo, 1 discente e 1 membro da comunidade, sendo realizado na comunidade escolar do Estabelecimento Estadual de Ensino Plácido de Castro.

2 - “NEDETS” - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), tem o objetivo de contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, apoiando os Colegiados Territoriais, institucionalidades representativas dos territórios rurais que contam com a participação do poder público e da sociedade civil. Os NEDETs são resultado de parceria entre diversas secretarias ligadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O núcleo TARAUCÁ/ENVIRA é coordenado pelo Professor Marcelo Pereira Silva e com o professor Denis Borges Tomio atuando como Conselheiro

3 – Informática Básica institucionalizado em 2015 com início para 2016.

4 - O Coral *Campus* Tarauacá é um projeto que teve como principal objetivo oferecer aos alunos e à comunidade em geral o contato com a música através da prática coral, com promoção de atividades artísticas e culturais permanentes, voltadas a formação humana, social e cultural. E como objetivos específicos: desenvolver noções básicas de linguagem musical; aliar a percussão corporal à prática musical coletiva; promover a integração da comunidade escolar do IFAC Tarauacá, através do diálogo musical, com a sociedade local; promover a participação do Coral do IFAC Tarauacá em eventos locais e regionais; desenvolver

atividades de estudo e pesquisa sobre a diversidade cultural brasileira, das manifestações e dos repertórios locais e regionais, principalmente no que se refere às questões étnicas, fortalecendo a identidade regional do Coral.

As ações do projeto foram iniciadas em abril deste ano, com dois ensaios semanais regularmente. Foram realizados ensaios extraordinários sempre antes de apresentações.

Também foi realizado um intercâmbio cultural com o grupo musical Pinu Huia Keneya, da Terra Indígena Kaxinawa da Colônia 27, Aldeia Pinuya, etnia Huni Kuin, localizada a 7 Km de Tarauacá no Ramal 1. As ações de intercâmbio cultural com indígenas presentes na escola contando como vivem, tocando, dançando, mostrando sua cultura, modificaram não somente os alunos e funcionários da escola, como também a relação dos próprios indígenas em relação à cultura dos brancos, pois hoje percebe-se que muito jovem indígena tem procurado viver na cidade em busca de estudo e acabam deixando suas tradições de lado. Além da vinda deles ao *Campus* do IFAC Tarauacá também realizamos visitas na Aldeia Pinuya com todos os membros do coral, vivenciando práticas culturais e conhecendo o ambiente de uma aldeia indígena.

O *campus* também apoiou um projeto de extensão não institucionalizado em parceria com o SUS, promovendo atividade física orientada para população. Também manteve atividades no Lar Novo Hamburgo proporcionando melhorias na qualidade de vida dos internos. Aconteceu a iniciativa de composição de um coral de vozes e o intercâmbio cultural junto às aldeias indígenas.

Tabela 36 - Projetos de extensão institucionalizados, em execução, ano de 2015.

Projeto	Pesquisador
Xadrez para todos	Marcelo Pereira Silva, Daiana da Silva S. Araújo e Aline de S. Loli.
NEDETS	Marcelo Pereira Silva e Denis Borges Tomio
Música	Cristiane de Bortoli
Informática Básica	Eduardo Pinheiro Junior

Fonte: *Campus* Tarauacá.

***Campus* Cruzeiro do Sul**

Ensino*Formação Inicial e Continuada (FIC)*

As turmas que concluíram no ano letivo de 2015 estão descritas na tabela. Estas já realizaram formatura e receberam os certificados.

Tabela 37 - Turmas concluintes no *Campus* Cruzeiro do Sul, ano letivo 2015.

Curso	Modalidade	RETIRAR	Nº formandos
Inglês Básico	FIC		6
Espanhol Básico	FIC		14
Organizador de Eventos	FIC		11
Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais	FIC		12
Camareira em Meios de Hospedagem	FIC		19
Cuidador de Idoso	FIC		15
Cuidador Infantil T2	FIC		16
Cuidador Infantil N1	FIC		21
Preparador de Doces e Conservas	FIC		17
Apicultor	FIC		19
Avicultor N2 /2014	FIC		20
Avicultor T1 / 2014	FIC		23
Criador de Peixes em Viveiros Escavados N1	FIC		23
Criador de Peixes em Viveiros Escavados M4	FIC		5
Criador de Peixes em Viveiros Escavados N2	FIC		19
Fruticultor	FIC		14
Horticultor Orgânico M2	FIC		12
Piscicultor M1	FIC		10
Piscicultor T1	FIC		13

Preparador de Pescado	FIC		14
Viveiricultor	FIC		19
Piscicultor MI	FIC		10
Piscicultor RDA	FIC		16
Piscicultor - PW	FIC		15
Total			363

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Formação de Técnicos de Nível Médio

O curso Técnico em Meio Ambiente – Integrado ao Ensino Médio, iniciou o exercício 2015 com um total de 63 matrículas referentes a três turmas: Primeiro (33 matriculados), Segundo (16 matriculados) e Terceiro (14 matriculados) anos do Ensino Médio. Neste exercício não havia turma de quarto ano - a ser iniciada no exercício 2016. Deste total de matriculados, nove estudantes não concluíram o ano letivo, caracterizando evasão escolar.

O exercício 2015 iniciou com algumas disciplinas em atraso devido à ausência ou remoção dos respectivos docentes em períodos anteriores ao exercício deste relatório. As disciplinas atrasadas ao início do exercício 2015 estão listadas a seguir: Geografia II, Sociologia II, Prática Profissional II (Turma 2013.1); Geografia I, Química I, Sociologia I, Prática Profissional I (Turma 2014.1) – um total de sete disciplinas em atraso ou suspensas ao longo do exercício 2014. Ao final do corrente ano foram ofertadas seis destas disciplinas e apenas a disciplina Geografia I ainda permanece em suspensão com previsão de oferta apenas no exercício 2016. Para este próximo exercício, foram adicionadas outras 9 disciplinas que não foram concluídas em 2015, a seguir: Geografia III, Prática Profissional III, Sociologia III (turma 2013.1); Geografia I, Geografia II, Sociologia II, Prática Profissional II (turma 2014.1) e Geografia I, Sociologia I (Turma 2015.1). Desta forma o exercício 2015 termina com um total de 10 disciplinas em situação de atraso ou com suspensão de sua oferta no referido exercício.

Ambos os cursos de nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, encerrou o exercício 2015 com os seguintes dados:

Tabela 38 - Matrículas efetivadas para Cursos Técnicos Integrados

Curso: Técnico em Agropecuária e Técnico em Meio Ambiente					
Total de matrículas	Concluídos	Reprovados (retidos)	Trancados	Evadidos	Cancelados
195	09	38	0	12	3

Fonte: Campus Cruzeiro do Sul

A instituição formou a turma 02/2011, e a turma 01/2012 encerrou todas as disciplinas, faltando, somente, o encerramento do estágio obrigatório, de alguns alunos.

Curso Técnico em Controle Ambiental - PROEJA

Em 2015, os alunos do Curso Técnico em Controle Ambiental, na modalidade PROEJA, turma 02/2011 e 01/2012, finalizaram as disciplinas em atraso de Prática Profissional II e III ministrada pelo docente Paulo Moura, Sociologia Ambiental e Sociologia III ministradas pelo docente Pedro Mota todas concluídas até maio de 2015. A turma 02/2011 tem 10 alunos frequentando, sendo que 06 (seis) já apresentaram o PCC e 04 (quatro) estão em processo de conclusão. Na turma 01/2012, onde há atualmente 11(onze) alunos frequentando, 06 (seis) apresentaram o PCC e 05 (cinco) estão em fase de conclusão. A partir de maio de 2015, os alunos do curso de Controle Ambiental estavam somente produzindo e pondo em prática o Projeto de Conclusão de Curso, ou seja, não havia mais oferta de disciplinas para os mesmos. A *tabela 6* mostra a relação dos alunos que já apresentaram o PCC e dos que não concluíram o projeto.

Curso Técnico em Administração – PROEJA

Quanto ao Curso Técnico em Administração na modalidade PROEJA, houve uma aluna desistente: Maria Iêda Barroso de Pinho. Hoje o Curso está com 09 (nove) alunos frequentando. Há seis disciplinas atrasadas por falta de docentes contratados na área para o Câmpus: Sociologia I, II e III; Geografia I, II e III. Além dessas, estão em atraso também Química II e Empreendedorismo. A *tabela 7* mostra a relação de alunos que frequentam o Curso ADM.

Tabela 39 - Relação dos alunos do Curso Técnico em Administração – PROEJA.

Curso	Alunos
Técnico em Administração – Turma 01/2014	Antônia Queila Silva de Oliveira
	Franciléia Ferreira de Souza
	Georgina Oliveira Furtado
	Jorge Luiz da Silva Maia
	José Alcione de Lima Silva
	Márcia Rosana Silva de Oliveira
	Maria Paloma Maia de Souza
	Maria Valderlene do Valle Cruz
	Marineis Constant de Almeida

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Curso Técnico em Informática – Subsequente

O curso Técnico em Informática iniciou o exercício 2015 com um total de 32 matrículas referentes a uma turma. Deste total de matriculados, 27 estudantes não concluíram o ano letivo, caracterizando evasão escolar, 5 concluíram no primeiro semestre.

Curso Técnico em Aquicultura – Subsequente

O Curso Técnico em Aquicultura, modalidade subsequente, pertencente ao Eixo Recursos Naturais possui duas turmas em funcionamento. A turma 2013 teve 41 ingressantes e, em 2015, conta com 17 concluintes. A turma 2015 teve 40 ingressantes e desses apenas 18 fizeram rematrícula no segundo semestre.

Tabela 40 - Matrículas efetivadas no SISTEC.

Curso: Técnico em Aquicultura					
Total de matrículas	Concluídos	Reprovados (retidos)	Trancados	Evadidos	Cancelados
61	04	0	0	20	02

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Cursos Técnicos Subsequentes EAD**Tabela 41 - Cursos ofertados na modalidade técnico subsequente EAD, ano letivo 2015**

Curso: Técnico em Administração – EAD (turma 01/2015)					
Total de matrículas	Concluídos	Reprovados (retidos)	Trancados	Evadidos	Cancelados
166	0	0	0	60	01

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Formação de Tecnólogos**Tabela 42 - Curso Superior de Tecnologia**

Curso: Tecnólogo em Agroecologia e Tecnólogo em Processos Escolares					
Total de matrículas	Concluídos	Reprovados (retidos)	Trancados	Evadidos	Cancelados
232	19	0	06	31	05

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Formação de Licenciados**Tabela 43 - Formação de Licenciados.**

Curso: Licenciatura em Física e Matemática					
Total de matrículas	Concluídos	Reprovados (retidos)	Trancados	Evadidos	Cancelados
237	0	0	14	35	0

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Formação de Especialistas

No ano 2015, o *Campus* Cruzeiro do Sul – IFAC continuou com a oferta da Especialização *lato sensu*, com o Curso *Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica*.

Tabela 44 - Formação de Especialistas.

Data oficial de conclusão do curso	Alunos que concluíram todas as disciplinas do curso	Alunos que apresentaram o TCC	Alunos que solicitaram prorrogação de prazo para apresentação do TCC
09/2015	19	02	17

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Pesquisa

O *Campus* Cruzeiro do Sul conta com a atuação de seus docentes envolvidos em pelo menos 06 grupos de pesquisas, totalizando a ação de 58 docentes efetivos, 04 substitutos e 38 técnicos. Este grupo de funcionários envolve os discentes nos mais diferentes eventos que apresentam caráter científico, visando consolidar a pesquisa no *Campus*.

As atividades descritas neste item do relatório referem-se às ações desenvolvidas de janeiro a dezembro de 2015, na qual a Coordenação de Pesquisa Inovação e Extensão contribuiu de forma direta.

Desenvolvimento de Pesquisas Aplicadas e Iniciação Científica

A promoção da pesquisa aplicada e da iniciação científica e tecnológica ocorreram na forma dos editais onde o *Campus* Cruzeiro do Sul obteve a aprovação conforme detalhado a seguir:

- Caracterização do perfil da meliponicultura em Cruzeiro do Sul – AC.

Além dos projetos de pesquisa aprovados nos editais de 2014, no *Campus* Cruzeiro do Sul, estão sendo executados 11 projetos que estão institucionalizados junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFAC, a saber:

- O ensino de língua materna no 9º ano das escolas Cora Coralina (zona rural) e da Escola Presbiteriana (zona urbana), do município de Cruzeiro do Sul: influências socioculturais no ensino da norma culta.
- Estratégias didático-metodológicas de aulas práticas na consolidação da Aprendizagem Significativa com materialização técnica de Mapas Conceituais na disciplina de ciências do 1º ao 5º ano do ensino fundamental para escolas multisséries no Estado do Acre
- Realidade e perspectiva do ensino de matemática para alunos com necessidades especiais
- Ações do estado brasileiro nas RESEX da Amazônia: Avaliações dos Impactos das políticas públicas implementadas
- Desempenho econômico e o nível educacional da produção familiar rural na Amazônia: um estudo a partir das famílias rurais acreanas

- Manejo Nutricional da pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth) cultivada em sistemas agroflorestais na Amazônia ocidental
- Bionomia de algumas espécies de *Anopheles* (Diptera: Culicidae) em diferentes ecótopos no município de Cruzeiro do Sul: uma abordagem de pequena escala para a epidemiologia da malária no Estado do Acre, Amazônia Ocidental.
- Taxonomia e índices parasitários de helmintos parasitos de *Prochilodus nigricans* procedentes da região oeste do Acre
- Eficiência de diferentes proporções calcário/gesso agrícola no crescimento inicial de mulateiro.
- Práticas orais e letradas no interior da Amazônia.

Produção Científica

Em relação à produção científica, no ano de 2015, 10 trabalhos foram apresentados em eventos científicos.

Extensão

Promoção de Iniciação Científica em Extensão

No *Campus* Cruzeiro do Sul durante o ano de 2015 foram executados 10 projetos de extensão e seus coordenadores institucionalizaram e/ou estão em processo de institucionalização, conforme descritos a seguir:

A promoção da extensão no *campus* ocorreu na forma dos editais, onde o *Campus* Cruzeiro do Sul obteve a aprovação conforme detalhado abaixo:

Tabela 45 - Projetos de extensão contemplados com recurso financeiro (R\$), ano de 2015.

Projeto	Modalidade	Recurso aportado (R\$)
Processamento de pescado e alimentação infantil: transferência de tecnologia para famílias de baixa renda e aplicabilidade à nutrição pueril no Vale do Juruá	Extensão	Edital complementar n.º 011, de 15 de maio de 2015. Auxílio às atividades da área de extensão tecnológica

Jornal Escolar	Extensão	Edital complementar n.º 011, de 15 de maio de 2015. Auxílio às atividades da área de extensão tecnológica
Implantação de Unidades de Aprendizagem em meliponicultura e apicultura com produção sustentável de mel no <i>Campus</i> de Cruzeiro do Sul do IFAC	Extensão	Edital complementar n.º 011, de 15 de maio de 2015. Auxílio às atividades da área de extensão tecnológica
Coral popular do IFAC canta o vale do Juruá	Extensão	EDITAL N.º 001/2014 – PROEX/IFAC - Auxílio às Atividades de Extensão na Área da Cultura
Da África para o Brasil: Semana da Consciência Negra	Extensão	EDITAL N.º 001/2014 – PROEX/IFAC - Auxílio às Atividades de Extensão na Área da Cultura

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Além dos projetos acima citados a promoção da extensão tecnológica ocorreu na forma de Institucionalização de projetos conforme estão detalhados a seguir:

Tabela 46 - Projetos de extensão institucionalizados no *Campus* Cruzeiro do Sul no ano de 2015

Projeto	Número de contemplados	Recurso usado (RS)
I Seminário PIBID/IFAC a Inovação Científica e Social no âmbito escolar: “PIBID, um novo olhar sobre a educação e seus impactos na vida dos futuros docentes”	26 docentes colaborador 01 pesquisador visitante 34 Alunos bolsistas	4.608,92

Brasil nunca mais! Contracultura na ditadura militar (1964-1985)	01 docente 03 pesquisados externos Comunidade em geral	Diárias e passagens
TECNOLOGIA DE PROCESSAMENTO DE PESCADO	02 docentes 17 produtores rurais	Material usado no curso (disponibilizado pelo INCRA). Laboratório
Química no cotidiano	13 docentes 131 alunos	Infraestrutura da instituição
Lógica de programação e algoritmo	01 docente 01 técnico 30 alunos	Infraestrutura da instituição
Capacitação de vendedores ambulantes em Boas Práticas	Falta relatório Final	Infraestrutura da instituição

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

A coordenação de pesquisa apoiou outros eventos na qual foi solicitado tais como: Semana de agroecologia, desenvolvido pela coordenação de agroecologia e semana da consciência negra, desenvolvido pelo NEABI.

Vale ressaltar que durante o evento houve gastos com transportes de alunos além de uso da infraestrutura e matérias permanentes (carros da instituição).

Durante o ano de 2015 os alunos foram envolvidos na Olimpíada Brasileira de Agropecuária, onde 06 alunos foram envolvidos.

Desenvolvimento de Projetos de Extensão junto à comunidade local e regional

Semana de Conscientização Ambiental

A coordenação de Cursos Técnicos do Eixo Ambiente e Saúde promoveu em parceria com a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul e a Associação de Moradores do Bairro da Várzea a I Semana de Conscientização Ambiental durante os dias 09, 10 e 11 de setembro.

O evento coordenado pelo Prof. Rodrigo Marciente contou com a colaboração de estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente, dos professores Ageane Mota Bernarde, Jozângelo Fernandes da Cruz, Ana Claudia Dias, Ângelo Melo, Rennan Bastos, José Marlo de Azevedo.

Assistência Estudantil

O ano de 2015 foi marcado pela estruturação do setor da Assistência Estudantil no *Campus* Cruzeiro do Sul. Uma vez efetivada a equipe técnica multiprofissional, onde foi possível o desenvolvimento mais consolidado de ações e olhar mais abrangente junto às questões que envolvem a garantia de permanência e sucesso escolar dos alunos, a equipe buscou a integração dos fluxos de informações em busca de um trabalho mais eficiente junto aos estudantes.

Nesta perspectiva, tornou-se possível discutir junto aos demais setores do IFAC ações preventivas que minimizassem o fracasso escolar, atuando como suporte às ações efetivadas conjuntamente, tal como previsto na Resolução 033/2015 – CONSU-IFAC, que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFAC.

No processo seletivo do Edital 01/2015/DSAES, foram destinadas 198 vagas para o *Campus* Cruzeiro do Sul, os quais foram contemplados 130 alunos, e para o Edital 02/2015/DSAES 87 vagas, sendo contemplados 92 alunos.

Em relação ao Edital 2, apesar da grande demanda de interessados, as inscrições pouco superaram a quantidade de vagas disponíveis. Após solicitação do *Campus*, a DSAES incluiu os 5 alunos do cadastro de reserva no benefício, tendo em vista que os auxílios ofertados no Edital 01/2015/DSAES não foram totalmente preenchidos.

Os Editais PRÓ-ESPORTE e PRÓ-CULTURA foram lançados em meados do ano letivo, projetando para o *Campus* Cruzeiro do Sul 96 vagas para o primeiro edital e 75 para o segundo.

Biblioteca

Tabela 47 - Detalhamento dos bens patrimoniais – acervo bibliográfico.

ITEM	QUANTIDADE
Livros	3.699
CD	69
Revistas	42

Fonte: *Campus* Cruzeiro do Sul.

Campus Xapuri

Desde que foi inaugurado em 27 de dezembro de 2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – *Campus Xapuri* atua em um ritmo intenso de atividades para cumprir sua missão institucional. Com a ampliação do atendimento às demandas dos municípios limítrofes, tem sido visto como referência educacional em toda a Região do Alto Acre por desenvolver projetos que promovem, de fato, o desenvolvimento sustentável e, melhorias socioeconômicas reais aos diversos segmentos da população e principalmente às camadas mais vulneráveis economicamente, inserindo-as no mercado de trabalho através da profissionalização ofertada em cursos de aperfeiçoamento e capacitação, técnicos, tecnológicos e Licenciatura, que tem como objetivo a busca de alternativas para a otimização dos recursos naturais disponíveis na localidade, visando, simultaneamente, a preservação ambiental e a inclusão social.

O referido *Campus* foi o primeiro a ser inaugurado no Estado do Acre. O prédio foi construído pelo Governo do Estado do Acre e o imóvel foi doado ao Instituto através da Lei n.º. 2.394 de 17/12/2010.

Atividades de Ensino**Tabela 48 - Geral da Oferta de Vagas e Cursos no *campus* Xapuri em 2015.**

Cursos Técnicos Subsequentes*	
Vagas ofertadas em 2015	40
Ingressantes em 2015	28
Concluintes em 2015	06
Evadidos em 2015	22
Cursos Técnicos Integrado*	
Vagas ofertadas em 2015	40
Ingressantes em 2015	40+1(reprovada)
Concluintes em 2015	29
Evadidos em 2015	04
Transferidos em 2015	08
Cursos Técnico Integrado Proeja*	
Vagas Ofertadas em 2015	Não houve oferta
Ingressantes em 2015	
Concluintes em 2015	
Evadidos em 2015	

Cursos Superiores* Gestão Ambiental	
Vagas ofertadas em 2015	40
Ingressantes em 2015	40
Concluintes em 2015	24
Evadidos em 2015	15
Reopção de Curso em 2015	01

Cursos Superiores* Licenciatura em Química	
Vagas ofertadas em 2015	40
Ingressantes em 2015	32+1(reopção de curso)
Concluintes em 2015	23
Evadidos em 2015	08
Troca de Turma em 2015	02
Especialização**	
Vagas ofertadas em 2015	Não houve oferta
Ingressantes em 2015	
Concluintes em 2015	
Evadidos em 2015	

Fonte: Coordenação de Registro Escolar *Campus Xapuri*

Cursos Ofertados-Presenciais

Tabela 49 - Oferta de cursos presenciais no *Campus Xapuri*, ano letivo 2015.

Curso	Modalidade	Turno	Semestre	Nº turmas	Nº vagas
Gestão Ambiental	Superior-Tecnólogo	Noturno	1º	Uma	40
Licenciatura em Química	Superior-Licenciatura	Noturno	1º	Uma	40
Téc. Subs. em Biotecnologia	Técnico Subsequente	Matutino	1º	Uma	40
Integrado em Biotecnologia	Técnico Integrado	Matutino	1º	Uma	40
Total					160

Fonte: Coordenação de Registro Escolar *Campus Xapuri*

*Cursos ofertados - À distância***Tabela 50 - Oferta de cursos à distância no Campus Xapuri, ano letivo 2015.**

Curso	Modalidade	Turno	Semestre	Nº turmas	Nº vagas
Téc. Subs. Informática para Internet	Educação a distância	Noturno	1º	Uma	40
Téc. Subs. Em Finanças	Educação a distância	Noturno	2º	Uma	40
Total					80

Fonte: Coordenação de Registro Escolar Câmpus Xapuri.

*Concluintes***Tabela 51 - Turmas concluintes no Campus Xapuri, ano letivo 2015.**

Curso	Modalidade	Turno	Nº formandos
Tecnologia em Gestão Ambiental-2011	Superior-Tecnólogo	Noturno	22
Integrado em Biotecnologia-2012*	Técnico Integrado	Matutino/vespertino	20
Téc. Subs. em Serviços Públicos-2012**	Educação a distância	Noturno	08
Téc. Subs. em Administração-2012**	Educação a distância	Noturno	14

Fonte: Coordenação de Registro Escolar Câmpus Xapuri.

*Consta somente o número de alunos que estão regular com o estágio;

**Turmas que estão com a situação regular, aguardando somente a colação de grau;

Pós-Graduação

Disciplinas ofertadas no ano de 2015 no curso de gestão da educação profissional, científica e tecnológica.

- EPCT como Política Pública – Prof. Tânia Façana – IFAC – *Campus* Rio Branco
- Currículo para EPCT - Prof. Marola Giuliane– IFAC – *Campus* Baixada do Sol
- Avaliação na EPCT - Prof. Marola Giuliane – IFAC – *Campus* Baixada do Sol
- Tecnologia Assistiva na EPCT Prof. Devanir Cazusa – Secretaria estadual de Educação
- Sistemas de Monitoramento e Avaliação na EPCT – Prof. Carmem Paola Torres Alvarez e Wanderley Pereira da Silva – IFAC – Reitoria

Projetos de Pesquisa Institucionalizados

- A BIODIVERSIDADE DE PARASITOS DE PEIXES DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA EM TRÊS RIOS DA MICROREGIÃO BRAGANTINA, NORDESTE

DO ESTADO DO PARÁ”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Aldenice de Nazaré Silva Pereira.

- “Espoliação do trabalho e a realidade vivenciada pelos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z1, de Porto Velho (Distrito de Vila Extrema) - RO”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Fabiano Moreira da Silva.
- “O LABORATÓRIO DE FÍSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE RIO BRANCO – ACRE E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO ALUNO”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Fábio Soares Pereira.
- “ESTUDO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA MELHOR BENEFÍCIO AMBIENTAIS PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Geslaine Frimaio da Silva.
- “ESTUDOS DE COMPATIBILIDADE DA PANCREATINA EM FORMULAÇÕES FARMACÊUTICAS”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Gleysson de Paula Terra.
- “USO DA RESPIROMETRIA PARA AVALIAÇÃO DE SOLOS SOB DIFERENTES TIPOS DE MANEJOS EM ÁREAS NO SERINGAL CACHOEIRA NA CIDADE DE XAPURI-AC”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Iusseny do Nascimento Soares Vieira.
- “O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DA FONÉTICA ARTICULATÓRIA EM LÍNGUA INGLESA UTILIZANDO-SE DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA TURMA INICIAL DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM BIOTECNOLOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE – *CAMPUS XAPURI*”, coordenado pelo (a) pesquisador (a) Luiz Eduardo Guedes Conceição.
- “Extrativismo e desenvolvimento na Amazônia: discussões a partir da formação de preços da borracha nativa (*Hevea Brasiliensis*) no Acre”, coordenado pelo pesquisador Ronildo Rezende da Silva.

Reuniões com a coordenação geral de pós-graduação – PROINP

- 08 e 09 de junho de 2015

Pauta:

- Institucionalização de Projetos de Pós-Graduação;
- Discussão do Regimento da Pós-Graduação;

- Discussão do PPC do curso de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a ser ofertada nos *campi*.

Participação e organização do I Seminário de pós-graduação do IFAC – que aconteceu junto com o CONNEPI 2015 em rio branco.

A discente Alcilene Rafael da Silva apresentou um resumo fruto do seu trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica com o tema “A EDUCAÇÃO RURAL E O ENSINO MULTISERIADO” sob orientação do Prof. Paulo Eduardo Ferlini Teixeira.

NAPNE

As Atividades desenvolvidas pelo Núcleo de apoio as pessoas com necessidades específicas referente ao ano de 2015:

- Identificação de alunos com algum tipo de necessidade;
- Contratação de interprete de libras e acompanhamento de cinco alunos;
- Palestra com a professora Claudia Rosário uma abordagem sobre a inclusão na rede federal de ensino;
- Palestra com a professora Marilu Palma durante a semana da diversidade abordando a Imprevisibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior;
- Palestra com a psicóloga Rannife Augusta tratando sobre Autismo, TDH e os demais transtornos de aprendizagem;
- Minicurso de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual.
- Aquisição de um gravador digital para atender aluna com deficiência visual.

Serviço de Psicologia

Tabela 52 - Tabela do serviço de Psicologia 2015

Quantidade de Atendimentos Individuais	
Demanda Espontânea	2
Encaminhamentos	2
NAPNE	12
Atendimento aos Pais	3
Palestras e Encontros	
Palestra: Os tipos psicológicos e a aprendizagem	2 encontros carga horária: 4 horas
Vivência: Relacionamentos Interpessoais – uma vivência com o Eneagrama	1 encontro, carga horária: 8 horas
Palestra solicitada pelo NAPNE: Os principais problemas de	1 encontro, carga horária: 4 horas

aprendizagem	
Projeto: Servidor Dançante	3 encontros, carga horária: 1 hora
Minicursos Semana da Diversidade:	
Os tipos psicológicos: uma abordagem educacional	1 encontro, carga horária: 4 horas
Saúde Mental na Educação	1 encontro, carga horária: 4 horas
Pessoas com Deficiência e o processo de aprendizagem na educação	1 encontro, carga horária: 4 horas

Fonte: *Campus Xapuri*.

Estágio

1. Como são promovidos os estágios?

A Coordenação de Estágio em parceria com as Coordenações de cada curso e com as instituições concedentes de estágio tem o objetivo de ofertar e possibilitar oportunidades de estágio supervisionado aos alunos do IFAC *Campus Xapuri*. Para fins de efetivação de estágio é estabelecido no começo de cada semestre um período para matrícula no registro escolar conforme prevê o Regulamento de Estágio publicado que pode ser encontrado no sítio do Instituto Federal do Acre. Este período de matrícula, bem como as unidades concedentes de estágio que possuem convênio com IFAC são amplamente divulgados por meio de reuniões da coordenação, cartazes fixados nos murais e via e-mail.

2. Quais os avanços observados?

- Aumento no número de estágios supervisionados efetivados;
- Aumento no número de instituições conveniadas;
- Melhoria no fluxo de processos referentes a documentação de estágio e convênios;
- O fluxo em relação aos processos de novos convênios está mais rápido, possibilitando mais oportunidades de estágio.

3. Quais são os desafios da Coordenação de Estágio?

- Apesar do aumento no número de instituições conveniadas, ainda há poucas unidades concedentes de estágio para demanda de alunos que procuram o estágio supervisionado.
- Mesmo diante da relevância do estágio supervisionado, exaustivamente colocado em evidência nas reuniões da coordenação, muitos alunos deixam para realizá-lo ao final do curso, ocasionando em alguns casos pendências junto à esta coordenação.

4. Quais as medidas que serão tomadas para superação dos desafios elucidados na questão supracitada?

- Pretende-se fazer um mapeamento de possíveis locais de estágio e posteriormente uma visita técnica a estes lugares para fins de celebração de convênio;
- Será realizado um trabalho de conscientização quanto aos elementos que tornam o estágio supervisionado tão importante quanto as demais atividades formativas do aluno, bem como material informativo com o objetivo de divulgar as ações da coordenação.

Eixo Ambiente e Saúde

Entrada de Alunos:

No ano de 2015 iniciamos duas turmas no eixo, a turma do Técnico Integrado, em Biotecnologia com 40 alunos e a turma do Técnico Subsequente em Biotecnologia, com 27 alunos.

Turmas concludentes:

No início de 2016 as duas primeiras turmas do curso Técnico Integrado em Biotecnologia, turmas 2012 matutino e vespertino, concluíram as disciplinas do curso.

Atividades realizadas:

Durante o ano letivo de 2015 foram realizadas atividades interdisciplinares com temas relevantes para estudantes do ensino médio. Tivemos apoio das direções Geral, Ensino e Administração, além do apoio dos demais servidores tanto docentes e TAEs do *Campus Xapuri* e colaboradores externos.

- Café com Poesia; (professores de Língua Espanhola, Língua Portuguesa, Química, Biologia e Artes)
- I Semana de Filosofia e Ética do *Campus Xapuri* – Liberdade, responsabilidade e suas implicações contemporâneas; (professora de Filosofia, professor de Sociologia, professor de Música, professora de Artes)
- Gringos sem Fronteiras; (professores de Língua Inglesa, professor de Música, professora de Artes)
- Participação de discentes na 4ª edição da Feira de Matemática, em Jaraguá do Sul, sob coordenação dos professores de Matemática, Física, Biologia, Biotecnologia e Meio Ambiente;

- Participação de discentes nos jogos escolares, sob a coordenação do professor de Educação Física;
- Participação de discentes nos Jogos dos Institutos Federais, sob a coordenação do TAE Administrador;
- I Feira de Ciências do IFAC – IFAFEC (professores do curso Técnico Integrado em Biotecnologia sob a coordenação do professor de Biologia Allison Carlos);
- I Semana de Direito à Diversidade; (professor de História, professor de Música, professor de Sociologia, professora de Artes, TAE Bibliotecário, TAE Assistente Social)
- Participação de discentes no X CONNEPI (participação dos alunos com apresentação teatral, sob coordenação da professora de Artes, exposição de banners sob a coordenação de professores do Eixo);
- Participação de discentes em atividade recreativa no Seringal Cachoeira;
- Formatura das primeiras turmas do curso Técnico Integrado em Biotecnologia do *Campus Xapuri*;
- Acompanhamento de frequência dos bolsistas da Assistência Estudantil;
- Acompanhamento de frequência dos bolsistas dos editais pró-cultura e pró-esporte.

Reuniões com pais e responsáveis:

- Foram realizadas duas reuniões com pais e responsáveis dos alunos do curso Técnico Integrado em Biotecnologia.

Reuniões com docentes do eixo:

- Foram realizadas cinco reuniões com docentes do Eixo para tratar assuntos referentes a desempenho de estudantes, calendário letivo, eventos, distribuição de disciplinas e outros.

Reuniões com turmas:

- Foram realizadas duas reuniões com as turmas do curso Técnico Subsequente em Biotecnologia 2015;
- Com as turmas do curso Técnico Integrado foram realizadas duas reuniões gerais e várias conversas em sala de aula.

Além dessas reuniões listadas, também participei de reuniões convocadas pelas direções Geral e Ensino.

Visitas técnicas:

- Visita a Fábrica de Preservativos Natex; (Meio Ambiente, Biossegurança)
- Visita a Biofábrica; (Biotecnologia, Biologia, Biossegurança, Meio Ambiente)
- Visita ao Viveiro da Floresta; (Biotecnologia, Meio Ambiente)
- Visita a UTRI – Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos de Rio Branco; (Meio Ambiente, Biotecnologia)
- Visita a Embrapa. (Biotecnologia, Meio Ambiente, Biologia)

Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia

Eventos Realizados

- I Semana Acadêmica do Curso de Tecnologia em Agroecologia

Período: 19 a 23 de outubro de 2015

- X Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI)

Período: 30 de novembro a 03 de dezembro de 2015

- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: Luz, Ciência e Vida.

Período: 19 a 25 de outubro de 2015

- Semana Acadêmica dos Cursos Superiores, I Semana de Cidadania e Direito à Diversidade, II Feira do Curso de Agroindústria.

Período: 16 a 20 de novembro de 2015

- I Feira de Ciências do IFAC, *Campus Xapuri*.

Período: 29 e 30 de outubro de 2015.

Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

Atividades desenvolvidas:

- Entrada da turma 2015.1;
- Organização/reorganização de horários e reposições de aulas;
- Recebimento de planos de curso e diários;
- **Visita do MEC** para avaliação do curso: organização de documentos referentes a Instituição e de professores; levantamento de diários, planos de curso; organização de arquivo digital e físico;
- Cadastro de professores no SENSUP: 1º semestre;

- **Colação de grau** de 27 alunos do curso, referentes as turmas 2011.1 e 2012.1. Data: 17/12/2015;
- Participação no **Projeto “Cinema pela verdade”** com a apresentação do Documentário: “Democracia em Preto e Branco”, que trata da Ditadura Civil – Militar no Brasil. DATA: 10/04/2015;
- Participação na **Semana de Filosofia**. Data: 22 a 26/06/2015;
- Participação na **Semana de Agroecologia**. Data: 19 a 23/10/2015;
- Participação na I Feira de Ciências do IFAC, *Campus Xapuri* - IFATEC. Data: 29 e 30/10/2015;
- Participação na **II Semana Acadêmica dos Cursos Superiores; I Semana de Cidadania e Direito a Diversidade; II Feira do Curso de Agroindústria**. Data: 16 a 20/11/2015.
- Participação no **X CONNEPI**. Data: 30 a 03/12/2015;
- Participação na **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**. Data: 19 a 25/10/2015;
- **Visita técnica** à Usina Hidrelétrica de Jirau com as turmas 2014.1 e 2015.1. Data: 15 e 16/10/2015;
- **Visita técnica** ao RECA com as turmas 2013.1, 2014.1, 2015.1. Data: 4 a 6/11/2015;
- **Visita técnica** no Seringal Floresta com as turmas 2013.1 e 2014.1. Data: 19 a 21/06/2015;
- **Realização de aulas práticas** aos sábados nas disciplinas: Uso e Conservação do Solo; Gestão e elaboração de projetos ambientais; Tecnologias Alternativas.

Curso de Licenciatura em Química

Foram oferecidas disciplinas aos oito períodos do curso de Licenciatura em Química, sendo que o mesmo deveria ser finalizado em sete períodos.

Disciplinas cursadas no primeiro semestre:

- a) Turma 2012 – 7º período: Tecnologia da informação e comunicação aplicada ao ensino; Estágio; Físico química II; Estatística; Química analítica qualitativa e Química ambiental.
- b) Turma 2013 – 5º período: Química inorgânica experimental II; Cálculo I; Bioquímica; Educação Inclusiva e Química Analítica Qualitativa.

- c) Turma 2014 – 3º período: Álgebra linear e geometria analítica; Informática básica; Libras; Química inorgânica e experimental I; Química orgânica experimental e Didática geral.
- d) Turma 2015 – 1º período: Química geral; Português instrumental; Metodologia Científica; Libras e História da educação.

Disciplinas cursadas no segundo semestre:

- a) Turma 2012 – 8º período: Didática aplicada ao ensino de química; Estágio TCC; Mineralogia e Cristalografia; Fundamentos de química quântica; Química analítica quantitativa e Métodos de análise instrumental.
- b) Turma 2013 – 6º período: Mineralogia e Cristalografia; Tecnologias da informação aplicadas ao ensino; Estatística básica e Química analítica quantitativa.
- c) Turma 2014 – 4º período: Educação inclusiva e Cálculo.
- d) Turma 2015 – 2º período: Estrutura e funcionamento da educação básica; Informática básica; Inglês instrumental e Álgebra linear e geometria analítica.

Houve a participação dos discentes e docentes do curso em diversos eventos realizados pelo IFAC (I Feira de Ciências do IFAC/IFAFEC, I Semana Acadêmica de agroecologia, X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação/CONNPEPI, I Semana de Cidadania e Direito a Diversidade, II Semana Acadêmica dos Cursos Superiores, II Feira do Curso Tecnólogo em Agroecologia, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia). Foram também realizadas viagens à FUNTAC (Rio Branco) e ao Laboratório de nanobiotecnologia, discentes dos sétimo e oitavo período do curso de Licenciatura em Química. Encontro de docentes integrantes do NDE no *Campus* Rio Branco.

Biblioteca

Tabela 53 - Biblioteca.

Item	Quantidade <i>Campus</i> Xapuri	
LIVROS	591 títulos	3.527 exemplares
PERIÓDICOS	55 exemplares (DOAÇÃO)	
REVISTAS	00	
JORNAIS	00	

VÍDEOS	00
DVD	62 exemplares
CD	00
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	00

Fonte: *Campus Xapuri*.

Tabela 54 - Projetos de Extensão - *Campus Xapuri*.

Projetos 2015	Títulos	Objetivo Geral	Observação
1	DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA O LETRAMENTO AMBIENTAL NO IFAC CAMPI XAPURI.	Contribuir para o desenvolvimento de práticas ou ações sustentáveis através do letramento ambiental, como condição para mudança de atitudes e responsabilidades socioambientais no IFAC-Xapuri.	Projeto em fase de institucionalização
2	MEDIAÇÃO DE LEITURA: A INTERVENÇÃO DA LINGUAGEM E DA DIVERSIDADE NA RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEITORES NO IFAC-CAMPUS XAPURI.	Contribuir na formação de leitores através da narrativa literária infanto-juvenil afro-brasileira, como linguagem artística e cultural, através de uma concepção da “Cultura Brasileira”, enquanto campo de diversidade multicultural.	Projeto de extensão institucionalizado Edital 001/2014 – PROEX-IFAC
3	“QUEM CONTA UM CONTO, AUMENTA UM PONTO”	Promover atividades culturais e literárias para apoio à aprendizagem e à promoção da leitura.	
4	PONTO IFAC DE COLETA SELETIVA: PILHAS	Coletar regularmente pilhas e baterias (celular) para destino final adequado; Atender as políticas e a legislação ambiental no que se refere à destinação correta dos resíduos sólidos; Reduzir a quantidade de pilhas e baterias destinadas ao aterro controlado do município de Xapuri.	
5	GDRI: GRUPO DE DIÁLOGOS DA DIVERSIDADE E DAS RELAÇÕES RACIAIS DO IFAC	Estimular servidores e alunos dos cursos técnico integrado do IFAC- <i>Campus Xapuri</i> , como sujeitos sociais, a refletir, a questionar e a dialogar sobre suas próprias identidades étnico-raciais, através da inter-relação com os diversos espaços sociais: família, escola e comunidade.	Ação que faz parte do Projeto de extensão institucionalizado Edital 001/2014 – PROEX-IFAC

Fonte: *Campus Xapuri*.

Assistência Estudantil

No decorrer do ano letivo houve o lançamento de quatro editais do Programa de Apoio Socioeconômico pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil para concessão de auxílio financeiro aos estudantes, edital 01/2015/DSAES para alunos dos cursos Técnicos Integrados e PROEJA, o edital 02/2014/DSAES para os alunos dos cursos Técnicos Subsequentes e Superiores, o edital 03/2015/DSAES pró-cultura e 04/2015/DSAES pró-esporte para todos os níveis, ambos os editais foram lançados no primeiro semestre e o pagamento foi efetuado a partir do segundo semestre devido ao período de greve, pois os estudantes não estavam realizando atividades acadêmicas durante a greve, logo, não se justificava o pagamento.

Após o processo seletivo foram realizadas reuniões com os alunos selecionados de ambos os editais para a assinatura do termo de compromisso, explicação sobre as condicionalidades para continuarem recebendo o benefício e assistirem uma palestra motivacional ministrada pela psicóloga do Câmpus Rannife Mastub de Oliveira, reuniões estas realizadas nos dias preconizados no edital, para assinatura do termo de compromisso.

A condicionalidade para os estudantes se inscreverem no Programa de Apoio Socioeconômico, edital 01/2015/DSAES consistia em estar regularmente matriculado em um curso Técnico Integrado ao Ensino Médio e ter renda per capita até 1 salário mínimo e meio.

A condicionalidade para os estudantes se inscreverem no Programa de Apoio Socioeconômico, edital 02/2015/DSAES era ter renda per capita até um salário mínimo e meio e estar matriculado e regularmente frequentando um curso Técnico Subsequente ou superior do IFAC.

Principais Parceiros

Foram parceiros do *Câmpus* IFAC-Xapuri no ano de 2015, as instituições abaixo relacionadas, que de uma forma ou outra contribuíram para realização de eventos acadêmicos, dentre outros, bem como em contrapartida, utilizaram-se da infraestrutura do *Câmpus* na realização de suas demandas, formando assim um elo de aproximação das instituições em benefício da sociedade em geral.

- Governo do Estado do Acre
- Prefeitura Municipal de Xapuri
- Prefeitura Municipal de Brasília
- Prefeitura Municipal de Assis Brasil

- Igrejas
- Grupo de Escoteiros
- OCA - Xapuri
- SEAPROF
- SENAR
- SESC
- SENAC
- FIEAC
- FUNTAC
- UFAC
- SESI
- SEBRAE

PLANEJAMENTO: 2016

Desde o início da instalação do *Campus* IFAC-Xapuri, os Professores demandam da instituição uma área de terra nas cercanias, onde funcionaria como uma fazenda modelo, sabidamente necessária para implementação das aulas práticas dos cursos técnicos e superiores ministrados e demais atividades de pesquisa afins. Para tanto, foi instalada uma comissão especial de servidores (Portaria n.º 932, de 17 de setembro de 2015), visando traçar estratégias iniciais para o processo de aquisição do terreno.

Em 2016, pretende-se firmar parcerias com os órgãos do MPOG, ITERACRE, INCRA e Prefeitura de Xapuri no sentido de concretizar o que se pretende.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os institutos federais, além de desempenhar o papel decisivo no sentido de suprir as necessidades por técnicas e conhecimentos crescentemente aprimorados, e por mão de obra cada vez mais qualificada, devem, também, criar valores éticos e morais compromissados com o bem-estar coletivo de uma sociedade democrática.

No intuito de alavancar oferta de educação profissional, técnica e tecnológica com qualidade de forma a atender todos os municípios do Estado do Acre, o Instituto Federal do Acre traçou os seguintes objetivos gerais, em consonância com as Leis n.º 11.892/2008 e n.º 13.005/2014:

1. Consolidar a política de gestão participativa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
2. Promover ações de valorização do servidor;
3. Construir a política de comunicação alinhada com a identidade institucional;
4. Definir a identidade pedagógica do IFAC de forma coletiva e participativa;
5. Ministrareducação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
6. Ministrarcursos de nível superior delineando a identidade dos *campi* e a verticalização dos cursos técnicos;
7. Expandir a educação profissional, técnica e tecnológica, no Estado do Acre;
8. Implantar e desenvolver programa de apoio pedagógico e complementação de estudos;
9. Promover o gerenciamento, acompanhamento e avaliação da movimentação dos cursos e discentes;
10. Ampliar e consolidar as políticas de Inclusão;
11. Implementar políticas de permanência dos discentes na Instituição alinhadas aos processos de ensino-aprendizagem;
12. Regulamentar a mobilidade acadêmica como processo de aquisição de novas experiências e interação com outras culturas;
13. Organizar os documentos norteadores e regulamentadores do desenvolvimento do ensino;
14. Promover a pesquisa, inovação, pós-graduação e empreendedorismo em todas as modalidades de ensino;
15. Desenvolver ações de extensão em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional, técnica e tecnológica;
16. Construir a política de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu/ stricto sensu de aperfeiçoamento e especialização;

Os desdobramentos em metas foram definidos considerando os eixos temáticos essenciais que contemplam as áreas de atuação do IFAC, definidas na Lei n. 11.892/2008 reunidos de acordo com a abrangência das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas que compõem a estrutura do Instituto Federal.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

No seu segundo ano de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, que hodiernamente é considerado o planejamento estratégico do instituto, mas que está sendo planeada a construção do planejamento estratégico da instituição para o período superior a cinco anos, resultando como produtos os projetos da instituição.

O planejamento estratégico, vislumbrado para instituição como um todo, atenderá as peculiaridades dos campi, em virtude de suas características socioeconômicas próprias das regionais as quais estão inseridas. Portanto, sua implementação ensejará, posteriormente, no plano de ação anual, alavancando e consolidando a cultura de planejamento na instituição.

Todavia, as ações estratégicas do IFAC estão vinculadas diretamente aos macroprocessos, elencados no PDI, onde as melhorias dos processos impactaram positivamente nos objetivos estratégicos pactuados inicialmente.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros

O Instituto Federal do Acre tem como documentos norteadores do seu planejamento:

- A lei de criação dos institutos: lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- Termo de acordo de metas e compromissos ministério da educação/institutos federais;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Normativos e portarias baixados pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados e outros planos

O Instituto Federal do Acre está em fase de elaboração do instrumento normativo de acampamento, bem como implementação de sistema ou software adequado para tal ação, para o monitoramento da execução e acompanhamento dos resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional e Termo de Acordo de Metas e Compromissos.

Atualmente o acompanhamento físico é realizado através do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), entretanto, essa alimentação é manual.

Foi adotado, em 2015, o Sistema de Planejamento Anual de Atividades (SPAA) que possui como objetivo registrar o planejamento de cada Unidade/Setor do IFAC, por meio do qual poderão acompanhar a realização de cada ação registrada, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional e os macroprocessos nele contidos, estes têm como parâmetro o Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM).

O SPAA não logrou êxito por ausência de itens orçamentários para proporcionar o acompanhamento pleno do planejamento da instituição e das unidades/órgãos. Porquanto, DSDIN participante do Fórum de Desenvolvimento Institucional – GT Planejamento Estratégico para a Rede Federal está acompanhando o desenvolvimento de software para monitoramento do PDI que será adotado por toda a rede federal, com previsão de implantação para ano de 2016.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica a esta UPC, pois o Instituto não é responsável por ações relacionadas a Programa Temático do PPA.

2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – Não se aplica ao IFAC.

Quadro 3 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RG Tipo: FINALÍSTICA						
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.					Código: 02A02	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo: FINALÍSTICO	
Unidade Orçamentária	26425						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
012	9.100.000,00	9.100.000,00	9.100.000,00	5.832.141,47	5.832.141,47		3.267.858,53
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0012	Considera-se Projeto Viabilizado projeto que culmine no início de funcionamento de nova unidade vinculada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; projeto de reforma e/ou ampliação de bens imóveis, aquisição de equipamento ou mobiliários; projeto de suporte para implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico visando à inovação; ou projeto de modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários para unidades	UNIDADE	8	8	7		

	vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, viabilizado com recursos desta ação orçamentária.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0012	930.760,9	361.902,6		Descrição no item anterior.	UNIDADE	7

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Identificação da Ação							
Código	20RL Tipo: FINALÍSTICA						
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Manutenção do funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, visando o bom funcionamento das unidades e a manutenção da qualidade do ensino e a ampliação da oferta de vagas gratuitas.						
Objetivo	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua da qualidade do ensino.					Código:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo: FINALÍSTICO	
Unidade Orçamentária	26425						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
012	20.785.011,00	20.785.011,00	17.423.732,64	9.927.058,59	8.565.142,71	1.361.915,88	7.496.674,05
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

012	Considera-se estudante matriculado o estudante com matrícula na instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica.			Estudante Matriculado	5.885	4.613	4.613
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0012	14.010.445,52	7.002.082,36	104.674,03	Descrição no item anterior.	Estudante Matriculado	4.613	

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Identificação da Ação							
Código	2994 Tipo: FINALÍSTICA						
Título	Assistência ao Educando da Educação Profissional						
Iniciativa	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.						
Objetivo	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.					Código:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo: FINALÍSTICO	
Unidade Orçamentária	26425						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

012	2.005.484,00	2.005.484,00	1.799.746,88	1.277.475,96	1.226.475,96	51.000,00	522.270,92
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
012	Considera-se Benefício Concedido o somatório dos diferentes benefícios concedidos a cada um dos estudantes da educação profissional e tecnológica.	Benefício concedido ao discente	8.535	8.535	13.809		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0012	606.255,29	66.059,14		Descrição no item anterior.	Benefício concedido ao discente	13.809	

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Quadro 4 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação			
Código	6358 Tipo: FINALÍSTICA		
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica.		
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.		
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	Código:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031	Tipo: FINALÍSTICO
Unidade Orçamentária	26425		

Ação Prioritária		() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
287.742,04	111.813,34		Considera-se Pessoa Capacitada o profissional que atua na área de Educação Profissional, Científica ou Tecnológica, que participou de atividade de capacitação conforme o escopo desta ação orçamentária.		

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Quadro 5 - Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação			
Código	20RG Tipo: FINALÍSTICA:		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		
Iniciativa	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.		
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	Código: 02A02	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031	Tipo: FINALÍSTICO
Unidade Orçamentária	26425		
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Execução Financeira e Física			
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Meta	

Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
9.100.000,00	9.100.000,00	9.100.000,0	Considera-se Projeto Viabilizado projeto que culmine no início de funcionamento de nova unidade vinculada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; projeto de reforma e/ou ampliação de bens imóveis, aquisição de equipamento ou mobiliários; projeto de suporte para implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico visando à inovação; ou projeto de modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários para unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, viabilizado com recursos desta ação orçamentária.	Projeto Viabilizado	8	8	7

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Identificação da Ação							
Código	20RL Tipo: FINALÍSTICA						
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Manutenção do funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, visando o bom funcionamento das unidades e a manutenção da qualidade do ensino e a ampliação da oferta de vagas gratuitas.						
Objetivo	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua da qualidade do ensino.						Código:
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo: FINALÍSTICO	
Unidade Orçamentária	26425						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.088.611,00	3.088.611,00	906.962,00	Considera-se Estudante matriculado o estudante com matrícula na instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica.	Estudante matriculado	5.885	5.885	4.613

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Quadro 6 - Ações do Orçamento de Investimento.

Identificação da Ação							
Código		20RG Tipo: FINALÍSTICA:					
Título		Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa		Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Objetivo		Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			Código: 02A02		
Programa		Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: FINALÍSTICO		
Unidade Orçamentária		26425					
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
9.100.000,00	9.100.000,00	9.100.000,0	Considera-se Projeto Viabilizado projeto que culmine no início de funcionamento de nova unidade vinculada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; projeto de	Projeto viabilizado	8	8	7

			reforma e/ou ampliação de bens imóveis, aquisição de equipamento ou mobiliários; projeto de suporte para implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico visando à inovação; ou projeto de modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários para unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, viabilizado com recursos desta ação orçamentária.				
--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI e SIMEC.

Identificação da Ação			
Código	20RL Tipo: FINALÍSTICA		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		
Iniciativa	Manutenção do funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, visando o bom funcionamento das unidades e a manutenção da qualidade do ensino e a ampliação da oferta de vagas gratuitas.		
Objetivo	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua da qualidade do ensino.	Código:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031	Tipo: FINALÍSTICO
Unidade Orçamentária	26425		
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Execução Financeira e Física			
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Meta	

Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.088.611,00	3.088.611,00	906.962,00	Considera-se Estudante matriculado o estudante com matrícula na instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica.	Estudante matriculado	5.885	5.885	4.613

Fonte: SIAFI e SIMEC.

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O principal fator que interviu no desempenho orçamentário foi o contingenciamento de despesas ocorrido durante todo o Exercício de 2015, seja pela redução da liberação orçamentária, seja pela liberação de recursos financeiros, dificultando a programação das aquisições/contratações ensejando, também, em acúmulos de trabalho e, por conseguinte, lentidão no andamento dos processos.

Outro fator que também contribuiu para essa letargia no andamento dos processos foi a duração da greve dos servidores, pelo período de quatro meses, deflagrada em julho/2015.

2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício.

2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 7 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Restos a pagar não processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	10.378.052,87	6.186.898,02	100.254,41	4.090.900,44
2013	4.194.070,39	2.399.332,10	6.709,62	1.788.028,67
2012	639.843,96	164.344,08		475.499,88
2011	1.501.833,64	570.113,10		931.720,54
2010	239.475,18			239.475,18
Restos a pagar processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	51.341,62	41.388,58	4.845,54	5.107,50
2013	42.740,00	40.375,98		2.364,02
2012	125.837,53	1.307,63	42.279,03	82.250,87
2011	11.815,62			11.815,62
2010	9.348,75			9.348,75

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Análise Crítica

Os restos a pagar não processados referem-se, principalmente, a material permanente empenhado nos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, para dar aos cursos oferecidos nos Campi do IFAC, uma estrutura técnica de aprendizagem condizente com as suas propostas pedagógicas. Todas estas aquisições foram levadas a termo na perspectiva da entrega dos prédios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, sendo este último entregue em 2014, porém carecendo ainda de adaptações para que possa receber equipamentos. Atualmente, foi realizado, pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM, novo processo licitatório para continuação do prédio do *campus* Sena Madureira, pois a empresa que iniciou a obra teve seu contrato rescindido. A previsão de entrega da sede do *campus* em questão é até dezembro de 2016.

Além disso, ainda há empenhos de aquisição de livros, na ordem de R\$ 1 milhão, em aberto para sanar carência de bibliografias, principalmente, em cursos superiores. Entretanto, com as recentes formulações dos Planos de Cursos, somente em 2016 será possível organizar esta demanda.

2.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não houve celebração de instrumento para esse tipo de execução no período.

2.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O IFAC não detém estrutura de pessoal específica para análise de prestação de contas, que versem sobre a execução descentralizada com transferências de recursos, e não realiza tal execução, sendo dispensável análise e posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados.

2.5 Informações sobre a realização das receitas

Não se aplica ao IFAC.

2.6 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 8 - Despesas por modalidade de contratação.

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	11.436.871,00	9.375.420,32	11.012.752,21	9.343.935,16
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		455.516,75		455.516,75
d) Pregão	5.604.729,53	7.037.598,71	5.180.610,74	7.006.113,55
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	5.832.141,47	1.882.304,86	5.832.141,47	1.882.304,86
2. Contratações Diretas (h+i)	3.050.342,19	1.752.764,25	3.017.359,25	1.751.664,25
h) Dispensa	972.035,96	983.029,95	972.035,96	983.029,95
i) Inexigibilidade	2.078.306,23	769.734,30	2.045.323,29	768.634,30
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	53.195.455,11	33.371.348,83	53.189.147,06	33.356.805,37
k) Pagamento em Folha	52.308.710,39	32.462.617,57	52.308.710,39	32.448.339,61
l) Diárias	886.744,72	908.731,26	880.436,67	908.465,76
5. Outros	5.818.506,64	8.413.441,64	4.763.002,13	8.409.228,64
6. Total (1+2+3+4+5)	73.501.174,94	52.912.975,04	71.982.260,65	52.861.633,42

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Análise crítica

A partir de 2014 a Administração optou por utilizar o Regime Diferenciado de Contratação – RDC, de forma que o valor liquidado e pago na modalidade de licitação de

concorrência refere-se a certame realizado em 2012, relativo à obra do *Campus Xapuri*, tendo seu início em 2013 e conclusão em 2014.

Em consequência de o IFAC ter 3 (três) obras em andamento em 2015, Construção do *Campus Tarauacá* e de duas quadras poliesportivas cobertas, sendo uma no *Campus Rio Branco* e outra no *Campus Cruzeiro do Sul*, houve aumento substancial nas despesas via RDC em relação ao Exercício anterior.

No que diz respeito ao Pagamento em Folha, houve um incremento acima de 65%, devido à contratação de 96 (noventa e seis) novos servidores, bem como o pagamento do Reconhecimento de Saberes e Competências na folha de dezembro de 2015, incluindo o retroativo a partir de janeiro deste ano.

Os valores relativos à modalidade de Inexigibilidade tiveram incremento acima de 100%, impulsionado pela adesão do IFAC ao sistema de Compra Direta de Passagens Aéreas, a partir do Exercício de 2015, migrando do item outros para o item 2.

2.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal com intuito de Concessão de Suprimento de Fundo. O CPGF está sendo utilizado desde 2015 para aquisição direta de passagens aéreas.

2.8 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.8.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Indicadores Acadêmicos

Quadro 9 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores Acadêmicos.

Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercícios					
		2015	2014	2013	2012	2011	2010

Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	(Inscritos/Vagas Ofertadas)* 100	13,52	12,13	14,03	21,76	29,72	42,50
	Relação Ingressos/Aluno	(Ingressantes/Matrículas Atendidas)* 100	28,48 %	33,48 %	55,90 %	72,18 %	71,79 %	100,00 %
	Relação Concluintes/Aluno	(Concluídos/Matrículas Atendidas)* 100	6,31%	2,49%	7,47%	7,77%	0,00%	0,00%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	(Concluintes/Matrículas Finalizados)* 100	22,84 %	13,27 %	51,90 %	61,63 %	0,00%	0,00%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	(Retidos/Matrículas Atendidas)* 100	32,97 %	20,15 %	1,31%	9,71%	0,00%	38,5%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	(Matrículas Atendidas/(20h*0,5)+40h+DE)* 100	15,77 %	21,54 %	15,22 %	18,06 %	8,48%	4,81%

1. Indicador: relação candidato/vaga

Refere-se ao número de inscritos em relação ao número de vagas ofertadas nos processos seletivos realizados, considerando o período de 2015. O resultado 13,52 é uma média ponderada dos seis *campi* que compõem a Rede IFAC e traduz o interesse do público em relação aos seus cursos, por meio da concorrência às vagas. Em números absolutos, foram 17.232 candidatos que disputaram 1.275 vagas ofertadas, o que demonstra, no geral, significativo interesse da população. Se analisados isoladamente, verifica-se que o *Campus* Rio Branco concentra a maior concorrência entre os *campi* (26,45) e o *Campus* Avançado Baixada do Sol, a menor (0,92), sendo que esta unidade é uma extensão do *Campus* Rio Branco e não oferta cursos de graduação, além de contemplar o público do mesmo município.

Em comparação ao ano anterior (2014), observa-se evolução desse indicador, resultado que reflete as ações desenvolvidas em 2014-2015 pela atual gestão para fortalecimento da imagem institucional, melhoria da qualidade do ensino e divulgação dos processos seletivos, especialmente junto às comunidades do interior do estado, a exemplo do município de Cruzeiro do Sul cujo *campus* registrou o resultado 14,54 no indicador em questão. Portanto, considera-se o resultado satisfatório, tendo em vista que o ano de análise já demonstrou um indicativo para a crescimento do referido indicador nos próximos anos.

2. Indicador: Relação Ingressos/Aluno

Refere-se às novas matrículas realizadas (ingressantes), considerando o total de matrículas “em curso” no período de 2015. Esse indicador tem como característica ser decrescente e, comparando a evolução do mesmo desde 2010 – período de implantação do IFAC – é possível verificar que o resultado 100% (daquele ano) refletiu o ano de início das atividades da instituição, de forma que os anos anteriores foram decompondo o resultado, uma vez que a instituição já dispunha de matrículas atendidas, que ano a ano, acumularam-se. Logo, o indicador traduz, em números absolutos, os 1.314 ingressantes que, atualmente, compõem o total de 4.613 matrículas atendidas (ou “em curso”) na Rede IFAC em 2015.

Assim, considera-se o resultado satisfatório sob o prisma do ingresso em 2015, no entanto, demanda especial atenção e providências de recuperação o total de matrículas “em curso”, pois o acumulado permanece um pouco abaixo do previsto inicialmente, em torno de 5 mil matrículas atendidas. Presume-se que, em boa medida, o déficit seja derivado à complexidade da oferta na modalidade Proeja. Entretanto, para uma análise mais precisa, que identifique as fragilidades e pontos de intervenção, será dada continuidade às discussões iniciadas em 2015 junto aos *campi*, a exemplo da revisão do Plano de Ofertas previsto no PDI 2014-2018 e outras ações para melhoria da qualidade do Ensino na Rede IFAC.

3. Indicador: Relação Concluintes/Aluno

Refere-se à capacidade de alcançar êxito escolar, considerando o número de alteração de status para “concluído” ou “integralizado” no período de 2015. Observando os anos anteriores, verifica-se que houve considerável aumento em relação a 2014, entretanto, mantendo a média de 2013 e 2012, apesar de um leve decréscimo. Considerando que o indicador em questão mensura a proporção de concluintes em relação às matrículas atendidas e “em curso” (acumuladas de anos anteriores), é possível apreender que o resultado para esse indicador mantém a média que se refere ao percentual de turmas concludentes em 2015, sendo, portanto, considerado satisfatório, embora demande atenção especial da gestão para o fortalecimento das políticas de permanência e êxito, de forma a garantir que nos próximos anos, todos os alunos recebam as condições necessárias para a continuidade e conclusão dos seus estudos.

4. Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes

Refere-se à relação entre todos os alunos que concluíram com êxito seu curso no período de 2015 (concluído ou integralizado, independente da época do seu ingresso) e de todos que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independente do êxito, a exemplo dos alunos evadidos, desligados ou transferidos. O percentual 22,84%, embora apresente significativa elevação em relação ao resultado de 2014, demanda especial atenção por refletir um valor ainda baixo em relação à eficiência desejada, especialmente se observado em números absolutos o total de alunos evadidos. Obviamente, o crescimento considerável em relação ao ano anterior é visto como satisfatório, indicando a melhora do indicador a curto e médio prazo, como fruto das ações desenvolvidas pela gestão atual no fortalecimento das Políticas de Ensino e Assistência Estudantil, especialmente no que concerne à permanência e êxito dos estudantes.

5. Índice de Retenção de Fluxo Escolar

Refere-se ao quantitativo de alunos retidos (trancamento, reprovação), considerando o ciclo de matrícula em relação ao total de matriculados em curso no período de 2015. Em uma perspectiva comparada, o indicador apresentou um crescimento significativo, o que o torna preocupante, uma vez que se aproxima apenas do resultado de 2010, período de implantação do IFAC, ainda com a Política de Ensino incipiente.

Entretanto, há que se considerar também o número de alunos, superior aos anos anteriores, o que pode ter contribuído para a elevação do índice. Outrossim, independente das causas, o resultado 32,97% é considerado alto e demanda especial atenção da equipe gestora para o monitoramento e controle desse indicador, de forma que a retenção por reprovação, por exemplo, seja uma condição excepcional, para a qual, antes de ocorrer, foram disponibilizados ao aluno todos os recursos necessários à sua recuperação e êxito escolar.

6. Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral

Refere-se à relação entre o quantitativo de docentes contratados em regime de tempo integral e o total de matrículas em curso no período de 2015. O resultado 15,77 é considerado

regular, assemelhando-se aos resultados de outras Unidades da Rede, contudo, é consenso, na atual gestão do IFAC, a necessidade de melhorar o indicador a partir do ano em curso e, para tanto, a instituição já iniciou o planejamento de suas ações com vistas à ampliação da oferta, especialmente de Ensino Médio Integrado – Regular, que constitui um dos principais focos do trabalho dos Institutos Federais.

Indicadores Administrativos

Quadro 10 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 – Indicadores Administrativos.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício				
			2015	2014	2013	2012	2011
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$GCA = \frac{(GASTOT - \text{capital} - \text{inv} - \text{pre} - \text{ina} - \text{pen})}{(n^\circ \text{ de alunos matriculados})}$	17.127,66	12.297,71	11.155,03	12.178,74	16.758,37
	Gastos com Pessoal	$GPC = \frac{(GASPES / TOTGAS) \times 100}{*}$	54,54%	50,74%	48,51%	41,83%	46,67%
	Gastos com outros Custeios	$GOC = \frac{(GASOUC / TOTGAS) \times 100}{*}$	34,14%	37,96%	27,05%	39,83%	40,52%
	Gastos com Investimentos	$GCI = \frac{(GASINV / TOTGAS) \times 100}{*}$	11,32%	8,30%	24,43%	15,71%	9,55%

Dados retirados do Sistec e Tesouro Gerencial (março/2016)

*TOTGAS: Total de Gastos da Instituição;

inv: Gastos com Investimentos

pre: Gastos com Precatórios

ina: Gastos com Inativos

pen: Gastos com Pensionistas

GCP: Percentual de Gasto com Pessoal

GASPES: Gasto com Pessoal

GOC: Percentual de Outros Custeios

GASOUC: Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e Pasep.

GASOUC - TOTCUS - ben - pasep

bem: Benefícios

Pasep: Gastos com Pasep

TOTCUS: Total de Gastos com Custeio

GCI: Percentual de Gastos com Investimentos

GASINV: Gastos com Investimentos

No que concerne aos gastos correntes por aluno, apesar do aumento do número de alunos matriculados, houve, no exercício de 2015, ampliação dos gastos que compõem o numerador desse indicador, impactado, principalmente, pelo incremento de cinquenta e um por cento das despesas com pessoal.

Mesmo com o incremento de 51% nas despesas com pessoal e, em relação ao exercício de 2014, o percentual de gastos com pessoal não seguiu uma tendência linear desse

aumento, tendo sido anulado parcialmente pelo aumento em 89,7% das despesas de capital. O percentual de 90%, desses recursos de capital, foi aplicado na construção do *campus* Tarauacá e das quadras poliesportivas dos *campi* Rio Branco e Cruzeiro do Sul, impactando no crescimento do percentual de gastos com investimentos.

A redução do percentual de gastos com outros custeios foi devido ao contingenciamento de recursos orçamentário em 2015 (quantos %).

Indicadores Socioeconômicos

Quadro 11 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores Socioeconômicos.

Indicadores		Fórmula do Cálculo	Ano exercício	Percentual
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per Capita</i> Familiar	Faixa de Renda - SM	2015	%
		Até 01 salário mínimo.	732	29,48%
		De 1 a 2 salários mínimos.	633	25,49%
		De 2 a 5 salários mínimos	249	10,03%
		De 5 a 10 salários mínimos.	25	1,01%
		Mais de 10 salários mínimos.	2	0,08%
		Nenhuma renda.	81	3,26%
		<i>Não informado</i>	761	30,65%
		Total de Alunos	2483	100%

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino, Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional e Diretoria Sistêmica da Gestão da Tecnologia da Informação.

Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda *Per Capita* Familiar: o indicador tem por finalidade traduzir o grau de inclusão social dos alunos pesquisados, a partir de faixas de renda *per capita* familiar específicas. Para composição desses dados, a instituição aplicou um questionário, por intermédio do ato de inscrição ao processo seletivo dos cursos do IFAC. Depois, fez a compilação de dados dos alunos matriculados com os inscritos, mediante o Cadastro de Pessoa Física (CPF), dos alunos que estão matriculados no exercício de referência, solicitando para que os respondentes se enquadrassem em uma das 6 (seis) faixas de renda que são referentes ao salário mínimo do

ano de 2015, no valor de **R\$ 788,00**. Nesse sentido, o indicador apresentado, no quadro de indicadores, corresponde a uma amostra de 2.483 alunos. O grau de inclusão social mostrou-se satisfatório, considerando que 54,97% dos alunos matriculados possui renda *per capita* em até 2 (dois) salários mínimos.

Indicadores de Titulação do Corpo Docente

- Relatório de 2014

Quadro 12 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 - Indicadores de Titulação do Corpo Docente - Fórmula de 2014.

		Fórmula de Cálculo	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,30*	3,08	3,01	3,03	2,96	2,36

Servidores: 18D, 86M, 113E, 2A, 44G

* aplicando-se a fórmula de 2014.

- Relatório de 2015

Quadro 13 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU 2.267/2005 – Indicadores de Titulação do Corpo Docente – Fórmula de 2015.

		Fórmula de Cálculo	2015	2014	2013	2012	2011
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{5xD + 3xM + 2xE + Gx1}{D + M + E + G}$	2,49	2,36*	-	-	-

Servidores: 23D, 112M, 124E, 2A, 34G

* aplicando-se a fórmula atual.

Inicialmente, há que se ponderar que a fórmula de cálculo do Relatório de Gestão de 2014 para o novo relatório se alterou. Porém, em ambas as fórmulas, verifica-se uma melhora no índice.

Houve um aumento no quadro de docentes em razão da efetivação de novos servidores após a homologação do edital de concurso público IFAC n.º 01/2014, em 06 de janeiro de 2015.

Apesar do requisito no ingresso na carreira do EBTT ser apenas a graduação (Art. 10, §1º, Lei n.º 12.772/2012), alguns servidores apresentaram titulação após a sua efetivação.

A qualificação de docentes do quadro também impactou no aumento do índice, ao se comparar a titulação básica (graduação) em 2014 com 2015. Tal aumento se verifica em todas as demais titulações.

Pensando-se em política de formação docente, podemos interpretar relevante melhora no quadro de docentes com a titulação básica, que representava 17,5% do quadro em 2014 e agora está em 12,2%. Porém, ainda é um fator a ser sanado pela Gestão de Pessoas, em conjunto com o Ensino e a Pesquisa, uma vez que devemos ter como objetivo a qualificação de todo o corpo docente, inicialmente, com especialização, concomitantemente, com programas de promoção ao *stricto sensu*. Além disso, considerar o fato de que os cursos de mestrado, iniciados em 2015, estão em andamento e não entraram no cômputo.

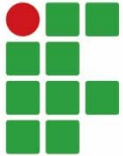
Aqui podemos apontar a realização, em 2015, pela primeira vez no IFAC, do edital de afastamento de servidores para pós-graduação (nos termos do Art. 96-A, Lei n.º 8.112/1990), que contribuiu para que docentes pudessem se afastar regularmente de suas atividades para pós-graduação. Atualmente, 30 servidores estão contemplados (12 para mestrado, 18 para doutorado).

2.9 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrência no exercício.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO III

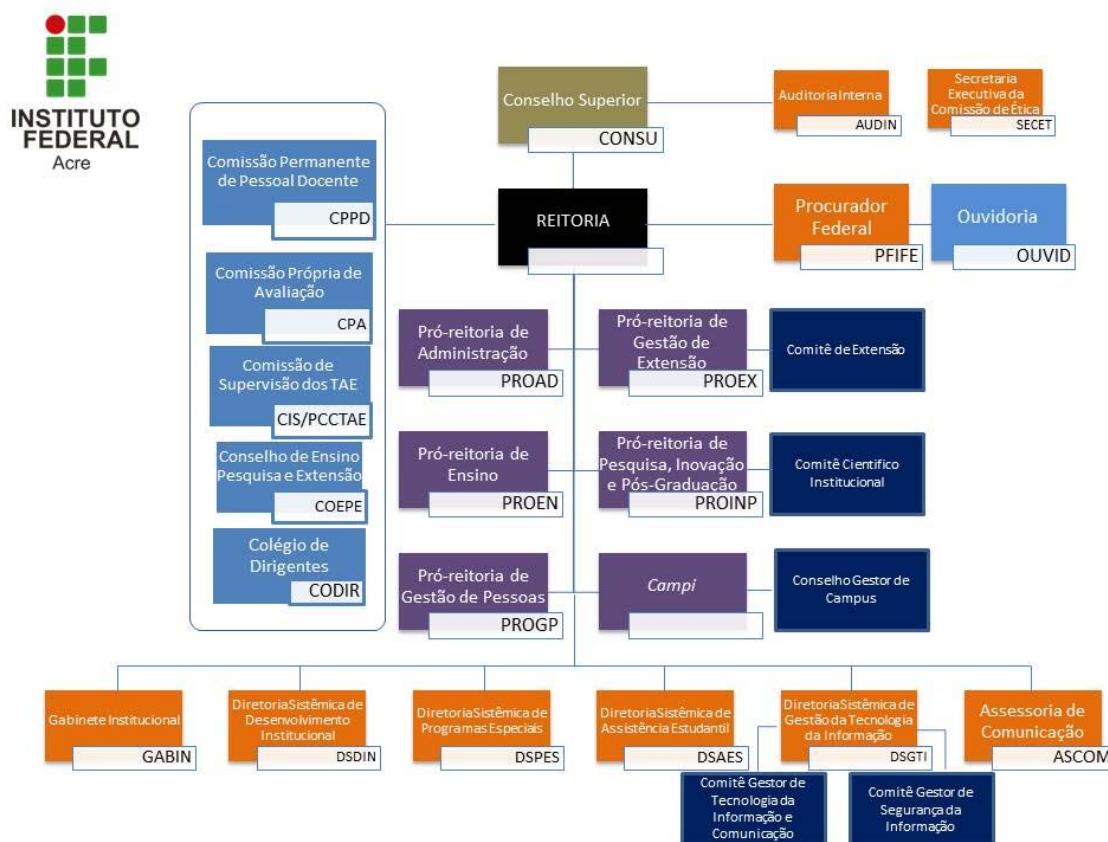
GOVERNANÇA

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

Na figura 13, a seguir, apresenta-se a configuração dos órgãos que compõem a estrutura de governança do IFAC.

Figura 9 - Estrutura de Governança do Instituto Federal do Acre.



Órgãos Colegiados

- Conselho Superior: de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal.
- Colégio de Dirigentes: de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do Instituto Federal do Acre.

Órgãos Executivos

a) Reitoria

- Gabinete da Reitoria: é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

b) Pró-Reitorias:

- Pró-Reitoria de Administração: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades de administração e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Atua também na orientação e controle das atividades ligadas às obras de recuperação, ampliação, manutenção e melhoramento do espaço físico e na elaboração e acompanhamento da execução do plano diretor de infraestrutura da instituição.

- Pró-Reitora de Ensino: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino de graduação e de pós-graduação articuladas à pesquisa e à extensão.

- Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa integrada ao ensino e extensão tecnológica, bem como, promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e inovação.

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas: é o órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações de administração e desenvolvimento do pessoal docente e técnico-administrativo mediante o acompanhamento sistemático dos servidores e da oferta de programas de capacitação e qualificação.

- Pró-Reitoria de Extensão: é o órgão responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar, promover e acompanhar as atividades e as políticas de extensão e relações com a sociedade e interlocução com o setor produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos e organizações sociais.

c) Diretorias Sistêmicas: é o órgão responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar, promover e acompanhar as atividades e as políticas de extensão e relações com a sociedade e interlocução com o setor produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos e organizações sociais.

d) Diretorias-Gerais dos *Campi*: é o órgão executivo do instituto, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades do *Campus*.

Órgãos de Controle e Assessoramento

- a) Ouvidoria: é um órgão de controle e assessoramento da Reitoria, que atende às manifestações dos usuários dos serviços públicos do IFAC, sem prejuízo das atribuições específicas de outros setores administrativos do instituto, bem como dos órgãos de controle interno e/ou externo.
- b) Auditoria Interna: é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal do Acre e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
- c) Procuradoria Federal: é o órgão de execução da Procuradoria Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.
- d) Comissão Própria de Avaliação: é responsável por coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep.
- e) Comissão Permanente de Pessoal Docente: é responsável por prestar assessoramento ao Reitor na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.
- f) Comissão Interna de Supervisão (CIS/PCC-TAE) – é responsável por acompanhar a implementação do plano de carreira.
- g) Comissão Permanente de Licitação;
- h) Comitê de Extensão;
- i) Comitê Científico Institucional
- j) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- k) Comitê Gestor de Segurança da Informação;
- l) Comitê Gestor do *Campus*.

CAMPI, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

Os instrumentos de governança institucional são subsidiados principalmente por documentos norteadores, destacando-se a Lei 8.992/2008, Súmulas de Pareceres, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Resoluções do Conselho Superior do IFAC, Estatuto do IFAC, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), bem como os Regimentos Internos das comissões e colegiados.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O controle interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) é exercido pela Auditoria Interna (AUDIN), órgão técnico responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto. A AUDIN atua de forma planejada com o intuito de prever a extensão e aos procedimentos necessários para sua execução de ações de forma preventiva, concomitante e posterior, a fim de identificar os atos que possam comprometer a eficiência, a eficácia e a adequação dos procedimentos administrativos internos, bem como das informações físicas, financeiras, contábeis e operacionais da Instituição, de acordo com seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução n.º 035/2015 – CONSU/IFAC.

A Auditoria Interna tem como finalidades básicas fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento, contribuindo para o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito do IFAC, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão. A racionalização das ações de controle tem por objetivo extrair o melhor rendimento possível a utilização dos materiais e servidores disponíveis. Através da Coordenação de controles internos a AUDIN avalia e propõe melhorias aos controles já existentes na instituição.

Para o exercício de 2015, foram selecionadas 8 (oito) áreas para serem auditadas:

1. Gestão patrimonial;
2. Controle dos processos disciplinares;
3. Gestão de Auxílio Financeiro ao Pesquisador;
4. PRONATEC: sobreposição de horários dos servidores bolsistas;

5. Execução dos contratos de prestação de serviços;
6. Carga horária dos docentes do IFAC;
7. Gestão das folhas de pagamento;
8. Sistema de concessão de diárias e passagens.

Contudo, entre as auditorias previstas, foram realizadas apenas 3 (três):

1. Controle dos Processos Disciplinares;
2. Execução dos Contratos de Prestação de Serviços;
3. Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

Além disso, a AUDIN desempenhou outras atividades durante o exercício 2015, tais como acompanhamento às diligências relacionadas às demandas dos órgãos de controle interno e externo (CGU/TCU), auxiliando no saneamento de eventuais inconformidades identificadas em setores do IFAC.

Ressaltamos que as atividades de auditoria planejadas para o ano de 2015 foram estipuladas de acordo com a capacidade de execução da AUDIN, considerando o número de integrantes que havia na época da elaboração do PAINT/2015, bem como do volume de recursos envolvidos e dos riscos que podiam advir da má execução dos trabalhos. Na época da elaboração do PAINT/2015 a AUDIN contava com 6 (seis) auditores em seu quadro. Atualmente contamos apenas com 4 (quatro) auditores.

No entanto, as auditorias de “carga horária dos docentes”, de “gestão de auxílio financeiro ao pesquisador”, de “gestão patrimonial”, do PRONATEC e de “Gestão de Folha de Pagamento” não puderam ser executadas nesse ano, tendo em vista os seguintes motivos:

I) Redução do quadro de servidores desta Auditoria Interna, uma vez que, por meio da Portaria n.º 220, de 11 de março de 2015, foi declarada a vacância do cargo efetivo técnico administrativo em educação nível E – Auditor; nomeação de servidora para assumir o cargo de Diretora Sistêmica de Desenvolvimento Institucional do IFAC (comunicado ao CONSU por meio do MEMO n.º 101/2015-AUDIN/IFAC);

II) Afastamento de auditor para participação em curso de formação no período entre 16/06/2015 e 25/09/2015.

III) Gozo de férias dos servidores, previamente agendadas e autorizadas pela chefia imediata;

IV) Greve dos servidores do IFAC a qual perdurou por mais de 70 (setenta) dias gerando dificuldades na realização das atividades da AUDIN, já que: a) houve redução na equipe de auditores para participação na greve; b) nos setores auditados também houve redução no quadro de servidores gerando assim, atraso no envio das solicitações de auditorias.

V) Falta de capacitação específica dos auditores para realização de certas auditorias, tais como: Gestão de Auxílio Financeiro ao Pesquisador e Gestão das folhas de pagamento, por exemplo.

Acerca desse ponto, ratificamos o que está disposto no PAINT: as atividades de auditoria desempenhadas no IFAC devem ser pautadas pela qualidade, excelência e aperfeiçoamento técnico dos profissionais, e devem ser consonantes com as exigências dos Órgãos de Controle. Sendo assim, o treinamento e a constante reciclagem quanto aos procedimentos e técnicas de auditoria são de significativa importância não só para a qualificação da própria equipe, mas, sobretudo, para que os resultados do trabalho realizado contribuam de forma efetiva para o alcance dos objetivos institucionais, bem como, para os programas de governo sob responsabilidade do IFAC.

Destarte, faz-se necessária a realização de cursos nas áreas afins de auditoria, tais como: a) Auditoria Governamental; b) Gestão de Pessoas; c) Licitações, Contratos e Convênios Públicos; d) Orçamento Público; e) Processo Administrativo Disciplinar; f) SIAFI, SIAPE, SIASG, SCDP; g) Folha de Pagamento, etc., e ainda, e) participação dos servidores em evento voltado, exclusivamente, aos integrantes das Auditorias Internas vinculadas ao Ministério da Educação, qual seja o Fórum Nacional de Auditorias Internas, promovido pela Associação FONAI-MEC.

Salientamos que a AUDIN teve certa dificuldade, junto ao IFAC, para conseguir as capacitações necessárias aos seus servidores para que estes pudessem prestar seus serviços com maior eficiência técnica possível devido ao contingenciamento do orçamento em 2015.

VI) Ademais, além da realização de auditoria a Auditoria Interna (AUDIN) também realiza outras atividades fins, tais como: a) atendimento aos Órgãos de Controle; b) atendimento às demandas recebidas da Gestão do IFAC; c) avaliação da implementação e melhoria dos controles internos administrativos dos setores do IFAC; d) acompanhamento dos procedimentos adotados nos processos administrativos disciplinares existentes/abertos no âmbito do IFAC; e) elaboração do RAINTE e do PAINT; f) apoio administrativo à equipe de Auditores da CGU e do TCU.

Informamos que as auditorias não realizadas no corrente ano foram incluídas no PAINT/2016 e deverão ser realizadas durante o ano de 2016.

Durante o exercício 2015 não houveram alterações significativas na estrutura da AUDIN, continuam existindo a Coordenação de Controle Interno e Coordenação de Análise de Processos, permanecendo os mesmos 4 (quatro) auditores atuando no setor, havendo apenas o acréscimo de 1 (um) Assistente Administrativo a partir de julho/2015.

Com relação ao Regimento Interno da AUDIN, que foi alterado em 19 de março de 2015, por meio da Resolução n.º 035/2015 – CONSU/IFAC, houve alterações significativas nas competências do Auditor Chefe, dos Coordenadores de Análise de Processos e de Controle Interno, e do Auditor Interno, bem como em relação à indicação do Chefe da Auditoria, que, agora, poderá ser entre outros profissionais efetivos pertencentes ao quadro de pessoal da Instituição, desde que o indicado possua formação equivalente à exigida para o cargo de Auditor. As alterações também englobaram as recomendações constantes no Acórdão do TCU n.º 3451/2014-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2014.

A AUDIN, durante o ano de 2016, estudará a possibilidade de se adotar o controle interno para apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada.

3.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A Auditoria Interna realizou duas auditorias em Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias emitidas nos relatórios de auditoria n.º 004/2014 e 001/2015, que realizou o controle e monitoramento dos Processos Disciplinares instaurados no âmbito do IFAC.

O IFAC possui sistema de correção formal, porém, as atividades de aconselhamento e apoio às comissões de PAD são desempenhadas pela Secretaria de Controle de Processos, que também se manifesta pela regularidade técnica do processo, ao seu final, antes do envio para seu julgamento pela autoridade instauradora do IFAC.

Em 2015 foram instaurados 26 procedimentos disciplinares:

- 20 processos/procedimentos de sindicância investigativa;

- 4 processos administrativos disciplinares; e
- 2 processos/procedimento sindicâncias contraditórias.

Em relação ao cumprimento da Portaria N.º 1.043/2007 da CGU, sobre a utilização do sistema CGU-PAD, informamos que não foram cadastrados plenamente todos os processos. Em 2015, para atender as ações dispensadas para cumprimento da supracitada portaria, foi aprovada a Resolução n.º 070/2015 – CONSU/IFAC – que cria a Comissão Permanente de Processos Disciplinares, a comissão terá a incumbência de operacionalizar a:

- regulamentação do artigo 37, parágrafo terceiro, inciso III da Constituição Federal de 1988, artigo 116 a 182 da Lei n.º 8.112/90 e organizar as atividades de processamento administrativo disciplinar no IFAC, conforme o disposto na Lei n.º 9.784 de 1999, e;
- normativas da Controladoria Geral da União (CGU) no tocante aos Processos Administrativos Disciplinares e ao Sistema Geral de Correição no âmbito do Executivo Federal.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

A correta gestão dos recursos federais é uma responsabilidade essencial dos gestores. Os servidores federais devem assegurar que os programas funcionem e os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz para alcançar os objetivos desejados. Os programas devem operar e os recursos devem ser utilizados em consistência com a missão dos órgãos, em conformidade com as leis e regulamentos, e com o potencial mínimo de desperdício, fraude e má gestão. A administração é responsável por desenvolver e manter controle interno eficaz. Isso prevê garantia de que deficiências significativas no desenho ou na operação do controle interno, que possam afetar adversamente a capacidade do órgão para cumprir os seus objetivos, serão evitados ou detectados em tempo oportuno.

Nesse diapasão, o IFAC está trabalhando para, no exercício de 2016, adotar modelos de controle interno convergentes, calcados em gerenciamento de riscos e em estruturas de governança. Esses modelos têm por base os principais documentos relacionados à gestão de riscos e controles internos, reconhecidos internacionalmente, como o COSO II. A ferramenta apresentada é constituída dos seguintes componentes inter-relacionados:

- I – ambiente institucional;
- II – fixação de objetivos;

III – identificação de eventos;

IV – avaliação de riscos;

V – resposta a riscos;

VI – atividades de controle;

VII – informação e comunicação;

VIII – monitoramento.

Observe-se que a visão integrada dos elementos do modelo demonstra o contexto das ações da direção ao gerenciar os riscos da organização.

3.5 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não foi contratada empresa de auditoria independente durante o exercício 2015.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO IV

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria do IFAC é o principal canal de comunicação entre a comunidade externa, a comunidade acadêmica (alunos e servidores) e a instituição, para fins de manifestações diversas, tais como solicitações, dúvidas, reclamações, denúncias e sugestões. O Regimento Interno da Ouvidoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) foi normatizado mediante a Resolução N.º 066/2015, de 19 de junho de 2015.

Por meio da interação com os demais setores do IFAC, a Ouvidoria busca soluções, respostas claras, objetivas e tempestivas ao cidadão, garantindo, assim, a promoção da transparência aos usuários internos e externos, o pleno exercício ao direito de acesso à informação e participação no aprimoramento dos serviços prestados pela Instituição.

É possível, ainda, que as manifestações recebidas possam servir de base para informar aos dirigentes do Órgão sobre a ocorrência de problemas e, como consequência, induzir a mudanças estruturais e melhorias conjunturais.

A qualidade dos serviços prestados pela administração aperfeiçoa-se com a atuação da Ouvidoria, uma vez que ela auxilia na identificação de pontos a serem aprimorados e contribui para a melhoria dos trâmites e processos administrativos através da busca de soluções para os problemas detectados.

Na Ouvidoria, manifestação é todo e qualquer registro realizado por intermédio de um dos canais de comunicação disponibilizados pelo setor, tais como carta, atendimento presencial, telefone, e-mail, formulário eletrônico, e o e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal); essas são recebidas por qualquer que seja o público.

A Ouvidoria/IFAC recebe demandas dos membros das suas carreiras docentes e dos seus servidores técnico-administrativos, estagiários e empregados terceirizados (público interno), além das demandas daqueles que fazem uso dos serviços prestados pela Instituição ou pelos órgãos a ela vinculados – público externo.

O fluxo das manifestações recebidas do cidadão segue a análise pelo Ouvidor, sendo direcionadas ao órgão competente para solução e retorno de respostas à Ouvidoria/IFAC. As respostas que não possibilitem gerar informação pertinente ao cidadão são devolvidas para

complementação, com finalidade de apuração de informações com sucesso. Vale mencionar que há, em sua maioria, manifestações que são respondidas de forma direta ao cidadão, sem que haja a necessidade de encaminhamento ao órgão competente, já que se trata de dados informativos facilmente disponíveis.

As manifestações registradas são classificadas em:

- solicitação;
- reclamação;
- denúncia;
- sugestão;
- elogio.

O público que registra cada manifestação é tipificado como: servidor, ex-aluno, aluno, terceirizado ou comunidade.

Durante o ano de 2015, a Ouvidoria do IFAC recebeu 784 (setecentos e oitenta e quatro) registros, sendo que:

- 92 (noventa e duas) foram realizados por meio do formulário eletrônico (extinto, substituído pelo e-OUV) disponibilizado através do endereço eletrônico http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_ckforms&view=ckforms&id=1&Itemid=279;
- 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) foram através de atendimento telefônico;
- 86 (oitenta e seis) foram recebidas através do e-mail institucional ouvidoria@ifac.edu.br;
- 19 (dezenove) foram oriundas de atendimento presencial;
- 103 (cento e três) foram registradas no e-OUV – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

Com base no exposto, os dados a seguir mensurados têm como propósito fundamental nortear uma análise das ocorrências e apontamentos registrados no decorrer de todo o ano de 2015, servindo para demonstrar as eventuais necessidades apresentadas pelo público em relação aos serviços ofertados pelo IFAC.

Tabela 55 – Tipos de manifestações atendidas em 2015, por público.

OUVIDORIA IFAC					
Manifestações Registradas – 2015					
PÚBLICO	SOLICITAÇÃO	RECLAMAÇÃO	DENÚNCIA	ELOGIO	SUGESTÃO
SERVIDOR	20	25	14	05	01
EX-ALUNO	05	02	00	00	00
ALUNO	74	49	04	03	01
TERCEIRIZADO	00	00	00	00	00
COMUNIDADE	526	27	21	01	06
TOTAL	625	103	39	09	08
O total de manifestações, em 2015, foi de 784.					

Fonte: Quadro I: Ouvidoria/IFAC.

Tabela 56 - Comparativo de atendimento por meio de contato – 2015.

OUVIDORIA - 2015 – ACUMULADO POR CANAL DE ATENDIMENTO								
TIPOS DE MANIFESTAÇÃO/USUÁRIOS		Formulário Eletrônico	E-Mail	Telefone	Presencial	E-Ouv	Outros	TOTAL
Solicitação	COMUNIDADE	29	50	424	4	19	0	526
	ALUNO	6	11	48	0	9	0	74
	EX-ALUNO	1	3	0	0	1	0	5
	SERVIDOR	8	6	3	0	3	0	20
	TERCEIRIZADO	0	0	0	0	0	0	0
Total das Solicitações		44	70	475	4	32	0	625
Reclamação	COMUNIDADE	9	2	4	1	11	0	27
	ALUNO	14	7	1	4	23	0	49
	EX-ALUNO	1	0	1	0	0	0	2
	SERVIDOR	9	3	1	3	9	0	25
	TERCEIRIZADO	0	0	0	0	0	0	0
Total das Reclamações		33	12	7	8	43	0	103
Elogio	COMUNIDADE	0	0	0	0	1	0	1
	ALUNO	3	0	0	0	0	0	3
	EX-ALUNO	0	0	0	0	0	0	0
	SERVIDOR	1	0	0	0	4	0	5
	TERCEIRIZADO	0	0	0	0	0	0	0
Total dos Elogios		4	0	0	0	5	0	9
Sugestão	COMUNIDADE	3	3	0	0	0	0	6
	ALUNO	1	0	0	0	0	0	1
	EX-ALUNO	0	0	0	0	0	0	0

	SERVIDOR	0	0	0	0	1	0	1
	TERCEIRIZADO	0	0	0	0	0	0	0
Total das Sugestões		4	3	0	0	1	0	8
Denúncia	COMUNIDADE	4	1	2	3	11	0	21
	ALUNO	1	0	0	0	3	0	4
	EX-ALUNO	0	0	0	0	0	0	0
	SERVIDOR	2	0	0	4	8	0	14
	TERCEIRIZADO	0	0	0	0	0	0	0
Total das Denúncias		7	1	2	7	22	0	39
TOTAL GERAL		92	86	484	19	103	0	784

Fonte: Quadro II, Ouvidoria/IFAC.

Conforme tabela 57, a grande maioria das manifestações tratam-se de **Solicitações**, precisamente 79,72% delas, sendo registradas, em maior parte, pela comunidade (público externo), 84,16%; por meio de comunicação telefônica, 80,61%; com assuntos relacionados ao:

1. Concurso Público para o quadro efetivo de servidores deste Instituto (Técnicos-Administrativos em Educação e Docentes) – inscrição, requisitos para os cargos, vagas, locais de provas, divulgação de resultado final e de notas, homologação, nomeação de aprovados, atualização de dados cadastrais de aprovados, aproveitamento de lista de concursos de outras Instituições Federais de Ensino, ressarcimento de despesas;
2. PRONATEC – processo seletivo simplificado, convocações, entrega de documentos, anulações, inscrições, resultados, recurso, pagamento de colaboradores;
3. Processo Seletivo de Bolsa Auxílio Permanência: resultados, assinatura de termo de responsabilidade, pagamento de auxílios, resolução de problema bancário;
4. Processo Seletivo para ingresso nos cursos técnicos e superiores ofertados pelo IFAC – inscrição, critérios para participação, carga horária, curso ofertados, etc.;
5. Informações acerca da paralisação grevista dos servidores do IFAC, em 2015 – previsão do término da greve, informações acerca do calendário acadêmico, como proceder com demandas no período de greve;

6. Outros temas referiam-se a informações acerca de: lista de espera, informações sobre editais, organização administrativa do Instituto, disponibilidade de cursos preparatórios, etc.

Quanto às **reclamações**, os temas principais eram:

1. Bolsa de assistência estudantil – atraso no pagamento dos auxílios estudantis;
2. PRONATEC – atrasos no pagamento de bolsistas, tanto professores quanto alunos;
3. Outros assuntos – insatisfação com as gestões dos *campi*, reconhecimento de cursos técnicos, conduta de servidor, atrasos no pagamento de fornecedores, problemas com o fornecimento de internet e ar-condicionado, morosidade no trâmite dos serviços da PROG.P.

Referente às **denúncias**, os temas principais envolviam:

1. acumulação indevida de cargo público;
2. irregularidade na frequência do servidor ao trabalho;
3. conduta antiética de servidor;
4. outras temáticas abordavam seleção de professor sem processo seletivo (PRONATEC); Concurso Público (apresentação de documento falsificado); fiscalização de contrato de limpeza; reitoria itinerante (campanha eleitoral); perseguição a servidor, utilização indevida de espaço público.

Já os **elogios** foram registrados em virtude das oportunidades ofertadas pelo IFAC, gestão dos serviços da Ouvidoria, qualidade no atendimento dos servidores do Gabinete Institucional e da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, além da condução ética e democrática das assembleias sindicais pelo SINASEFE.

As **sugestões** tinham como abordagem principal a melhoria no transporte ofertado pelo IFAC, aproveitamento de lista de espera, divulgação de informação acerca de concurso público no *website* do Instituto.

Do total de manifestações recebidas (784), foram devidamente respondidas 773, o que gerou um percentual de respostas de 97,57 %.

Tabela 57 - Atendimento de manifestações – 2015.

ATENDIMENTO DE MANIFESTAÇÕES	
a. Manifestações Recebidas	784
b. Sem retorno de setores internos	1
c. Aguardando informações dos setores responsáveis	10
d. Manifestações Respondidas	773
d.1 Falhas no encaminhamento de respostas (retorno do e-mail)	0
Percentual com falhas (%)	97,57

Fonte: Ouvidoria/IFAC.

Conforme Tabela 58, observa-se que a Ouvidoria/IFAC possui onze manifestações a serem respondidas.

A Tabela 50, logo abaixo, representa o quantitativo de manifestações de acordo com o mês em que foram registradas, obtendo um total acumulado e uma média de atendimentos/dia descritos na Tabela 59, que demonstra a evolução dos números e os ápices durante o ano de 2015.

Tabela 58 - Atendimento por modalidade – Acumulado/2015.

Mês	TIPOS DE MANIFESTAÇÕES					TOTAL	Média de Atendimentos/Dia Útil
	Solicitação	Sugestão	Elogio	Reclamação	Denúncia		
Janeiro	148	00	00	05	03	156	7,80
Fevereiro	90	00	02	09	02	103	5,72
Março	70	01	01	11	01	84	3,82
Abril	39	02	00	10	04	55	2,75
Maiο	41	03	01	14	05	64	3,20
Junho	30	01	00	03	04	38	1,90
Julho	66	01	00	07	02	76	3,30
Agosto	25	00	01	08	07	41	2,05
Setembro	13	00	00	13	08	34	1,62
Outubro	39	00	04	09	03	55	2,75
Novembro	43	00	00	07	00	50	2,63
Dezembro	21	00	00	07	00	28	1,33
TOTAL						784	3,24

Fonte: Ouvidoria/IFAC.

1) DO TEMPO DE RESPOSTA

Conforme Resolução N.º 066/2015, de 19 de junho de 2015, art. 24º, o prazo de resposta é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias.

Ocorre que, em alguns casos, o prazo torna-se maior em virtude da necessidade de procedimentos administrativos para averiguação de informações, como por exemplo, a abertura e instrução de processos.

A apuração do *tempo de resposta*, tendo como base o dia de registro da manifestação e o dia de encaminhamento de resposta conclusiva ao cidadão. Ao final do processo apresenta-se o número de dias úteis em que se deu a informação ou o devido procedimento de finalização do registro.

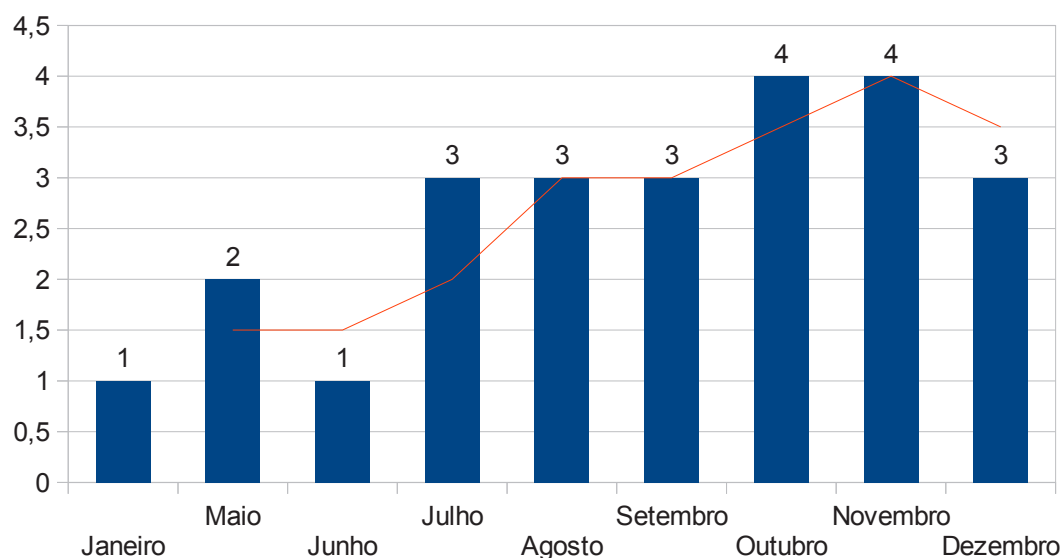
Tabela 59 - Tempo de resposta das manifestações em 2015.

OUVIDORIA - 2015 – TEMPO PARA RESPOSTA CONCLUSIVA									
MÊS	TIPO DE MANIFESTAÇÃO						Manifestações Respondidas	Manifestações Pendentes	% de Resolução
	Imediata	1-5 Dias	6-10 Dias	11-20 Dias	21-30 Dias	Acima de 30 Dias			
Janeiro	149	5	2	0	0	0	156	0	100,00 %
Fevereiro	85	9	1	2	2	3	102	1	99,03 %
Março	62	16	1	1	2	2	84	0	100,00 %
Abril	34	8	3	1	5	4	55	0	100,00 %
Maiο	33	14	2	0	1	14	64	0	100,00 %
Junho	26	5	2	1	1	2	37	1	97,37 %
Julho	62	2	3	5	2	2	76	0	100,00 %
Agosto	21	7	2	3	2	6	41	0	100,00 %
Setembro	13	3	3	7	1	7	34	0	100,00 %
Outubro	31	7	6	4	1	6	55	0	100,00 %
Novembro	35	5	2	3	0	2	47	3	94,00 %
Dezembro	17	1	2	5	0	1	26	2	92,86 %
TOTAL	568	82	29	32	17	49	777	7	98,60 %

Conforme o período de apuração na Tabela 60, das 784 manifestações registradas, 72,58% foram respondidas no *mesmo dia*. Em 10,46%, as respostas foram dadas no prazo de *um a cinco dias*, 3,57% com informações entre *seis e dez dias*, 3,83% entre *onze e vinte dias*. Entre *vinte e um e trinta dias*, houve 2,17% de respostas dadas, e mais 5,99% referente a *31 ou mais dias*.

Em 2015, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) recebeu 24 pedidos de acesso à informação, os quais foram por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponibilizado no *website*: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html>.

Gráfico 5 - Pedidos de informação – por mês.



Fonte: e-SIC.

Além do e-SIC, o cidadão também pode registrar seus pedidos de informação através do formulário físico, de acordo com modelos disponibilizados na Ouvidoria e na página eletrônica: http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2827.

Dos pedidos de acesso a informações recebidos, todos foram respondidos, no entanto, um deles necessitou da dilatação do prazo para conclusão do acesso à informação, maior do que o previsto em Lei, por conta do longo período de greve dos servidores do IFAC, e da grande quantidade de informações solicitada.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviço do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre ao Cidadão objetiva contribuir para a transparência pública mediante a garantia do direito de acesso à informação, conforme as necessidades apresentadas pelos usuários do serviço

público, e garantir o fortalecimento da confiança, da credibilidade e responsabilidade institucional para com a Educação Profissional ofertada a todos os cidadãos.

Em atendimento ao Decreto n.º 6.939, de 11 de agosto de 2009, o documento está disponibilizado no endereço eletrônico:

http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3644&Itemid=454

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Sendo um Órgão que atende a comunidade e recebe demandas sobre as percepções do IFAC, a Ouvidoria realizou um procedimento de coleta de informações por meio de uma pesquisa de satisfação com os cidadãos-usuários dos serviços ofertados por este canal de comunicação.

O objetivo foi obter um *feedback* sobre qual a avaliação do cidadão diante do atendimento prestado pela Ouvidoria, assim como adotar essa prática inovadora para subsidiar a gestão de ações que possam contribuir com a qualidade do atendimento e fortalecimento da participação social na gestão de serviços do próprio IFAC e aproximar, mais ainda, o cidadão da Ouvidoria.

Após o período de avaliação (março-julho de 2015), a Ouvidoria/IFAC realizou a tabulação dos dados com o intuito de verificar qual a opinião dos cidadãos sobre os serviços desse canal de comunicação com a sociedade – alunos, servidores, terceirizados, comunidade externa e ex-alunos.

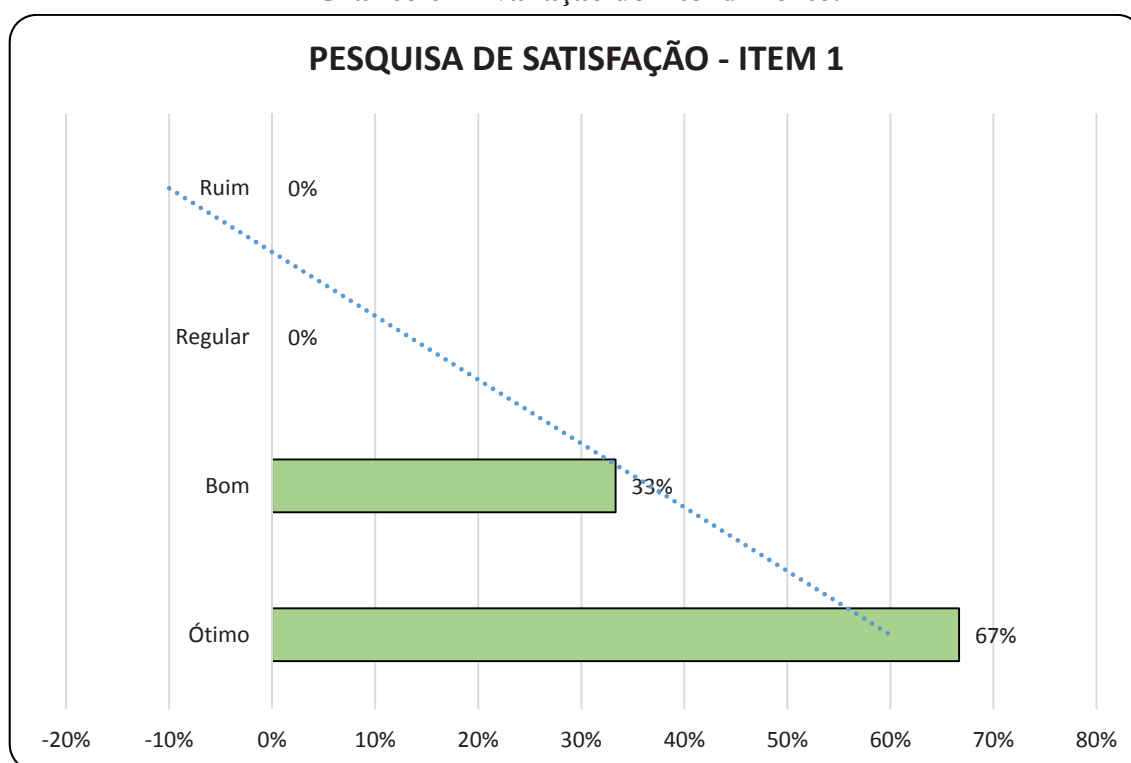
A significância dos resultados estatísticos obtidos nesse levantamento não pode ser considerada representativa do comportamento de **todos** os usuários que já contataram a Ouvidoria/IFAC, já que a metodologia de coleta adotada não obteve uma amostra representativa entre os manifestantes, e sim resposta espontânea dos usuários, cujo convite, feito a todos, não foi retornado pela maioria.

Ao todo, foram preenchidos 21 dos 112 questionários eletrônicos enviados, obtendo os seguintes resultados:

4.1 Para a Pergunta 1:

- 67% dos cidadãos avaliam o atendimento da Ouvidoria/IFAC como **Ótimo**;
- 33% avaliam como **Bom**.

Gráfico 6 - Avaliação do Atendimento.

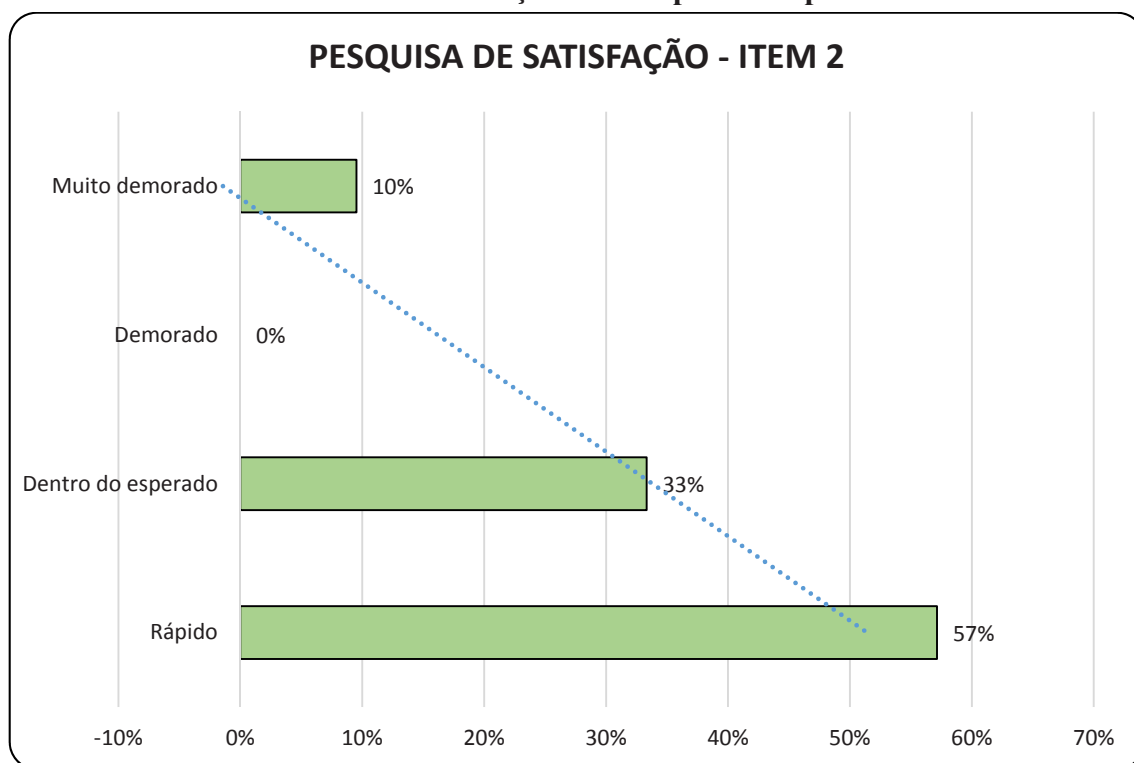


Fonte: Questionário de Pesquisa de Satisfação.

4.2 Para a Pergunta 2:

- 57% avaliaram o tempo de encaminhamento de respostas pela Ouvidoria como **Rápido**;
- 33% como **Dentro do esperado** e,
- 10% como **Muito demorado**.

Gráfico 7 - Avaliação do Tempo de Resposta.

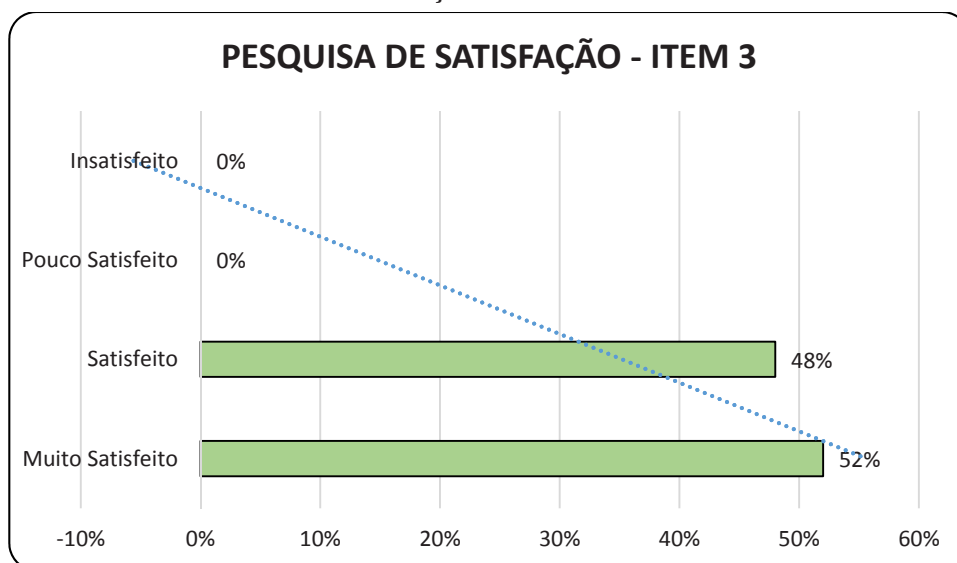


Fonte: Questionário de Pesquisa de Satisfação.

4.3 Para a Pergunta 3:

- 52% sentem-se **Muito satisfeitos** com a Ouvidoria/IFAC e,
- 48% estão **Satisfeitos** com o setor.

Gráfico 8 - Satisfação diante da Ouvidoria/IFAC.

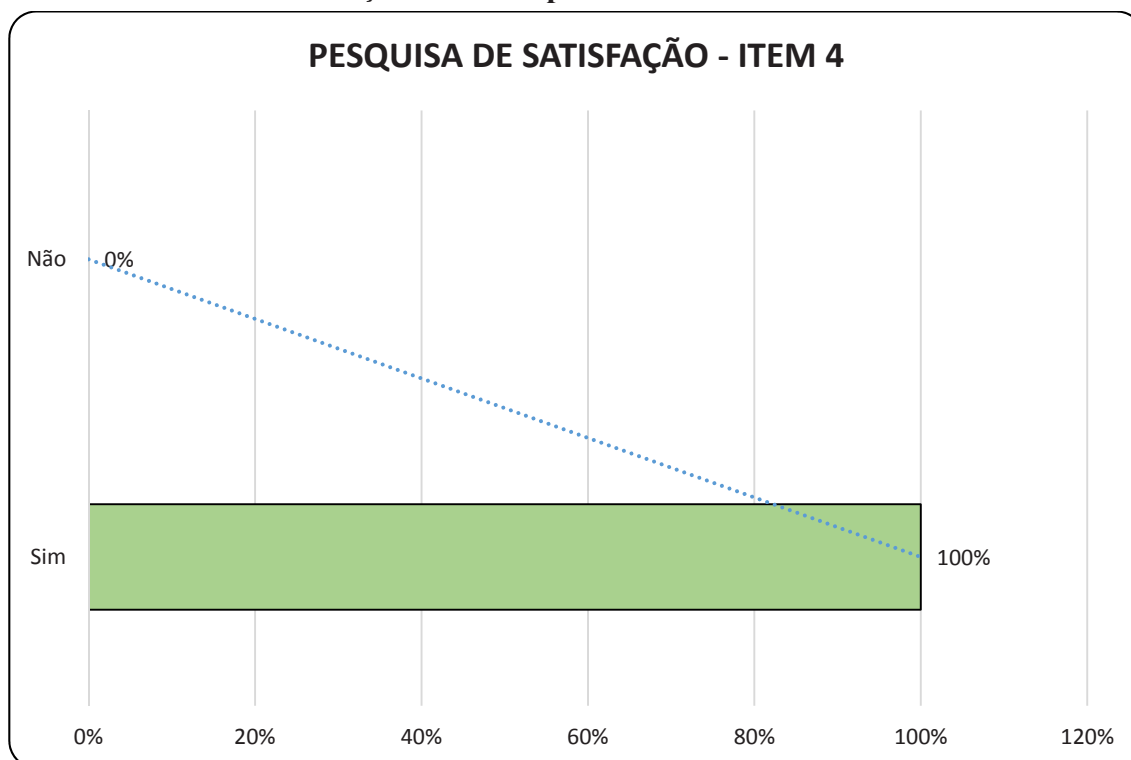


Fonte: Questionário de Pesquisa de Satisfação.

4.4 Para a Pergunta 4:

- 100% **recomendariam** a Ouvidoria/IFAC para outras pessoas que necessitam obter informações ou assuntos relacionados ao IFAC.

Gráfico 9 – Recomendações a outras pessoas sobre a Ouvidoria/IFAC.



Fonte: Questionário de Pesquisa de Satisfação.

Na Administração Pública, as pesquisas de avaliação de satisfação proporcionam o controle de processo da prestação de serviços e o “controle social”, fazendo com que os órgãos ou entidades públicas prestem contas de suas atividades e serviços e estejam alinhados com as expectativas, preferências e opiniões dos públicos-alvo.

Torna-se possível identificar dois objetivos principais das pesquisas de satisfação com públicos-alvo de serviços públicos: essas consistem na utilização das expectativas, avaliações, preferências, críticas dos públicos-alvo como instrumentos de melhoria da gestão e da qualidade dos serviços públicos e, somado a isso, tem-se um objetivo, não menos importante, de prestação de contas e abertura de canais de comunicação e informação com os públicos-alvo, assumindo um caráter de controle social.

Nada mais é do que uma perfeita junção de dois princípios basilares da atividade pública – *elementos de eficiência e eficácia com os valores democráticos de participação do cidadão e controle social*.

A informação do usuário da Ouvidoria/IFAC é de suma importância, tendo em vista que ele é o receptor da prestação de serviços públicos e possui legitimidade e conhecimento de causa para avaliar. Além disso, o cidadão tinha total liberdade para avaliar os serviços da Ouvidoria, não tendo como se identificar e tornando o processo impessoal em todas as suas fases (coleta, análise e interpretação de resultados).

Considerando, agora, as avaliações obtidas nas quatro perguntas do questionário eletrônico, pode-se afirmar que a expectativa dos usuários foi superada e confirmada, já que as **escalas de respostas verbais** (satisfeito, muito satisfeito, dentro do esperado, rápido, bom, ótimo, sim) **atingiram mais de 50% em cada uma das perguntas**. É válido que no caso das perguntas dos itens 1, 3 e 4, as respostas foram todas com medições positivas, chegando a atingir **100% no caso da quarta questão**.

Mesmo os 10% da pergunta 2 que avaliaram o atendimento como “Muito Demorado”, não descaracteriza a qualidade da prestação de serviços do setor, valendo-se do fato de que o tempo de resposta é uma variável que está ligada ao fornecimento de informações pelos setores envolvidos nas manifestações.

Diante da apresentação dos resultados, a Ouvidoria do Instituto Federal do Acre (OUVID/IFAC) conclui este relatório da **Primeira Pesquisa de Satisfação** e objetiva superar cada vez mais as expectativas dos cidadãos.

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em atendimento ao disposto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o IFAC dispõe de uma página eletrônica de Acesso à Informação em seu *website*, a qual pode ser acessada a qualquer momento através do link: http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1143. No endereço eletrônico estão informações institucionais, ação e programas, auditorias, convênios, despesas, licitações e contratos, servidores, informações classificadas e outras relacionadas ao próprio Instituto.

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

I. Pedagógicas

O Instituto Federal do Acre, no ano de 2015, trabalhou para a diminuição das barreiras que possam impedir ou dificultar o acesso, permanência e êxito das pessoas com deficiência ou necessidades específicas, mediante ações como:

- Estruturação das Coordenações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) em todos os *campi* do IFAC, garantindo assim o que é exigido no Art. 6º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Quanto à existência de local de atendimento específico para as pessoas com deficiência, elas podem se encaminhar diretamente ao NAPNE para seu primeiro atendimento.
- Contratação de Interprete de LIBRAS para atendimento das pessoas com deficiência auditiva, conforme Art. 6º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- Termo de Referência para compra de instrumentos e materiais de acessibilidade para a instrumentalização dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de cada *Campus* do IFAC e, conseqüentemente, do aluno com deficiência.
- Realização de *Check-list* de acessibilidade nos *campi* do IFAC, com a finalidade de verificar a aplicação da NBR 9050, Lei 10.098/2000, Decreto 5295/2004 e outras legislações que tratam da pessoa com deficiência.

Atendendo o que preconiza a Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o Instituto Federal do Acre vem gradativamente adotando medidas para favorecer a acessibilidade de forma a prover condições para alcançarem e utilizarem, com segurança e autonomia, os espaços do instituto, mobiliários, equipamentos, os sistemas e meios de comunicação e educação.

II. Arquitetônicas

O Instituto Federal do Acre mantém a postura de prover sua estrutura física de meios favoreçam o exercício do direito de ir e vir, identificando e eliminando as barreiras e obstáculos que restrinjam ou limitem o acesso, a circulação ou liberdade de movimentos a

todo seu público. A Diretoria de Obras e Infraestrutura (DIROI) atua de forma a garantir o cumprimento das normas de acessibilidade nas obras da instituição.

Dentre as atividades realizadas, em 2015, podemos citar:

1. Estão em execução, sob a gestão e fiscalização deste Instituto as seguintes obras:

- *Campus* Tarauacá: estão sendo executados todos os aparelhos necessários para promover a acessibilidade física aos espaços do prédio, tais como: rampa, plataforma elevatória e calçada rebaixada;
- Quadra Poliesportiva Coberta do *Campus* Rio Branco e Quadra Poliesportiva Coberta do *Campus* Cruzeiro do Sul: nestas edificações estão sendo adotadas medidas que visam garantir o acesso de forma segura e autônoma aos locais destinados aos espectadores, inclusive às pessoas com mobilidade reduzida e/ou em cadeira de rodas.

2. Obras sob fiscalização do IFAM:

O *Campus* de Cruzeiro do Sul ainda se encontra em processo de adaptação de acessibilidade, haja vista que se encontra pendente a instalação do elevador que dará acesso ao pavimento superior. A obra do *Campus* Sena Madureira não foi concluída, portanto não se pode avaliar esse quesito ainda.

3. *Campus* Baixada do Sol (sede provisória), Reitoria e Anexo, por se tratarem de imóveis locados ou cedidos, foram realizadas as adaptações para atender minimamente as necessidades de acessibilidade até que se adquira sedes próprias.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO V

**DESEMPENHO FINANCEIRO E
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho financeiro no exercício

O ano de 2015 foi atípico no que concerne a liberações financeiras, pois ocorreu contingenciamentos. Por consequência, houve meses com a liberação de apenas 40% dos recursos necessários para quitação das despesas liquidadas, gerando uma romaria de fornecedores em busca de receber pelos serviços prestados ou materiais entregues. Tal problema somente foi amenizado depois de liberação de recursos na última semana de dezembro de 2015 e no mês de janeiro de 2016, de forma que foram sanadas todas as pendências com fornecedores de serviços terceirizados, ficando pendentes somente algumas despesas de material de consumo e permanente.

Tabela 60 - Desempenho financeiro no exercício.

Ação Governo		Item Informação		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
		Natureza Despesa				
00ID	CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL	335041	CONTRIBUIÇÕES	24.188,00	24.188,00	24.188,00
00M1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NA	339008	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	15.078,66	15.078,66	15.078,66
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	403,79	403,79	403,79
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	65.082,69	65.082,69	65.082,69
		319003	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	99.880,02	99.880,02	99.880,02
		319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	302,69	302,69	302,69
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	37.539,35	37.539,35	37.539,35
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	18.340,00		
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	324.864,00	20.846,83	20.846,83
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	265.784,00		
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.124,80	1.960,00	1.960,00

09HB	CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O	319007	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	492,27	492,27	492,27
		319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.374.888,88	7.374.888,88	7.374.888,88
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	449.118,69	449.118,69	449.118,69
2010	ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	339008	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	91.215,30	91.215,30	91.215,30
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.143,47	1.143,47	1.143,47
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE	3.000,76	3.000,76	3.000,76
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	58.772,92	58.772,92	58.772,92
		339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.388.396,97	2.388.396,97	2.388.396,97
20RG	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.000.000,00	5.832.141,47	5.832.141,47
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00		
20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	556.756,28	556.756,28	556.756,28
		339020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	100.000,00	80.000,00	74.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	230.432,11	75.735,01	69.675,87
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.477.107,39	948.721,39	913.773,22
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	855.214,96	686.357,45	682.421,55
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	13.145.664,65	7.442.820,78	6.133.054,95
		339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	54.741,67	47.879,76	46.672,92
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.045,17	15.045,17	15.045,17
		339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.173,41	73.234,75	73.234,75
		339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	1.000,00		
		449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	84.103,25		
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	822.858,75		
		20RW	APOIO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.257.920,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO			236.500,00	0,00	
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA			2.763.704,40	1.715.140,00	1.709.807,33
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.			1.347.892,72	820.819,70	820.357,73

		339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.256.872,00	718.490,00	718.490,00
		339147	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	552.740,88	343.028,00	343.028,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	599.715,72	599.715,72	599.715,72
		319007	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	701,10	701,10	701,10
		319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.144.187,54	40.144.187,54	40.144.187,54
		319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	241.915,46	241.915,46	241.915,46
		319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.625,36	25.625,36	25.625,36
		319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	143.523,89	143.523,89	143.523,89
2994	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.597.814,88	1.120.284,88	1.069.284,88
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	145.360,00	118.370,72	118.370,72
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	30.600,00	12.848,36	12.848,36
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	190.259,84	190.259,84	190.259,84
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	234.100,10	207.966,84	202.100,22
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	18.044,35	18.044,35	15.672,20
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	21.180,00	18.830,00	18.830,00
		339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.557,70	14.557,70	14.557,70
		339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.042,00	642,00	642,00
6380	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOL	339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.671,85	2.671,85	2.671,85
		339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.600,00	3.600,00	3.600,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.687,16	8.687,16	8.687,16
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	600.000,00	91.965,00	

Fonte: Tesouro Gerencial.

5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Quanto ao atendimento à NBC T 16.9 – que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão e NBC T 16.10 – que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, bem como o que dispõe a Macrofunção 020300 do Manual SIAFI, está sendo providenciada uma comissão para levantamento dos bens. Além disso, está em fase de implantação um Sistema Corporativo no qual um de seus módulos é justamente o de Patrimônio, com a funcionalidade de depreciar os bens, com previsão para funcionamento no segundo semestre de 2016.

5.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

No âmbito deste Instituto, a Realização da Conformidade Contábil é feita pela Diretoria de Contabilidade e Finanças. O IFAC possui apenas uma unidade gestora executora do SIAFI, sendo que as demais são apenas Unidades Gestoras Responsáveis.

No exercício de 2015 foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício, conforme quadro abaixo:

MÊS	OCORRÊNCIAS
Janeiro	
Fevereiro	302/315/603/606/642/674
Março	302/315/603/642/737
Abril	302/315/603/642
Maiο	302/315/603/642/674/737/754
Junho	302/315/603/642/737/754
Julho	315/603/642/674/737/754
Agosto	603/642/674/737/754
Setembro	603/642/737/754
Outubro	603/642/754
Novembro	315/603/642/731
Dezembro	302/315/538/603/642/674

Dentre as Ocorrências registradas, as não sanadas até o final do exercício são as seguintes:


- ✓ 302 – Falta de Remessa do RMB: falta de emissão do documento RMB deve-se a falta de avaliação dos bens móveis, portanto, será formada uma comissão para levantamento dos bens, no primeiro semestre de 2016.
- ✓ 315 – Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão: em 2015 havia apenas uma servidora responsável por esse setor, foi providenciada neste primeiro trimestre de 2016 uma servidora substituta. As restrições apontadas nos meses foram orientadas ao setor financeiro para correção.

- ✓ 642 – Falta/Evolução incompatível dep. At. Imobilizado: informamos que está em fase de implantação um Sistema Corporativo, que um de seus módulos é o de Patrimônio, com previsão de funcionamento para o segundo semestre de 2016.
- ✓ 674 – Saldos Alongados/Indevidos Passivo Circulante: estão sendo analisadas as contas alongadas de passivo referentes a exercícios anteriores.
- ✓ 603 – Saldo Contábil do Almojarifado não confere com RMA: o setor responsável foi informado sobre a necessidade de controle dos materiais, sugerido mudanças nos trâmites e emissão de relatórios de todos os *campi*. Foi informado que os *campi* não controlam seus saldos no sistema SIGA ADM pois este apresenta inconsistência nos valores lançados. Com a implantação do novo sistema essas incoerências também serão sanadas.

5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Abaixo segue as informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

*Balanço de Orçamentário***Tabela 61 - Balanço Orçamentário.**

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				
TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO		158156 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE		
ÓRGÃO		26425 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE		
SUPERIOR				
EXERCÍCIO		2015		
PERÍODO		Anual		
EMISSÃO		15/03/2016		
VALORES EM UNIDADES DE REAL				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	674.872,00	674.872,00	86.462,98	-588.409,02
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	674.872,00	674.872,00	40,00	-674.832,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	86.422,98	86.422,98
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	86.422,98	86.422,98
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos	-	-	-	-
Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para	-	-	-	-
Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-

RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	674.872,00	674.872,00		86.462,98		-588.409,02
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	674.872,00	674.872,00		86.462,98		-588.409,02
DÉFICIT				89.194.468,87		89.194.468,87
TOTAL	674.872,00	674.872,00		89.280.931,85		88.606.059,85
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-	-
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	66.554.084,00	75.562.245,00	79.174.845,05	67.667.073,47	66.148.159,18	-3.612.600,05
Pessoal e Encargos Sociais	40.398.682,00	48.932.747,00	48.696.315,62	48.696.315,62	48.696.315,62	236.431,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.155.402,00	26.629.498,00	30.478.529,43	18.970.757,85	17.451.843,56	-3.849.031,43
DESPESAS DE CAPITAL	21.182.111,00	21.182.111,00	10.106.086,80	5.834.101,47	5.834.101,47	11.076.024,20
Investimentos	21.182.111,00	21.182.111,00	10.106.086,80	5.834.101,47	5.834.101,47	11.076.024,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	87.736.195,00	96.744.356,00	89.280.931,85	73.501.174,94	71.982.260,65	7.463.424,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	87.736.195,00	96.744.356,00	89.280.931,85	73.501.174,94	71.982.260,65	7.463.424,15
TOTAL	87.736.195,00	96.744.356,00	89.280.931,85	73.501.174,94	71.982.260,65	7.463.424,15

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS


DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.582.151,50	7.851.923,58	6.374.744,15	6.328.060,21	100.254,41	5.005.760,46
Pessoal e Encargos Sociais	-	97.570,30	-	-	-	97.570,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.582.151,50	7.754.353,28	6.374.744,15	6.328.060,21	100.254,41	4.908.190,16
DESPESAS DE CAPITAL	2.993.071,67	2.526.129,29	3.441.185,74	2.992.627,09	6.709,62	2.519.864,25
Investimentos	2.993.071,67	2.526.129,29	3.441.185,74	2.992.627,09	6.709,62	2.519.864,25
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.575.223,17	10.378.052,87	9.815.929,89	9.320.687,30	106.964,03	7.525.624,71

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	145.776,45	54.931,09	42.696,21	47.124,57	110.886,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	14.277,96	14.277,96	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	145.776,45	40.653,13	28.418,25	47.124,57	110.886,76
DESPESAS DE CAPITAL	-	40.375,98	40.375,98	-	-
Investimentos	-	40.375,98	40.375,98	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	145.776,45	95.307,07	83.072,19	47.124,57	110.886,76

Fonte: Tesouro Gerencial.

Balanço Financeiro**Tabela 62 - Balanço Financeiro.**


 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				
TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO		158156 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE		
ÓRGÃO		26425 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE		
SUPERIOR				
EXERCÍCIO		2015		
PERÍODO		Anual		
EMISSÃO		15/03/2016		
VALORES EM UNIDADES DE REAL				
INGRESSOS			DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015
Receitas Orçamentárias	86.462,98	-	Despesas Orçamentárias	89.280.931,85
Ordinárias	98.674,23	-	Ordinárias	9.406.346,33
Vinculadas	40,00	-	Vinculadas	79.874.585,52
Educação		-	Educação	70.065.852,03
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	9.784.489,19
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos	
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais	
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)	
Doações		-	Doações	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	40,00	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	24.244,30
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	
Demais Recursos		-	Demais Recursos	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12.251,25	-		
Transferências Financeiras Recebidas	83.262.329,63	-	Transferências Financeiras Concedidas	126.519,23
Resultantes da Execução Orçamentária	74.115.000,51	-	Resultantes da Execução Orçamentária	25.972,00
Cota Recebida		-	Cota Concedida	
Repasso Recebido	74.115.000,51	-	Repasso Concedido	25.972,00
Sub-repasso Recebido		-	Sub-repasso Concedido	
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos	
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa	
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição	
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos	
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida	
Repasso Devolvido		-	Repasso Devolvido	
Sub-repasso Devolvido		-	Sub-repasso Devolvido	
Independentes da Execução Orçamentária	9.147.329,12	-	Independentes da Execução Orçamentária	100.547,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.934.826,67	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.697,00
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	212.502,45	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	98.850,23
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos	
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	17.798.083,83	-	Despesas Extraorçamentárias	9.903.172,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.518.914,29	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	83.072,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.779.756,91	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.320.687,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	499.412,63	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	499.412,63

Relatório de Gestão 2015

Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	
Arrecadação de Outra Unidade			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	
Varição Cambial			Varição Cambial	
Valores para Compensação			Valores Compensados	
Valores em Trânsito			Valores em Trânsito	
DARF - SISCOMEX			Ajuste Acumulado de Conversão	
Ajuste Acumulado de Conversão			Demais Pagamentos	
Demais Recebimentos			-	
Saldo do Exercício Anterior	2.251.184,57		Saldo para o Exercício Seguinte	4.087.437,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.251.184,57		Caixa e Equivalentes de Caixa	4.087.437,81
TOTAL	103.398.061,01		TOTAL	103.398.061,01

Fonte: Tesouro Gerencial.

Balanço Patrimonial**Tabela 63 - Balanço Patrimonial.**

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL					
TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			
SUBTÍTULO		158156 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE			
ORGÃO SUPERIOR		26425 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE			
EXERCÍCIO		2015			
PERÍODO		Anual			
EMISSÃO		15/03/2016			
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	4.557.497,57	4.245.508,75	PASSIVO CIRCULANTE	2.831.241,65	5.279.450,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.087.437,81	2.251.184,57	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5.548,52	19.337,66
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.708.518,84	102.001,14
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	95,18	95,18
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.117.079,11	5.158.016,59
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	32.048,86	1.645.170,86			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	438.010,90	349.153,32			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	39.431.842,81	30.174.905,86	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-		
Bens Imóveis	13.328.265,90	7.496.124,43		
Bens Imóveis	13.328.265,90	7.496.124,43		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-		
Intangível	165.945,30	164.547,05		
Softwares	165.945,30	164.547,05		
Softwares	165.945,30	164.547,05		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		

Diferido			-		
(-) Amortização Acumulada			-		
TOTAL DO ATIVO	43.989.340,38	34.420.414,61	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.989.340,38	34.420.414,61
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
			2015		
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
			25.641.380,68		
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE		
			-		
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		
			18.347.959,70		
Quadro de Compensações					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO/Saldo dos Atos Potenciais Ativos		2015	ESPECIFICAÇÃO/Saldo dos Atos Potenciais Passivos		2015
					2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		5.690.568,58	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		22.005.675,72
Execução dos Atos Potenciais Ativos		5.690.568,58	Execução dos Atos Potenciais Passivos		22.005.675,72
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		5.690.568,58	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		-
Direitos Contratuais a Executar		-	Obrigações Contratuais a Executar		22.005.675,72
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-
TOTAL		5.690.568,58	TOTAL		22.005.675,72
					32.455.198,85
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários			-1.131.781,15		

Recursos Vinculados	-20.422.161,72
Educação	-20.899.171,32
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-105.656,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	622.356,78
Demais Recursos	-39.691,18
TOTAL	-21.553.942,87

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 64 - Revisão Analítica do Ativo.

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	30/09/2015		Diferença		AH%		DEZ/2015			
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%		
26425	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	1.306.352	3,32%	1.306.352	3,32%			4.087.438	9,29%	
				Total	1.306.352	3,32%	1.306.352	3,32%			4.087.438	9,29%	
			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	24.374	0,06%	24.374	0,06%			32.049	0,07%	
				OUTROS CRÉDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%	
				Total	24.374	0,06%	24.374	0,06%			32.049	0,07%	
			ESTOQUES	ALMOXARIFADO	452.294	1,15%	452.294	1,15%			428.611	0,97%	
				MERCADORIAS PARA REVENDA	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%	
				OUTROS ESTOQUES	9.400	0,02%	9.400	0,02%			9.400	0,02%	
				Total	461.694	1,17%	461.694	1,17%			438.011	1,00%	
			Total		1.792.421	4,55%	1.792.421	4,55%			4.557.498	10,36%	
			ATIVO NÃO	IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	11.717.539	29,74%	11.717.539	29,74%			13.328.266	30,30%

		CIRCULANTE		BENS MÓVEIS	25.723.271	65,29%	25.723.271	65,29%			25.937.632	58,96%
				Total	37.440.810	95,03%	37.440.810	95,03%			39.265.898	89,26%
			INTANGÍVEL	SOFTWARES	165.945	0,42%	165.945	0,42%			165.945	0,38%
				Total	165.945	0,42%	165.945	0,42%			165.945	0,38%
			Total		37.606.755	95,45%	37.606.755	95,45%			39.431.843	89,64%
Total					39.399.176	100,00%	39.399.176	100,00%			43.989.340	100,00%

Os bens móveis do Ativo Imobilizado, representa 65,29% na análise vertical, esse valor não reflete a realidade, tendo em vista esta Instituição não realizar a depreciação dos bens, mas como já informado o Instituto está em fase de implantação um Sistema Corporativo que um de seus módulos é justamente o de Patrimônio, com a funcionalidade de depreciar os bens, com previsão para funcionamento no segundo semestre de 2016.

Tabela 65 - Revisão Analítica-Passivo Circulante e Não Circulante.

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)				
				Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%			
26425	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	PASSIVO CIRCULANTE	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	760.089	26,85%	130.884	3,93%	629.206	22,91%	480,74%	582,57%		
				VALORES RESTITUÍVEIS	356.990	12,61%	195.699	5,88%	161.291	6,73%	82,42%	114,41%		
				Total	1.117.079	39,46%	326.582	9,81%	790.497	29,64%	242,05%	302,03%		
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAG ESTRANGEIROS A CP	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	1.708.519	60,35%	2.991.025	89,88%	(1.282.507)	-29,54%	-42,88%	-32,86%		
				Total	1.708.519	60,35%	2.991.025	89,88%	(1.282.507)	-29,54%	-42,88%	-32,86%		
			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR-CP	BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	5.549	0,20%	10.006	0,30%	(4.457)	-0,10%	-44,55%	-34,82%		
				PESSOAL A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
				Total	5.549	0,20%	10.006	0,30%	(4.457)	-0,10%	-44,55%	-34,82%		


		OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	95	0,00%	95	0,00%	0	0,00%	0,00%	17,54%
		Total	Total	95	0,00%	95	0,00%	0	0,00%	0,00%	17,54%
	Total			2.831.242	100,00%	3.327.709	100,00%	(496.467)	0,00%	-14,92%	0,00%
Total				2.831.242	100,00%	3.327.709	100,00%	(496.467)	0,00%	-14,92%	0,00%

A conta Obrigações a Curto Prazo apresentou uma variação horizontal relevante, principalmente, pelo repasse recebido diferido referente a apuração do processo de inscrição do diferido e/ou recursos a receber/liberar, com base no saldo da disponibilidade por fonte de recursos, efetuado pela setorial de contabilidade do MEC.

A conta Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais, obteve uma variação vertical relevante, em decorrência da liberação de recurso pelo MEC ter ocorrido somente no dia 29/12/2015, o que inviabilizou o pagamento total dos compromissos pelo curto prazo de tempo e reduzida quantidade de servidores no setor, no entanto esta conta sofreu uma redução logo no primeiro mês do exercício seguinte, quando foi efetuado os pagamentos com o recurso liberado.

Demonstração das variações patrimoniais

Tabela 66 - Demonstração das variações patrimoniais.

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158156 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE
ÓRGÃO SUPERIOR	26425 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE
EXERCÍCIO	2015
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	88.394.714,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-
Impostos	-
Taxas	-
Contribuições de Melhoria	-
Contribuições	-
Contribuições Sociais	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-
Contribuição de Iluminação Pública	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	40,00
Venda de Mercadorias	-
Vendas de Produtos	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	40,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-
Juros e Encargos de Mora	-
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Obtidos	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-
Aportes do Banco Central	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-
Transferências e Delegações Recebidas	83.262.329,63
Transferências Intragovernamentais	83.262.329,63
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências das Instituições Privadas	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-
Transferências de Consórcios Públicos	-
Transferências do Exterior	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-
Transferências de Pessoas Físicas	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.045.921,86
Reavaliação de Ativos	-
Ganhos com Alienação	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.045.921,86
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	86.422,98
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-
Resultado Positivo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
VPA de Dívida Ativa	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	86.422,98

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	76.373.717,96
Pessoal e Encargos	51.907.458,16
Remuneração a Pessoal	40.979.395,22
Encargos Patronais	7.901.958,89
Benefícios a Pessoal	3.026.104,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	177.978,78
Aposentadorias e Reformas	54.970,18
Pensões	110.295,22
Benefícios de Prestação Continuada	-
Benefícios Eventuais	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.713,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.284.313,45
Uso de Material de Consumo	798.588,94
Serviços	18.485.724,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-
Juros e Encargos de Mora	-
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Concedidos	-
Aportes ao Banco Central	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Transferências e Delegações Concedidas	150.707,23
Transferências Intragovernamentais	126.519,23
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências a Instituições Privadas	24.188,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-
Transferências a Consórcios Públicos	-
Transferências ao Exterior	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.307.937,29
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-
Perdas com Alienação	-
Perdas Involuntárias	-
Incorporação de Passivos	666.628,25
Desincorporação de Ativos	1.641.309,04
Tributárias	22.269,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.269,01
Contribuições	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-
Custos dos Produtos Vendidos	-
Custo dos Serviços Prestados	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.523.054,04
Premiações	-
Resultado Negativo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
Incentivos	2.421.911,71
Subvenções Econômicas	-
Participações e Contribuições	-
Constituição de Provisões	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	101.142,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	12.020.996,51

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 67 - Revisão Analítica – VPA.

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento		30/11/2015		Diferença nov-out		31/12/2015		Diferença dez-nov			
			CCon - Título (4)	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%			
26425	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIR. E PRESTAÇÃO DE SERV	VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
			Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
			Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
		TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT.	350.927,72	4,03%	217.643,83	2,06%	3.578.372,56	25,06%	3.227.444,84	21,02%		
				TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8.349.392,52	95,97%	1.728.803,57	-2,06%	10.694.762,80	74,89%	2.345.370,28	-	21,08%	
				Total	8.700.320,24	100,00%	1.946.447,40	0,00%	14.273.135,36	99,95%	5.572.815,12	-0,05%		
				Total	8.700.320,24	100,00%	1.946.447,40	0,00%	14.273.135,36	99,95%	5.572.815,12	-0,05%		
		VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSIVOS	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	GANHOS COM DESINCORPORACÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	7.554,81	0,05%	7.554,81	0,05%		
				Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	7.554,81	0,05%	7.554,81	0,05%		
				Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	7.554,81	0,05%	7.554,81	0,05%		
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00%	(269,46)	0,00%	(176,00)	0,00%	(176,00)	0,00%		
				Total	0,00	0,00%	(269,46)	0,00%	(176,00)	0,00%	(176,00)	0,00%		
				Total	0,00	0,00%	(269,46)	0,00%	(176,00)	0,00%	(176,00)	0,00%		
		Total			8.700.320,24	100,00%	1.946.177,94	0,00%	14.280.514,17	100,00%	5.580.193,93	0,00%		
		Total			8.700.320,24	100,00%	1.946.177,94	0,00%	14.280.514,17	100,00%	5.580.193,93	0,00%		

Transferências recebidas indep. exec. orçamentária-variação de 25,06%, referente a transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar - RP e movimentação de saldos patrimoniais.

Transferências recebidas para a execução orçamentária do grupo transferências e delegações recebidas.

Variação de 74,89% referente a repasse recebido para atendimento de despesas.

Tabela 68 - Revisão Analítica – VPD.


Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento CCon - Subgrupo (3)	30/11/2015		Diferença nov-out		31/12/2015		Diferença dez-nov	
			Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
26425	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFÍCIOS A PESSOAL	271.773,25	3,62%	3.765,00	0,16%	333.399,26	3,54%	61.626,01	-0,08%
		ENCARGOS PATRONAIS	1.136.975,15	15,16%	530.497,82	7,33%	1.136.935,09	12,08%	(40,06)	-3,08%
		REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.645.221,99	61,94%	42.540,64	2,49%	5.495.564,76	58,41%	850.342,77	-3,53%
		Total	6.053.970,39	80,73%	576.803,46	9,97%	6.965.899,11	74,04%	911.928,72	-6,69%
	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	7.663,33	0,10%	(6.934,22)	-0,09%	(134,73)	0,00%	(7.798,06)	-0,10%
		OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.365,28	0,03%	(0,00)	0,00%	3.843,58	0,04%	1.478,30	0,01%
		PENSÕES	12.735,18	0,17%	6.367,59	0,09%	6.367,59	0,07%	(6.367,59)	-0,10%
		Total	22.763,79	0,30%	(566,63)	0,00%	10.076,44	0,11%	(12.687,35)	-0,20%
	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	SERVIÇOS	1.053.055,52	14,04%	(1.024.329,51)	-12,79%	1.496.500,27	15,91%	443.444,75	1,86%
		USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	23.360,81	0,31%	(903,09)	0,00%	26.040,28	0,28%	2.679,47	-0,03%
		Total	1.076.416,33	14,35%	(1.025.232,60)	-12,80%	1.522.540,55	16,18%	446.124,22	1,83%
	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	24.188,00	0,32%	24.188,00	0,32%	0,00	0,00%	(24.188,00)	-0,32%
		TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00%	(269,46)	0,00%	38.523,25	0,41%	38.523,25	0,41%
		Total	24.188,00	0,32%	23.918,54	0,32%	38.523,25	0,41%	14.335,25	0,09%
	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
		INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS					666.628,25	7,09%	666.628,25	7,09%
		Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	666.628,25	7,09%	666.628,25	7,09%
	TRIBUTÁRIAS	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	125,36	0,00%	(22.018,29)	-0,28%	0,00	0,00%	(125,36)	0,00%
		Total	125,36	0,00%	(22.018,29)	-0,28%	0,00	0,00%	(125,36)	0,00%
	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.491,53	0,05%	1.527,93	0,02%	(176,00)	0,00%	(3.667,53)	-0,05%
		INCENTIVOS	318.276,25	4,24%	203.655,75	2,76%	204.478,00	2,17%	(113.798,25)	-2,07%
		Total	321.767,78	4,29%	205.183,68	2,78%	204.302,00	2,17%	(117.465,78)	-2,12%
	Total		7.499.231,65	100,00%	(241.911,84)	0,00%	9.407.969,60	100,00%	1.908.737,95	0,00%
Total		7.499.231,65	100,00%	(241.911,84)	0,00%	9.407.969,60	100,00%	1.908.737,95	0,00%	

Transferências a instituições privadas – referente a despesa com anuidade do CONIF R\$ 24.188,00, ano de 2015.

Varição referente a remuneração a pessoal: variação de 58,41%, referente a vencimentos e salários, adicionais, gratificações, férias-rpps e 13 salário-rpps, incluem-se ainda o pagamento do RSC.

Diversas variações patrimoniais diminutivas: refere-se a despesas com indenizações e restituições.

*Demonstração do fluxo de caixa***Tabela 69 - Demonstração do fluxo de caixa.**

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL	
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158156 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE
ÓRGÃO SUPERIOR	26425 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO ACRE
EXERCÍCIO	2015
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	
	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.703.357,78
INGRESSOS	83.848.205,24
Receitas Derivadas e Originárias	86.462,98
Receita Tributária	-
Receita de Contribuições	-
Receita Patrimonial	-
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	40,00
Remuneração das Disponibilidades	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	86.422,98
Transferências Correntes Recebidas	-
Intergovernamentais	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-
Dos Municípios	-
Intragovernamentais	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-
Outros Ingressos das Operações	83.761.742,26
Ingressos Extraorçamentários	499.412,63
Restituições a Pagar	-
Passivos Transferidos	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-
Transferências Financeiras Recebidas	83.262.329,63
Arrecadação de Outra Unidade	-
Variação Cambial	-
Valores para Compensação	-
Valores em Trânsito	-
DARF - SISCOMEX	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-
Demais Recebimentos	-
DESEMBOLSOS	-73.144.847,46
Pessoal e Demais Despesas	-64.571.940,54
Legislativo	-
Judiciário	-
Essencial à Justiça	-
Administração	-
Defesa Nacional	-
Segurança Pública	-
Relações Exteriores	-
Assistência Social	-
Previdência Social	-165.265,40
Saúde	-
Trabalho	-
Educação	-64.406.675,14
Cultura	-
Direitos da Cidadania	-
Urbanismo	-
Habitação	-
Saneamento	-
Gestão Ambiental	-

Ciência e Tecnologia	-
Agricultura	-
Organização Agrária	-
Indústria	-
Comércio e Serviços	-
Comunicações	-
Energia	-
Transporte	-
Desporto e Lazer	-
Encargos Especiais	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-
Juros e Encargos da Dívida	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-
Outros Encargos da Dívida	-
Transferências Concedidas	-7.946.975,06
Intergovernamentais	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-
A Municípios	-
Intragovernamentais	-7.922.787,06
Outras Transferências Concedidas	-24.188,00
Outros Desembolsos das Operações	-625.931,86
Dispêndios Extraorçamentários	-499.412,63
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-
Transferências Financeiras Concedidas	-126.519,23
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Variação Cambial	-
Valores Compensados	-
Valores em Trânsito	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-
Demais Pagamentos	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.867.104,54
INGRESSOS	-
Alienação de Bens	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-
Outros Ingressos de Investimentos	-
DESEMBOLSOS	-8.867.104,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.864.344,54
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.760,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-
INGRESSOS	-
Operações de Crédito	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-
Transferências de Capital Recebidas	-
Intergovernamentais	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-
Dos Municípios	-
Intragovernamentais	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-
Outros Ingressos de Financiamento	-
DESEMBOLSOS	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.836.253,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.251.184,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.087.437,81

Fonte: Tesouro Gerencial.

A Declaração do Contador consta que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, considerando as ocorrências no decorrer do exercício, apontadas no item 5.3, deste relatório.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO VI

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6 ÁREAS ESPECIAIS

6.1 Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGP) se apoia no eixo de unidade gestora do pessoal do quadro efetivo e temporário do IFAC em três principais vertentes: Gestão (processos de admissão, movimentação, folha de pagamento), Desenvolvimento (capacitação, qualificação e avaliação) e Qualidade de Vida (perícia e valorização do trabalho).

Nessas três áreas, no plano macro, foram projetadas para 2015 a execução de:

- I – Contratação de servidores efetivos docentes e técnicos-administrativos em educação, referentes aos Editais de Concurso Público IFAC n.º 01/2014 e 02/2014;
- II – Contratação temporária de docentes de acordo com as demandas apresentadas pelas unidades;
- III – Plano Anual de Capacitação 2015, com oferta e recebimento de demanda de cursos apontados pelas unidades.

Nas demais áreas, deu-se seguimentos aos atendimentos de rotina referentes aos setores, como recebimento e atendimento de demanda de documentação/solicitação de servidores, demais unidades setoriais do IFAC e órgãos de controles interno e externo. Além de outros serviços de grau de complexidade menor, mas específicos à área de Gestão de Pessoas.

Nas execuções programadas, destacamos as seguintes realizações:

- I – Contratação de servidores efetivos: foram nomeados e empossados 60 novos docentes e 136 técnicos administrativos em educação, correspondendo um acréscimo de 50 (cinquenta) por cento no quadro de pessoal efetivo. Não foram homologadas 37 vagas docentes e 72 vagas de técnicos administrativos pela não habilitação dos candidatos no concurso público, ficando as mesmas a serem reaproveitadas em novo concurso público.
- II – Contratação temporária de docentes: foram efetuados 10 novos contratos de trabalho temporários de docentes substitutos.
- III – Foram autorizadas e realizadas, de acordo com o Plano Anual de Capacitação 2015, 51 ações de capacitação correspondendo a 286 certificações de servidores. As ações foram iniciadas em maio de 2015, após a aprovação do Plano pelo Conselho Superior, interrompidas a partir de julho de 2015, em razão do movimento paredista e retomadas em novembro de

2015. Havia a previsão da oferta de 100 vagas em convênio com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) e outras 60 vagas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), mas não foram executadas por causa da greve.

Ademais foram aprovadas normativas internas que contemplam a área de Gestão de Pessoas como:

- Banco de Talentos (Resolução IFAC n.º 071/2015);
- Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (Resolução IFAC n.º 072/2015);
- Nova composição da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) (Resolução IFAC n.º 075/2015);
- Procedimentos para concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) docente (Resolução IFAC n.º 080/2015);
- Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) (Resolução IFAC n.º 081/2015).

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 14 - Força de Trabalho do Instituto Federal do Acre.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	773	589	196	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	773	589	196	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	771	587	196	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	87	13	10	12
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	860	602	207	18

Fonte: Relatório de Pessoal – DW Siapenet – Ref. Dezembro/2015.

I – Contratação de servidores efetivos: foram nomeados e empossados 60 novos docentes e 136 técnicos administrativos em educação, correspondendo um acréscimo de 50 (cinquenta) por cento no quadro de pessoal efetivo. Não foram homologadas 37 vagas docentes e 72 vagas de técnicos administrativos pela não habilitação dos candidatos no concurso público, ficando as mesmas a serem reaproveitadas em novo concurso público.

II – Contratação temporária de docentes: foram efetuados 10 novos contratos de trabalho temporários de docentes substitutos.

Quadro 15 - Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	288	301
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	287	300
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	287	300
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	301
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	288	314

Fonte: Relatório de Pessoal – DW Siapenet – Ref. Dezembro/2015.

A área Meio corresponde a todos os servidores efetivos da carreira técnico-administrativo em educação e a Área Fim são os servidores efetivos da carreira do magistério.

Quadro 16 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto Federal do Acre.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	45	45	5	5
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	45	45	5	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	43	43	5	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	1
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	97	91	56	56
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	97	91	56	56
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	142	136	61	61

Fonte: Relatório de Pessoal – DW Siapenet – Ref. Janeiro a Dezembro/2015.

Como não houve alteração do gestor máximo da Instituição, as alterações dos ocupantes de funções comissionadas ficaram praticamente estabilizadas.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 17 - Despesas do pessoal.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	22.773.277,91	9.610.529,58	7.493.386,35	1.240.392,90	2.394.037,15	560.542,97	242.207,14	39.619,52	0,00	44.556.488,14
	2014	16.321.290,86	4.510.289,59	5.693.471,08	342.480,35	1.811.805,16	447.804,79	277.769,70	2.564,36	0,00	29.407.475,89
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	0,00	184.588,28	8.023,06	11.238,00	1.723,80	0,00	0,00	0,00	205.573,14
	2014	-	-	138.983,87	3.514,36	-	-	-	-	-	145.405,68
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	129.171,36	60.675,66	31.702,13	1.928,30	11.563,00	929,52	0,00	93,00	0,00	236.062,97
	2014	136.195,19	47.636,83	18.553,78	914,01	15.666,60	2.287,53	-	-	-	221.253,94
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	530.780,12	0,00	51.680,86	39.982,20	60.739,65	330,00	0,00	0,00	0,00	683.512,83
	2014	589.315,05	0,00	0,00	0,00	59.527,37	0,00	0,00	0,00	0,00	648.842,42

Fonte: Relatório de Pessoal – DW Siapenet – Ref. Janeiro a Dezembro/2015.

O aumento exponencial nos gastos de Pessoal é reflexo do ingresso de 196 novos servidores ao quadro, o que corresponde a um aumento da força de trabalho de aproximadamente 50% referente ao ano de 2014.

Nos meses de novembro e dezembro foram avaliados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, pouco mais de 160 processos de concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, o que gerou somente na folha de dezembro/2015, um acréscimo de 3,2 milhões de reais.

Os procedimentos de pagamento de valores de exercícios anteriores de anos de 2011 a 2014 – referentes a progressões funcionais, auxílio-alimentação, ressarcimento à saúde suplementar, dentre outros – foram sanados e cadastrados no SIAPE em julho, sendo autorizados pelo Ministério do Planejamento na folha de setembro/2015.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em análise aos procedimentos internos, de execução e planejamento, constata, dentre várias situações vivenciadas pela pró-reitoria, durante o ano de 2015, quatro fatores:

- I. Centralização dos processos;
- II. Movimentação de pessoal;
- III. Controle de Frequência;
- IV. Acumulação de cargos;

1. Centralização dos processos

O funcionamento como unidade centralizada em uma instituição pautada pela descentralização de suas ações entre as unidades (reitoria e *campi* – Art. 9º, Lei n.º 11.892/2008), responsável por todas as ações de execução na área (Admissão, Movimentação, Cadastro, Folha de Pagamento) de todos os servidores, inviabiliza as ações de planejamento (Políticas, Desempenho e Desenvolvimento, Qualidade de Vida).

A ausência de fluxos para protocolo e atendimento que possam acolher as demandas de servidores, especialmente, os do interior, prejudica a agilidade na prestação dos serviços.

Compreendemos que a necessidade de descentralização é necessária e urgente, para dar celeridade aos processos e corresponder aos anseios desses servidores.

2. Movimentação de Pessoal

Os editais do concurso público de 2014 promoveram o ingresso de 196 novos servidores no quadro do IFAC, entre eles, 96 servidores foram com lotação no interior do Estado, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. Atualmente, com 600 servidores, o IFAC detém força de trabalho de 256 servidores nessas cidades, o correspondente a 42,66% do total de servidores.

Nesses anos de funcionamento, tem sido comum a solicitação dos servidores em serem removidos para a capital, Rio Branco, ou redistribuídos para outros estados, em especial, os servidores lotados no interior, e os motivos elencados são praticamente os mesmos: unidade familiar e falta de infraestrutura para saúde ou educação ou transporte no interior.

Foi colocado dispositivos, nos editais de 2014, que vedavam a alteração da lotação dos aprovados dentro do período de estágio probatório, mas não impediu que pouco mais de 50 solicitações acontecessem em 2015. Por esse motivo, a instituição vem correndo riscos em virtude de problemas que fogem de sua competência (união familiar, depende da escolha do candidato ao realizar o concurso; falta de estrutura, depende de políticas públicas governamentais). Se o objetivo é a multicapilaridade do Instituto para promover educação em todo o estado, enfrentaremos esvaziamento dessas unidades.

3. Controle de Frequência

O IFAC tem buscado solucionar as pendências referentes ao controle de frequência dos servidores, objeto de questionamento por órgãos de controle externo. Há falhas no envio desse controle pelas unidades, tanto no preenchimento quanto no atraso da entrega.

A contratação de empresa para implantação de sistema de gestão de recursos humanos deverá sanar as pendências referentes aos servidores técnico-administrativos em educação, cuja jornada de trabalho está bem definida pelo Decreto nº 1.590/1996. Para a categoria dos docentes EBTT, enfrenta-se, ainda, resistência por parte dos servidores no controle habitual diário, uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão não são compatíveis com a jornada semanal proposta pelo decreto citado anteriormente.

Em 2015 foi aprovada pelo Conselho Superior a Resolução IFAC n.º 01/2015 que trata da distribuição de carga horária docente que contempla os três pilares de atuação do docente (ensino, pesquisa e extensão), porém ainda há pouco entendimento sobre a aplicabilidade.

Nesse mesmo ano, foi publicada a Portaria IFAC n.º 724/2015, que orientava os procedimentos para o cumprimento da referida carga horária, mas em virtude do momento de reivindicações sindicais, o instrumento administrativo foi refutado pela categoria.

Há necessidade de criar nova normativa para aplicação do cumprimento da carga horária docente, uma vez que as atividades não se limitam apenas à sala de aula ou à presença no espaço físico da instituição, principalmente no tocante à pesquisa e extensão, quando se faz necessário a efetivação da jornada semanal.

4. Acumulação de cargos

Tal problemática foi apontada pelos órgãos de controle externo, em verificação de auditoria, ao cruzar os dados do sistema de pessoal com os das Receitas Federal e Estadual, o que apontou recebimento de vencimentos e/ou remunerações de duas ou mais fontes.

À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas cabia atestar as declarações de acumulação de cargos feitas pelos próprios servidores no momento da posse, mas verifica-se que a atuação ultrapassa o que foi declarado por alguns servidores.

Em 2015, alguns servidores foram, inicialmente, impedidos de tomarem posse ao apresentarem declaração positiva de acumulação de cargo, cuja jornada excedia as 60 horas semanais recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, mas os candidatos conseguiram liminares judiciais para sua admissão. Cuidamos de apontar que, além da carga horária excedente, o tempo para deslocamento e descanso seria insuficiente, o que não foi considerado nos mandados judiciais.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 18 - Composição do quadro de estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)	
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre		
1. Nível superior	32	27	26	17		
1.1 Área Fim	20	19	18	12		
1.2 Área Meio	12	08	08	05		
2. Nível Médio	09	09	09	04		
2.1 Área Fim	07	07	07	03		
2.2 Área Meio	02	02	02	01		
3. Total (1+2)	41	36	35	21		218.315,65

Não houve novas contratações de estudantes na modalidade de estágio remunerado não obrigatório, isto é, a reposição dos quantitativos limitados às unidades em razão das novas admissões efetivas de servidores.

Ademais, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas concentrou esforços para regularizar pendências existentes nos contratos vigentes a fim de evitar falhas administrativas na gestão dos contratos. As novas contratações ficaram condicionadas a resolução dessas pendências.

Novo processo seletivo está programado para acontecer no ano de 2016.

Quadro 19 – Contratação do pessoal de apoio.

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE						
UG/Gestão: 158156/26425						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviço de limpeza, conservação, higienização	02.381.198/0001-26	11/07/2011	10/07/2016	4º serie	P
2011	Serviços de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna	02.764.609/0001-62	29/07/2011	28/07/2016	Ensino Médio completo	P
2013	Agente de integração de estágio	61.600.839/0001-55	12/06/2013	11/06/2016	Superior e Médio	P
2014	Serviços de motorista	11.815.892/0001-03	07/02/2014	07/02/2016	Ensino Médio completo	E
2014	Serviços de motorista	04.517.645/0001-57	07/02/2014	07/02/2017	Ensino Médio completo	P
2014	Serviços de motorista	13.637.847/0001-23	07/02/2014	07/02/2017	Ensino Médio completo	P
2014	Serviços de motorista	03.417.593/0001-84	07/02/2014	07/02/2017	Ensino Médio completo	P
2014	Recepcionista, copeiro e Motoboy	04.517.645/0001-57	06/05/2014	06/05/2016	Copeiro – Ensino Fundamental completo; Motoboy e Recepcionista – Ensino Médio completo;	P
2014	Serviço de auxiliar de serviços diversos e braçais	11.815.892/0001-03	20/07/2014	20/07/2016	Ensino Fundamental – 4ª série Completa	P
2014	Auxiliar de administração, recepcionista, jardineiro, auxiliar de serviços diversos e braçais e Motoboy	11.815.892/0001-03	25/7/2014	25/07/2016	Aux. Adm. Nível Superior Incompleto; Motoboy e Recepcionista – Ensino Médio completo; Jardineiro e Braçal – Ensino Fundamental – 4ª série completa	P
2014	Serviço de auxiliar de serviços diversos e braçais	04.517.645/0001-57	13/08/2014	13/08/2016	Ensino Fundamental – 4ª série Completa	P

2014	Auxiliar de administração, recepcionista, jardineiro, auxiliar de agropecuária, copeiro e auxiliar de serviços diversos e braçais	11.815.892/0001-03	03/09/2014	03/09/2016	Aux. Adm. - Nível Superior Incompleto; Recepcionista – Ensino Médio completo; Aux. Agrop., Jardineiro e Braçal - Ensino Fundamental – 4ª série completa; Copeiro – Ensino Fundamental completo;	P
2014	Auxiliar de administração, recepcionista, copeiro e auxiliar de serviços diversos e braçais	11.815.892/0001-03	09/10/2014	09/10/2016	Aux. Adm. – Nível Superior Incompleto; Recepcionista – Ensino Médio completo; Braçal – Ensino Fundamental – 4ª série completa;	P
2014	Auxiliar de administração, recepcionista, jardineiro, copeiro e auxiliar de serviços diversos e braçais	13.637.847/0001-23	15/10/2014	15/10/2016	Aux. Adm. – Nível Superior Incompleto; Recepcionista – Ensino Médio completo; Jardineiro e Braçal – Ensino Fundamental – 4ª série completa; Copeiro – Ensino Fundamental completo;	P
2014	Recepcionista, copeiro, motoboy e auxiliar de serviços diversos e braçais	03.417.593/0001-84	19/11/2014	19/11/2016	Motoboy e Recepcionista – Ensino Médio completo; Braçal – Ensino Fundamental – 4ª série completa; Copeiro – Ensino Fundamental completo;	P
2014	Recepcionista e copeiro	11.815.892/0001-03	19/11/2014	19/11/2016	Copeiro – Ensino Fundamental completo; Recepcionista – Ensino Médio completo;	P
2014	Auxiliar de Administração	04.517.645/0001-57	19/11/2014	19/11/2015	Aux. Adm. – Nível Superior Incompleto.	E

Fonte: PROAD.

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houver ocorrência no exercício.

8.1 Gestão do patrimônio e infraestrutura

O Instituto Federal do Acre conta com o sistema denominado SIGA-ADM, porém, ao longo do tempo foi percebida a necessidade de se obter um sistema que atendesse de forma mais eficiente às atividades administrativas por meio de um controle mais adequado. Nesse sentido, o instituto buscou um novo sistema: o SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos).

O Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) informatiza os fluxos da área administrativa, o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (material, passagens, diárias, suprimento de fundos, auxílio financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc.).

Informatiza, também, os almoxarifados (centrais e setoriais), todo o controle patrimonial, as compras e licitações, o controle de atas e pedidos em registros de preços, o acompanhamento de entrega de empenhos (liquidação), o controle de obras e manutenções de bens imóveis, a aquisição de livros pela biblioteca, as faturas de água e energia, o controle dos contratos e convênios celebrados, o fluxo de processos e documentos eletrônicos, o registro e pagamento de bolsistas, o acompanhamento das despesas com automóveis e combustíveis. Enfim, o uso deste sistema trará uma segurança e controle maior em todos os sentidos.

No âmbito do IFAC, o patrimônio é de responsabilidade da Coordenação de Patrimônio (COPAT), ligada à Diretoria de Administração (DIRAD). Com a mudança de sistema, todos os *campus* estão refazendo o levantamento do patrimônio, já que a previsão de entrada em funcionamento é para o primeiro semestre de 2016, assim a expectativa é que se identifique e tenha um controle patrimonial mais eficaz do IFAC no exercício atual.

A infraestrutura fica a cargo da Diretoria de Obras e Infraestrutura composta por profissionais das áreas de engenharia, arquitetura e técnicos. Há um acompanhamento sistemático de todas as obras, reformas, ampliações e de tudo que for pertinente a infraestrutura.

6.2.1 Gestão da frota de veículos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) possui, em sua frota própria, um total de 29 veículos automotores (leves e pesados). Destinam-se ao atendimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas da Instituição. São de uso exclusivo para transporte de servidores docentes e técnico-administrativos do quadro, de empresas terceirizadas, professores visitantes, bolsistas, colaboradores eventuais e discente.

O acompanhamento da frota é realizado seguindo o Decreto n.º 6.403, de 17 de março de 2008 que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O IFAC se faz presente em todo o Estado do Acre através da Reitoria, *campi*, unidades remotas do PRONATEC e unidades do EaD, sendo necessária uma frota de veículos objetivando a garantia da execução das atividades da Instituição, por isso a frota é de grande importância para o Instituto.

Na tabela abaixo constam todos os veículos próprios do IFAC bem como onde estão cada um deles. Em média, estes veículos têm seis anos de idade.

Tabela 70 – Frota de Veículos Próprios.

Item	Marca/modelo	Ano/Modelo	Placa	Lotação	Km Rodados 2015
1	FORD FOCUS	2010/2010	NAE-1858	REITORIA	11.270
2	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2011/2011	NAA-4691	REITORIA	24.403
3	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2011/2011	NAA-4681	RIO BRANCO	7.167
4	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2011/2011	NAA-5411	XAPURI	
5	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2011/2011	NAA-5421	SENA MADUREIRA	22.001
6	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2011/2011	NAA-5441	REITORIA	35.733
7	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2011/2011	NAA-5431	BAIXADA DO SOL	16.601
8	FORD RANGER XL 13 P	2010/2011	NAA-5401	SENA MADUREIRA	17.831
9	FORD RANGER XL 13 P	2010/2011	NAA-5381	RIO BRANCO	2.381

10	FORD RANGER XL 13 P	2010/2011	NAA-5391	CRUZEIRO DO SUL	9.979
11	FORD RANGER XL 13 P	2010/2011	NAE-7770	TARAUACA	15.717
12	FORD RANGER XL 13 P	2009/2010	MZT9511	SENA MADUREIRA	Não rodou
13	FORD RANGER XL 13 P	2009/2010	MZT-9481	XAPURI	Não rodou
14	FORD RANGER XL 13 P	2009/2010	MZT-9521	CRUZEIRO DO SUL	19.940
15	MB 413 CDI SPRINTER M	2010/2010	NAB-4901	XAPURI	142.482
16	MB 413 CDI SPRINTER M	2010/2010	NAA-5141	SENA MADUREIRA	12.588
17	MB 413 CDI SPRINTER M	2010/2011	NAA-2151	CRUZEIRO DO SUL	7.774
18	MB 413 CDI SPRINTER M	2010/2010	NAA-2161	RIO BRANCO	20.289
19	MB 413 CDI SPRINTER M	2010/2010	NAA-5151	TARAUACÁ	6.204
20	AGRALE/MA10 NEOBUS TH	2010/2010	NOR-4145	BAIXADA DO SOL	Não rodou
21	VW ÔNIBUS	2010/2010	NAC-3622	XAPURI	54.398,7
22	VW ÔNIBUS	2010/2010	NAD-3912	RIO BRANCO	5.264
23	VW ÔNIBUS	2010/2010	NAA-4725	CRUZEIRO DO SUL	12.934
24	VW ÔNIBUS	2010/2010	NAB-9865	SENA MADUREIRA	1.011
25	TRATOR AGRIC. DE RODAS MODELO URSUS 4-80, PNEU 12.4X24 / 18.4X30			CRUZEIRO DO SUL	25 hs
27	TRAILLER LAB. MÓVEL DE PESCADO ALBATROZ	2012	NAE 8896	CRUZEIRO DO SUL	Não se aplica
28	TREILLER LAB. MÓVEL DE PESCADO ALBATROZ	2012	NAD 5845	RIO BRANCO	Não se aplica
29	CAMINHÃO M. BENZ/ATEGO 1725	2011/2011	JDX 0016	RIO BRANCO	20

Fonte: PROAD (2015).

O IFAC possui camionetas locadas para atendimento aos programas especiais bem como para as demandas dos *campi* e Reitoria.

Tabela 71 – Frota de Veículos Locados.

Item	Marca/modelo	Ano/Modelo	Placa	Lotação	Km Rodados 2015
1	HILUX	2007/2007	MZX-3478	REITORIA	3.992
2	RANGER	2008/2009	MZV-4741	REITORIA	370
3	S10	2006/2007	AON-8944	REITORIA	1.511
4	AMAROK	2001/2012	NAF-9778	REITORIA	6392
5	TRITON	2011/2012	OVG 3428	TARAUACÁ	6.845
6	S10	2015/2015	QLU2601	CRUZEIRO DO SUL	14.317
7	S10	2015/2015	QLW-7622	SENA MADUREIRA	8.339

Fonte: PROAD (2015).

Para uma visualização das despesas associadas à manutenção da frota vejamos os gastos incorridos no exercício de 2015 conforme tabela abaixo:

Tabela 72 – Custos Associados à Manutenção.

Campus/ Reitoria	Combustível	Manutenção	Higienização	Seguro Obrigatório	Licenciamento	Total
Total	231.541,40	181.653,45	2.515,00	3.834,75	1.753,18	421.297,78

Fonte: PROAD (2015).

Em virtude da crise econômica vivenciada pelo país não há perspectiva de substituição da frota atual. O Instituto passou a utilizar, em 2015, veículos locados em virtude do crescimento de programas especiais como o PRONATEC. Posteriormente poderá ser realizada avaliação para verificar qual a melhor opção: aquisição de uma nova frota ou locação de veículos.

O controle é realizado através do Siga-Adm, porém está previsto, já para o ano de 2016, a utilização do sistema SIPAC, criado e utilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com este novo sistema pretende-se assegurar uma prestação de um serviço mais eficiente e econômico no que se refere ao transporte.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Atualmente o IFAC tem como veículo inservível ou fora de uso a Ranger XL 13 P, placa MZT 9511, pertencente ao *campus* Sena Madureira. Este veículo sofreu um acidente e suas causas estão sendo apuradas via processo n.º 23244.000804/2012-93, o qual está de posse da comissão de sindicância investigativa instaurada para apurar os fatos constantes no processo.

Tendo em vista que a frota ainda tem uma idade média de seis anos à discussão sobre uma política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso está em fase embrionária, necessitando que servidores sejam capacitados para que em seguida seja estabelecida uma política. Além disso, a crise vivenciada pelo país não permite uma troca de frota neste ano e até mesmo em 2017.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Instituto Federal do Acre possui sob sua gestão, entre prédios próprios, locados e cedidos, 09 (nove) imóveis distribuídos nas cidades de:

- Rio Branco: *Campus* Rio Branco funcionando em sede própria e o *Campus* Baixada do Sol, atualmente exercendo suas atividades em prédio cedido pelo governo estadual. Ainda na cidade de Rio Branco, a Reitoria, Anexo da Reitoria e estacionamento do prédio do Anexo são imóveis locados.
- Xapuri: *Campus* Xapuri com sede própria (proveniente de doação por parte da prefeitura de Xapuri), o qual passou por uma reforma e ampliação;
- Sena Madureira: o *Campus* de Sena Madureira encontra-se em construção e provisoriamente as atividades estão sendo desempenhadas em dois prédios, um cedido onde funcionava a Escola Maria de Fátima e o outro locado;
- Tarauacá: o *Campus* Tarauacá está em fase final de construção, contudo, até a conclusão da obra, o *campus* funciona em um prédio locado;
- Cruzeiro do Sul: *Campus* Cruzeiro do Sul, também com sede própria.

Tabela 73 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	ACRE	5	4
	Rio Branco	1	1
	Sena Madureira	1	1
	Xapuri	1	1
	Cruzeiro do Sul	1	1
	Tarauacá	1?	1
Subtotal Brasil		5	4
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		5	4

Fonte: PROAD.

A obra do *Campus* Tarauacá teve início em 2014 e tem previsão de término para o início do 2º semestre de 2016.

Imóveis de Propriedade da união sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

O cadastramento dos imóveis da Instituição junto ao sistema SPIUnet é realizado pela DIROI e, atualmente, encontra-se em fase de atualização dos imóveis de todos os municípios que possuem unidades do IFAC. No quadro a seguir, pode-se observar os imóveis de propriedade do Instituto.

Tabela 74 – Imóveis de Propriedade do Instituto Federal do Acre.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Despesas no Exercício			
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158156	014900031.500-0	Propriedade (Xapuri)	Bom	1.400.000,00	17/12/2010			28.486,91
158156	014500051.500-7	Propriedade (Sena Madureira)	Bom	50.000,00	19/11/2008			43.806,24
158156	010700149.500-7	Propriedade (Cruzeiro do Sul)	Bom	569.237,500	11/06/2012			24.548,38
158157	013900177.500-8	Propriedade (Rio Branco)	Bom	705.183,10	01/11/2008			169.159,30
Total		266.000,83						

Fonte: PROAD.

O cadastramento dos imóveis da Instituição junto ao sistema SPIUnet é realizado pela DIROI e, atualmente, encontra-se em fase de atualização dos imóveis de todos os municípios que possuem unidades do IFAC.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

No ano de 2015, o IFAC não cedeu imóvel à órgãos e entidades públicas ou privadas, mas fez a concessão de espaço físico conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 76 – Contratos de Concessão de Uso de Espaço.

N.º do Processo	N.º do contrato	Valor do Contrato	Objeto	Credor	Vencimento
23244.001431/2013-59	22/2013	R\$ 71.570,00	Uso de espaço interno para a realização de serviços de reprografia e encadernações – <i>Campus</i> Rio Branco e <i>Campus</i> Xapuri.	Digicópias	27/09/2016
23244.002028/2013-47	18/2015	R\$ 179.695,00	Uso de espaço interno para a realização de serviços de reprografia e – <i>Campus</i> Rio Branco e <i>Campus</i> Cruzeiro do Sul.	Digicópias	19/10/2016

Fonte: PROAD (2015).

Salienta-se que o contrato 22/2013 não foi renovado para o *campus* Rio Branco. Este contrato já teve dois termos aditivos, sendo que a última aditivação foi feita apenas para o *campus* Xapuri. O valor refere-se à vigência do contrato.

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Instituto Federal do Acre locou os imóveis abaixo no ano de 2015:

Tabela 77 – Locação de Imóveis.

N.º DO PROCESSO	CONTRATO	VALOR R\$	OBJETO	EMPRESA	VENCIMENTO
23244.000991/2015-58	017/2015	339.926,40	Locação de um imóvel para abrigar as instalações <i>Campus</i> Sena Madureira.	IMOBILIÁRIA FORTALEZA LTDA	13/07/2015 a 13/07/2016
23244.001023/2011-35	002/2012	352.048,08	Locação de imóvel - REITORIA	VALDECI CANDIDO DE LIMA	18/04/2015 até 17/04/2016
23244.001353/2013-92	019/2013	54.856,08	Locação do Imóvel de Tarauacá.	M. C. LONGUI LTDA – ME	31/12/2015 até 30/06/2016
23244.001968/2013-19	027/2013	533.160,72	Locação de imóvel - REITORIA ANEXO	ARRAS ADMINISTRADORA DE BENS - E IMOVEIS E LIMPEZA E CONSET	10/11/2015 à 10/11/2016
23244.000363/2011-49	012/2011	101.122,80	Locação de imóvel - Cruzeiro do Sul	MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA PARENTE	04/02/2015 à 03/02/2016

Fonte: PROAD (2015).

Os valores acima discriminados correspondem ao valor anual do contrato. Em Sena Madureira está em andamento a construção da sede própria, por isso a necessidade de tal locação. Em Cruzeiro do Sul, o prédio é usado para atendimento aos cursos do PRONATEC e do EaD. A Reitoria ainda não possui sua sede própria, o *campus* Tarauacá deverá inaugurar sua sede própria já no segundo semestre de 2016.

6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

O Instituto Federal do Acre tem, atualmente sob sua fiscalização, 03 (três) obras relacionadas à atividade fim: sede do *Campus* Tarauacá, Ginásio Poliesportivo Coberto do *Campus* Rio Branco e Ginásio Poliesportivo Coberto do *Campus* Cruzeiro do Sul, todas com previsão de entrega no ano de 2016. O Quadro a seguir traz informações acerca das obras.

Tabela 77 – Obras relacionadas às atividades fim.

Obra	Município	Área de Construção (m ²)	Valor Inicial da Obra (R\$)
Sede <i>Campus</i> Tarauacá	Tarauacá	2.852,54	8.996.000,00
Ginásio Poliesportivo	Rio Branco	1.248,91	1.587.000,00
Ginásio Poliesportivo	Cruzeiro do Sul	1.248,91	1.600.000,00

Fonte: PROAD (2015).

6.3 Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

Resolução 199/2014

Resumo:

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI). O PDTI representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

Por tratar-se de instrumento de cunho estratégico, o PDTI será constantemente

reavaliado, alinhado à periodicidade do Planejamento Institucional, de modo a permitir-se atualizações baseadas nas mudanças no ambiente e do negócio, garantindo a adequação das ações da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação à missão institucional do IFAC.

Alinhamento Estratégico:

PDI

Macroprocesso: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Objetivo Geral: 1 – CONSOLIDAR A POLÍTICA DE GESTÃO PARTICIPATIVA NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Meta 3: promover a automatização dos processos administrativos e acadêmicos.

PDTI

- Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
- Ação: implantar um Sistema Integrado de Gestão em todos os segmentos institucionais.

PDI

Meta 4: promover a modernização mediante soluções que atendam às necessidades de infraestrutura da área de tecnologia da informação e comunicação.

PDTI

- Ação: padronizar e inovar as soluções de segurança na infraestrutura de rede;
- Ação: centralizar servidores de website, banco de dados, EaD e Sistema Integrado de Gestão na Reitoria;
- Ação: expandir o sistema de mobilidade por meio de *wireless* do IFAC;
- Ação: inovar o parque de equipamentos de informática;
- Ação: melhorar a infraestrutura de rede cabeada.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Resolução 189/2014

Resumo das atividades:

O CGTI é responsável por alinhar os investimentos de tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e definir a prioridade dos projetos de Tecnologia da Informação.

É o órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela Portaria n.º 781, de 22 de julho de 2014, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática (SISP).

O CGTI/IFAC é a instância diretiva que determina as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e alinha essas prioridades com as estratégias do Instituto.

O funcionamento e organização do CGTI/IFAC será regido pelos dispositivos de seu Regimento Interno e tem por finalidade auxiliar a Instituição na tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação.

Composição:

O Comitê Gestor é constituído pelos servidores ocupantes dos seguintes cargos:

- I. Reitor, a quem cabe à presidência;
- II. Pró-Reitores;
- III. Diretor de Tecnologia da Informação, que ocupará a função de Secretário Executivo;
- IV. dois representantes dos Diretores Gerais dos *campus*, escolhidos entre seus pares;
- V. um representante da Coordenação de TI de cada *campus* ou equivalente;
- VI. um representante de cada coordenação da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- VII. um representante dos discentes;

Reunião em 2015

Em 2015 foi realizada uma reunião do comitê gestor de TI.

Decisões tomadas

- Retirada dos equipamentos de áudio e vídeo do PDTI, estando a DSGTI disponível para eventuais consultas sobre especificações técnicas ou softwares. A ASCOM seria responsável por esta licitação;
- Retirada da lista de itens consumíveis de TI do PDTI, ficando o *Campus Rio Branco* responsável pela consolidação dessa licitação. Estando a DSGTI disponível para eventuais consultas sobre especificações técnicas e quantidades;
- Definido o escopo e prazo da vigência da portaria de revisão do PDTI;
- Definido que o PDTI entraria em revisão visando adequar os itens necessários de cada setor dentro da nova realidade orçamentária institucional que, conforme anunciado pela presidente, o orçamento para o PDTI ficaria em torno de 2 milhões e meio de reais.
- O processo de revisão do PDTI seguiria o formato do definido pelo Guia de PDTI do SISP – <http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/>;
- A ASCOM não fará parte dos membros do CGTI. De acordo com o Art. 15 do CGTI, o setor será convidado para colaborar em futuras reuniões do CGTI.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O objetivo do Plano de Gestão de Pessoas é apresentar o panorama atual dos recursos humanos da área de TI do IFAC e, diante das necessidades relacionadas no PDTI, promover ações que permitam o aprimoramento das pessoas, com vista ao desenvolvimento das competências necessárias ao cumprimento dos objetivos estratégicos do IFAC.

Os cursos demandados pelos servidores de TI, para o desenvolvimento das atividades da área, realizados durante o ano de 2015 foram:

Tabela 78 – Cursos demandados pelos servidores de TI.

Curso	Promotor	Custo	Quant.
<i>Administração de Banco de Dados</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Sem custo para o IFAC</i>	<i>1</i>
<i>Segurança de Redes e Sistemas</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>1</i>
<i>Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>1</i>
<i>Introdução à Segurança de Redes</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Sem custo para o IFAC</i>	<i>1</i>
<i>Teste de Invasão de Aplicações Web</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>1</i>

<i>IPv6 Básico</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>2</i>
<i>Planejamento e Contratação de Serviços de TI</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Sem custo para o IFAC</i>	<i>1</i>
<i>Elaboração de PDTI</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>1</i>
<i>Gerenciamento de Serviços de TI</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>1</i>
<i>ITIL v3 Fundamentos</i>	<i>ESR/RNP</i>	<i>Diárias e Passagens</i>	<i>1</i>
<i>e-ping</i>	<i>ENAP</i>	<i>Sem custo para o IFAC</i>	<i>1</i>
<i>Gestão de Contratos de TI</i>	<i>ENAP</i>	<i>Sem custo para o IFAC</i>	<i>1</i>
<i>Planejamento da Contratação de TI</i>	<i>ENAP</i>	<i>Sem custo para o IFAC</i>	<i>1</i>

* ESR/RNP = Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

* ENAP = Escola Nacional de Administração Pública.

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Tabela 79 – Quantidade de Servidores de TI por unidade do IFAC.

SERVIDOR	REITORIA	CRB	CBS	CCS	CTC	CSM	CXP	TOTAL
Analista	7	0	0	0	0	0	0	7
Técnico	6	1	0	0	1	1	0	9
TOTAL	13	1	0	0	1	1	0	16

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Principais serviços prestados pela DSGTI:

- hospedagem de sítios web e domínios virtuais:
 - servidor Web, banco de dados, linguagens de script, espaço em disco;
- serviços de correio eletrônico e listas de discussão (serviço terceirizado):
 - webmail, serviços SMTP, POP3 e IMAP;
- suporte a hardware e software de computadores;
- servidor de arquivos e impressão:
 - controle de acesso e quota em disco para pastas compartilhadas de institucionais;
- suporte à elaboração de editais de compra de equipamentos de infraestrutura de rede, servidores e computadores institucionais;
- projeto, desenvolvimento, evolução e manutenção de sistemas de informação para a área educacional e administrativa;
- projeto, desenvolvimento, evolução e manutenção de sítios web institucionais;
- acesso à Internet por meio de rede cabeada e sem fio;
- serviços de segurança computacional:
 - Firewall, Sistemas de Detecção de Intrusão, Antivírus;

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

N.º 01	Implantação do Sistema Integrado de Gestão	
	Resultados Esperados	Fortalecer a Instituição com a integração dos sistemas de gerenciamento de dados de todos os seus setores e unidades, agilizando e agregando confiabilidade aos processos e às estatísticas institucionais, dando mais transparência e auxiliando na tomada de decisões gerenciais.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: implantar um Sistema Integrado de Gestão em todos os segmentos institucionais.
	Valor orçado – 2015	R\$ 956.000,00
	Valor despendido	R\$ 239.280,00

N.º 02	GLPI – Sistema de Abertura de Chamados Técnicos	
	Resultados Esperados	Sistema do tipo <i>Help Desk</i> , no qual os servidores que precisam de algum atendimento relacionado à tecnologia da informação fazem suas requisições para que, posteriormente, sejam atendidas.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º 03	REDMINE – Software de Gerenciamento de Projetos	
	Resultados Esperados	Possui como finalidade o gerenciamento múltiplo de projetos, subprojetos e versões, planejar e registrar tarefas com controle de perfil de cada usuário, assim como repositório de documentos de cada projeto, além da criação de fóruns de discussões.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º 04	Sistema de Controle de Visitantes	
	Resultados Esperados	De uso nos prédios da Reitoria com o intuito de registrar os visitantes e seus respectivos destinos dentro da Unidade, mantendo, assim, um histórico destas ações e prezando pela segurança institucional.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º05	Sistema de Planejamento Anual de Atividades	
	Resultados Esperados	Possui como objetivo registrar o planejamento de cada Unidade/Setor do IFAC, por meio do qual poderão acompanhar a realização de cada ação registrada, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional e os macroprocessos nele contidos.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º06	Portal Unificado de Processo Seletivo	
	Resultados Esperados	Plataforma utilizada para divulgação e inscrição de todos os processos seletivos do ensino. Informações sobre os cursos, editais, dúvidas frequentes e etc.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º 07	OCS (Open Conference System)	
	Resultados Esperados	Utilizado durante a realização do X CONNEPI – Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação no Acre. Trata-se de um sistema para submeter artigos científicos que seriam avaliados e, caso escolhidos, apresentados no evento em questão.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º08	Sistema Aprimorado de Ingresso	
	Resultados Esperados	A forma de ingresso nos cursos técnicos (integrados e subsequentes) será por meio de análise curricular, ou seja, os candidatos seriam ranqueados de acordo com as notas/conceitos do seu histórico escolar do Ensino Médio, pontuação do ENEM e provão ou equivalente.
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

N.º09	Sistema de coleta e tabulação de dados para a Comissão Própria de Avaliação (CPA)	
	Resultados Esperados	Desenvolvido o formulário de autoavaliação institucional prevista pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com objetivo de identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores (Lei n.º 10.861/2004).
	Alinhamento com o PDI	Macroprocesso: I Objetivo Geral: 1 Meta: 3 Ação: padronizar as atividades de tecnologia da informação e comunicação.
	Valor Orçado	Software Livre – sem custo
	Valor despendido	Software Livre – sem custo

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Com o objetivo de minimizar a dependência em relação à terceirização, a equipe de TI é capacitada nas áreas de gestão dos recursos tecnológicos administrativos e acadêmicos, para que, assim, possa realizar o gerenciamento e respectivo controle dessas atividades.

6.3.1 Principais sistemas de informações

Os sistemas utilizados pelo Instituto Federal do Acre em 2015:

- **SIGA-ADM** – sistema integrado de gestão administrativa desenvolvido de forma colaborativa por várias Instituições Federais de Ensino no Brasil, possui sua divisão em módulos que são operacionalizados conforme a necessidade e perfil do usuário, tais como Protocolo, Requisições de Veículos, Almoxarifado e Patrimônio.
- **GLPI – Sistema de Abertura de Chamados Técnicos** – é um sistema do tipo *Help Desk*, no qual os servidores, que precisam de algum atendimento relacionado à tecnologia da informação, fazem requisições para que, posteriormente, sejam atendidas.
- **Serviço de Correio Eletrônico e Listas de Discussão** – correio eletrônico institucional utilizado pelos servidores, cujo domínio é ifac.edu.br. O serviço é mantido em uma plataforma de infraestrutura externa da empresa Google.
- **REDMINE – Software de Gerenciamento de Projetos** – possui como finalidade o gerenciamento múltiplo de projetos, subprojetos e versões, planejar e registrar tarefas com controle de perfil de cada usuário, assim como repositório de documentos de cada projeto, além da criação de fóruns de discussões.
- **Sistema de Controle de Visitantes** – de uso nos prédios da Reitoria com o intuito de registrar os visitantes e seus respectivos destinos dentro da Unidade, mantendo, assim, um histórico dessas ações e prezando pela segurança institucional.
- **Sistema de Planejamento Anual de Atividades** – possui como objetivo registrar o planejamento de cada Unidade/Setor do IFAC, por meio do qual poderão acompanhar a realização de cada ação registrada, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional e os macroprocessos nele contidos.
- **Sistema de Agendamento de Recursos** – utilizado para o agendar recursos pedagógicos disponíveis, tais como sala, Datashow, quadros e outros.

- **Sistema de Emissão de Formulários** – permite o preenchimento automático dos principais formulários usados na Instituição. É importante ressaltar que o preenchimento é realizado pelo usuário de forma digital, conforme a inserção das informações solicitadas na plataforma.
- **Portal Unificado de Processo Seletivo** – plataforma utilizada para divulgação e inscrição de todos os processos seletivos do ensino. Informações sobre os cursos, editais, dúvidas frequentes e etc.
- **OCS (Open Conference System)** – utilizado quando da realização do X CONNEPI. Trata-se de um sistema para submeter artigos científicos que seriam avaliados e, caso escolhidos, apresentados no evento em questão.

Além dos sistemas acima descritos, existem outras **necessidades** para o desempenho de atividades no âmbito do IFAC e garantia de informações gerenciais de forma rápida e precisa:

- **Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Acadêmica do IFAC**

Trata-se de uma unificação de todos os sistemas institucionais, visando o atendimento das necessidades das áreas administrativas, acadêmicas, recursos humanos, planejamento e projetos.

O Instituto Federal do Acre deu início à implantação do sistema SIG na Instituição em junho de 2015. O SIG escolhido para concretizar esse projeto foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). No período de 10 anos de existência, o sistema foi aprimorado e utilizado por várias instituições da Rede Federal.

O Projeto busca fortalecer a Instituição com a integração dos sistemas de gerenciamento de dados de todos os seus setores e unidades, agilizando e agregando confiabilidade aos processos e às estatísticas institucionais, dando mais transparência e auxiliando na tomada de decisões gerenciais.

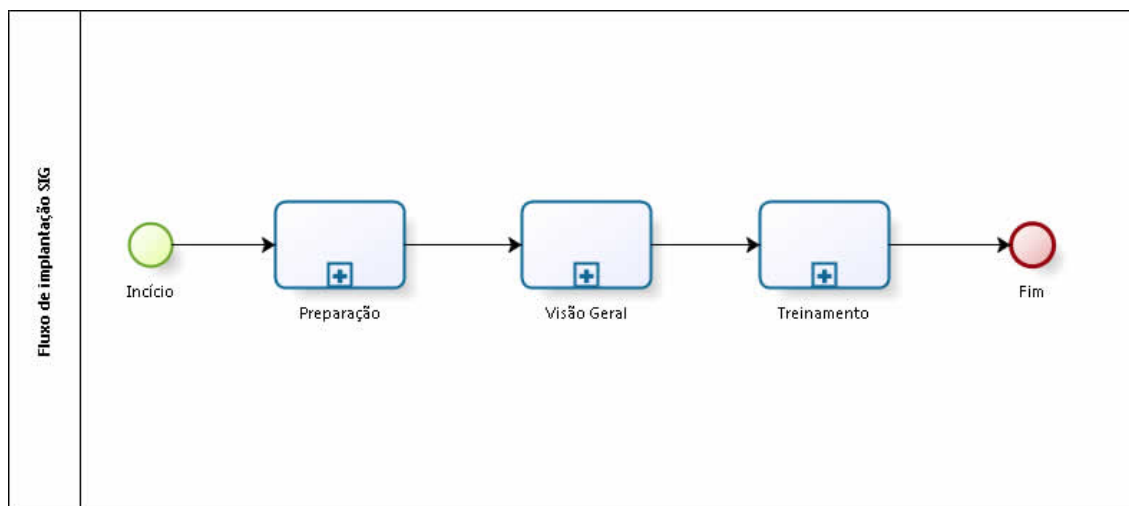
Exemplo disso é o módulo SIGAA que informatiza procedimentos da área acadêmica, como: submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa; submissão e controle de ações de extensão e submissão e controle de projetos de ensino; registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes; atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de

aprendizado denominado Turma Virtual. Há portais específicos para professores, alunos, tutores de ensino a distância, biblioteca, coordenações *lato sensu*, *stricto sensu* e de graduação, além das comissões de avaliação.

Para este módulo, as atividades terão início no *Campus* Rio Branco, que será o piloto, e, posteriormente, conforme as diretrizes ali estabelecidas, serão expandidas para as demais Unidades do IFAC.

Além do SIGAA, mais dois sistemas serão implantados: o SIGRH, que contemplará as atividades relacionadas à PROGP, como cadastro de servidores, frequência, férias, capacitação, avaliação funcional, plano de saúde, assistência ao servidor e outros; e o SIPAC, cujas funcionalidades dizem respeito aos processos da PROAD, tais como protocolo (documentos), contratos, almoxarifado, catálogo de materiais, patrimônio, orçamento e requisições, compras, licitações, registro de preços, infraestrutura e outros.

A implantação do sistema ocorrerá até 2017, porém, no início de 2016, estão previstos encontros de sensibilização, capacitação aos usuários, discussão e definição de processos internos, suporte e canais de comunicação que permitam explicar aspectos do sistema e esclarecer dúvidas, ou seja, o objetivo é iniciar o primeiro semestre de 2016 com o treinamento para uso dos módulos já validados e prontos para entrar em produção.



A ordem de implantação dos módulos seguiu requisitos tecnológicos e indicação dos diversos setores do IFAC, por meio do Comitê de Tecnologia da Informação. Para cada módulo há um responsável pelo setor, que interage com a Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação (DSGTI). O responsável pelo módulo envolve seus pares para a

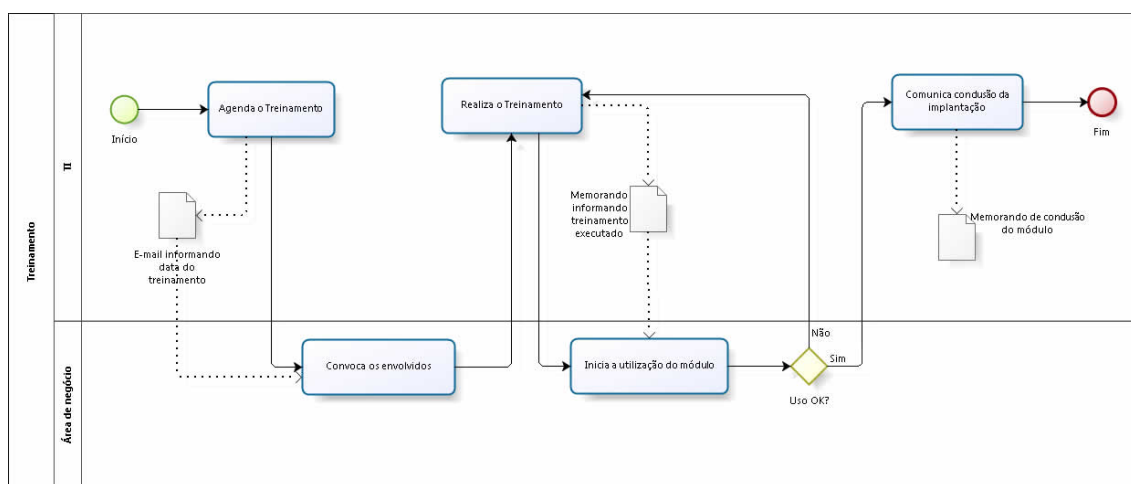
capacitação e conscientização. Por fim, a DSGTI interage com a empresa contratada para que ela faça a implantação e manutenção do SIG.

O SIGAA já possui dois módulos validados e prontos para capacitação de uso: Médio/Técnico e Ambiente Virtual de Aprendizagem – Turma Virtual, sendo o módulo Graduação em processo de validação.

Além disso, o próprio SIGAA terá um módulo que possibilite a realização de um procedimento de gestão de bibliotecas do IFAC, suprimindo a necessidade de ferramentas de auxílio na organização, gerenciamento e controle de acervo, agilização de processos e otimização dos recursos, atendendo as exigências contidas nas avaliações institucionais realizadas pelo MEC.

O SIGRH conta com três módulos (Cadastro, Frequência e Férias) validados e prontos para treinamento, e um módulo (Capacitação) em processo de validação.

Para o SIPAC, há módulos como Protocolo, Contratos, Almoxarifado e Catálogo de Materiais em processo de validação.



A seguir, as planilhas contendo o cronograma das implantações do SIGAA, SIPAC e SIGRH. Nelas estão presentes o ano previsto para implantação, os módulos que serão implantados dentro do referido ano, o tempo estimado para implantação de cada um deles e a situação atual de cada implantação. O cronograma poderá sofrer alterações dependendo das necessidades repassadas pela alta administração do Instituto.

Tabela 80 – cronograma das implantações do SIGAA, SIPAC e SIGRH.

SIGAA

ANO DE IMPLANTAÇÃO	MÓDULO	TEMPO DE IMPLANTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL	SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO
2015	Médio/Técnico	60 DIAS	29/06/2015	28/08/2015	Validado e pronto para publicação
	Ambiente Virtual de Aprendizado – Turma Virtual	30 DIAS	24/08/2015	23/09/2015	Validado e pronto para publicação
	Graduação	120 DIAS	21/09/2015	20/01/2016	Em validação
2016	Necessidades Educacionais Especiais	30 DIAS	18/01/2016	17/02/2016	Pendente iniciar
	Avaliação Institucional	45 DIAS	15/02/2016	29/03/2016	Pendente iniciar
	Ensino a Distância	60 DIAS	28/03/2016	27/05/2016	Pendente iniciar
	PRONATEC/Formação Complementar	30 DIAS	23/05/2016	24/06/2016	Pendente iniciar
	Pesquisa	90 DIAS	20/06/2016	19/09/2016	Pendente iniciar
	Produção Intelectual	60 DIAS	19/09/2016	18/11/2016	Pendente iniciar
	Extensão	60 DIAS	14/11/2016	13/01/2017	Pendente iniciar
2017	Monitoria	60 DIAS	09/01/2017	08/03/2017	Pendente iniciar
	Assistência ao Estudante	60 DIAS	06/03/2017	05/05/2017	Pendente iniciar
	Biblioteca	60 DIAS	01/05/2017	30/06/2017	Pendente iniciar
	Processo Seletivo	60 DIAS	26/06/2017	25/08/2017	Pendente iniciar
	Diplomas	30 DIAS	21/08/2017	20/09/2017	Pendente iniciar

SIGRH					
ANO DE IMPLANTAÇÃO	MÓDULO	TEMPO DE IMPLANTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL	SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO
2015	Cadastro	60 DIAS	29/06/2015	28/08/2015	Validado e pronto para publicação
	Frequência	30 DIAS	24/08/2015	23/09/2015	Em validação
	Férias	30 DIAS	21/09/2015	20/10/2015	Validado e pronto para publicação
	Capacitação	30 DIAS	19/10/2015	18/11/2015	Em validação
	Avaliação Funcional	30 DIAS	16/11/2015	15/12/2015	Pendente iniciar
	Serviços/Auxílios	30 DIAS	14/12/2015	13/01/2016	Pendente iniciar
2016	Financeiro	30 DIAS	11/01/2016	10/02/2016	Pendente iniciar
	Dimensionamento	30 DIAS	08/02/2016	07/03/2016	Pendente iniciar
	Assistência ao Servidor	30 DIAS	07/03/2016	06/04/2016	Pendente iniciar
	Comissões	30 DIAS	04/04/2016	03/05/2016	Pendente iniciar
	Atendimento ao Servidor	30 DIAS	02/05/2016	01/06/2016	Pendente iniciar
	Colegiados	30 DIAS	30/05/2016	29/06/2016	Pendente iniciar
	Concursos e Banco de Vagas	60 DIAS	27/06/2016	26/08/2016	Pendente iniciar
	Plano de Saúde	30 DIAS	22/08/2016	21/09/2016	Pendente iniciar

	Aposentadoria	30 DIAS	19/09/2016	18/10/2016	Pendente iniciar
--	---------------	---------	------------	------------	------------------

SIPAC					
ANO DE IMPLANTAÇÃO	MÓDULO	TEMPO DE IMPLANTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL	SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO
2015	Protocolo (Documentos e Processos)	30 DIAS	29/06/2015	28/07/2015	Em validação
	Integração com o SIAFI	30 DIAS	27/07/2015	26/08/2015	Em validação
	Contratos	30 DIAS	24/08/2015	23/09/2015	Em validação
	Catálogo de Materiais	30 DIAS	21/09/2015	20/10/2015	Em validação
	Almoxarifado	30 DIAS	19/10/2015	18/11/2015	Em validação
	Patrimônio Móvel	30 DIAS	16/11/2015	15/12/2015	Pendente iniciar
	Orçamento e Requisições	60 DIAS	14/12/2015	13/02/2016	Pendente iniciar
2016	Compras e Licitações	60 DIAS	08/02/2016	07/04/2016	Pendente iniciar
	Registro de Preços	30 DIAS	04/04/2016	03/05/2016	Pendente iniciar
	Liquidação de Despesas	30 DIAS	02/05/2016	01/06/2016	Pendente iniciar
	Faturas	30 DIAS	30/05/2016	29/06/2016	Pendente iniciar
	Boletim de Serviços	30 DIAS	27/06/2016	26/07/2016	Pendente iniciar
	Transportes	30 DIAS	25/07/2016	24/08/2016	Pendente iniciar
	Auditoria e Controle Interno	30 DIAS	22/08/2016	21/09/2016	Pendente iniciar
	Infraestrutura (Manutenção, Obras)	30 DIAS	19/09/2016	18/10/2016	Pendente iniciar
	Bolsas	30 DIAS	17/10/2016	16/11/2016	Pendente iniciar
	Projetos e Convênios	60 DIAS	14/11/2016	13/01/2017	Pendente iniciar
2017	Patrimônio Imóvel	30 DIAS	09/01/2017	08/02/2017	Pendente iniciar

Fonte: Diretoria Sistêmica da Gestão da Tecnologia da Informação.

- **Sistema de virtualização de backup corporativo completo para Data Center do IFAC.**

O parque de servidores do IFAC trabalha de forma virtualizada, porém utiliza uma solução gratuita de gerenciamento, limitando o uso da ferramenta, sendo de grande relevância a aquisição de um Software de Virtualização Corporativo e um de Gerenciamento de Ambiente de Virtualização, assim como treinamentos necessários para operacionalização das respectivas ferramentas.

Além de um backup corporativo completo, os softwares também permitirão ampliar os serviços de rede sem que seja necessária a aquisição de novos equipamentos completos para tal solução. É, portanto, uma espécie de otimização de recursos, uma vez que haverá uma redução no consumo de energia elétrica e na ocupação de espaço físico, e de rotinas de TI, assim como possibilitará o controle de todos os recursos virtualizados de forma centralizada e integrar ao sistema de backup já adquirido atualmente.

- **Sistema Aprimorado de Ingresso**

Para o processo seletivo do primeiro semestre de 2015 foi ainda utilizado o sistema de ingresso por sorteio para os cursos técnicos. Porém, a Pró-Reitoria de Ensino trabalhou no aprimorando desse processo, discutindo as alternativas no I Seminário sobre Forma de Ingresso (SEFIN), realizado com todos os representantes dos *campi*. Ficou definido que o próximo processo seletivo seria utilizado o sistema de ingresso por análise curricular, ou seja, os candidatos seriam ranqueados de acordo com as notas/conceitos do seu histórico escolar do ensino médio, pontuação do ENEM e provão ou equivalente.

Em uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o IFAC customizou o sistema utilizado por eles para seleção de alunos com base nas médias das notas para os cursos integrados e para cursos subsequentes.

O sistema começou a ser utilizado para selecionar alunos para o semestre 2016.1, isto é, usado a partir de dezembro/2015, no lançamento da seleção.

- **Desenvolvimento e Implantação da Intranet/IFAC**

A Intranet/IFAC foi parcialmente criada, contudo, ainda falta o desenvolvimento de muitas funcionalidades, para que, assim, o serviço possa ser divulgado e utilizado em ampla escala pelos servidores da Instituição, de forma que o site institucional não fique sobrecarregado com acessos desnecessários por parte dos próprios servidores.

- **Desenvolvimento de solução padrão para os eventos**

Não existe um sistema de apoio para criação de sítios web para eventos realizados no âmbito do IFAC. Atualmente, cada *Campi* gera uma solução individual que, em algumas situações, não atende os padrões de divulgação da imagem da Instituição. Será necessário desenvolver, portanto, um sistema padrão para gerenciar os eventos institucionais, assim como um calendário unificado de todos os eventos locais.

Foi desenvolvido o sistema de divulgação de eventos e no momento encontra apenas aguardando que a Assessoria de Comunicação possa trabalhar nas políticas para nortear a publicação de conteúdo.

Encontra-se em desenvolvimento o sistema que irá permitir a gerência de todos os eventos institucionais, com módulos para submissão de trabalhos científicos, atividades, emissão de certificados e outros recursos.

- **Sistema de coleta e tabulação de dados para a Comissão Própria de Avaliação - CPA**

Foi desenvolvido o formulário de autoavaliação institucional prevista pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com objetivo de identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores (Lei n.º 10.861/2004).

Para a devida prestação de serviços de T.I, foram celebrados os seguintes contratos no ano de 2015, conforme as informações a seguir:

Tabela 81 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015.

N.º do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
008/2012	Link de Internet.	11/09/2015 A 11/09/2016	40.432.544/ 0001-47	Claro S/A	R\$ 187.913,13	R\$ 109.778,23
010/2013	Aquisição de equipamentos e componentes de informática.	21/02/2013 A 20/02/2016	07.471.301/ 0001-42	C. Com Informática Imp. Exp. Comércio e Indústria LTDA	R\$ 677.604,80	R\$ 113.395,35
017/2013	Empresa especializada em telecomunicações para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional, Intra-regional, Longa Distância Nacional Inter-regional e Longa Distância Internacional	29/07/2015 A 29/07/2016	40.432.544/ 0001-47	Claro S/A	R\$ 137.312,50	R\$ 13.637,43
006/2015	Serviços técnicos em tecnologia da	02/04/2015 A	13.406.686/ 0001-67	SIG Software & Consultoria em	R\$ 999.199,00	R\$ 239.280,00

	informação para atender as demandas referentes à evolução dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG) junto ao IFAC.	01/04/2016		Tecnologia da Informação		
--	--	------------	--	--------------------------	--	--

Fonte: Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A gestão ambiental e sustentabilidade possui eloquência no âmbito público e privado. Nas instituições de ensino, o impacto das boas práticas nessas áreas é capaz de promover o desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e setores da sociedade.

Ressaltamos que desde meados de 2012 o Instituto Federal do Acre caminha para implantação e consolidação dos objetivos:

- promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito do instituto;
- estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;
- garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta, e;
- melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

Em 2012 foi criada uma comissão responsável pela implementação das ações de melhoria de desempenho socioambiental do IFAC; realização do diagnóstico socioambiental e elaboração das estratégias para efetivar a gestão ambiental e sustentável. Foram atingidos tímidos resultados tais como a sensibilização da utilização de forma racional dos recursos (ex.: material de expediente, água, energia, etc.), combatendo o desperdício e promovendo a redução de consumo; e realização da coleta seletiva dos resíduos sólidos no *campus* Rio Branco.

Ressalta-se que, em julho de 2015, o IFAC firmou o Termo de Adesão entre o Ministério do Meio Ambiente, intitulado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A comissão gestora da Agenda A3P no IFAC foi constituída, iniciando os trabalhos que irão

viabilizar a concretização da variável socioambiental no cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

No entanto, ainda são poucas as práticas observadas, as quais têm o papel de qualificar e conscientizar os cidadãos formadores de opinião de amanhã. Porém, estão sendo realizadas ações que demonstram que o instituto pratica aquilo que ensina, atestando ser capaz de efetivar o caminho da sustentabilidade.

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A instituição considera importante as ações que contribuam para o crescimento sustentável, que promovam responsabilidade socioambiental e a redução de impactos negativos de atividades humanas.

Conforme a Portaria n.º 102, de 25 de janeiro de 2016, o IFAC instaurou a Comissão Gestora responsável pela Implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A Comissão iniciou suas atribuições no dia 01 de março de 2016, com definições de Plano de Trabalho e Cronograma de atividades. A mesma se reunirá uma vez por mês e atualmente as atividades estão em fase de Levantamento de Dados.

Quanto à separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, conforme dispõe o Decreto n.º 5.940/2006, somente em Rio Branco há cooperativas de catadores dos resíduos recicláveis. Por enquanto, a Comissão da A3P estuda a possibilidade de parcerias com essas cooperativas em Rio Branco e a adoção de políticas públicas com as Prefeituras do interior do estado do Acre.

Ações voltadas para a sustentabilidade ainda não são exigências nas contratações realizadas, contudo, sempre que possível, se adotam diretrizes mitigatórias de impacto ambiental, que preveem o bom uso dos recursos, valendo somente da consciência entre as partes. Entretanto, com a adoção da A3P neste Instituto Federal, essas diretrizes valerão como cláusulas contratuais e obrigações que a Contratada deverá seguir.

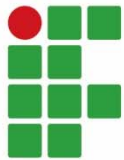
No tocante ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PSL), o IFAC estuda a forma de englobar todos os assuntos referentes à sustentabilidade na Agenda Ambiental da

Administração Pública e irá publicar os resultados das mudanças na Internet e demais meios de Comunicação.

Podemos então analisar que o Instituto Federal do Acre se interessa em buscar melhorias na qualidade de vida das pessoas, sejam servidores ou pessoas da comunidade, no entanto, há poucas ações concretizadas. É intenção deste Instituto aumentar a eficiência da gestão e incorporar critérios socioambientais nas atividades públicas a partir da criação de uma consciência do bom uso dos recursos.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

CAPÍTULO VII

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Considerando as respostas enviadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e pela Pró-Reitoria de Administração, respectivamente, sobre as determinações constantes nos acórdãos 10451/2015 - TCU – 2.^a Câmara e 7902/2014-TCU – 1.^a Câmara, **não há deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento desses acórdãos no âmbito do IFAC.**

Quanto ao acórdão do TCU n.º 3451/2014-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2014, que foi dado prazo para cumprimento em 2015, foi cumprido parcialmente, sendo alterado o Regimento Interno da Auditoria Interna da Entidade, em 19 de março de 2015, por meio da RESOLUÇÃO n.º 035/2015 – CONSU/IFAC.

As demais recomendações necessitam de um prazo maior para o cumprimento devido à elaboração ser construída coletivamente com a participação da reitoria, *campi* e comunidade externa, demandando muitas etapas para assegurar a participação de todos os interessados.

Quadro 20 – Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.583/2014-2	3451/2014	9.1	Ofício 0762/2014-TCU/SECEX-AC	07/01/2015
IFAC				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac) que: 9.1.1. reforme seus normativos internos e institua seu regimento geral, em alinhamento aos preceitos recomendados pelo Institute of Internal Auditors (IIA) e às disposições do Decreto 3.591/2000 e da Instrução Normativa SFC 1/2001, de modo que neles se façam constar expressamente: 9.1.1.1. a unidade à qual se vincula a Audin, em conformidade com o disposto no art. 15, §§ 3º e 4º, do Decreto 3.591/2000, c/c o Capítulo X, Seção I, item 8, da Instrução Normativa SFC1/2001; 9.1.1.2. que o Conselho Superior do Ifac, ou outro órgão colegiado equivalente, deve: a) aprovar o regulamento da Audin; b) aprovar o plano anual de auditoria (Paint); c) adotar providências caso identificada qualquer limitação de escopo e recursos que possam dificultar o trabalho da Audin;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
No segundo semestre de 2015, a DSDIN retomou a Elaboração do Regimento do IFAC (Processo n° 23244.001347/2015-05), constituindo-se a Comissão Central de Elaboração do Regimento, esta produziu a versão preliminar do texto base do Regimento. A segunda fase foi à apreciação da minuta do Regimento Geral pelas comissões instituídas nos campi. Concretizadas as contribuições centrais e locais a minuta foi publicada na forma de consulta pública eletrônica o qual pôde ser lido e consultado pela comunidade interna e externa que puderam contribuir com a construção deste documento normativo. Faltando para a concretização dessa ação, apenas, a análise junto à câmara de legislação e ao Conselho Superior do IFAC para aprovação, obedecendo dessa forma os termos do art. 9º, IV, do Estatuto do IFAC, previsão de finalização no primeiro semestre de 2016. Como trata-se de um documento construído coletivamente com a participação da reitoria, campi e comunidade externa, a elaboração demandou muitas etapas para assegurar a participação de todos os interessados.				

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 21 – Recomendações do OCI que foram cumpridas no exercício.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201500993	1.1.1.5	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: aprimorar o conteúdo da Resolução 01/2015, de forma a instituir mecanismos claros de acompanhamento e controle da carga horária docente e dos PITs. Além do PIT, regulamentar o Relatório de Trabalho Docente (RIT), e definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle. Estabelecer para ambos periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação determinados.</p> <p>Recomendação 2: aprimorar o conteúdo da Resolução 19/2015, de forma a instituir mecanismos claros de acompanhamento e controle da carga horária docente no âmbito do Pronatec.</p>			
Síntese da Providência Adotada			
Em complementação à Resolução n.º 01/2015, foi emitida a Portaria IFAC n.º 784/2015 que regulamenta a carga horária docente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em complementação à Resolução n.º 01/2015, foi emitida a Portaria IFAC n.º 784/2015 que regulamenta a carga horária docente, instituindo o Relatório Individual de Trabalho - RIT, como documento comprobatório das atividades realizadas no semestre.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A revisão da Resolução n.º 01/2015 é necessária para garantir um melhor funcionamento. Vale destacar que esta foi a primeira normativa sobre carga horária docente do IFAC, assim, era necessário vivenciá-la para adquirir maturidade e identificar os problemas de forma mais efetiva. Entende-se que em 2016 há condições de realizar essa revisão, respaldado pela vivência, as recomendações da CGU e do MPF e a legislação pertinente.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201503682	1.1.1.5	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: aprimorar o conteúdo da Resolução n.º 01/2015, de forma a instituir mecanismos claros de acompanhamento e controle da carga horária docente e dos PITs. Além do PIT, regulamentar o Relatório de Trabalho Docente (RIT), e definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle. Estabelecer para ambos periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação determinados.</p> <p>Recomendação 2: aprimorar o conteúdo da Resolução n.º 19/2015, de forma a instituir mecanismos claros de acompanhamento e controle da carga horária docente no âmbito do Pronatec.</p>			

Síntese da Providência Adotada
Em complementação à Resolução n.º 01/2015, foi emitida a Portaria IFAC n.º 784/2015 que regulamenta a carga horária docente.
Síntese dos Resultados Obtidos
Em complementação à Resolução n.º 01/2015, foi emitida a Portaria IFAC n.º 784/2015 que regulamenta a carga horária docente, instituindo o Relatório Individual de Trabalho - RIT, como documento comprobatório das atividades realizadas no semestre.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A Portaria IFAC n.º 784/2015 que regulamenta a carga horária docente, tornou mais claros os mecanismos de acompanhamento e controle da carga horária docente e dos PITs instituindo o Relatório Individual de Trabalho - RIT.

Quadro 22 - Recomendações do OCI que permanecem pendentes de cumprimento.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201411542	1.2.1.4	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: instituir (aprovar e publicar) o Regimento Interno da instituição.			
Recomendação 2: aprimorar as Resoluções n.º 01/2015 e 019/2015 – que tratam respectivamente da distribuição da carga horária docente e das atividades do Pronatec no âmbito do IFAC – no sentido de instituir mecanismos de controle interno para tornar a norma efetiva.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: no segundo semestre de 2015 a DSDIN retomou a Elaboração do Regimento do IFAC (Processo n.º 23244.001347/2015-05), constituindo-se a Comissão Central de Elaboração do Regimento, esta produziu a versão preliminar do texto base do Regimento. A segunda fase foi à apreciação da minuta do Regimento Geral pelas comissões instituídas nos <i>campi</i>. Concretizadas as contribuições centrais e locais a minuta foi publicada na forma de consulta pública eletrônica o qual pôde ser lido e consultado pela comunidade interna e externa que puderam contribuir com a construção deste documento normativo. Faltando para a concretização dessa ação, apenas, a análise da minuta e processo de elaboração do regimento junto à câmara de legislação e ao Conselho Superior do IFAC para aprovação, obedecendo dessa forma os termos do art. 9º, IV, do Estatuto do IFAC, previsão de finalização no segundo semestre de 2016.</p> <p>Devido a deflagração da greve em quatro dos seis <i>campi</i>, o processo de consulta pública fora prejudicado, sofrendo adiamento de ações e, conseqüentemente, da publicação do documento final. Entretanto, a publicação dar-se-á, impreterivelmente, em 2016.</p> <p>A Portaria IFAC n.º 784/2015 foi questionada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, compreendendo que a carreira dos Professores EBTT estaria equiparada à carreira do Magistério Superior, sendo pauta do movimento grevista. Nesse contexto, a referida Portaria foi revogada, com a orientação de elaboração de um novo documento de regulamentação da atividade docente, em substituição, processo conduzido pela CPPD.</p>			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como o regimento trata-se de um documento construído coletivamente com a participação da reitoria, *campi* e comunidade externa, a elaboração demandou muitas etapas para assegurar a participação de todos os interessados, com previsão de finalização no segundo semestre de 2016.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201411542	1.2.1.5	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: apresentar, no prazo de 180 dias, a partir da disponibilização deste Relatório Final de Auditoria, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.</p> <p>Recomendação 2: reavaliar a nomeação de docentes resultante de concurso público homologado em 31/12/2014, em especial, para o <i>Campus</i> Sena Madureira.</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: o contingenciamento financeiro, a greve ocorrida no período de julho a outubro/2015, a eleição para reitor e diretor geral de <i>campus</i> (nov/2015) e o período de férias escolares, no qual os docentes tiram férias coletivas inviabilizaram a finalização do plano de ação.</p> <p>Recomendação 2: as nomeações ocorreram cumprindo rigorosamente o levantamento de carga horária docente realizado pela Pró-Reitoria de Ensino. O IFAC ainda não possui sistema acadêmico o que dificulta a coleta de informações sobre distribuição de carga horária e também está promovendo uma revisão nos currículos dos cursos, o que impacta diretamente na distribuição de disciplinas e cargas horárias. O sistema está em fase de implantação, devendo entrar em funcionamento no maior <i>campus</i> a partir do segundo semestre de 2016.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 1: o contingenciamento financeiro, a greve e a eleição, ocorrida no IFAC no segundo semestre de 2015, limitou a realização de várias ações importantes para a organização da Instituição.</p> <p>Recomendação 2: a implantação do sistema acadêmico e a revisão dos projetos pedagógicos de curso darão mais segurança e precisão para a coleta de informações e dados necessários para a tomada de decisão.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201411542	1.2.1.6	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			

Descrição da Recomendação
<p>Recomendação 1: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os campi, visando o controle e a transparência da distribuição total da carga horária dos docentes, de forma a permitir a divulgação dos dias, horários, locais de aulas e de atendimento ao aluno.</p> <p>Recomendação 2: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>campi</i>, que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 3: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>campi</i>, que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de extensão desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 4: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>campi</i>, que permita o acompanhamento e monitoramento das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM).</p>
Justificativa para o seu não cumprimento
<p>Está em fase de implantação o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disporá de módulos que permitirão o controle da gestão sobre a distribuição e cumprimento da carga horária docente, bem como possibilitará transparência aos alunos acerca das principais atividades acadêmicas inerentes ao seu curso.</p> <p>Está em fase de implantação o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disporá de módulos que permitirão o acompanhamento, controle e divulgação das ações de pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 4: em 2015 foi adotado o Sistema de Planejamento Anual de Atividades que possui como objetivo registrar o planejamento de cada Unidade/Setor do IFAC, por meio do qual poderão acompanhar a realização de cada ação registrada, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional e os macroprocessos nele contidos, que têm como parâmetro o Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM). O SPAA não logrou êxito por ausência de itens orçamentários para proporcionar o acompanhamento pleno do planejamento da instituição e das unidades/órgãos. Porquanto, a DSDIN participante do Fórum de Desenvolvimento Institucional GT Planejamento Estratégico para a Rede Federal está acompanhando o desenvolvimento de software para acompanhamento do PDI que será adotado por toda a rede federal, com previsão de implantação para ano de 2016.</p>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
<p>Recomendação 1: a implantação do sistema acadêmico permitirá o acesso à informação de forma segura, confiável e transparente, o que permitirá a publicação em link específico no site institucional.</p> <p>Recomendação 4: o sistema que foi adotado apresentou-se silente quanto à gestão e acompanhamento orçamentários das metas previstas no PDI.</p>

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201411542	1.2.1.7	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			

Descrição da Recomendação
<p>Recomendação 1: aprimorar o conteúdo da Resolução n.º 01/2015, de forma a instituir mecanismos claros de acompanhamento e controle da carga horária docente e dos PITs. Além do PIT, regulamentar o Relatório de Trabalho Docente (RIT), e definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle. Estabelecer para ambos periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação determinados.</p> <p>Recomendação 2: aprimorar o conteúdo da Resolução 19/2015, de forma a instituir mecanismos claros de acompanhamento e controle da carga horária docente no âmbito do Pronatec.</p>
Justificativa para o seu não cumprimento
<p>A Portaria IFAC n.º 784/2015 foi questionada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), compreendendo que a carreira dos Professores EBTT estaria equiparada à carreira do Magistério Superior, sendo pauta do movimento grevista. Nesse contexto, a referida Portaria foi revogada, com a orientação de elaboração de um novo documento de regulamentação da atividade docente, em substituição, processo conduzido pela CPPD.</p>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
<p>Recomendação 1: a revisão da Resolução n.º 01/2015 é necessária para garantir um melhor funcionamento. Vale destacar que esta foi a primeira normativa sobre carga horária docente do IFAC, assim, era necessário vivenciá-la para adquirir maturidade e identificar os problemas de forma mais efetiva. Entende-se que, em 2016, há condições de realizar essa revisão, respaldado pela vivência, as recomendações da CGU e do MPF e a legislação pertinente.</p>

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201411542	1.2.1.8	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: apresentar plano de ação para a criação de curso técnico regular nos <i>Campi</i> Rio Branco e Sena Madureira com o intuito de melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>A oferta abaixo da média, no caso do <i>campus</i> Sena Madureira, não está vinculada ao Bolsa Formação e sua ampliação, mas sim na infraestrutura, na época, insuficiente para a ampliação de vagas. A partir de outubro de 2015, o <i>Campus</i> Sena Madureira passou a funcionar em um novo prédio, com melhores condições, possibilitando o cumprimento das metas previstas no plano de ofertas do PDI.</p> <p>Em relação ao <i>Campus</i> Rio Branco, a oferta considerou a previsão do PDI, entretanto, alguns pontos críticos que prejudicaram o preenchimento de vagas foram identificados, especialmente na oferta para o PROEJA e Integrado, os quais estão sendo discutidos para superação das fragilidades e recomposição da meta.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A oferta abaixo da média, no caso do <i>campus</i> Sena Madureira, não está vinculada ao Bolsa Formação e sua ampliação, mas sim na infraestrutura, na época, insuficiente para a ampliação de vagas. A partir de outubro de 2015 o <i>Campus</i> Sena Madureira passou a funcionar em um novo prédio, com melhores condições, possibilitando o cumprimento das metas previstas no plano de ofertas do PDI.</p> <p>Em relação ao <i>Campus</i> Rio Branco, a oferta considerou a previsão do PDI, entretanto, alguns pontos críticos que prejudicaram o preenchimento de vagas foram identificados, especialmente na oferta para o PROEJA e Integrado, os quais estão sendo discutidos para superação das fragilidades e recomposição da meta.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201500993	1.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino/Diretoria Sistêmica de Programas Especiais			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: padronizar as informações relativas sobre os dias e horários de aulas do ensino regular de todos os <i>Campi</i>, com a finalidade de facilitar a sondagem pelos órgãos de controle e para servir, também, ao planejamento institucional.</p> <p>Recomendação 2: estabelecer rotinas de conferência e acompanhamento do processo de criação de novos cursos no âmbito do PRONATEC e da contratação de colaboradores, sejam internos ou externos, com o objetivo de evitar que colaboradores extrapolem o limite de 16 horas semanais de aulas na função de professor, e 20 horas nas demais funções.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
Em observância às recomendações, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Integrada das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que está em fase de implantação. O sistema possibilitará maior controle por parte das Direções de Ensino dos <i>Campi</i> sobre os pontos divergentes acerca da carga horária docente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O IFAC está implantando, com previsão de funcionamento para o segundo semestre de 2016, um sistema de controle que irá padronizar as informações, pois atualmente é feito manualmente.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201500993	1.1.1.2	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino/Diretoria Sistêmica de Programas Especiais			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: restringir, no exercício atual, a oferta de cursos no âmbito do Pronatec, relativamente ao exercício anterior, visando a proporcionar melhoramento do indicador "alunos matriculados em relação à forma de trabalho docente" (AFT).</p> <p>Recomendação 2: apresentar plano de ação para a criação de curso técnico regular em todos os campi, mormente no de Sena Madureira, com o intuito de melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
O setor responsável respondeu para a Auditoria, acerca da Recomendação 2, que o plano de ação está em fase de elaboração, contudo não informou de que forma ou o prazo para a elaboração do plano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação 2: a oferta abaixo da média, no caso do <i>campus</i> Sena Madureira, não está vinculada ao Bolsa Formação e sua ampliação, mas sim na infraestrutura, na época, insuficiente para a ampliação de vagas. A partir de outubro de 2015, o <i>Campus</i> Sena Madureira passou a funcionar em um novo prédio, com melhores condições, possibilitando o cumprimento das metas previstas no plano de ofertas do PDI.			

Em relação ao *Campus* Rio Branco, a oferta considerou a previsão do PDI, entretanto, alguns pontos críticos que prejudicaram o preenchimento de vagas foram identificados, especialmente na oferta para o PROEJA e Integrado, os quais estão sendo discutidos para superação das fragilidades e recomposição da meta com definição no plano de ação em fase de conclusão.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201500993	1.1.1.3	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: apresentar, no prazo de 180 dias, a partir da disponibilização deste Relatório Final de Auditoria, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.</p> <p>Recomendação 2: reavaliar a nomeação de novos docentes resultante de concurso público homologado em 31/12/2014.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Recomendação 1: o contingenciamento financeiro, a greve ocorrida no período de julho a outubro/2015, a eleição para reitor e diretor geral de <i>campus</i> (nov/2015) e o período de férias escolares, no qual os docentes tiram férias coletivas inviabilizaram a finalização do plano de ação.</p> <p>Recomendação 2: as nomeações ocorreram cumprindo rigorosamente o levantamento de carga horária docente realizado pela Pró-Reitoria de Ensino. O IFAC ainda não possui sistema acadêmico, o que dificulta a coleta de informações sobre distribuição de carga horária e também está promovendo uma revisão nos currículos dos cursos, o que impacta diretamente na distribuição de disciplinas e cargas horárias. O sistema está em fase de implantação, devendo entrar em funcionamento no maior <i>campus</i> a partir do segundo semestre de 2016.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 1: o contingenciamento financeiro, a greve e a eleição ocorrida no IFAC, no segundo semestre de 2015, limitou a realização de várias ações importantes para a organização da Instituição.</p> <p>Recomendação 2: a implantação do sistema acadêmico e a revisão dos projetos pedagógicos de curso darão mais segurança e precisão para a coleta de informações e dados necessários para a tomada de decisão.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201500993	1.1.1.4	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			

Descrição da Recomendação
<p>Recomendação 1: instituir (aprovar e publicar) o Regimento Interno da instituição.</p> <p>Recomendação 2: aprimorar as Resoluções n.º 01/2015 e 019/2015 – que tratam respectivamente da distribuição da carga horária docente e das atividades do Pronatec no âmbito do IFAC - no sentido de instituir mecanismos de controle interno para tornar a norma efetiva, tais como a inserção de cláusula discriminativa das sanções a serem aplicadas aos docentes no caso de descumprimento das diretrizes contidas nos normativos.</p> <p>Recomendação 3: a partir dos aprimoramentos normativos sugeridos, criar manuais, procedimentos e fluxogramas, com vistas ao acompanhamento, avaliação e divulgação das atividades docentes.</p>
Justificativa para o seu não cumprimento
<p>Recomendação 1: no segundo semestre de 2015 a DSDIN retomou a Elaboração do Regimento do IFAC (Processo n.º 23244.001347/2015-05), constituindo-se a Comissão Central de Elaboração do Regimento, esta produziu a versão preliminar do texto base do Regimento. A segunda fase foi a apreciação da minuta do Regimento Geral pelas comissões instituídas nos <i>campi</i>. Concretizadas as contribuições centrais e locais, a minuta foi publicada na forma de consulta pública eletrônica o qual pôde ser lido e consultado pela comunidade interna e externa que puderam contribuir com a construção deste documento normativo. Faltando para a concretização dessa ação, apenas, a análise da minuta e processo de elaboração do regimento junto à câmara de legislação e ao Conselho Superior do IFAC para aprovação, obedecendo dessa forma os termos do art. 9º, IV, do Estatuto do IFAC, previsão de finalização no primeiro semestre de 2016.</p> <p>Regimento Interno da Instituição em fase de conclusão, tendo passado por consulta pública em seu processo de revisão, processo conduzido pela Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional.</p> <p>Em atendimento à recomendação da CGU, foi criada a Portaria IFAC n.º 784/2015, sendo a mesma questionada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e, por conseguinte, revogada.</p> <p>Recomendações 2 e 3: em 2015 o IFAC enfrentou contingenciamento financeiro, greve que durou 3 meses, seguido de uma eleição para reitor e diretor geral de <i>campus</i> e ainda sediou o X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Essas demandas e situações inviabilizaram algumas ações, dentre elas a discussão sobre a Resolução n.º 01/2015.</p> <p>Vale destacar que o IFAC também necessita atender e se adequar a legislação de ensino. Nos últimos dois anos, o reconhecimento de cursos superiores tem sido uma demanda complexa que exige atenção e força de trabalho de todos, visando garantir a continuidade da oferta de cursos superiores.</p> <p>Recomendações 2 e 3: as lacunas existentes no que se refere a atuação docente, são sentidas pela administração. No entanto, é um processo complexo, pois envolve necessidade de capacitação sobre normativos legais, relações sindicais, e lacunas na legislação no Plano de Cargos e Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, deixando a Instituição à mercê de pressões políticas.</p>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
<p>Recomendação: como o regimento trata-se de um documento construído coletivamente com a participação da reitoria, <i>campi</i> e comunidade externa, a elaboração demandou muitas etapas para assegurar a participação de todos os interessados.</p>

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201500993	1.1.1.6	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, visando o controle e a transparência da distribuição total da carga horária dos docentes, de forma a permitir a divulgação dos dias, horários, locais de aulas e de atendimento ao aluno.</p> <p>Recomendação 2: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 3: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de extensão desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 4: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, que permita o acompanhamento e monitoramento das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM).</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Está em fase de implantação o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disporá de módulos que permitirão o controle da gestão sobre a distribuição e cumprimento da carga horária docente, bem como possibilitará transparência aos alunos acerca das principais atividades acadêmicas inerentes ao seu curso.</p> <p>Está em fase de implantação o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disporá de módulos que permitirão o acompanhamento, controle e divulgação das ações de pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 4: em 2015 foi adotado o Sistema de Planejamento Anual de Atividades que possui como objetivo registrar o planejamento de cada Unidade/Setor do IFAC, por meio do qual poderão acompanhar a realização de cada ação registrada, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional e os macroprocessos nele contidos. Esses têm como parâmetro o Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM). O SPAA não logrou êxito por ausência de itens orçamentários para proporcionar o acompanhamento pleno do planejamento da instituição e das unidades/órgãos. Porquanto, a DSDIN participante do Fórum de Desenvolvimento Institucional – GT Planejamento Estratégico para a Rede Federal, está acompanhando o desenvolvimento de software para acompanhamento do PDI que será adotado por toda a rede federal, com previsão de implantação para ano de 2016.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 4: o sistema que foi adotado apresentou-se silente quanto a gestão e acompanhamento orçamentários das metas previstas no PDI.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201500993	4.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: adotar sistemática de acompanhamento da movimentação de processos com prazos revisionais, considerando o aceite do serviço ou recebimento do material (atestado da nota fiscal), e as datas de vencimento para pagamento. Pode-se, por exemplo, criar planilhas com a movimentação dos processos que teria datas limites para a execução de determinada operação, seja para se dar o aceite, para realizar pagamento ou cobrar determinado documento.</p> <p>Recomendação 2: incluir em seu Plano de Capacitação Anual, cursos que considere essenciais para o desenvolvimento dos servidores nas atividades que estes desempenham na instituição, objetivando a antecipação da demanda e o planejamento adequado, de forma a proporcionar economia de recursos.</p> <p>Recomendação 3: ofertar cursos de capacitação mediante convênio com escolas de governo, ou naquelas reconhecidas em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: em razão da demanda de atividades de rotina na pró-reitoria, não foi possível traçar planejamento estratégico que englobasse adoção de novas metodologias de trabalho. Tivemos atividades paralisadas por 4 meses em razão de movimento paretista sindical.</p> <p>Recomendação 2: a ação já é existente na PROGP.</p> <p>Recomendação 3: o Plano de Capacitação Anual foi homologado somente em 19 de junho de 2015, e em 13 de julho de 2015, foi deflagrado o movimento paretista na instituição. Os processos que envolviam capacitação de servidores foram paralisados por demanda da categoria, com exceção àqueles que tiveram seu início antes da data da greve.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 1: foi detectada a necessidade urgente de descentralizar atividades da PROGP aos <i>campi</i> para que possamos nos tornar um setor de planejamento. Atualmente, a pró-reitoria apenas executa ações/serviços de rotina, por falta de pessoal de apoio nas demais unidades. Descentralizar serviços irá tornar a PROGP mais eficiente no planejamento, para inclusive adotar novas metodologias e sistemáticas.</p> <p>Recomendação 2: agilizar a aprovação do Plano de Capacitação Anual, mas de toda forma dependemos da participação dos servidores nas consultas, e a resposta tem sido baixa.</p> <p>Recomendação 3: o programa “ENAP em Rede” irá se expandir em 2016, portanto, haverá mais oportunidades de capacitação. O contato com a ESAF foi simples, logo o IFAC deverá retomá-lo para atualizar a proposta de convênio.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201500993	4.1.1.2	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: adotar sistemática de acompanhamento da movimentação de processos com prazos revisionais, considerando o aceite do serviço ou recebimento do material (atesto da nota fiscal), e as datas de vencimento para pagamento. Pode-se, por exemplo, criar planilhas com a movimentação dos processos que teria datas limites para a execução de determinada operação, seja para se dar o aceite, para realizar pagamento ou cobrar determinado documento.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O IFAC não possui sistema informatizado que possibilitasse o acompanhamento das fases de aquisição/contratação na Administração Pública.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os fiscais de contrato são os responsáveis pelo acompanhamento que atualmente é feito de forma manual. O Sistema de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC) será implementado a partir do primeiro semestre de 2016. Com treinamento previsto para abril de 2016.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201503682	1.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino/Diretoria Sistemática de Programas Especiais			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: padronizar as informações relativas sobre os dias e horários de aulas do ensino regular de todos os <i>Campi</i> , com a finalidade de facilitar a sondagem pelos órgãos de controle e para servir, também, ao planejamento institucional.			
Recomendação 2: estabelecer rotinas de conferência e acompanhamento do processo de criação de novos cursos no âmbito do Pronatec e da contratação de colaboradores, sejam internos ou externos, com o objetivo de evitar que colaboradores extrapolem o limite de 16 horas semanais de aulas na função de professor, e 20 horas nas demais funções.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em observância às recomendações, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Integrada das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que está em fase de implantação. O sistema possibilitará maior controle por parte das Direções de Ensino dos <i>Campi</i> sobre os pontos divergentes acerca da carga horária docente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O SIGAA está em fase de implantação com previsão para 2016 e possibilitará maior controle por parte das Direções de Ensino dos <i>Campi</i> sobre os pontos divergentes acerca da carga horária docente.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201503682	1.1.1.2	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino/Diretoria Sistêmica de Programas Especiais			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: restringir, no exercício atual, a oferta de cursos no âmbito do Pronatec, relativamente ao exercício anterior, visando a proporcionar melhoramento do indicador "alunos matriculados em relação à forma de trabalho docente – AFT.</p> <p>Recomendação 2: apresentar plano de ação para a criação de curso técnico regular em todos os <i>campi</i>, mormente no de Sena Madureira, com o intuito de melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
O setor responsável respondeu para a Auditoria, referente à Recomendação 2, que o plano de ação está em fase de elaboração, contudo não informou de que forma ou o prazo para a elaboração do plano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 2: a oferta abaixo da média, no caso do <i>campus</i> Sena Madureira, não está vinculada ao Bolsa Formação e sua ampliação, mas sim na infraestrutura, na época, insuficiente para a ampliação de vagas. A partir de outubro de 2015 o <i>Campus</i> Sena Madureira passou a funcionar em um novo prédio, com melhores condições, possibilitando o cumprimento das metas previstas no plano de ofertas do PDI.</p> <p>Em relação ao <i>Campus</i> Rio Branco, a oferta considerou a previsão do PDI, entretanto, alguns pontos críticos que prejudicaram o preenchimento de vagas foram identificados, especialmente na oferta para o Proeja e Integrado, os quais estão sendo discutidos para superação das fragilidades e recomposição da meta com definição no plano de ação em fase de conclusão.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201503682	1.1.1.3	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: apresentar, no prazo de 180 dias, a partir da disponibilização deste Relatório Final de Auditoria, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.</p> <p>Recomendação 2: reavaliar a nomeação de novos docentes resultante de concurso público homologado em 31/12/2014.</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 1: o contingenciamento financeiro, a greve ocorrida no período de julho a outubro/2015, a eleição para reitor e diretor geral de <i>campus</i> (nov/2015) e o período de férias escolares, no qual os docentes tiram férias coletivas inviabilizaram a finalização do plano de ação.			

Recomendação 2: as nomeações ocorreram cumprindo rigorosamente o levantamento de carga horária docente realizado pela Pró-Reitoria de Ensino. O IFAC ainda não possui sistema acadêmico o que dificulta a coleta de informações sobre distribuição de carga horária e também está promovendo uma revisão nos currículos dos cursos, o que impacta diretamente na distribuição de disciplinas e cargas horárias. O sistema está em fase de implantação, devendo entrar em funcionamento no maior *campus* a partir do segundo semestre de 2016.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendação 1: o contingenciamento financeiro, a greve e a eleição ocorrida no IFAC no segundo semestre de 2015 limitou a realização de várias ações importantes para a organização da Instituição.

Recomendação 2: a implantação do sistema acadêmico e a revisão dos projetos pedagógicos de curso darão mais segurança e precisão para a coleta de informações e dados necessários para a tomada de decisão.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201503682	1.1.1.4	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: instituir (aprovar e publicar) o Regimento Interno da instituição.			
Recomendação 2: aprimorar as Resoluções n.º 01/2015 e 019/2015 – que tratam respectivamente da distribuição da carga horária docente e das atividades do Pronatec no âmbito do IFAC – no sentido de instituir mecanismos de controle interno para tornar a norma efetiva, tais como a inserção de cláusula discriminativa das sanções a serem aplicadas aos docentes no caso de descumprimento das diretrizes contidas nos normativos.			
Recomendação 3: a partir dos aprimoramentos normativos sugeridos, criar manuais, procedimentos e fluxogramas, com vistas ao acompanhamento, avaliação e divulgação das atividades docentes.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendações 2 e 3: em 2015 o IFAC enfrentou contingenciamento financeiro, greve que durou 3 meses, seguido de uma eleição para reitor e diretor geral de <i>campus</i> e ainda sediou o X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Essas demandas e situações inviabilizaram algumas ações, dentre elas a discussão sobre a Resolução n.º 01/2015.			
Vale destacar que o IFAC também necessita atender e se adequar à legislação de ensino. Nos últimos dois anos, o reconhecimento de cursos superiores tem sido uma demanda complexa que exige atenção e força de trabalho de todos, visando garantir a continuidade da oferta de cursos superiores.			
Regimento Interno da Instituição em fase de conclusão, tendo passado por consulta pública em seu processo de revisão, processo conduzido pela Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional.			
Em atendimento à recomendação da CGU, foi criada a Portaria IFAC n.º 784/2015, sendo a mesma questionada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e, por conseguinte, revogada.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações 2 e 3: as lacunas existentes no que se refere a atuação docente, são sentidas pela administração. No entanto, é um processo complexo, pois envolve necessidade de capacitação sobre normativos legais, relações sindicais, e lacunas na legislação no Plano de Cargos e Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, deixando a Instituição a mercê de pressões políticas.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201503682	1.1.1.6	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, visando o controle e a transparência da distribuição total da carga horária dos docentes, de forma a permitir a divulgação dos dias, horários, locais de aulas e de atendimento ao aluno.</p> <p>Recomendação 2: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 3: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de extensão desenvolvidos por docentes do Instituto.</p> <p>Recomendação 4: desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i>, que permita o acompanhamento e monitoramento das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM).</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Está em fase de implantação o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disporá de módulos que permitirão o controle da gestão sobre a distribuição e cumprimento da carga horária docente, bem como possibilitará transparência aos alunos acerca das principais atividades acadêmicas inerentes ao seu curso.</p> <p>Está em fase de implantação o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disporá de módulos que permitirão o acompanhamento, controle e divulgação das ações de pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidos por docentes do Instituto.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foi enviada pelo setor responsável para a Auditoria.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201503682	4.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: adotar sistemática de acompanhamento da movimentação de processos com prazos revisionais, considerando o aceite do serviço ou recebimento do material (atestado da nota fiscal), e as datas de vencimento para pagamento. Pode-se, por exemplo, criar planilhas com a movimentação dos processos que teria datas limites para a execução de determinada operação, seja para se dar o aceite, para realizar pagamento ou cobrar determinado documento.</p> <p>Recomendação 2: incluir em seu Plano de Capacitação Anual, cursos que considere essenciais para o desenvolvimento dos servidores nas atividades que esses desempenham na instituição, objetivando a antecipação da demanda e o planejamento adequado, de forma a proporcionar economia de recursos.</p> <p>Recomendação 3: ofertar cursos de capacitação mediante convênio com escolas de governo, ou naquelas reconhecidas em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: em razão da demanda de atividades de rotina na pró-reitoria, não foi possível traçar planejamento estratégico que englobasse adoção de novas metodologias de trabalho. Tivemos atividades paralisadas por 4 meses em razão de movimento paretista sindical.</p> <p>Recomendação 2: a ação já é existente na PROGP.</p> <p>Recomendação 3: o Plano de Capacitação Anual foi homologado somente em 19 de junho de 2015, e em 13 de julho de 2015, foi deflagrado o movimento paretista na instituição. Os processos que envolviam capacitação de servidores foram paralisados por demanda da categoria, com exceção àqueles que tiveram seu início antes da data da greve.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 1: foi detectada a necessidade urgente de descentralizar atividades da PROGP aos campi para que possamos nos tornar um setor de planejamento. Atualmente, a pró-reitoria apenas executa ações/serviços de rotina, por falta de pessoal de apoio nas demais unidades. Descentralizar serviços irá tornar a PROGP mais eficiente no planejamento, para inclusive adotar novas metodologias e sistemáticas.</p> <p>Recomendação 2: agilizar a aprovação do Plano de Capacitação Anual, mas de toda forma dependemos da participação dos servidores nas consultas, e a resposta tem sido baixa.</p> <p>Recomendação 3: o programa “ENAP em Rede” irá se expandir em 2016, logo, haverá mais oportunidades de capacitação. O contato com a ESAF foi simples, logo o IFAC deverá retomá-lo para atualizar a proposta de convênio.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201503682	4.1.1.2	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: adotar sistemática de acompanhamento da movimentação de processos com prazos revisionais, considerando o aceite do serviço ou recebimento do material (atesto da nota fiscal), e as datas de vencimento para pagamento. Pode-se, por exemplo, criar planilhas com a movimentação dos processos que teria datas limites para a execução de determinada operação, seja para se dar o aceite, para realizar pagamento ou cobrar determinado documento.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Não foi enviada pelo setor responsável para a Auditoria.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os fiscais de contrato são os responsáveis pelo acompanhamento que atualmente é feito de forma manual. O Sistema de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC) será implementado a partir do primeiro semestre de 2016. Com treinamento previsto para abril de 2016.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201504901	1.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: realizar gestões junto ao servidor que desenvolve atividades extras remuneratórias, informando da incompatibilidade entre o exercício do cargo de Dedicção Exclusiva juntamente com o exercício de qualquer outro cargo, função ou atividade remunerada, conforme preceituado no artigo 18 da Lei n.º 5.539/68, concedendo prazo para adequação.			
Recomendação 2: em relação ao período em que houve exercício de atividades remuneratórias extras em concomitância com o cargo de professor de dedicação exclusiva, a FUFAC deverá calcular a diferença entre a remuneração paga ao professor de Dedicção Exclusiva e aquela paga ao professor com carga horária de 40 horas semanais, para fins de devolução ao erário.			
Recomendação 3: aprimorar e sistematizar, por meio da elaboração de manual, os controles em uso na Instituição para a detecção da acumulação irregular de cargos públicos e para a identificação do exercício de atividade remuneratória extra por parte de professores ocupantes de cargo de dedicação exclusiva, tais como a integração de rotina de consulta, com periodicidade pré-definida, junto ao Estado e Municípios, acerca da existência de vínculo empregatício dos servidores de seu quadro funcional com aqueles entes governamentais.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 1: a Solicitação de Auditoria foi respondida em 10/12/2015 e realizada reunião com auditor da CGU em 15/12/2015 sobre os fatos apurados. Tivemos recesso de final de ano, conforme calendário MPOG, com revezamento de servidores nos setores da PROGP, o que reduziu a capacidade de produção. Retomamos as atividades no último dia 04, e daremos prosseguimentos às Notificações.			

Recomendação 2: ausência das manifestações.

Recomendação 3: aguardando a finalização do sistema contratado e executado via Diretoria-Sistêmica de Gestão de Tecnologia da Informação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendação 1 e 3: a pró-reitoria deve fazer acompanhamento mais próximo sobre esses servidores. O IFAC possui servidores com no máximo 5 anos de efetivo exercício, logo não surgiu necessidade de realizar chamada de atualização cadastral, e aproximadamente um quarto do efetivo foi contratado em 2015. Entretanto, como foram identificados tais fatos, urge a adoção de tais medidas, apurando, inclusive, possíveis atos de má-fé nas informações prestadas pelos próprios servidores.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201504901	1.1.1.2	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: a PROGP deverá acompanhar a regularização da situação dos servidores junto à Receita Federal e às Juntas Comerciais, seja "baixando" as empresas ou alterando o registro da qualificação societária do servidor, arquivando devidamente a documentação comprobatória para futuras consultas pelos Órgãos de Controle.</p> <p>Recomendação 2: nos casos em que não houver saneamento das pendências, a FUFAC¹ deverá acionar a Comissão de Sindicância para a apuração das responsabilidades.</p> <p>Recomendação 3: Aprimorar e sistematizar, por meio da elaboração de manual, os controles em uso na Instituição para a detecção de servidores que participem de gerência ou administração de sociedade privada, em contradição ao Art. 117 da Lei 8.112/90, tais como a realização de consultas, com periodicidade pré-definida, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, acerca da vinculação dos servidores de seu quadro funcional a empresas privadas.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Recomendação 1: a Solicitação de Auditoria foi respondida em 10/12/2015 e realizada reunião com auditor da CGU em 15/12/2015 sobre os fatos apurados. Tivemos recesso de final de ano, conforme calendário MPOG, com revezamento de servidores nos setores da PROGP, o que reduziu a capacidade de produção. Retomamos as atividades no último dia 04, e daremos prosseguimentos às Notificações.</p> <p>Recomendação 2: ausência das manifestações.</p> <p>Recomendação 3: aguardando a finalização do sistema contratado e executado via Diretoria-Sistêmica de Gestão de Tecnologia da Informação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 1 e 3: A pró-reitoria deve fazer acompanhamento mais próximo sobre esses servidores. O IFAC possui servidores com no máximo 5 anos de efetivo exercício, logo não surgiu necessidade de realizar chamada de atualização cadastral, e aproximadamente um quarto do efetivo foi contratado em 2015. Entretanto, como foram identificados tais fatos, urge a adoção de tais medidas, apurando, inclusive, possíveis atos de má-fé nas informações prestadas pelos próprios servidores.</p>			

¹ Onde se lê FUFAC leia-se IFAC. Descrita na íntegra do Relatório da CGU nº 201504901.

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201504901	1.1.1.3	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: realizar gestões junto ao servidor que desenvolve atividades extras remuneratórias, informando da incompatibilidade da carga horária, concedendo prazo para adequação.</p> <p>Recomendação 2: nos casos em que não houver saneamento das pendências, a FUFAC deverá acionar a Comissão de Sindicância para a apuração das responsabilidades.</p> <p>Recomendação 3: aprimorar e sistematizar, por meio da elaboração de manual, os controles em uso na Instituição para a identificação de servidores que desempenham atividades, cumulativamente às atribuições do cargo, com carga horária somada superior a 60 horas semanais, tais como a integração de rotina de consulta, com periodicidade pré-definida, junto ao Estado e Municípios, acerca da existência de vínculo empregatício dos servidores de seu quadro funcional com aqueles entes governamentais.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Recomendação 1: a Solicitação de Auditoria foi respondida em 10/12/2015 e realizada reunião com auditor da CGU em 15/12/2015 sobre os fatos apurados. Tivemos recesso de final de ano, conforme calendário MPOG, com revezamento de servidores nos setores da PROGP, o que reduziu a capacidade de produção. Retomamos as atividades no último dia 04, e daremos prosseguimentos às Notificações.</p> <p>Recomendação 2: ausência das manifestações.</p> <p>Recomendação 3: aguardando a finalização do sistema contratado e executado via Diretoria-Sistêmica de Gestão de Tecnologia da Informação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Recomendação 1 e 3: a pró-reitoria deve fazer acompanhamento mais próximo sobre esses servidores. O IFAC possui servidores com no máximo 5 anos de efetivo exercício, logo não surgiu necessidade de realizar chamada de atualização cadastral, e aproximadamente um quarto do efetivo foi contratado em 2015. Entretanto, como foram identificados tais fatos, urge a adoção de tais medidas, apurando, inclusive, possíveis atos de má-fé nas informações prestadas pelos próprios servidores.</p>			

Tabela 82 – Situação das recomendações da Auditoria Interna do IFAC no exercício.¹

Relatório	Situação Encontrada	Descrição da Recomendação	Situação e providências adotadas
007/2014	Ausência de informação quanto ao orçamento no formulário-síntese da proposta (SIPES)	a) Que os formulários dos projetos de pesquisas com fomento interno sejam elaborados conforme o modelo anexo à Resolução 140/2013-IFAC, bem como, contenham os itens obrigatórios do artigo 18 dessa Resolução. b) Que nos formulários dos projetos de pesquisas com qualquer fomento (interno ou externo), o requisito “orçamento geral” seja devidamente preenchido, sendo informados os dados do respectivo fomento, bem como, sejam detalhadas, se houverem, as receitas e despesas previstas.	<p>A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo.</p> <p>Um exemplo, é que o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item Introdução e decidiu-se eliminar o item Justificativa deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento.</p> <p>Essas atualizações já foram implementadas através da Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.</p>
007/2014	Relatório parcial sem avaliação da PROINP	a) Que haja parecer da PROINP nos Relatórios Parciais apresentados, a fim de que ocorra o devido acompanhamento da execução e da avaliação dos resultados alcançados pelos projetos. b) Que sejam juntados à pasta do projeto os documentos (Relatório Parcial,	<p>A PROINP informou que esse erro já foi corrigido nos formulários atuais e estão disponíveis no site do IFAC desde 2015 e em anexo a este documento.</p> <p>Não existe em nossos arquivos declaração da bolsista assinada de próprio punho.</p> <p>Quanto aos relatórios parciais foram cobrados, mas o</p>

¹O relatório de auditoria do IFAC N.º 007/2014 foi iniciado no primeiro semestre de 2014 e concluído no segundo semestre de 2015.

		Termo de Aceite de Concessão de Bolsa, Declaração da Bolsista e Plano de Trabalho – Bolsista 01) contendo a assinatura, de próprio punho, da bolsista A. P. A. de F.	coordenador do projeto não deu retorno. Além disso, o mesmo já foi redistribuído do IFAC.
007/2014	Não cumprimento do prazo de término da atividade de pesquisa	a) Que haja acompanhamento da execução dos projetos de pesquisa, principalmente quanto ao cumprimento do prazo de vigência da pesquisa, prorrogações e entregas de relatórios.	A PROINP informou que, considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento.
007/2014	Não comprovação da participação da orientadora na exposição da pesquisa na semana de iniciação científica	a) Que haja o acompanhamento e a fiscalização da participação dos orientadores nos Seminários de Iniciação Científica destinados a apresentação dos projetos de pesquisas.	A PROINP informou que as recomendações foram seguidas. Ressaltamos que com relação às recomendações da constatação 009, o termo de aceite de concessão de bolsa dos programas de iniciação científica e o histórico escolar presentes na pasta do projeto, suprem os documentos citados no Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013. Será cobrado ao coordenador do projeto o atestado/laudo médico sobre os reais “motivos de saúde” que impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P. pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC. Além disso, baseado nestas recomendações, a PROINP, a partir dos Editais de 2015, atualizou formulários relacionados aos bolsistas e passou a

			acompanhar melhor a exigência dos documentos relacionados a substituição dos bolsistas.
007/2014	Existência de duas orientações em nome da docente	a) Que haja o devido acompanhamento, nos projetos de programas de iniciação científica, para que sejam respeitadas as normas quanto o número máximo de bolsistas que devam ser orientados por cada docente com titulação de mestre/doutor.	A PROINP informou que as recomendações foram seguidas. Ressaltamos que com relação às recomendações da constatação 009, o termo de aceite de concessão de bolsa dos programas de iniciação científica e o histórico escolar presentes na pasta do projeto suprem os documentos citados no Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013. Será cobrado ao coordenador do projeto o atestado/laudo médico sobre os reais “motivos de saúde” que impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P. pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC. Além disso, baseado nessas recomendações, a PROINP, a partir dos Editais de 2015, atualizou formulários relacionados aos bolsistas e passou acompanhar melhor a exigência dos documentos relacionados à substituição dos bolsistas.
007/2014	Modelo de elaboração de projeto de pesquisa sem informações necessárias	a) Que os formulários dos projetos de pesquisas sejam elaborados conforme o modelo anexo à Resolução n.º 140/2013-IFAC, bem como, contenham os itens obrigatórios do artigo 18 dessa Resolução.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item Introdução e decidiu-se eliminar o item Justificativa deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento.

			Estas atualizações já foram implementadas através da Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.
007/2014	Ausência de comprovação de avaliação da proposta pelo comitê científico institucional de pesquisa	<p>a) Que sejam anexados às “pastas dos projetos” os respectivos formulários de avaliações realizadas pelo Comitê Científico Institucional de Pesquisa, como informado pela PROINP.</p> <p>b) Que os formulários de avaliações realizadas pelo Comitê Científico Institucional de Pesquisa, referentes aos projetos de pesquisas posteriores, sejam elaborados segundo o Anexo IV do Edital N.º 01 /PROIN/IFAC/2013 – Institucionalização e Apoio de Projetos dos Grupos de Pesquisa.</p>	<p>A PROINP informou que as recomendações foram seguidas. Ressaltamos que com relação as recomendações da constatação 009 o termo de aceite de concessão de bolsa dos programas de iniciação científica e o histórico escolar presentes na pasta do projeto, suprem os documentos citados no Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013.</p> <p>Será cobrado ao coordenador do projeto o atestado/ laudo médico sobre os reais “motivos de saúde” que impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P. pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC.</p> <p>Além disso, baseado nessas recomendações, a PROINP a partir dos Editais de 2015 atualizou formulários relacionados aos bolsistas e passou a acompanhar melhor a exigência dos documentos relacionados a substituição dos bolsistas.</p>
007/2014	Ausência de comprovação de relatórios parciais/finais	<p>a) Que sejam anexados à pasta do projeto, os relatórios parciais mensais, como assevera o item 12.1 do Edital N.º 01 /PROIN/IFAC/2013, bem como, o restante do relatório final referente ao projeto “avaliação da evolução de C-CO2 sob diferentes manejos do solo”, que está faltando; B) Que a PROINP dê seu parecer avaliativo nos Relatórios Parciais apresentados, a fim de que ocorra o devido acompanhamento da execução e da</p>	<p>A PROINP informou que as recomendações foram seguidas. Ressaltamos que com relação às recomendações da constatação 009 o termo de aceite de concessão de bolsa dos programas de iniciação científica e o histórico escolar presentes na pasta do projeto suprem os documentos citados no Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013.</p> <p>Será cobrado ao coordenador do projeto o atestado, laudo médico sobre os reais “motivos de saúde” que impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P.</p>

		avaliação dos resultados alcançados pelos projetos.	pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC. Além disso, baseado nestas recomendações, a PROINP a partir dos Editais de 2015 atualizou formulários relacionados aos bolsistas e passou acompanhar melhor a exigência dos documentos relacionados a substituição dos bolsistas.
007/2014	Exposição da pesquisa na semana de iniciação científica do IFAC por outra pessoa	a) Que seja anexada à pasta do projeto a documentação comprobatória da inclusão/substituição da aluna substituta, conforme recomenda o item 11.7 do Edital N.º 01 /PROIN/IFAC/2013; b) Que seja anexada à pasta do projeto, documentação comprobatória (atestado/laudo médico) sobre os reais “motivos de saúde” que impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P. pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC.	A PROINP informou que as recomendações foram seguidas. Ressaltamos que com relação às recomendações da constatação 009, o termo de aceite de concessão de bolsa dos programas de iniciação científica e o histórico escolar presentes na pasta do projeto suprem os documentos citados no Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013. Será cobrado ao coordenador do projeto o atestado, laudo médico sobre os reais “motivos de saúde” que impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P. pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC. Além disso, baseado nessas recomendações, a PROINP, a partir dos Editais de 2015, atualizou formulários relacionados aos bolsistas e passou a acompanhar melhor a exigência dos documentos relacionados à substituição dos bolsistas.
007/2014	Não comprovação de inclusão de discente bolsista na atividade de pesquisa	b) Que seja anexada à pasta do projeto a documentação comprobatória da inclusão/substituição, no projeto, da aluna substituta com toda a documentação obrigatória, conforme recomendam os itens 11.7 e 11.8, ambos do Edital N.º 01 /PROIN/IFAC/2013.	A PROINP informou que as recomendações foram seguidas. Ressaltamos que com relação as recomendações da constatação 009 o termo de aceite de concessão de bolsa dos programas de iniciação científica e o histórico escolar presentes na pasta do projeto, suprem os documentos citados no Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013. Será cobrado ao coordenador do projeto o atestado/laudo médico sobre os reais “motivos de saúde” que

			impossibilitaram que a estudante A. M. dos R. A. P. pudesse apresentar os dados do projeto na semana científica do IFAC. Além disso, baseado nessas recomendações, a PROINP, a partir dos Editais de 2015, atualizou formulários relacionados aos bolsistas e passou acompanhar melhor a exigência dos documentos relacionados à substituição dos bolsistas.
007/2014	Alteração do projeto de pesquisa	a) Que seja anexado à pasta do projeto o relatório parcial do projeto com as justificativas da interrupção; b) Em face não execução/atraso do projeto, verificar se o bolsista ainda está recebendo ou recebeu valores referente à bolsa de iniciação científica, para fins de devolução.	A PROINP informou que já foram atendidas.
007/2014	Ausência de relatórios parciais	a) Que seja anexado à pasta do projeto o verdadeiro relatório parcial referente ao mês de julho/2014, devidamente preenchido e assinado pela coordenadora e o bolsista; b) Que seja anexada à pasta do projeto o relatório parcial que está faltando, referente ao mês de fevereiro/2014.	A PROINP informou que já foram atendidas.
007/2014	Ausência de relatório final	a) Que haja a juntada, na pasta do projeto, do Relatório Final com as respectivas avaliações.	A PROINP informou que já foram atendidas.
007/2014	Ausência de comprovação de prorrogação de prazo	a) Que haja a juntada, na pasta do projeto, de documento que comprove solicitação de prorrogação de prazo.	A PROINP informou que os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a

			Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento.
007/2014	Ausência de comprovação dos requisitos de admissibilidade do discente bolsista	Que sejam juntados à pasta do projeto os seguintes documentos: a) comprovação da matrícula do aluno em curso técnico junto ao IFAC, b) declaração do aluno de que o mesmo não possua vínculo empregatício, estágio, ou receba outra bolsa e c) comprovante da frequência escolar do discente.	A PROINP informou que a entrega dos documentos, citados nessa recomendação, não estavam previstas no edital. Por isso, estes documentos não foram juntados à pasta.
007/2014	Ausência de comprovação de envio da proposta via email	a) Que a submissão dos projetos de pesquisa obedeça aos requisitos específicos de cada edital, que não forem contrário à Resolução n.º 140/2013, principalmente quanto ao meio de encaminhamento. b) Não havendo regulamentação quanto à submissão dos projetos de pesquisa, que a PROINP verifique a possibilidade de regulamentar tal questão. c) Havendo regulamentação divergente, que os procedimentos de submissão dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes.	A PROINP informou que será implementada.
007/2014	Modelo de elaboração de projeto de pesquisa sem informações necessárias	a) Que os formulários dos projetos de pesquisas sejam elaborados conforme o modelo anexo à Resolução n.º 140/2013-IFAC, bem como, contenham os itens obrigatórios do artigo 18 desta Resolução.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de

			pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento. Estas atualizações já foram implementadas através da Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.
007/2014	Ausência de comprovação de relatórios parciais/finais	a) Que sejam juntados à pasta do projeto os relatórios parciais mensais que estão faltando, bem como o relatório final; b) Em face não juntada dos relatórios parciais mensais e do relatório final, verificar se o bolsista recebeu valores referentes a alguma bolsa estudantil, como assevera o item 12.1 do Edital N.º 01 PROIN/IFAC/2013, bem como, se houve algum recurso recebido pelo orientador, para fins de devolução.	A PROINP informou que os relatórios foram cobrados, porém não houve retorno por parte do coordenador do projeto. Quanto às bolsas, o estudante não recebeu nada a mais do que o planejado.
007/2014	Não comprovação de inclusão de discente bolsista na atividade de pesquisa	a) Que seja juntada à pasta do projeto a seguinte documentação, relativa à aluna J. S. R.: I) declaração de vínculo da estudante com o IFAC; II) declaração de ciência do regime de trabalho de 20h semanais dedicadas ao projeto; III) declaração, do estudante voluntário (quando for o caso) atestando ciência das condições dos trabalhos de pesquisa voluntarias e que não receberá bolsa	A PROINP informou que será solicitada a declaração da estudante que trate do vínculo com o IFAC ao coordenador J.F.C., o qual ficou responsável pelo projeto após redistribuição do senhor D. M. L. Quanto à declaração de ciência do regime de trabalho de 20h semanais dedicadas ao projeto, existe na pasta do projeto o termo de aceite de concessão de bolsa que supre essa declaração.

		por esta chamada, e após conclusão dos projetos, caso o mesmo apresente todos os relatórios e exigências relacionadas à pesquisa, serão certificadas pelo orientador.	
007/2014	Existência de dois coordenadores participando do projeto	a) Que seja anexada à pasta do projeto documentação que comprove a substituição formal do coordenador do projeto.	A PROINP informou que será solicitado o comprovante de substituição do coordenador do projeto.
007/2014	Não comprovação de indicação de orientador substituto	a) Que seja juntada à pasta do projeto cópia do citado memorando ou outro documento que comprove a substituição formal do coordenador do projeto. b) Que seja anexada à pasta do projeto o relatório das atividades desenvolvidas pelo coordenador até à data do seu desligamento.	A PROINP informou que quanto às atividades desenvolvidas pelo coordenador anterior, constam nos relatórios parciais.
007/2014	Não comprovação de existência de modelo de elaboração de projeto de pesquisa	a) Que os formulários dos projetos de pesquisas sejam elaborados conforme o modelo anexo à Resolução n.º 140/2013-IFAC, bem como, contêm os itens obrigatórios do artigo 18 dessa Resolução.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que essa pró-reitoria atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão anexos a este documento. Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez

			que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.
007/2014	Ausência de comprovação da existência de relatórios parciais	a) Que sejam juntados à pasta do projeto os relatórios parciais mensais que estão faltando, como assevera o item 12.1 do EDITAL N.º 01 PROIN/IFAC/2013; b) Em face não juntada dos relatórios parciais mensais, verificar se o bolsista recebeu os valores referente à bolsa de iniciação científica, para fins de devolução, já que a aprovação desses relatórios é condição para que o bolsista receba a bolsa (item 12.1 do EDITAL N.º 01/PROIN/IFAC/2013);	A PROINP informou que como o coordenador enviou um relatório final justificando algumas atividades e resultados não alcançados, foi dispensado a entrega de alguns parciais atrasados.
007/2014	Relatório final sem aprovação/avaliação do projeto pela PROINP	a) Nos projetos de pesquisa que forem executados futuramente, que a PROINP não deixe de avaliar os relatórios finais, por meio de campo próprio, a fim de que haja o devido acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados alcançados.	A PROINP informou que esse erro já foi corrigido nos formulários atuais e estão disponíveis no site do IFAC desde 2015 e em anexo a este documento. Não existe, nos arquivos, declaração da bolsista assinada de próprio punho. Quanto aos relatórios parciais, foram cobrados, mas o coordenador do projeto não retornou. Além disso, o mesmo já foi redistribuído do IFAC.
007/2014	Ausência de comprovação de comunicação de suspensão/interrupção do projeto	a) Que seja anexada à pasta do projeto o documento que comprove a comunicação da suspensão/interrupção do projeto feita pelo coordenador à PROINP;	A PROINP informou que o coordenador só comunicou a PROINP o atraso das atividades mediante o relatório parcial e, no relatório final, ele comunicou que os resultados não foram alcançados, mas tentaria alcançar em 2015. Serão solicitados esses resultados ao coordenador.
007/2014	Não comprovação de inclusão de discente bolsista na atividade de pesquisa	a) Que seja acrescentado à pasta do projeto cópia protocolizada da solicitação de inclusão do estudante S. C. O. no projeto de pesquisa; b) Que seja juntada, à pasta do projeto, a seguinte documentação, relativa ao aluno S. C. O.: I) declaração de vínculo da estudante com	A PROINP informou que será solicitada ao coordenador do projeto a declaração da estudante que trate do vínculo com o IFAC. Quanto à declaração de ciência do regime de trabalho de 20h semanais dedicadas ao projeto, existe na pasta do projeto o termo de aceite de concessão de bolsa que supre esta

		o IFAC; II) declaração de ciência do regime de trabalho de 20h semanais dedicadas ao projeto; III) declaração do estudante voluntário (quando for o caso), atestando ciência das condições dos trabalhos de pesquisa voluntárias e que não receberá bolsa por esta chamada, e após conclusão dos projetos, caso o mesmo apresente todos os relatórios e exigências relacionadas à pesquisa, serão certificadas pelo orientador.	declaração.
007/2014	Ausência de comprovação de orçamento detalhado	a) Que a PROINP verifique a origem dos recursos utilizados para os pagamentos das despesas encontradas no projeto. Posteriormente, seja anexada à pasta do projeto a informação obtida.	<p>A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que essa pró-reitoria atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento.</p> <p>Os novos formulários estão em anexo a este documento.</p> <p>Essas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a resolução 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa. Informou ainda que nesse edital não estava previsto auxílio financeiro para os projetos, somente as bolsas para estudantes.</p>

			Diante disto, a PROINP não fará verificação recomendada.
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização dos projetos de pesquisa junto à PROINP	a) Que sejam acrescentado à pasta do projeto o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o cadastramento/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios, seguido das avaliações necessárias, para que ao final, haja a emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos que deverão ser juntados à pasta do Projeto.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que essa pró-reitoria atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item Justificativa deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento. Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.
007/2014	Ausência parâmetro quanto à distribuição da carga horária dos docentes e discentes nos projetos de pesquisa	a) Que haja o acompanhamento, pela PROINP, da carga horária docente disponibilizada nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que o responsável pelo acompanhamento da carga horária docente é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015, tem orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nessa resolução, para que essa carga horária não seja ultrapassada.
007/2014	Ausência de prestação de contas dos projetos de pesquisa junto a	a) Não havendo comprovação, prorrogação de prazo, que seja cobrada a prestação de contas	A PROINP informou que a recomendação será atendida.

	PROINP	naqueles projetos de pesquisas que receberam bens e/ou valores públicos;	
007/2014	Não há comprovação de geração de receitas ou a utilização de recurso materiais nos projetos de pesquisa analisados	a) Que seja verificado, junto às Coordenações de Pesquisa dos <i>Campi</i> , se realmente não houve geração de receitas ou a utilização de recursos materiais nos projetos de pesquisa.	A PROINP informou que até o primeiro semestre de 2014, a pró-reitoria não oferecia nenhum auxílio financeiro a projetos de pesquisa. Nesse caso, não se exigia acompanhamento e nem prestação de contas no que se refere a parte financeira dos projetos. A partir de 2015 começaremos a exigir isso, mas somente em projetos que envolvam auxílio financeiro a projetos de pesquisa que foram ou serão contemplados em Editais desta modalidade na PROINP. Ressaltamos que projetos cadastrados e que pertencem a editais externos, a PROINP só acompanha mediante relatórios técnico-científicos, ficando a cargo dos órgãos de fomento acompanharem a parte financeira.
007/2014	Ausência de comprovação de aquisição de materiais/bens permanentes nos projetos de pesquisa analisados	a) Que seja verificada, junto às Coordenações de Pesquisa dos <i>Campi</i> , se realmente não houve aquisição de materiais/bens permanentes nas atividades de pesquisas e se esses foram devidamente patrimoniados junto ao IFAC.	A PROINP informou que até o ano de 2015 o IFAC não lançou edital de pesquisa que contemple o financiamento de materiais/bens permanentes. Tal financiamento será contemplado a partir do ano de 2016, sendo previsto, no edital, as condições para que se faça a devida comprovação da aquisição. Com relação a projetos de pesquisa financiados por entidades externas, a obrigação do IFAC em controlar os bens permanentes, normalmente, somente inicia com o término da execução do projeto, cabendo ao seu coordenador a guarda desses bens até a doação para o IFAC.
007/2014	Não há comprovação de estudo/adoção de práticas seguras, junto à PROINP, que previnam	a) Que a PROINP e os <i>Campi</i> adotem procedimentos a fim de que nos projetos de pesquisa sejam realizados estudos prévios ou	A PROINP informou que as recomendações serão seguidas.

	potencial risco à saúde, segurança e ao meio ambiente	adotadas práticas a fim de avaliar e reconhecer previamente o potencial risco à saúde e a segurança das pessoas envolvidas, bem como, risco ao meio ambiente, conforme artigo 19 da Resolução n.º 140/2013-IFAC.	
007/2014	Não há comprovação de que a PROINP e os <i>campi</i> acompanham/supervisionam as atividades de pesquisa e de que mantenham arquivo atualizado com documentos e informações relativas à atividade de pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria e <i>Campus</i> , quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campi</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	A PROINP informou que as recomendações serão seguidas.
007/2014	Ausência de comprovação de que os dados dos projetos de pesquisa analisados foram apresentados na semana de iniciação científica do IFAC	a) Que os resultados dos projetos de pesquisas sejam apresentados na Semana de Iniciação Científica do IFAC ou em outros eventos científicos realizados pelo instituto, de acordo com os normativos vigentes.	A PROINP informou que as recomendações serão seguidas.
007/2014	Divergência quanto ao período de execução do projeto de pesquisa	a) Havendo inexatidão no período de execução dos projetos de pesquisa, que a PROINP, juntamente com os <i>Campi</i> , regulamentem ou resolvam qual será o período exato de execução, a fim de que ocorra o devido acompanhamento desses projetos.	A PROINP informou que considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à

			PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento.
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto à PROINP	a) Que todos os documentos submetidos à PROINP e aos <i>Campi</i> sejam assinados, a fim de atestar a sua autenticidade, em especial os relacionados aos projetos de pesquisa; b) Que sejam realizados procedimentos administrativos a fim de uniformizar os normativos vigentes (editais, resoluções, etc.) quanto à regra de cadastramento/institucionalização de projetos de pesquisa, bem como, de sua comprovação para que não haja ocorrência de conflito entre esses normativos. Nesse sentido é importante que deixem bem claro se somente são válidos os documentos gerados por plataformas <i>on-line</i> , se somente é válido cadastro impresso ou se ambos são válidos.	A PROINP informou que está sendo implementada.
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, finais, semestrais e anuais em conformidade com o edital interno n.º 02/2013 – IFAC- Portugal, com o termo de cooperação FUNASA/IFAC n.º 09/2013 e Resolução IFAC n.º 140/2013	a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais e final; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do Câmpus – Unidade de Origem do Projeto, todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados; c) Em razão dos fatos narrados, verificar a possibilidade de se adotar providências quanto ao	A PROINP informou que fez cobrança de relatórios a todos os coordenadores de projetos com pendências. Os coordenadores que não atenderam à cobrança ficaram impedidos de participar de editais por um ano e continuarão inadimplente junto a PROINP. Documentos de cobrança anexos a este documento. O coordenador do projeto citado já entregou os relatórios.

		descumprimento das regras contidas no Edital interno n.º 02/2013 IFAC-Portugal, com a instauração do devido processo legal, objetivando às penalidades pertinentes, em conformidade com o que dispõe o art. 29, alínea “a”, da Resolução/IFAC n.º 140/2013.	
007/2014	Não há comprovação acerca do cumprimento de exigências do Edital interno n.º 02/2013 IFAC-Portugal	a) Em razão dos fatos narrados, verificar a possibilidade de se adotar providências quanto ao descumprimento das regras contidas no Edital interno n.º 02/2013 IFAC-PORTUGAL, com a instauração do devido processo legal, objetivando às penalidades pertinentes, em conformidade com o que dispõe o art. 29, alínea “d”, da Resolução/IFAC n.º 140/2013.	<p>A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento.</p> <p>Os novos formulários estão em anexo a este documento.</p> <p>Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.</p> <p>No Edital 02/2013 IFAC/Portugal, página 07, item 8.3, descreve: “Os participantes da viagem Brasil/Portugal deverão apresentar o relatório de viagem da visita técnica a Portugal em até 05 (cinco) dias após o retorno ao Brasil junto à Assessoria de Relações Internacionais”. Nesse caso, não é de</p>

			<p>responsabilidade da PROINP e cabe a AUDIN observar melhor os fatos lendo o processo 23224.001.733/2014-50.</p> <p>E a respeito do relatório parcial do projeto intitulado “Avaliação do DDT e seus metabólitos no solo do meio rural do no município de Xapuri, Acre” não foi descumprido nenhum item do edital, pois este projeto está vinculado a outro projeto maior, sendo que as análises de DDT e seus metabólitos no solo dependiam de uma licitação. Esta não ocorreu no prazo estimado e também divulgação dos resultados das análises por parte do laboratório do Instituto Tecnológico de Pernambuco. Sendo assim, por parte do coordenador do projeto foi encaminhado uma justificativa do motivo de não ter dados para entregar o relatório parcial e a PROINP entendeu o motivo, dando como aceite a mesma. Também, vale salientar que na pasta referente a este projeto consta o relatório final.</p>
007/2014	Não há comprovação de prestação de contas relativa aos recursos utilizados na pesquisa	<p>a) Que a PROINP e o <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto) adotem práticas visando o acompanhamento da prestação de contas do referido projeto, a fim de avaliar a utilização dos recursos descentralizados pela FUNASA, provenientes do Termo de Cooperação n.º 09/2013, bem como identificar se a prestação de contas será efetuada no prazo de 30 dias, a contar da conclusão do projeto.</p>	<p>A PROINP informou que o relatório final e a prestação de contas foram encaminhado para Funasa conforme pode ser observado no ofício n.º 009/2015/GABIN/IFAC e o mesmo foi enviando com cópia para a coordenação de pesquisa, inovação e extensão do <i>Campus</i> Rio Branco e para à PROINP. Como ainda a FUNASA está analisando os documentos, não temos uma resposta de finalizado o projeto. Assim que a instituição enviar um documento, o coordenador do projeto estará encaminhado aos setores devidos uma cópia. E sobre os bens adquiridos no projeto, todos foram patrimoniados, conforme se observa nos números de patrimônio IFAC n.º 10142, n.º 10141 e n.º 10172.</p>

007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	a) Que sejam acrescentados à pasta do projeto os Planos Individuais de Trabalho (PITs) da docente, referentes ao 1º e 2º semestre de 2014, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campus</i> , quanto à carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 têm orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nesta resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem até então um documento que os norteavam.
007/2014	Não há comprovação de registro no patrimônio do IFAC de material permanente adquirido na pesquisa	a) Que os materiais/bens permanentes, adquiridos nas atividades de pesquisas, sejam devidamente patrimoniados junto ao IFAC; b) No presente caso, seja juntada à pasta do projeto comprovante de patrimônio do bem adquirido, bem como, os demais documentos afins (nota fiscal, etc.).	Não houve comprovação de providências adotadas.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campus</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	Não houve comprovação de providências adotadas.
007/2014	Divergência quanto ao período de	a) Havendo inexatidão no período de execução	A PROINP informou que considerando que os casos

	execução do projeto de pesquisa	dos projetos de pesquisa, que a PROINP, juntamente com os <i>Campi</i> , regulamentem ou resolvam qual será o período exato de execução, a fim de que ocorra o devido acompanhamento desses projetos.	em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento. Informou ainda que a recomendação será implementada nos projetos a partir de setembro de 2015, e isto está previsto na Nota Técnica 003/2015.
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto à PROINP	a) Que sejam anexados à pasta do projeto o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o cadastramento/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios, seguido das avaliações necessárias, para que ao final, além da emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos estes que deverão ser juntados à pasta do Projeto.	A PROINP informou que o formulário utilizado foi o do sistema SIGPROJ pesquisa, não permitindo mais alteração. Não foi encontrado ficha de avaliação no sistema. Quanto à declaração de Institucionalização, foi anexada à pasta.
007/2014	Não há comprovação de	a) Que sejam elaborados e anexados à	A PROINP informou que a cobrança de relatório foi

	apresentação de relatórios parciais, finais, semestrais e anuais conforme a resolução IFAC n.º 140/2013	respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais e final; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	feita conforme memorando MEMO N.º 0100/2015-PROINP, porém não houve resposta, deixando a coordenador inadimplente junto à PROINP. Quanto a questão de manter arquivo no <i>campus</i> , a PROINP atendeu a recomendação mediante a publicação da Nota Técnica 003/2015.
007/2014	Não há comprovação acerca do cumprimento de exigências do Edital n.º 03/2013 do programa institucional de bolsas de iniciação científica 2013/2014	a) Que sejam anexados à pasta do projeto os documentos comprobatórios de apresentação dos resultados da pesquisa na semana anual de iniciação científica; b) Em razão dos fatos narrados, verificar a possibilidade de se adotar providências quanto ao descumprimento das regras contidas no Edital Interno n.º 03/2013 IFAC, com a instauração do devido processo legal, objetivando às penalidades pertinentes, em conformidade com o que dispõe o Art. 29, alínea “d”, da Resolução/IFAC n.º 140/2013.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento. Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do	a) Que sejam anexados à pasta do projeto os	A PROINP informou que os PITs com as devidas

	cumprimento de carga horária regular	Planos Individuais de Trabalho (PITs) da docente, referentes ao 1º e 2º semestre de 2013 e 1º e 2º semestre de 2014, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campus</i> , quanto a carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015, tem orientado os pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nessa resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem até então um documento que os norteavam.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campi</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	A PROINP informou que: A recomendação será seguida.
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, semestrais e anuais em conformidade com resolução IFAC n.º 140/2013, bem como comprovação de apresentação de relatórios técnicos, diante o que dispõe o regulamento da chamada MEC/SETEC/CNPq n.º 94/2013	a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais, final e termo de aceite; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> – Unidade de Origem do Projeto, todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como	A PROINP informou que a cobrança de relatório foi feita conforme memorando MEMO N.º 096/2015-PROINP/IFAC, porém não houve resposta, deixando a coordenador inadimplente junto à PROINP. Quanto à questão de manter arquivo no <i>campus</i> , a PROINP atendeu a recomendação mediante a publicação da Nota Técnica 003/2015.

		os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	
007/2014	Não há comprovação acerca do cumprimento de exigências do regulamento da chamada MEC/SETEC/CNPq n.º 94/2013	a) Que sejam acrescentados à pasta do projeto o termo de aceitação e a anuência formal escrita de cada participante, bem como, o termo de aceite de apoio financeiro para fins de acompanhamento da execução do projeto.	<p>A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento.</p> <p>Os novos formulários estão em anexo a este documento.</p> <p>Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.</p> <p>Informou ainda que os documentos citados na recomendação devem ser solicitados pelo órgão de fomento externo que financia o projeto. A PROINP entende que projetos contemplados em editais externos devem prestar este tipo de informação aos órgãos responsáveis pelo Edital. A necessidade de responder esse tipo de informação à PROINP e ao órgão externo responsável pelo edital pode onerar o tempo do pesquisador, pois na maioria das vezes algumas exigências e padrão de documentos são</p>

			diferentes. Ressaltamos ainda que a resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem, até então, um documento que os norteavam.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campi</i> , quanto a carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto a carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 tem orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nesta resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada.
007/2014	Não há informações acerca do orçamento utilizado na pesquisa	a) Que seja anexado à pasta do projeto o orçamento detalhado ou informações sobre os valores recebidos, bem como, os gastos efetuados no projeto de pesquisa, juntamente com toda a documentação pertinente.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item Justificativa deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento. Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a Resolução n.º 140/2013-IFAC necessita de

			<p>reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.</p> <p>Informou ainda que os documentos citados na recomendação devem ser solicitados pelo órgão de fomento externo que financia o projeto. A PROINP entende que projetos contemplados em editais externos devem prestar esse tipo de informação aos órgãos responsáveis pelo Edital. Ter que responder esse tipo de informação à PROINP e ao órgão externo responsável pelo edital pode onerar o tempo do pesquisador, pois, na maioria das vezes, algumas exigências e padrão de documentos são diferentes. Ressaltamos ainda que resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem, até então, um documento que os norteavam.</p>
007/2014	Não há informações acerca de aquisição de material permanente	a) Que seja verificada, junto à Coordenação de Pesquisa do <i>Campus</i> , se realmente houve aquisição de materiais/bens permanentes o projeto de pesquisa e se esses foram devidamente patrimoniados no IFAC.	A PROINP informou que considera a verificação de patrimônio de materiais como uma das atribuições da PROAD.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campi</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação	A PROINP informou que essa recomendação será seguida.

		de abertura até sua conclusão.	
007/2014	Divergência quanto ao período de execução do projeto de pesquisa	a) Havendo inexatidão no período de execução dos projetos de pesquisa, que a PROINP, juntamente com os <i>Campi</i> , regulamentem ou resolvam qual será o período exato de execução, a fim de que ocorra o devido acompanhamento desses projetos.	A PROINP informou que considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento. Informou ainda que a recomendação será implementada nos projetos a partir de setembro de 2015, e isso está previsto na Nota Técnica 003/2015.
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto a PROINP	a) Que sejam anexados à pasta do projeto o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o cadastramento/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios, seguido das avaliações necessárias, para que ao final, haja a emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos que deverão	A PROINP informou que o formulário de institucionalização utilizado está de acordo com o previsto no Edital. Não é mais possível exigir novo formulário do coordenador, pois este Edital já foi concluído. A declaração já foi juntada à pasta e a ficha de avaliação já estava na pasta.

		ser juntados à pasta do Projeto.	
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios semestrais e anuais conforme a resolução IFAC n.º 140/2013 e edital n.º 02 ou 12/2013 do programa institucional de bolsas de iniciação científica modalidade Junior IFAC/PROIN/CNPq 2013/2014	a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais e final; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> (Unidade de Origem do Projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	A PROINP informou que a recomendação será seguida.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campi</i> , quanto à carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto a carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 tem orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nesta resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que a Resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem, até então, um documento que os norteavam.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações	A PROINP informou que a recomendação será seguida.

		dos <i>Campi</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	
007/2014	Pesquisa não finalizada, <i>a priori</i> , por falta de recursos e estruturas mínimas	a) Considerando a não apresentação mensal do relatório de atividades realizadas pelo bolsista, bem como, a interrupção do projeto de pesquisa, recomendamos que a PROINP verifique a possibilidade de aplicar as penalidades previstas no parágrafo único do item 11.3 do Edital 12/2013 e, concomitantemente, ser feito o cancelamento da bolsa estudantil.	A PROINP informou que considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento. Informou ainda que a recomendação será implementada nos projetos a partir de setembro de 2015, e isso está previsto na Nota Técnica 003/2015. Informou ainda que o coordenador citado não teve o relatório do projeto aprovado.
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto à PROINP	a) Que sejam anexados à pasta do projeto o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o	A PROINP informou que o formulário de institucionalização utilizado está de acordo com o previsto no Edital. Não é mais possível exigir novo formulário do coordenador, pois este Edital já foi concluído. A declaração já foi juntada à pasta e a ficha de avaliação já estava na pasta.

		<p>cadastro/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios, seguido das avaliações necessárias, para que ao final, haja a emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos esses que deverão ser juntados à pasta do Projeto.</p>	
007/2014	<p>Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, semestrais e anuais conforme a Resolução IFAC n.º 140/2013 e Edital n.º 02 ou 12/2013 do programa institucional de bolsas de iniciação científica modalidade Junior IFAC/PROIN/CNPq 2013/2014</p>	<p>a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais e final; B) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.</p>	<p>A PROINP informou que a recomendação será seguida.</p>
007/2014	<p>Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular</p>	<p>a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campi</i>, quanto à carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.</p>	<p>A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 têm orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nesta resolução, para que essa carga horária não seja ultrapassada.</p>
007/2014	<p>Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa</p>	<p>a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de</p>	<p>A PROINP informou que a recomendação será seguida.</p>

		pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campus</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	
007/2014	Pesquisa finalizada em desacordo com a proposição inicial	a) Comprovando-se o descumprimento da proposta inicial do projeto de pesquisa, recomendamos que a PROINP verifique a possibilidade de aplicar as sanções previstas no item 13.1 do Edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013 (em conformidade com o item 11.3, parágrafo único, do Edital 12/2013) e, concomitantemente, ser feito o cancelamento da bolsa estudantil; b) Que a PROINP e os <i>Campi</i> , em conjunto, adotem mecanismos de controle a fim de que possam verificar se o plano de trabalho e a proposta inicial do projeto de pesquisa estão sendo devidamente cumpridos pelo bolsista e seu orientador.	A PROINP informou que considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto a PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento. O relatório apresentou somente justificativa da não obtenção dos resultados e em função disso, o projeto não foi certificado.
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto a PROINP	a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; B) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes.	A PROINP informou que o formulário de institucionalização utilizado está de acordo com o previsto no Edital. Não é mais possível exigir novo formulário do coordenador, pois este Edital já foi concluído. A declaração e ficha de avaliação já foram juntadas a pasta.

		Portanto, futuramente, para o cadastramento/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios, seguido das avaliações necessárias, para que ao final, haja a emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos esses que deverão ser juntados à pasta do Projeto.	
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, semestrais e anuais conforme a resolução IFAC n.º 140/2013 e edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013 – institucionalização e apoio de projetos dos grupos de pesquisa	a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais e anuais; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	A PROINP informou que a recomendação será seguida.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	a) Que sejam anexados à pasta do projeto os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campi</i> , quanto à carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto a carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 tem orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nesta resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que a Resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem, até então, um documento que os norteavam.

007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campi</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	A PROINP informou que: A recomendação será seguida.
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, semestrais e anuais em conformidade com a resolução IFAC n.º 140/2013	a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais e anuais; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do Câmpus – Unidade de Origem do Projeto, todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	A PROINP informou que: Os relatórios serão cobrados ao coordenador.
007/2014	Não há comprovação de prestação de contas relativa aos recursos utilizados na pesquisa	a) Que seja anexado, à pasta do projeto, a prestação de contas ou informações detalhadas sobre os valores recebidos, os gastos efetuados no projeto de pesquisa, bem como, toda documentação pertinentes aos materiais adquiridos.	A PROINP informou que o item se refere ao projeto de doutorado do referido servidor, realizado por meio de um Acordo de Cooperação do IFAC com o Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. Dessa forma, o financiamento do mesmo (repasso IFAC) e a prestação de contas será realizada pela FIOTEC/IOC junto ao IFAC, não cabendo ao servidor realiza-la junto a PROINP. Além disso, o projeto foi apresentado como institucional porque até recentemente não existia uma diferenciação entre projetos institucionais e projetos de pós-graduação.

			Este problema foi sanado a partir da publicação da Nota Técnica 003/2015-PROINP/IFAC.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campus</i> , quanto a carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que: Os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 tem orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nesta resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campus</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	A PROINP informou que a recomendação será seguida.
007/2014	Divergência de informações acerca do cancelamento do projeto de pesquisa	a) Que seja anexada à pasta do projeto o plano de trabalho, documentos/informações que comprovem, entre outras coisas, o cumprimento do cronograma de execução, o cancelamento da pesquisa, em especial a data do cancelamento, os possíveis repasses financeiros à pesquisa, bem como, o programa de doutoramento em saúde pública – DINTER FSP/USP-UFAC; b) Que sejam mantidos em	A PROINP informou que considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para

		<p>arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento do projeto de pesquisa; c) Em razão dos fatos narrados, que a PROINP verifique a possibilidade de aplicação de penalidades conforme o artigo 29, “b”, “d”, da Resolução n.º 140/2013-IFAC e item 11.3, parágrafo único, do EDITAL N.º 12/2013.</p>	<p>institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento. Informou ainda que não foi enviado pela servidora justificativa para o cancelamento da pesquisa até o presente momento, somente um e-mail informando sobre a saída do bolsista do projeto. Maiores detalhes poderiam ser esclarecidos no relatório final do projeto, o qual foi solicitado por meio do memorando MEMO N.º 096/2015-PROINP/IFAC, porém não houve resposta até o momento. Dessa forma, a coordenadora se encontra inadimplente junto à PROINP.</p> <p>Para concluir, como o projeto de doutorado da referida servidora se trata de um DINTER (FSP/USP-UFAC), o financiamento do mesmo e a prestação de contas será realizada pelas instituições envolvidas, não cabendo à servidora realizá-la junto a PROINP.</p>
007/2014	<p>Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto à PROINP</p>	<p>a) Que sejam juntados à pasta do projeto o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o cadastramento/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios,</p>	<p>A PROINP informou que o formulário de institucionalização utilizado está de acordo com o previsto no Edital. Não é possível exigir novo formulário do coordenador, pois esse Edital já foi concluído. A declaração e ficha de avaliação já foram juntadas à pasta.</p>

		seguido das avaliações necessárias, para que ao final, haja a emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos esses que deverão ser juntados à pasta do Projeto.	
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, semestrais, anuais e final conforme a resolução IFAC n.º 140/2013 e edital n.º 01/PROIN/IFAC/2013 – institucionalização e apoio de projetos dos grupos de pesquisa	a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais, final; b) Que sejam mantidos em arquivo, da PROINP e do <i>Campus</i> – Unidade de Origem do Projeto, todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	A PROINP informou que a cobrança de relatório foi feita conforme memorando MEMO N.º 096/2015-PROINP/IFAC, porém não houve resposta, deixando a coordenadora inadimplente junto a PROINP. Quanto a questão de manter arquivo no <i>campus</i> , a PROINP atendeu a recomendação através da publicação da Nota Técnica 003/2015.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campi</i> , quanto à carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 têm orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nessa resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem até então um documento que os norteavam.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos	A PROINP informou que a recomendação será seguida.

		<p>órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campus</i>, abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.</p>	
007/2014	Divergência quanto ao período de execução do projeto de pesquisa	<p>a) Havendo inexactidão no período de execução dos projetos de pesquisa, que a PROINP, juntamente com os <i>Campi</i>, regulamentem ou resolvam qual será o período exato de execução, a fim de que ocorra o devido acompanhamento desses projetos.</p>	<p>A PROINP informou que considerando os casos em que os prazos não foram cumpridos, a certificação só foi realizada após os coordenadores suprirem as pendências. No entanto, a partir dos apontamentos feitos pela CGU, além de não receber a certificação, o coordenador do projeto ficará sem poder participar de novos editais pelo período de um ano. Além disso, foi publicada pela PROINP, em 2015, a Nota Técnica 003 que prevê passos para institucionalização e acompanhamento dos projetos, além de penalidades aos inadimplentes junto à PROINP. Tais penalidades serão incluídas na reformulação da nova resolução de pesquisa. A Nota Técnica 003/2015 está em anexo a este documento. Informou ainda que a recomendação será implementada nos projetos a partir de setembro de 2015, e isto está previsto na Nota Técnica 003/2015.</p>
007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da pesquisa junto à PROINP	<p>a) Que sejam anexados à pasta do projeto o Formulário de Institucionalização devidamente preenchido e a Declaração de Institucionalização, bem como, as avaliações dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de pesquisa sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o</p>	<p>A PROINP informou que o formulário de institucionalização utilizado está de acordo com o previsto no Edital. Não é mais possível exigir novo formulário do coordenador, pois este Edital já foi concluído. A declaração foi juntada à pasta e a ficha de avaliação não foi encontrada.</p>

		<p>cadastro/institucionalização de projetos de pesquisa, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios, seguido das avaliações necessárias, para que ao final, haja a emissão da Declaração de Institucionalização. Documentos estes que deverão ser juntados à pasta do Projeto.</p>	
007/2014	<p>Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, finais, semestrais e anuais a resolução IFAC n.º 140/2013</p>	<p>a) Que sejam elaborados e anexados à respectiva pasta, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais e final; b) Que sejam mantidos em arquivo da PROINP e do <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.</p>	<p>A PROINP informou que a cobrança de relatório foi feita conforme memorando MEMO N.º 096/2015-PROINP/IFAC, porém não houve resposta, deixando a coordenadora inadimplente junto à PROINP. Quanto à questão de manter arquivo no <i>campus</i>, a PROINP atendeu a recomendação através da publicação da Nota Técnica 003/2015.</p>
007/2014	<p>Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular</p>	<p>a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campus</i>, quanto a carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.</p>	<p>A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 têm orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nessa resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não terem até então um documento que os norteavam.</p>

007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campi</i> , abram pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivo digital atualizado, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	A PROINP informou que a recomendação será seguida.
007/2014	Não há comprovação de apresentação de relatórios parciais, finais, semestrais e anuais em conformidade com a resolução IFAC n.º 140/2013	a) Que sejam elaborados e anexados às respectivas pastas, para cada projeto de pesquisa, dentre outros documentos, os relatórios parciais, semestrais, anuais e final; b) Que sejam mantidos em arquivo da PROINP e do <i>Campus</i> (unidade de origem do projeto), todos os documentos atualizados relacionados ao projeto de pesquisa, principalmente os que denotem o acompanhamento de sua execução, tais como os relatórios parciais, semestrais, anuais e final, devidamente assinados.	A PROINP informou que o relatório parcial foi enviado a PROINP, porém não está correto. O mesmo foi devolvido ao coordenador. Já foi cobrado também o relatório final.
007/2014	Não há informações acerca do orçamento utilizado, bem como respectiva prestação de contas relativa aos recursos utilizados na pesquisa	a) Que seja anexado à pasta do projeto o orçamento detalhado ou informações sobre os valores recebidos, bem como, os gastos efetuados no projeto de pesquisa, juntamente com toda a documentação pertinente.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-

			<p>se eliminar o item Justificativa deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento.</p> <p>Os novos formulários estão em anexo a este documento.</p> <p>Essas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a resolução 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.</p> <p>Os documentos citados na recomendação devem ser solicitados pelo órgão de fomento externo que financia o projeto. A PROINP entende que projetos contemplados em editais externos devem prestar este tipo de informação aos órgãos responsáveis pelo Edital. O pesquisador precisar responder este tipo de informação à PROINP e ao órgão externo responsável pelo edital pode onerar o tempo do pesquisador, pois na maioria das vezes algumas exigências e padrão de documentos são diferentes.</p>
007/2014	Fragilidade no acompanhamento do cumprimento de carga horária regular	<p>a) Que sejam juntados, à pasta do projeto, os Planos Individuais de Trabalho (PITs) ausentes, com as devidas assinaturas; B) Que haja o acompanhamento, pela PROINP e pelos <i>Campus</i>, quanto a carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PIT's), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados; C) Em razão dos fatos narrados, recomendamos que a PROINP verifique a possibilidade de apurar se houve</p>	<p>A PROINP informou que os PITs com as devidas assinaturas serão solicitados ao coordenador citado. Quanto à carga horária docente, o responsável pelo acompanhamento é a PROEN, porém a PROINP, desde a publicação da Resolução n.º 001/2015 têm orientado aos pesquisadores a observarem a carga horária para as atividades de pesquisa previstas nessa resolução, para que esta carga horária não seja ultrapassada. Ressaltamos ainda que resolução de carga horária só foi publicada no início de 2015, justificando muitas divergências nos Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes por não</p>

		descumprimento das regras contidas no art. 3º, parágrafo único, do Decreto n.º 6.690/2008, ou seja, se houve usufruto irregular da licença maternidade, com a instauração do devido processo legal, objetivando assim, a aplicação das penalidades pertinentes.	terem até então um documento que os norteavam.
007/2014	Não há comprovação de registro no patrimônio do IFAC de material permanente adquirido na pesquisa	a) Verificar, junto às Coordenações de Pesquisa dos <i>Campi</i> e Setor de Patrimônio, se houve aquisição de materiais/bens permanentes adquiridos/financiados no projeto de pesquisa e se estes foram devidamente inseridos como patrimônio do IFAC.	A PROINP entende que a verificação de patrimônio de materiais é atribuição da PROAD.
007/2014	Fragilidade no acompanhamento da execução da pesquisa	a) Com a finalidade de dar uma maior transparência e garantir uma efetiva fiscalização/acompanhamento dos projetos de pesquisa, tanto pela Pró-Reitoria, quanto pelos órgãos de controle interno, recomendamos que a PROINP, em conjunto com as Coordenações dos <i>Campi</i> , abra pastas físicas (processos) para cada projeto e/ou mantenham arquivos digitais atualizados, com cópia de toda documentação pertinente, desde a solicitação de abertura até sua conclusão.	A PROINP informou que a recomendação será seguida.
007/2014	Não há comprovação, junto à PROINP, de estudo/adoção de práticas seguras que previnam potencial risco à saúde, segurança e ao meio ambiente dos participantes da pesquisa	a) Que a PROINP e os <i>Campi</i> adotem procedimentos a fim de que nos projetos de pesquisa sejam realizados estudos prévios ou adotadas práticas a fim de avaliar e reconhecer previamente o potencial risco à saúde e a segurança das pessoas envolvidas, bem como, risco ao meio ambiente, conforme artigo 19 da Resolução n.º 140/2013-IFAC.	A PROINP informou que a recomendação será seguida.
007/2014	Não há comprovação de que os	a) Que os resultados dos projetos de pesquisas	A PROINP informou que a recomendação já é

	dados da atividade de pesquisa foram apresentados na semana de iniciação científica do IFAC, assim como em eventos científicos diversos	sejam apresentados na Semana de Iniciação Científica do IFAC ou em outros eventos científicos realizados pelo instituto, de acordo com os normativos vigentes.	seguida pela PROINP. Para os coordenadores de projetos aprovados em editais da PROINP, a apresentação dos resultados nas Semanas de Iniciação Científica é obrigatória. Para os demais, essa apresentação é recomendada.
007/2014	Não há informações acerca de orçamento detalhado, bem como de prestação de contas relativas aos possíveis recursos utilizados na pesquisa	a) Que seja anexado à pasta de cada projeto de pesquisa o orçamento detalhado ou informações sobre os valores recebidos, bem como, os gastos efetuados nos projetos, juntamente com toda a documentação pertinente.	<p>A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item Justificativa deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento.</p> <p>Os novos formulários estão em anexo a este documento.</p> <p>Estas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além disso, a resolução 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa. Informou ainda que a PROINP seguirá essa recomendação somente para projetos de Editais lançados e administrados pela Pró-Reitoria que envolvam auxílio financeiro. Ressaltamos que editais que preveem somente bolsas, não estão inclusos nos editais considerados de auxílio financeiro por esta Pró-Reitoria. A PROINP entende também que projetos</p>

			contemplados em editais externos devem prestar este tipo de informação aos órgãos responsáveis pelo Edital. Ter que responder este tipo de informação a PROINP e ao órgão externo responsável pelo edital pode onerar o tempo do pesquisador, pois na maioria das vezes algumas exigências e padrão de documentos são diferentes.
007/2014	Não há comprovação de aquisição de material permanente	a) Que a PROINP, juntamente com os <i>Campi</i> , adote mecanismos a fim de promover o acompanhamento de aquisição de materiais/bens permanentes nos projetos de pesquisa e se esses foram devidamente patrimoniados no IFAC.	A PROINP entende que a verificação de patrimônio de materiais é atribuição da PROAD. Inclusive a Resolução N.º 197/2014 CONSU/IFAC orienta que todo material permanente adquirido com recursos financeiros do programa de Auxílio Financeiro será incorporado ao patrimônio do IFAC, e que o pesquisador deverá dirigir-se ao setor de patrimônio do IFAC para as providências de doação e tombamento.
007/2014	Não foi encaminhado o edital CNPq que contempla a pesquisa em questão	a) Que sejam mantidos em arquivo da PROINP e do <i>Campus</i> – Unidade de Origem do Projeto, toda documentação, devidamente assinada, pertinente a cada projeto de pesquisa, principalmente os documentos que denotem o acompanhamento de sua execução; b) Que promovam a constante atualização da documentação anexa nas pastas dos projetos de pesquisa, bem como, das informações relacionadas aos mesmos.	A PROINP informou que a Resolução n.º 140/2013 permite que a PROINP atualize e disponibilize os formulários ao longo do tempo. Como exemplo disso, o formulário de institucionalização de projetos foi separado em dois: formulário para institucionalização de projetos de pesquisa e plano de trabalho projeto de pesquisa. Além disso, a PROINP entendeu que no plano de trabalho projeto de pesquisa, o item <i>Justificativa</i> pode ser suprido somente pelo item <i>Introdução</i> e decidiu-se eliminar o item <i>Justificativa</i> deste formulário. Isto trouxe melhor entendimento e aceitação quanto ao preenchimento. Os novos formulários estão em anexo a este documento. Essas atualizações já foram implementadas mediante a Nota Técnica 003/2015 PROINP/IFAC. Além

			<p>disso, a resolução 140/2013-IFAC necessita de reformulação, a qual está prevista para 2016, uma vez que vários itens de formulários não se aplicam a determinados projetos de pesquisa.</p> <p>A recomendação será implementada nos projetos a partir de setembro de 2015, e isto está previsto na Nota Técnica 003/2015.</p>
007/2014	Ausência de termo de cooperação ou carta de intenção	a) Que seja juntado, à pasta do projeto, o termo de cooperação com a UFAC ou carta de intenção; b) Para que não haja divergência na proposição dos projetos de extensão, quanto aos anexos obrigatórios, recomendamos que sejam tomadas providências a fim de unificar os normativos vigentes.	A PROEX informou que conforme declaração da coordenadora (em anexo), o projeto não foi executado. Dessa forma, entendemos que o termo de cooperação ou carta de intenção são desnecessários. Foi encaminhado um memorando para PROAD (anexo) solicitando prestação de contas sobre o recurso, já que não houve a execução da ação, no entanto, ainda não obtivemos respostas.
007/2014	Divergência quanto à composição dos membros da equipe de pesquisa	a) Que antes de efetuarem quaisquer alterações nos projetos de extensão, os <i>Campus</i> façam a devida comunicação à PROEX a fim de atender a regra do item 6, VI, da Resolução n.º 123/2013-IFAC.	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Existência de mais de dois bolsistas participando do mesmo projeto	a) Que a PROEX se manifeste a respeito de qual normativo prevalece quando há divergência/contradição entre as Resoluções/IFAC e Editais externos/internos; b) Verificar quantos bolsistas estão atuando nesse projeto de extensão; c) Caso a norma que prevaleça seja a Resolução/IFAC e confirmando a presença de mais de dois bolsistas no projeto de extensão, que o <i>Campus</i> e PROEX adotem providências quanto ao cumprimento das regras do item 6, IV da Resolução n.º 123/2013-IFAC.	A PROEX informou que a Resolução n.º 123 regulamenta a Política de Extensão/IFAC, no item 6. Extensionistas prevê que o docente ao desenvolver atividades de extensão não poderá exceder o número de dois bolsistas. No entanto, o entendimento desta Pró-Reitoria é que as propostas aprovadas por meio de edital externo devem seguir os normativos do edital ao qual a proposta foi submetida. Como a coordenadora não executou o projeto e não existe pretensão de executá-lo, a PROEX não solicitou explicação quanto ao fato da auditoria ter

			identificado mais de dois bolsistas na equipe.
007/2014	Ausência de plano individual de trabalho (PIT)	a) Que sejam juntados à pasta do projeto de extensão os Planos Individuais de Trabalhos (PITs) que estão faltando, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROEX e pelos <i>Campus</i> , quanto a carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROEX informou que a Resolução n.º 123 IFAC, no item 9 estabelece que os docentes que façam captação de recursos em instituições de fomento, devem institucionalizar os projetos enviando-os para a Direção de Ensino do <i>Campus</i> ao qual o docente é vinculado, bem como Pró-Reitoria a que se destina a área e linha do projeto, a fim de que as horas de extensão possam ser validadas no PIT. A Resolução n.º 001/2015 – CONSU/IFAC que dispõe sobre a Regulamentação da Carga Horária Docente, prevê no Art. 9º, de acordo com este regulamento, os docentes deverão entregar à Diretoria de Ensino, semestralmente, um Plano Individual de Trabalho (PIT). Art. 10 § 1º Caberá à Direção de Ensino de cada <i>Campus</i> cumprir, conforme estabelecido nesse Regulamento, a aprovação e acompanhamento da execução do PIT. O entendimento dessa Pró-Reitoria é de que a responsabilidade pelo acompanhamento quanto à carga horária docente distribuída nos PITs é de competência da Direção de Ensino de cada <i>Campus</i> , cabendo à PROEX a institucionalização dos projetos para que o docente possa estar comprovando junto à Direção de Ensino as horas destinadas a projetos de extensão no Plano Individual de Trabalho.
007/2014	Existência de planos individuais de trabalho (PIT) em período de licença	a) Em razão dos fatos narrados, recomendamos que a PROEX verifique se houve descumprimento das regras contidas no art. 3º, parágrafo único, do Decreto n.º 6.690/2008, ou seja, se houve usufruto irregular da licença maternidade.	A PROEX informou que a implantação do referido projeto foi suspensa, conforme informado através do Memorando n.º 098/2014-CSM-DIRGE/IFAC, de 15/07/2014, pelo fato da coordenadora, a docente em questão, estar em usufruto de licença maternidade, conforme cópia anexa. O referido projeto não foi executado (1.1.6 –

			<p>Constatação 006), conforme relatório emitido pelo Coordenador de Pesquisa, Inovação e Extensão, do <i>Campus</i> de Sena Madureira, em anexo. A interessada gozou de licença maternidade no período de 18/03 a 15/07/2014, com término prorrogado para 13/09/2014, conforme relatório do Portal SIAPENet, emitido pela PROGP, em 17/08/2015, em anexo. De acordo com declaração (anexa) encaminhada a esta Pró-Reitoria pela docente em questão, o projeto nunca foi executado, e nem existe pretensão de executá-lo.</p> <p>Sendo assim, no tocante às informações que competem a esta Pró-Reitoria, relacionadas a execução do projeto de extensão, não houve usufruto irregular de licença maternidade por parte da servidora, já que foi suspenso inicialmente por motivo de licença-maternidade e posteriormente cancelado pela coordenadora. Ressaltamos que em relação a viagem a serviço, citada nos autos, realizada pela docente, não é da competência desta Pró-Reitoria fornecer tais informações, não dispomos de nenhum controle quanto aos servidores dos <i>Campi</i>, devendo a AUDIN recorrer ao <i>Campus</i> de origem da servidora.</p>
007/2014	Ausência de prestação de contas	<p>a) Que a PROEX e o <i>Campus</i> – Unidade de Origem do Projeto – adotem práticas visando o acompanhamento da prestação de contas do referido projeto, a fim de verificar se houve realização de despesas, pagamentos, valores devolvidos, incorporados ou realocados, e se houve aquisição ou não de material permanente.</p>	<p>A PROEX informou que o projeto não foi executado conforme declaração da coordenadora, cópia anexa. Não houve uso do recurso por parte da coordenadora. Estamos verificando junto à PROAD o destino do recurso, fizemos a solicitação, via memorando (anexo), no entanto, ainda não obtivemos respostas.</p>

007/2014	Ausência de comprovação de solicitação formal de prorrogação de prazo	<p>a) Havendo inexatidão no período de execução dos projetos de extensão, que a PROEX, juntamente com o <i>Campus</i>, regulamentem ou resolvam qual será o período exato de execução, a fim de que ocorra o devido acompanhamento do projeto; b) Que seja anexada à pasta do projeto documento de solicitação formal de prorrogação de prazo.</p>	<p>A PROEX informou que o projeto foi aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio da Chamada Pública n.º 89/2013 – MCTI-SECIS/TEM-SENAES/CNPq/Linha B: Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária. O projeto foi institucionalizado via sistema SIGPROj, por meio do Edital de Fluxo Contínuo N.º 01/PROIN/IFAC/2014, a PROIN era a responsável pelo cadastro institucional dos projetos de extensão, nessa época. Ao ser criada a PROEX, em 08 de agosto de 2014, as atividades que envolviam a extensão ficaram sobre a responsabilidade da nova Pró-Reitoria. Nesse sentido, o entendimento da PROEX é de que o projeto é regido por edital externo, devendo imperar os prazos de execução previsto em edital específico. Dessa forma não é necessário a solicitação formal de prorrogação de prazo, já que o Edital que o selecionou prevê prazo de dois anos para execução. De acordo com o item 10. 6 Análise e Julgamento, do Edital N.º 01/PROIN/IFAC/2014 – De Fluxo Contínuo. A institucionalização de propostas não necessitará de avaliação de consultoria externa nos casos de institucionalização de projetos já aprovados em editais externos ao IFAC, ou que não exijam recursos da instituição, por se tratar de mera institucionalização para fins de registro e melhor acompanhamento de ações desenvolvidas nos Campus. Dessa forma, como se trata de projetos já aprovados em editais externos, mesmo não estando explícito no Edital PROIN é de entendimento da PROEX, que a prorrogação de prazo é desnecessária,</p>
----------	---	--	---

			já que o Edital que aprovou, já normatiza sobre isso.
007/2014	Ausência de termo de cooperação ou carta de intenção	A) Que seja juntado, à pasta do projeto, o termo de cooperação com a UFAM ou carta de intenção, conforme as normas do item 8.1 e seguintes do Edital N.º 01/PROIN/IFAC/2014 – de Fluxo Contínuo; b) Para que não haja divergência na proposição dos projetos de extensão, quanto aos anexos obrigatórios, recomendamos que sejam tomadas providências a fim de unificar os normativos vigentes.	A PROEX informou que conforme informações do coordenador do projeto, a professora Dra. A. L. V. é aposentada e não exerce funções na UFAM. No entanto, a PROEX solicitou que seja providenciada a carta de intenção da pesquisadora para realizar a ação, já que é colaboradora externa e o Edital de Fluxo Contínuo exige. Informamos que o coordenador ainda não disponibilizou a documentação requerida, tão logo nos encaminhe estaremos enviando a AUDIN. Seguem anexos e-mail e o memorando n.º 113/2015/PROEX, solicitando do coordenador da proposta, a documentação exigida pela auditoria.
007/2014	Ausência de planos individuais de trabalho (PIT)	a) Que sejam juntados, à pasta do projeto de extensão, os Planos Individuais de Trabalhos (PITs) que estão faltando, com as devidas assinaturas; b) Que haja o acompanhamento, pela PROEXT e pelos <i>Campus</i> , quanto à carga horária docente distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Na mesma oportunidade, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	A PROEX informou que a Resolução n.º 123 IFAC, no item 9, estabelece que os docentes que façam captação de recursos em instituições de fomento, devem institucionalizar os projetos enviando-os para a Direção de Ensino do <i>Campus</i> ao qual o docente é vinculado, bem como Pró-Reitoria a que se destina a área e linha do projeto, a fim de que as horas de extensão possam ser validadas no PIT. A Resolução n.º 001/2015 – CONSU /IFAC que dispõe sobre a Regulamentação da Carga Horária Docente, prevê no Art. 9º, de acordo com este regulamento, que os docentes deverão entregar à Diretoria de Ensino, semestralmente, um Plano Individual de Trabalho (PIT). Art. 10 § 1º, caberá à Direção de Ensino de cada <i>Campus</i> cumprir, conforme estabelecido neste Regulamento, a aprovação e acompanhamento da execução do PIT. O entendimento dessa Pró-Reitoria é de que a responsabilidade pelo acompanhamento quanto a

			carga horária docente, distribuída nos PITs é de competência da Direção de Ensino de cada <i>Campus</i> , cabendo à PROEX a institucionalização dos projetos para que o docente possa estar comprovando junto à Direção de Ensino as horas destinadas a projetos de extensão no Plano Individual de Trabalho.
007/2014	Alteração da equipe sem a devida autorização da Pró-Reitoria competente	a) Que a PROEX adote mecanismos eficientes a fim de exigir que os <i>campus</i> , antes de efetuarem quaisquer alterações nos projetos de extensão, façam a devida comunicação a essa Pró-Reitoria, com o intuito de atender a regra do item 6, VI, da Resolução n.º 123/2013-IFAC.	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Ausência de planilha de compensação de horários	a) Que seja juntada, à pasta do projeto de extensão, a planilha de compensação de horas do coordenador que deverá estar autorizada pela chefia imediata, bem como, ter o parecer da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do <i>Campus</i> .	A PROEX INFORMOU QUE: A documentação foi solicitada pela PROEX ao coordenador da proposta, no entanto até o momento ainda não nos foi disponibilizada, tão logo nos encaminhe estaremos enviando a AUDIN. Seguem anexos e-mail e o memorando n.º 113/2015/PROEX, solicitando do coordenador da proposta a documentação exigida pela auditoria. Ressaltamos que tal projeto foi institucionalizado, quando a PROEX ainda não existia, com a criação da PROEX, em agosto de 2015, as atividades de extensão em andamento ficaram sob a incumbência da nova Pró-Reitoria. Dessa forma, algumas dificuldades são encontradas, no que diz respeito a obtenção de documentação, que ainda não existiam nas pastas dos referidos projetos.
007/2014	Ausência de comprovação de que os bens/materiais permanentes adquiridos no projeto foram	a) Verificar se houve aquisição dos materiais/bens permanentes acima descritos. Em caso positivo, que sejam adotadas	A PROEX informou que conforme informado pelo coordenador do projeto, os equipamentos adquiridos até o momento, estão instalados na sala da

	efetivamente patrimoniados no IFAC	providências objetivando patrimoniar os mesmos junto ao IFAC; b) Havendo materiais/bens permanentes adquiridos, que sejam anexados à pasta do projeto, comprovantes de patrimônio destes, bem como, os demais documentos afins (nota fiscal, etc.); c) Não havendo regulamentação quanto a tombamento de bens/materiais adquiridos nos projetos de extensão, que a PROEX verifique a possibilidade de regulamentar tal questão.	incubadora, localizada no <i>Campus</i> Rio Branco. O tombamento dos bens adquiridos será concretizado ao término da vigência do projeto e da prestação de contas junto ao CNPq, que deverá ocorrer até 60 (sessenta) dias, após o prazo de execução do projeto. Este é o período, que de acordo com o coordenador do projeto, os materiais estarão liberados pelo CNPq para tal procedimento.
007/2014	Proposta de extensão com prazo de vigência acima do limite	a) Que a PROEX se manifeste a respeito de qual normativo prevalece quando há divergência/contradição; b) Havendo inexatidão no período de execução dos projetos de extensão, que a PROEX, juntamente com o <i>Campus</i> , regulamentem ou resolvam qual será o período exato de execução, a fim de que ocorra o devido acompanhamento do projeto.	A PROEX informou que o projeto foi aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, mediante a Chamada Pública n.º 94/2013. Nesse sentido, o entendimento da PROEX é de que o projeto é regido por edital externo, devendo imperar os prazos de execução previsto em edital específico. Dessa forma não é necessário a solicitação formal de prorrogação de prazo, já que o Edital que o selecionou prevê prazo de dois anos para execução.
007/2014	Ausência de comprovação de que os bens/materiais permanentes adquiridos no projeto foram efetivamente patrimoniados pelo IFAC	a) Não havendo o tombamento dos bens/materiais descritos acima, que sejam adotadas providências objetivando patrimoniar os mesmos junto ao IFAC; b) Após a tombamento, que sejam anexados à pasta do projeto, comprovantes de patrimônio dos bens, bem como, os demais documentos afins (nota fiscal, etc.); c) Não havendo regulamentação quanto ao tombamento de bens/materiais adquiridos nos projetos de extensão, que a PROEX verifique a possibilidade de regulamentar tal questão.	A PROEX informou que o projeto foi aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através da Chamada Pública n.º 94/2013. O tombamento dos bens adquiridos, será concretizada ao término da vigência do projeto e da prestação de contas junto ao CNPq, que deverá ocorrer até 60 (sessenta) dias, após o prazo de execução do projeto. Este é o período, que de acordo com o coordenador do projeto, os materiais estarão liberados pelo CNPq para tal procedimento.

007/2014	Ausência de avaliação da proposta pelo comitê científico institucional do IFAC	a) Que sejam anexadas, nas pastas dos projetos de extensão, as avaliações feitas por, no mínimo, dois membros do Comitê Científico Institucional do IFAC, conforme o item 8 da Resolução n.º 123/2013.	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Ausência de avaliação quanto a viabilidade de destinação de carga horária de docente, ou técnico administrativo envolvido no projeto, de forma coerente com as propostas	a) Que haja o acompanhamento e a avaliação, pela PROEX e pelos <i>Campus</i> , quanto à viabilidade da carga horária docente/TAE distribuída nos Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme recomenda a Resolução n.º 001/2015-IFAC. Oportunamente, verificar se esses documentos estão devidamente assinados.	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Ausência de relatórios parciais e finais e de sua análise	a) Que sejam anexados, nas pastas dos projetos de extensão, os relatórios parciais e finais devidamente avaliados pela PROEX e <i>Campus</i> .	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Ausência de comprovação de visitas <i>in loco</i> nos campus aonde as ações de extensão são desenvolvidas	A) Que a PROEX adote providências quanto a possibilidade de promover, constantemente, visitas <i>in loco</i> , nos diferentes Câmpus e unidades de vinculação das ações de extensão, a fim de efetivamente acompanhar a execução do projeto.	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Ausência de comprovação de que os dados da atividade de extensão foram apresentados na semana de iniciação científica do IFAC	A) Que os resultados dos projetos de extensão sejam apresentados na Semana de Iniciação Científica do IFAC ou em outros eventos científicos realizados pelo instituto, de acordo com os normativos vigentes, sob pena de aplicação de sanção. Posteriormente, sejam anexadas, às pastas dos projetos, comprovante dessa participação.	Não houve informação sobre providências adotadas.

007/2014	Não há comprovação do cadastro e/ou institucionalização da extensão junto à PROEX	A) Que sejam anexados às pastas dos projetos, os Planos Individuais de Trabalho (PIT), Termo de Cooperação ou Carta de Intenção, e comprovação das avaliações necessárias realizadas pela Coordenação do <i>Campus</i> de origem, PROEX e Comitê Científico Institucional do IFAC, a fim de comprovar a institucionalização dos projetos; b) Que os procedimentos de institucionalização dos projetos de extensão sejam unificados, a fim de evitar descumprimentos das normas vigentes. Portanto, futuramente, para o cadastramento/institucionalização de projetos de extensão, haja, inicialmente, o preenchimento de formulários próprios no SIGPROJ, seguido das avaliações necessárias (Coordenação do <i>Campus</i> , PROEX e Comitê Científico Institucional do IFAC) a fim de aprová-lo, e ao final, se possível, haja a emissão de uma Declaração de Institucionalização. Documentos estes que deverão ser juntados à pasta do Projeto.	Não houve informação sobre providências adotadas.
007/2014	Não há comprovação de estudo/adoção de práticas seguras, junto à PROEX, que previnam potencial risco à saúde, segurança e ao meio ambiente	A) Verificar, junto à PROEX, se existe regulamentação quanto à realização de estudo/adoção de práticas seguras nos projetos de extensão que previnam potencial risco à saúde, segurança e ao meio ambiente; B) Havendo regulamentação, que a PROEX e os <i>Campus</i> adotem procedimentos a fim de que nos projetos de extensão sejam realizados estudos prévios ou adotadas práticas a fim de avaliar e reconhecer previamente o potencial risco à saúde e a segurança das pessoas	Não houve informação sobre providências adotadas

		envolvidas, bem como, risco ao meio ambiente; C) Que sejam anexados às pastas dos projetos comprovantes da realização desse estudo/adoção de práticas seguras; D) Não havendo regulamentação quanto à realização de estudo/adoção de práticas seguras que previnam potencial risco à saúde, segurança e ao meio ambiente, que a PROEX verifique a possibilidade de regulamentar tal questão.	
007/2014	Não há informações acerca do orçamento detalhado utilizado nas ações de extensão	A) Que a PROEX e o <i>Campus</i> – Unidade de Origem do Projeto – adotem práticas visando o acompanhamento da prestação de contas do referido projeto, a fim de verificar se houve realização de despesas, pagamentos, valores devolvidos, incorporados ou realocados, e se houve aquisição ou não de material permanente.	Não houve informação sobre providências adotadas.
001/2015	O processo 23244.001834/2014-89 (original: 23244.001690/2014-61) apresenta algumas impropriedades, conforme abaixo elencado: 1.1) procedimentos dos processos administrativos: a sindicância investigativa tem caráter sigiloso, em razão disso não há necessidade de publicar portaria de constituição. Porém, como já houve a publicação, não foi especificado que se tratava de uma “sindicância investigativa”. 1.2) portarias da sindicância: foi identificado que as portarias 1.155, de 01/09/2014 e 1.161, de 02/09/2014 têm o mesmo teor,	01. a) Que a autoridade instauradora realize o julgamento do processo ou, se achar conveniente, reconduzir a sindicância com uma nova equipe para averiguar a existência de irregularidades no âmbito da Administração Pública.	No ano de 2015 foi elaborada a RESOLUÇÃO/CONSU/IFAC n.º 70/2015 (Cria a Comissão Permanente de Processos Disciplinares – CPPAD do IFAC e disciplina suas atribuições), a partir da elaboração dessa resolução, o IFAC dará andamento aos processos de sindicâncias e PADs a partir do ano de 2016.

	tratando-se do mesmo objeto. 1.3) procedimentos de validade dos processos administrativos: foi identificado a falta de assinatura do presidente da comissão nos documentos de fls. 11 e 14; 1.4) procedimentos de numeração e carimbo “em branco” nos processos administrativos: faltou numerar as folhas: 22. Não consta no verso das folhas 15 a 19 e 22, o carimbo “em branco”.		
001/2015		01. b) Que haja o cancelamento das portarias de “sindicância investigativa”, conforme demonstrado no item 3.1.	
001/2015		01. c) Que haja o cancelamento da Portaria 1.161, de 02/09/2014, por ser idêntica a Portaria n.º 1.155, de 01/09/2014.	
001/2015		01. d) Que o Presidente da comissão de sindicância investigativa assine os documentos de fls. 11 e 14.	
001/2015		01. e) Que sejam numeradas as folhas 22, bem como carimbado “em branco” no verso das folhas 15 a 19 e 22 do processo, em consonância com o disposto na Portaria Normativa SLTI/MPOG n.º 05, de 19 de dezembro de 2002.	
001/2015		01. f) Recomenda-se o prosseguimento do feito com maior agilidade, em razão do prazo prescricional.	No ano de 2015 foi elaborada a RESOLUÇÃO/CONSU/IFAC n.º 70/2015 (Cria a Comissão Permanente de Processos Disciplinares – CPPAD do IFAC e disciplina suas atribuições),

			mediante a elaboração dessa resolução o IFAC dará andamento aos processos de sindicâncias e PADs a partir do ano de 2016.
001/2015	O processo 23244.001835/2014-23 (original: 23244.001571/2014-16) apresenta algumas impropriedades, conforme abaixo elencado: 2.1) procedimentos do processo administrativo disciplinar: o processo encontra-se no gabinete institucional, mas ainda não há decisão da autoridade instauradora; 2.2) informações do Siga-Adm: foi verificado, no sistema integrado de gestão acadêmica do IFAC, que o processo 23244.001571/2014-16 encontra-se arquivado no gabinete institucional, sendo que o mesmo encontra-se apensado no processo 23244.001835/2014-23; 2.3) procedimentos de numeração e carimbo “em branco” nos processos administrativos: faltou numerar as folhas do processo apensado. Não consta no verso das folhas do processo o carimbo “em branco”.	02. a) Que a autoridade instauradora realize o julgamento do processo.	No ano de 2015 foi elaborada a RESOLUÇÃO/CONSU/IFAC n.º 70/2015 (Cria a Comissão Permanente de Processos Disciplinares – CPPAD do IFAC e disciplina suas atribuições), a partir da elaboração dessa resolução o IFAC dará andamento aos processos de sindicâncias e PADs a partir do ano de 2016.
001/2015		02. b) Recomenda-se que seja informado no SIGA-Adm que o processo 23244.001571/2014-16 encontra-se apensado no processo 23244.001835/2014-23.	
001/2015		02. c) Que seja renumerado o processo, tendo em vista a apensação de outro processo, bem	

		como carimbado “EM BRANCO” no verso das folhas do processo, em consonância com o disposto na Portaria Normativa SLTI/MPOG n.º 05, de 19 de dezembro de 2002.	
001/2015		02. d) Recomenda-se o prosseguimento do feito com maior agilidade, em razão do prazo prescricional.	No ano de 2015 foi elaborada a RESOLUÇÃO/CONSU/IFAC N.º 70/2015 (Cria a Comissão Permanente de Processos Disciplinares – CPPAD do IFAC e disciplina suas atribuições), mediante a elaboração dessa resolução o IFAC dará andamento aos processos de sindicâncias e PADs a partir do ano de 2016.
001/2015	O processo 23244.001836/2014-78 trata-se de sindicância investigativa, no qual consta nos autos, o julgamento da autoridade competente, na qual concluiu pelo arquivamento da investigação e que deve ser acatado pelo setor responsável.	Que seja observado às determinações estabelecidas pela autoridade julgadora no Despacho RIFAC n.º 1.396/2014, no qual decidiu pelo arquivamento do processo administrativo de sindicância investigativa.	
001/2015	O processo 23244.000617/2012-18 não foi analisado por esta auditoria interna tendo em vista que já consta a análise realizada pelo núcleo para assuntos disciplinares – NAD da secretaria de educação profissional e tecnologia do MEC.	Que seja observado às determinações estabelecidas pela autoridade julgadora no Ofício n.º 028/2015/NAD/GM/MEC, no qual decidiu pelo arquivamento do processo administrativo de sindicância acusatória.	
001/2015	O processo 23244.002926/2013-03 apresenta algumas impropriedades, conforme abaixo elencado: 5.1) requisitos procedimentais de processos administrativos disciplinares: não há, nos autos, a	05. a) Recomenda-se o prosseguimento do feito com maior agilidade, em razão de que o prazo prescricional já começou a correr, pois já ultrapassou o período de interrupção da prescrição, qual seja de 140 dias (60 dias + 60 dias para a conclusão do inquérito + 20 dias o	

	<p>publicação da portaria de instauração da comissão de processo administrativo disciplinar correspondente ao n.º 706, do dia 15 de outubro de 2013. Também não consta nos autos, as possíveis portarias de prorrogação de prazo e/ou recondução da comissão, tendo em vista o prazo de 60 dias estabelecidos para a realização do trabalho e, até o memorando n.º 001, da comissão fls. 55 (sem numeração), o processo administrativo disciplinar não foi finalizado. 5.2) procedimentos de numeração e carimbo “em branco” nos processos administrativos: o processo não se encontra numerado e nem consta no verso das folhas do processo o carimbo “em branco”.</p>	<p>juízo de julgamento).</p>	
001/2015		05. b) Seja anexado aos autos cópia da portaria n.º 706, datada do dia 15/10/2013, publicadas no boletim de serviço do IFAC.	
001/2015		05. c) Que sejam numeradas todas as folhas do processo de forma cronológica começando da folha n.º 02 da solicitação de abertura de processo, bem como carimbado “EM BRANCO” no verso das folhas do processo, em consonância com o disposto na Portaria Normativa SLTI/MPOG n.º 05, de 19 de dezembro de 2002.	
001/2015		05. d) Que seja anexada aos autos a devida	

		justificativa da comissão e/ou autoridade competente em razão da inércia/desídia na condução tempestiva do PAD.	
001/2015		05. e) Que a autoridade competente analise eventuais medidas complementares que julgar pertinente, aí incluídas possível responsabilização da Comissão do processo apurado pela inexistência de procedimentos que deveriam ter sido realizados no prazo estipulado na portaria da constituição da comissão, com prováveis danos ao Erário.	No ano de 2015, foi elaborada a RESOLUÇÃO/CONSU/IFAC N.º 70/2015 (Cria a Comissão Permanente de Processos Disciplinares – CPPAD do IFAC e disciplina suas atribuições), mediante a elaboração dessa resolução, o IFAC dará andamento aos processos de sindicâncias e PADs a partir do ano de 2016.
002/2015	<p>Analisando o processo 23244.000654/2014-80, observou-se que o termo de referência não foi juntado aos autos. Ressalta-se que às fls. 96 do processo 23244.000654/2014-80 há um despacho da PROAD, de n.º 268/2014, solicitando a “aprovação do termo de referência (fl. 35 a 43)” (grifo nosso). No entanto, nas fls. 35/43 foi juntado a minuta do edital do pregão do IBGE, mas não o termo de referência, conforme recomenda o art. 21, II, do dec. 3.555/2000.</p>	<p>Que seja juntado ao processo o Termo de Referência devidamente assinado e/ou que seja comprovado que o referido documento foi juntado aos autos.</p>	<p>A PROAD informou que o processo já foi encerrado e não pôde inserir novos documentos.</p> <p>O IFAC participou de uma compra compartilhada com o IBGE, sendo que foi apensado ao processo todo o edital das fls. 19 às fls. 49. O Termo de Referência consta das fls. 35 às fls. 43 e, às fls. 37 consta a separação do quantitativo pertencente ao IFAC e o pertencente ao IBGE. Versa o art. 6º do Decreto n.º 7.892 de 23/01/2013 que o órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte. Entretanto tomaremos medidas para que nos pregões em</p>

			<p>curso e nos próximos instruímos de forma a atender ao que preceitua a legislação vigente, visto que o processo ora auditado já teve sua ata encerrada, de forma a inviabilizar e sanar essa ausência.</p> <p>Para aquisições em andamento e futuras, serão observadas todas as etapas e documentações necessárias para que não ocorra esse tipo de inconsistência.</p>
002/2015	<p>Ao analisar a folha 97 do processo 23244.000654/2014-80, a aprovação do “termo de referência” não foi devidamente motivada pela autoridade competente. Portanto, tal fato está em desacordo com o disposto no art. 9, II, §§ 1º e 2º, do dec. 5.450/2005 e no art. 8º, IV, do dec. 3.555/2000.</p>	<p>Que a PROAD adote controles internos eficientes a fim de verificar a existência de aprovação motivada do termo de referência e se esta apresenta os pressupostos de fato e de direito que determinaram tal aprovação, observando os princípios que regem os processos administrativos e a legislação pertinente.</p>	<p>A PROAD informou que o processo já foi encerrado e não pode inserir novos documentos. Será repassado ao GABIN orientações quanto à questão da aprovação do termo de referência que tem sido feita de uma forma não adequada, como pode ser visto nas fls. 97 do processo.</p> <p>Para aquisições em andamento e futuras, serão observadas todas as etapas e documentações necessárias para que não ocorra esse tipo de inconsistência.</p>
002/2015	<p>Verificando as fls. 111/112, fls. 125/127, fls. 131/133, fls. 197/198, fls. 221/222, fls. 256/257, fls. 268/269, fls. 281/282 do processo 23244.000654/2014-80, constata-se que as notas de empenho com classificação 449052 possuem como subitem a descrição “12 – aparelhos e utensílios domésticos”. Ocorre que essa classificação é</p>	<p>a) Que a PROAD informe qual a classificação de despesa foi adotada no Processo 23244.000654/2014-80, se a da PORTARIA N.º 448/2002 ou a do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, bem como, informe qual classificação de despesa está sendo adotada atualmente pelo IFAC;</p>	<p>A PROAD informou que a classificação da despesa nos empenhos citados está de acordo com o plano de contas aplicados ao setor público, inclusive a descrição do subitem 12, o qual a despesa foi classificada, em sua última linha consta a descrição aparelho de ar condicionados (tipo de embutir, portátil e split) e outros.</p>

	aplicada somente para os condicionadores de ar móveis, segundo a portaria n.º 448, de 13 de setembro de 2002, que divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Desta maneira, de acordo com a mesma portaria, para os condicionadores de ar fixo, deveria usar a classificação 449052-34 (máquinas, utensílios e equipamentos diversos).		
002/2015		b) Havendo a utilização de mais de um normativo para classificação das despesas junto ao IFAC, sugere-se que passem a utilizar a classificação fornecida por somente um deles, a fim de uniformizar as práticas contábeis.	A PROAD informou que o processo já foi encerrado e não pode inserir novos documentos. Para aquisições em andamento e futuras, serão observadas todas as etapas e documentações necessárias para que não ocorra esse tipo de inconsistência.
002/2015	Constatou-se, no processo: 23244.000654/2014-80, que as notas de empenho (2014ne800478; 2014ne800479; 2014ne800658; 2014ne800656; 2014ne800657; 2014ne800363) não possuíam a assinatura do ordenador da despesa/gestor financeiro. Ademais, a nota de empenho n.º 2014ne800480 não foi encontrada dentro do processo, apesar de ter sido mencionada na nota fiscal n.º 649 (fls. 621 do processo auditado). Acerca disso, salientamos que “é vedada a realização de despesa sem	a) Que o setor responsável pela emissão de empenho adote mecanismos de controles internos a fim de que todos os empenhos emitidos no SIAFI, antes de serem anexados ao processo, sejam assinados pelo Gestor Financeiro, bem como, pelo Ordenador de Despesa do IFAC;	A PROAD informou que foram coletadas todas as assinaturas pendentes.

	prévio empenho”, conforme o artigo 60, da lei 4.320/1964.		
002/2015		b) Que seja anexada ao processo a Nota de Empenho n.º 2014NE800480.	
002/2015	Foi verificado no processo 23244.000654/2014-80 que a certidão negativa de débito – CND da fazenda municipal (fl. 536 do processo auditado) tinha como prazo de validade 27/01/2015; que o certificado de regularidade do FGTS – CRF (fl. 538 do processo auditado) tinha como prazo de validade até 23/12/2014; que a certidão negativa de débito – CND da fazenda estadual era válida até 29/01/2014 (fl. 537 do processo auditado). No entanto, em 19/02/2015, conforme relação das ordens bancárias externas (fl. 549 do processo auditado) houve autorização para pagamento do DANFE n.º 637 (fl. 544 do processo auditado).	Não há recomendação quanto a essa constatação.	A PROAD informou que a Ordem Bancária mencionada tem data de referência de 13/02/2015 e não 19/02/2015 conforme constatação. É praxe apensar ao processo a documentação juntamente com a Nota Fiscal, porém o pagamento só é de fato executado se todas as certidões estiverem com a validade correta. À fl. 550, logo após a Ordem Bancária, consta a consulta ao SICAF que comprova a regularidade da empresa no dia em que foi efetuado o pagamento, o qual coincide com a data da Ordem.
002/2015	Constatou-se no processo 23244.000654/2014-80: fornecimento de condicionador de ar em desacordo com as especificações requeridas na ata de registro de preço. Em pesquisa realizada na internet, não foi encontrada a classificação	a) Verificar a possibilidade de um técnico especializado medir e atestar qual o grau de eficiência energética do condicionador de ar, portátil, Springer mpn-12crv1/mpn-12cr2, 110v, 12000 btus, a fim de saber se este possui eficiência energética semelhante ao dos condicionares de ar portáteis com classificação “A” de eficiência energética certificada pelo	A PROAD informou que o condicionador de ar portátil adquirido está na mesma especificação conforme especificado no item 9 do PE n.º 011/2013 IBGE Acre do qual o IFAC foi órgão participante. Conforme Termo de Homologação em anexo, o item homologado é o mesmo que está em empenho, porém não foi observado pelo pregoeiro do IBGE que o ar portátil da marca

	energética do condicionador de ar, portátil, Springer mpn-12crv1/mpn-12cr2, 110v, 12000 Btus, visualizada por meio do selo emitido pelo programa nacional de conservação de energia elétrica – Procel.	INMETRO.	Springer Carrier não fornece classificação energética e, para comprovar, está em anexo o resultado por fornecedor que indica tal marca como vencedora deste item. Dessa forma, encaminhamos o Ofício n.º solicitando ao IBGE, órgão gerenciador da Ata, informações a respeito.
002/2015		b) Comprovado a não economicidade/desvantajosidade desse condicionador de ar portátil, verificar com a empresa contratada a possibilidade de substituição de todos os aparelhos adquiridos pelo IFAC, por um que atenda as especificações da Ata de Registro de Preço;	A PROAD informou que o processo já foi encerrado e não pode inserir novos documentos. Para aquisições em andamento e futuras, serão observadas todas as etapas e documentações necessárias para que não ocorra esse tipo de inconsistência.
002/2015		c) Independentemente do atendimento das duas recomendações anteriores, se for o caso, verificar a possibilidade de aplicação de penalidades à empresa contratada, em atendimento ao que aduz o artigo 6º, § 1º, o Decreto n.º 7.892/2013, por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, já que o condicionador de ar portátil descrito na Ata de Registro de Preço deveria possuir classificação “A” de eficiência energética certificada pelo INMETRO;	A PROAD informou que o processo já foi encerrado e não pode inserir novos documentos. Para aquisições em andamento e futuras, serão observadas todas as etapas e documentações necessárias para que não ocorra esse tipo de inconsistência.
002/2015		d) Ainda em respeito à regra do artigo 6º, § 1º, o Decreto n.º 7.892/2013, que o IBGE seja informado acerca da ocorrência constatada, ou seja, acerca do descumprimento da ata de	A PROAD informou que o processo já foi encerrado e não pode inserir novos documentos. Para aquisições em andamento e futuras, serão observadas todas as etapas e documentações

		registro de preços por parte da contratada.	necessárias para que não ocorra esse tipo de inconsistência.
002/2015	<p>Ficou constatada, em análise processual – 23244.000654/2014-80, a existência de três cotações de preços em sites da internet sendo uma da empresa Global Ar Comércio de Refrigeração Ltda, CNPJ 66.110.404/0001-46, no valor de R\$ 2.999,00 (fl. 151 do processo auditado), uma da empresa Riquena Neto Ar Condicionado Ltda, CNPJ 08.382.929/0001-34, no valor de R\$ 3.019,00 (fl. 153 do processo auditado) e outra da empresa nova Portocom Comércio Eletrônico S.A. (www.casabahia.com.br), CNPJ 09.358.108/0001-25, no valor de R\$ 3.199,90 (fl. 155 do processo auditado). No entanto, ao verificar o mapa comparativo (fl.158 do processo auditado), ficou constatado que o preço descrito na cotação da empresa CNPJ 09.358.108/0001-25 (casabahia.com) era de R\$ 3.238,99, ou seja, diferente do que foi cotado. O que gerou erro, tanto na média unitária quanto na média total.</p>	<p>Que sejam adotados mecanismos efetivos quanto a elaboração dos mapas comparativos para que quantifiquem corretamente o preço encontrado, com a finalidade de não haver contratações desvantajosas para a administração.</p>	<p>A PROAD informou que a diferença do valor se deve pelo fato da empresa casas Bahia cobrar frete no valor de R\$ 39,99 conforme visto à fl. 155 do processo, ao adicionarmos o valor do frete ficará exatamente o valor constante do mapa comparativo.</p>
002/2015	<p>Foi verificado na fl. 294 e fl. 326 do processo auditado 23244.002367/2014-12 que as declarações SICAF/SIASG das</p>	<p>a) Que seja juntado documento comprovando que a empresa A. Coelho dos Santos – EIRELI – ME (CNPJ n.º 10.774.168/0001-08) participou da licitação devidamente</p>	<p>A PROAD informou que esta declaração necessita ser atualizada cada vez que suas componentes vencem, ocorrendo por vezes de não ser atualizada junto ao órgão cadastrador, muito</p>

	<p>licitantes A. Coelho dos Santos – EIRELI – ME (CNPJ n.º 10.774.168/0001-08) e Borges & Lima Construções e Comércio LTDA – ME (CNPJ n.º 05.014.753/0001-70) estavam vencidas. No entanto, houve a participação dessas empresas no pregão (fl. 327/349 do processo auditado), em desacordo com o art. 14, IV e V, do decreto n.º 5.450/056, que assevera que para a habilitação dos licitantes interessados será exigida a documentação relativa à regularidade fiscal com a fazenda nacional, bem como, relativa à regularidade fiscal perante as fazendas estaduais e municipais.</p>	<p>regularizada;</p>	<p>embora tais declarações estejam atualizadas, pois trata-se de um sistema federal. As declarações com validade dentro do prazo estão anexadas ao processo na parte em que têm a documentação das empresas citadas. Quanto à empresa A Coelho dos Santos EIRELI – ME podemos visualizar tais certidões às fls. 271. Já para a empresa Borges & Lima Construções e Comércio LTDA – ME são vistas às fls. 304v, 305, 306 e 315 do Volume II do processo.</p>
002/2015		<p>b) Que sejam adotados mecanismos de controles a fim de evitar que as licitantes interessadas participem da licitação sem antes preencher todas as condições de habilitação.</p>	<p>A PROAD informou que esta declaração necessita ser atualizada cada vez que suas componentes vencem, ocorrendo por vezes de não ser atualizada junto ao órgão cadastrador, muito embora tais declarações estejam atualizadas, pois trata-se de um sistema federal. As declarações com validade dentro do prazo estão anexadas ao processo na parte em que têm a documentação das empresas citadas. Quanto à empresa A. Coelho dos Santos EIRELI – ME, podemos visualizar tais certidões às fls. 271. Já para a empresa Borges & Lima Construções e Comércio LTDA – ME são vistas às fls. 304v, 305, 306 e 315 do Volume II do processo.</p>

002/2015	Processo 23244.002196/2013-32 – ausência de comprovação de publicação da relação das compras realizadas pela administração – não foi encontrada, no processo, documentação que comprove a publicação da relação das compras feitas pela administração (em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público), como assevera o artigo 16 da lei 8.666/1993.	a) A fim de atender a regra do artigo 16 da Lei 8.666/1993 e dar ampla publicidade às aquisições do instituto, recomendamos que haja publicação mensal, no site do IFAC, de uma lista com todas as compras efetuadas, contendo, no mínimo, informações sobre: identificação do bem, preço unitário, quantidade adquirida, nome do fornecedor/contratado, valor total das compras e o setor para o qual está sendo destinado.	A PROAD informou que tendo em vista as rotinas desta pró-reitoria, precisamos de um prazo de 30 dias para adequar o fluxo ao atendimento do que dispõe o art. 16 da Lei n.º 8.666/93, como constatado no Relatório de Auditoria.
002/2015	Verificou-se que às fls. 03/36 e fls. 65/98 do processo auditado (23244.001391/2013-45), o termo de referência não estava assinado pelo pró-reitor de administração.	a) Que a PROAD comprove a existência dentro do processo, que o Termo de Referência foi assinado pelo responsável, como informado.	A PROAD informou que o Termo de referência acostado das fls. 65-105 foi uma alteração feita no 1º termo apresentado fls. 03-36. Ocorre que o então Pró-Reitor de Administração não faz mais parte do quadro do IFAC e, além disso, tal termo não tem validade dentro do processo, visto que foi sugerido o termo posterior, já assinado pelo responsável.
002/2015		a) Que sejam adotados mecanismos de controle a fim de que todos os documentos, em especial os atos essenciais para a realização do pregão, como o Termo de Referência, por exemplo, sejam assinados por seu responsável, antes de serem anexados ao processo.	A PROAD informou que o Termo de referência acostado das fls. 65-105 foi uma alteração feita no 1º termo apresentado fls. 03-36. Ocorre que o então Pró-Reitor de Administração não faz mais parte do quadro do IFAC e, além disso, tal termo não tem validade dentro do processo, visto que foi sugerido o termo posterior, já assinado pelo responsável.

002/2015	Verificou que às fls. 46 e fls. 110 do processo auditado (23244.001391/2013-45), a aprovação do termo de referência não foi devidamente justificada. Portanto, tal fato está em desacordo com o disposto no art. 9, II, §§ 1º e 2º, do dec. 5.450/2005 e no art. 8º, IV, do dec. 3.555/2000.	a) Que a PROAD adote controles internos eficientes a fim de verificar a existência de aprovação motivada do termo de referência e se esta apresenta os pressupostos de fato e de direito que determinaram tal aprovação, observando os princípios que regem os processos administrativos e a legislação pertinente.	A PROAD informou que será repassado ao GABIN orientações quanto à questão da aprovação do termo de referência.
002/2015	Verificou-se, às fls. 121/127 do processo auditado (23244.001391/2013-45) que as empresas pesquisadas construtora e Imobiliária Amazônia LTDA – ME (CNPJ 02.381.198/0001-26), M.N. De castro – ME (CNPJ 04.517.645/0001-57) e J. Nunes Junior – ME (CNPJ 17.319.221/0001-20) não pertenciam ao ramo do objeto licitado, ou seja, não possuíam nenhuma das descrições encontradas no cadastro nacional da pessoa jurídica, do site <www.receita.fazenda.gov.br>, tais como: fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (código 78.30-2-00) e/ou seleção e agenciamento de mão de obra (código 78.10-8-00). Iguais às descrições encontradas nas empresas CNPJ 08.021.512/0001-46 e CNPJ 09.646.758/0001-76.	a) Adoção de mecanismos de controle efetivos para que somente seja realizada pesquisa de mercado com empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado, a fim de não haver contratações desvantajosas para a administração.	A PROAD informou que atualmente já foi adotado o procedimento de pesquisar o ramo da empresa para se evitar falhas idênticas ao que aconteceu neste processo. O setor de compras está ciente de que não mais serão aceitas cotações de empresas que tenham ramo difuso do objeto do certame.

002/2015	Verifica-se às fls. 128/143 do processo auditado (23244.001391/2013-45) que as coletas de preços não possuem a assinatura do diretor de administração. Ressalta-se que já houve recomendação quanto a isso no parecer n.º 47 – AUDIN/IFAC (fls. 209/213 do processo auditado). De igual forma, não houve a assinatura do coordenador de contratos e convênios na coleta de preço de fls. 3033 do processo auditado.	a) Que as coletas de preços constantes nas fls. 128/143 e fls. 3033 do processo auditado sejam devidamente assinadas por seus responsáveis. Havendo impossibilidade de atendimento, justificar o motivo.	A PROAD informou que foi enviado Memorando ao responsável e as resposta foram encaminhadas.
002/2015		b) Que sejam adotados mecanismos de controle para que as coletas de preço sejam realizadas por pessoas com capacitação nessa área;	
002/2015		c) Que haja mecanismos eficientes a fim de que, antes de serem anexadas ao processo, as coletas de preço sejam devidamente assinadas por seu responsável.	
002/2015	Verificou-se que o mapa comparativo, às fls. 144/146 e fls. 217/217-V do processo auditado (23244.001391/2013-45), foi elaborado com erro de cálculo, que por sua vez gerou erro no preço total. O item 9 do mapa comparativo que tratava da coleta de preço para o cargo Auxiliar de Agropecuária – 40 horas semanais	a) Que sejam adotados mecanismos efetivos quanto à elaboração dos mapas comparativos para que quantifiquem corretamente o preço encontrado, com a finalidade de não haver contratações desvantajosas para a administração.	A PROAD informou que apesar do erro material verificado, fórmula de Excel, a administração não teve prejuízos, pois os preços verificados nas atas são inferiores aos preços calculados a menor devido o erro, sendo eles respectivamente: item 9 (R\$ 1.628,82), item 26 (R\$ 1.572,61) e item 41 (R\$ 1.612,55). Será cobrado um rigor maior para corrigir tal falha. Da mesma forma, não houve prejuízos para a

<p>no <i>Campus</i> Cruzeiro do Sul, apresentou um preço médio unitário de R\$ 1.629,62, quando, na verdade, era para apresentar um preço médio unitário de R\$ 2.172,82, já que apenas 3 empresas (das 4 pesquisadas) deram preço para esse item, ou seja, as empresas J. Nunes Junior – ME (CNPJ 17.319.221/0001-20) e F. O. do Nascimento (CNPJ 09.646.758/0001-76) não cotaram preço para esse item. Da mesma maneira, no item 26 do mapa comparativo que tratava acerca da coleta de preço para o cargo Auxiliar de Agropecuária – 40 horas semanais, no <i>Campus</i> Sena Madureira, apresentou um preço médio unitário de R\$ 1.790,10, quando, na verdade, era para apresentar um preço médio unitário de R\$ 2.237,62, já que apenas 4 empresas (das 5 pesquisadas) deram preço para esse item, ou seja, a empresa F. O. do Nascimento (CNPJ 09.646.758/0001-76) não cotou preço para esse item. Igualmente, no item 41 do mapa comparativo que tratava da coleta de preço para o cargo Auxiliar de Agropecuária – 40 horas semanais, no <i>Campus</i> Xapuri, apresentou um preço médio unitário de R\$</p>		<p>administração quanto ao erro formal para os itens 15 e 32, já que foram adquiridos respectivamente por R\$ 1.740,86 e 1.675,96, valores bem abaixo do preço médio do referido mapa comparativo. Um controle mais rigoroso será feito a partir de então para que os mapas sejam elaborados da forma correta.</p>
--	--	--

	<p>1.612,62, quando, na verdade, era para apresentar um preço médio unitário de R\$ 2.150,16, já que apenas 3 empresas (das 4 pesquisadas) deram preço para esse item, ou seja, as empresas J. Nunes Junior – ME (CNPJ 17.319.221/0001-20) e F. O. do Nascimento (CNPJ 09.646.758/0001-76) não cotaram preço para esse item. No mapa comparativo de fls. 3042 (itens 15 e 32) havia erro material quanto aos valores das coletas aferidas pelas empresas Marques & Barbosa LTDA (CNPJ 08.021.512/0001-46) e Vertitalize Com. e Serv. LTDA (CNPJ 12.013.484/0001-92). Sendo assim, no item 32 do mapa comparativo, quanto à coleta da empresa Marques & Barbosa LTDA apresentava um valor de R\$ 2.669,15 quando, na verdade, o valor correto deveria ser de R\$ 2.269,15 (fls. 2996 do processo auditado). De igual forma, no item 32 do mapa comparativo, quanto à coleta da empresa Vertitalize Com. e Serv. LTDA apresentava um valor de R\$ 2.636,42 quando, na verdade, o valor correto era para ser de R\$ 2.436,42 (fls. 3024 do processo auditado). Outrossim, no item 15 do mapa comparativo, quanto à coleta</p>		
--	--	--	--

	da empresa Vertitalize Com. e Serv. LTDA, apresentava um valor de R\$ 2.554,00 quando, na verdade, o valor correto era para ser de R\$ 2.554,57 (fls. 3011).		
002/2015	<p>Processo 23244.001391/2013-45: de acordo com os contratos assinados entre as partes, na cláusula que especifica as obrigações da contratada, no item (8.2.5.), a contratada é obrigada a <i>“fornecer e manter atualizada, junto à fiscalização do contrato, relação nominal dos empregados, indicando nome completo, função, números de identidades e CPF, endereço e telefones residenciais, número de celular, horário e local de trabalho”</i>. No entanto, tal relação nominal de empregados não foi juntada aos autos. Cabe ressaltar que segundo o item 9.15 do contrato, é obrigação da contratante <i>“exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário”</i>.</p>	<p>a) Que seja comprovado que a relação nominal dos empregados terceirizados do IFAC está sendo entregue mensalmente pelas empresas contratadas.</p>	<p>A PROAD informou que esse processo possui alguns outros processos separados somente para execução onde são encontradas as informações do item 9.15 do contrato, a saber: 001005/2014-04, 001004/2014-51, 001003/2014-15, 001002/2014-62, 000999/2014-33, 000998/2014-99 e 000997/2014-44.</p> <p>Será solicitado ao setor de contratos que envie às contratadas um modelo a ser entregue mensalmente quando do pedido de pagamento, para atender ao que rege a cláusula 8.2.5., obrigações da CONTRATADA.</p>
002/2015		<p>b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.</p>	<p>A PROAD informou a orientação via memorando aos fiscais para que seja cobrado recibo de entrega de uniformes e EPIs.</p>

002/2015	<p>Processo 23244.001391/2013-45: de acordo com os contratos assinados entre as partes, na cláusula que especifica as obrigações da contratada, no item (8.2.20.), a contratada deve “encaminhar ao fiscal do contrato, cópia dos recibos de entrega dos uniformes e EPIs, até o 5º dia útil do mês subsequente ao seu fornecimento, sendo vedada a cobrança ou desconto, de seus empregados de quaisquer valores referentes aos mesmos”. No entanto, tais recibos não foram juntados aos autos. Cabe ressaltar que segundo o item 9.15 do contrato, é obrigação da contratante “exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário”.</p>	<p>a) Que seja comprovado que o fornecimento de uniformes e EPIs aos empregados terceirizados do IFAC está sendo entregue conforme o disposto no contrato.</p>	<p>A PROAD informou a orientação via memorando aos fiscais para que seja cobrado recibo de entrega de uniformes e EPIs.</p>
002/2015		<p>b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.</p>	
002/2015	<p>Processo 23244.001391/2013-45: de acordo com os contratos assinados entre as partes, na cláusula que especifica as obrigações da contratada, no item (8.2.22.), a</p>	<p>a) Que seja anexado ao processo, documento que comprove o vínculo empregatício entre as contratadas e seus respectivos empregados, por meio de cópias da Carteira de Trabalho, de Previdência Social e de Saúde, do atestado do</p>	<p>A PROAD informou que há um processo de execução para cada <i>campus</i> onde é pensada toda a documentação necessária ao pagamento. Muito embora não haja a carteira de trabalho, é enviado mensalmente a relação dos funcionários via</p>

	<p>contratada deve “<i>comprovar a qualquer tempo, perante a contratante, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados, mediante exibição de suas carteiras de trabalho, de previdência social e de saúde, além do atestado de sanidade física e mental, devidamente anotadas e atualizadas</i>”. No entanto, tais documentos não foram juntados aos autos. Cabe ressaltar que segundo o item 9.15 do contrato, é obrigação da contratante “<i>exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário</i>”.</p>	<p>sanidade física e mental, devidamente anotadas e atualizadas, conforme o disposto no contrato;</p>	<p>RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIG, retirado do Ministério da Fazenda, além dos contracheques mensais enviados que também é uma forma de comprovação de vínculo empregatício. Em anexo, segue documentação de um mês desde o despacho com documentos remetidos pela empresa mensalmente, sem os quais não se procede o pagamento.</p>
002/2015		<p>b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.</p>	
002/2015	<p>Processo 23244.001391/2013-45: de acordo com os contratos assinados entre as partes, na cláusula que especifica as obrigações da contratada, no item (8.2.23.), a contratada é obrigada a “<i>apresentar, sempre que solicitado pela administração, os comprovantes de pagamento de empregados e o recolhimento dos</i></p>	<p>a) Que os comprovantes de pagamento dos empregados terceirizados, via transferência bancária, sejam anexados ao processo.</p>	<p>A PROAD informou que será solicitado ao setor de contrato que peça as contratadas, via documento, o comprovante da transferência de forma mensal para fins de cumprimento ao disposto para que sejam juntadas ao processo.</p>

	<p><i>encargos sociais</i>”. No entanto, tais comprovantes não foram juntados aos autos. Ademais, o item 8.2.41 do contrato, adverte que a contratada deve “fornecer mensalmente ao fiscal do contrato cópia dos comprovantes de pagamento mediante transferência bancária juntamente com a fatura”. E ainda, segundo item o 8.2.42, a contratada é obrigada a “pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, via transferência bancária para a conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas”, o que não está sendo observado. Adverte que somente a empresa M N. de Castro – ME (CNPJ 04.517.645/0001-57) apresentou esses comprovantes relativos a três funcionários (fls. 2868/2885 do processo auditado). No entanto, somente enviaram documentos relativos ao mês de novembro/2014. Cabe ressaltar que</p>		
--	---	--	--

	segundo o item 9.15 do contrato, é obrigação da contratante “ <i>exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário</i> ”. E ainda, o item 10.3, adverte que “ <i>nenhum pagamento será efetuado a contratada na pendência de</i> ” (...) “ <i>10.3.3. Comprovação de pagamento dos salários, benefícios e encargos sociais do empregado por parte da contratada (...)</i> ”.		
002/2015		b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.	
002/2015	Processo 23244.001391/2013-45: de acordo com os contratos assinados entre as partes, na cláusula que especifica as obrigações da contratada, no item (8.2.38.) Em que a contratada é obrigada a “ <i>fornecer ao fiscal do contrato relações nominais de licenças, faltas, etc., se houver, bem como escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos</i> ”. No entanto, tal relação não foi juntada aos autos. Cabe ressaltar que segundo o item 9.15 do contrato, é obrigação da contratante	a) Que a relação das licenças, faltas, escala de férias, etc., dos empregados terceirizados sejam anexados ao processo;	A PROAD informou que será solicitado ao setor de contratos que envie documento exigindo que seja fornecido ao fiscal do contrato relação nominal de licenças, faltas, etc., quando houver.

	<i>“exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário”.</i>		
002/2015		b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.	
002/2015	<p>Processo 23244.001391/2013-45: de acordo com os contratos assinados entre as partes, na cláusula que especifica as obrigações da contratada, no item (8.2.54.), a contratada é obrigada a <i>“apresentar, mensalmente ou em outra periodicidade conforme o caso, em observância às disposições do inciso i, § 5º, do art. 34, da IN/SLTI/MP n.º 02/2008, as informações e/ou documentos listados abaixo: a) nota fiscal/fatura; b) comprovante de pagamento dos salários, referentes ao mês anterior, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheque e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores; c) comprovantes/guias de</i></p>	<p>a) Que seja anexada ao processo a documentação dos empregados terceirizados das empresas contratadas, como disposto no item 8.2.54 do contrato.</p>	<p>A PROAD informou que o processo auditado foi o originário e, que, nos processos de execução constam os dados citados.</p>

<p><i>recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados conforme dispõe o § 3º, do artigo 195, da constituição federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos; d) comprovante da entrega dos vales alimentação e transporte aos empregados alocados na execução dos serviços contratados (...); e) comprovante do pagamento do 13º salário (...); f) comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados (...)</i>". No entanto, tais documentos não foram juntados aos autos. Adverte que somente a empresa M N. de Castro – ME (CNPJ 04.517.645/0001-57) apresentou esses comprovantes relativos a três funcionários (fls. 2868/2885 do processo auditado). No entanto, somente enviaram documentos relativos ao mês de novembro/2014. Cabe ressaltar que segundo o item 9.15 do contrato, é obrigação da contratante “<i>exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do</i></p>		
--	--	--

	<i>pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário”.</i>		
002/2015		b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.	
002/2015	<p>Processo 23244.001391/2013-45: analisando os autos não há comprovação de que as faturas para pagamento foram enviadas ou juntadas no processo. De acordo com o item 9.2 dos contratos, que especifica as obrigações da contratante, esta deve “<i>efetuar o pagamento a contratada mediante apresentação das respectivas faturas (...)</i>”. Ademais, de acordo com o item 10.1, que trata do pagamento, o mesmo adverte que “<i>a contratada deve apresentar ao setor de pagamento ou a outro setor designado, a nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, para liquidação e pagamento da despesa pelo IFAC, no prazo de até 30 (trinta) dias do ateste do fiscal responsável</i>”. No entanto não foi constatada o envio ou a juntada das faturas mensais. Ressalta que, de acordo com o item 9.16, a contratante pode “<i>suspender o pagamento da nota fiscal sempre</i></p>	a) Que sejam anexadas ao processo as faturas/notas fiscais ausentes, a fim de comprovar regular pagamento às contratadas.	<p>A PROAD informou que as notas fiscais são apensadas ao processo de execução, que fica em um anexo separado dos demais.</p>

	<i>que houver obrigação contratual pendente por parte da contratada, até a completa regularização”.</i>		
002/2015		b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.	
002/2015	Não houve comprovação de vistoria nos locais onde os serviços estão sendo realizados, pelo fiscal do contrato, como adverte o item 9.17, em que obriga a contratante a <i>“proceder a vistoria nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio da fiscalização do contrato, cientificando o preposto da contratada e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas”.</i>	a) Que seja anexado documento comprovando que, constantemente, está sendo realizada vistoria nos locais onde os serviços estão sendo realizados, mesmo que não haja registro de ocorrências, a fim de verificar se os serviços estão de acordo com o contratado.	A PROAD informou que será encaminhado ao setor de contratos para que seja requerido aos fiscais que registrem e encaminhem qualquer tipo de ocorrência e sua respectiva solução, e que seja encaminhado para apensamento aos autos do processo.
002/2015		b) Sejam adotados mecanismos de controle a fim de possibilitar uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento do contrato.	
002/2015	Constata-se que as notas empenho: 2015ne800166; 2015ne800167; 2015ne800168; 2015ne800169; 2015ne800170; 2015ne800171; 2015ne800172; 2015ne800173; 2015ne800174; 2015ne800210; 2015ne800212; 2015ne800213; 2015ne800238; não possuem a assinatura do ordenador da despesa.	a) Que o setor responsável pela emissão de empenho adote mecanismos de controles internos a fim de que todos os empenhos emitidos no SIAFI, antes de serem anexados ao processo, sejam assinados pelo Gestor Financeiro, bem como, pelo Ordenador de Despesa do IFAC.	A PROAD informou que da relação encaminhada já foram assinados todos os empenhos (em anexo), com exceção do empenho 2015NE800212 das fls. 3225/3226 que foi anulado posteriormente.

002/2015	<p>Processo 23244.002587/2014-38: constatou-se às fls. 126/155 do processo auditado que o edital não possui assinatura da diretora de obras e infraestrutura e que, às fls. 1389/1393, alguns membros que participaram da licitação do RDC não assinaram a ata de realização. Ademais, constatou-se às fls. 1424 e fls. 1426 que as notas de empenho 2015ne800150 e 2015ne800152 não possuem as assinaturas tanto do ordenador da despesa, quanto do gestor financeiro.</p>	<p>a) Que sejam adotados mecanismos de controle a fim de que todos os documentos, em especial os atos essenciais para a realização do pregão, como o edital e o RDC, por exemplo, sejam assinados por seu responsável, antes de serem anexados ao processo.</p>	<p>A PROAD informou que já foram coletadas as assinaturas.</p>
002/2015	<p>Ao analisar o processo 23244.002587/2014-38, constatou-se: i) que o volume I possui 202 folhas; II) que no volume II esqueceram de contar a capa, iniciando a contagem com o número “203”; III) que o termo de abertura do volume V (fls. 808 do processo auditado), não foi assinado pelo servidor responsável. Ao analisar o processo 23244.000654/2014-80, constatou-se: I) ausência, em alguns versos de folhas, do carimbo “em branco”; II) juntada de uma folha (despacho RIFAC/IFAC n.º 302/2014 – autorização de emissão de nota de empenho no valor de R\$ 60.904,00), entre as fls. 130 e 131, mas sem a devida numeração; III)</p>	<p>a) Correção das falhas de autuação e numeração processual apontadas por esta auditoria, que foram constatadas nos processos auditados.</p>	<p>A PROAD informou que, quanto à falha de autuação indevida dos processos, foi realizada uma reunião com todos os servidores da PROAD e alertado para que se observe as orientações constantes na Portaria N.º 1.042, de 17 de agosto de 2012 que é o manual de gestão de documentos do Ministério da Educação, principalmente no tocante a carimbo de páginas, página em branco, visto e numeração de páginas. Também solicitamos ao GABIN que também se atente para isso.</p>

	<p>ausência da fl. 134; IV) volume I com 203 folhas; V) no volume III a capa não foi contada (iniciando-se a contagem na fl.407, numerando-a como fl.406). Ao analisar o processo 23244.002367/2014-12, constatou-se: I) no volume I a capa não foi contada (iniciando-se a contagem na segunda folha (memorando 141/2014 – DIRGE/EAD/IFAC) e a numerando com o número “01” e não “03” como era para ser), com isso fez com que o volume I do processo tivesse 202 folhas ao todo; II) que o termo de abertura de processo (primeira folha logo após a capa) não foi numerado. Ao analisar o processo 23244.001391/2013-45, constatou-se: I) volume I com 215 folhas; II) no volume II não contaram a capa, iniciando a numeração com “216”; III) no volume II constatou a existência de numerações repetidas nas fls. 315/324, ou seja, duas folhas 315, duas folhas 316, e assim por diante. Ao analisar o processo 23244.002196/2013-32, constatou-se: I) volume I com 207 folhas; II) no volume II, não contaram a capa, iniciando a contagem com o número 208; III) no volume III, não contaram a capa, iniciando a</p>		
--	--	--	--

	contagem com o número 404; IV) ausência da fl. 524; v) no volume IV, não contaram a capa, iniciando a contagem com o número 606; VI) folhas 663/689 rasuradas; tais constatações estão em desacordo com o disposto na portaria normativa SLTI/MPOG 05/2002, que dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo, no âmbito da administração pública federal, demonstrando fragilidade no controle dos documentos juntados ao processo, podendo ocorrer retirada ou substituição de documentos sem a devida autorização.		
002/2015		b) Adoção de mecanismos de controle interno que possibilitem maior controle nas autuações processuais, principalmente no que se refere à juntada e desentranhamento de folhas, peças e volumes, assim como, na quantidade máxima de folhas que deve conter um volume de processo, de acordo com a Portaria Normativa SLTI/MPOG 05/2002.	
002/2015		c) Adotar, quando necessário, a utilização dos seguintes termos: “Termo de juntada de documentos” e “Termo de Desentranhamento”; “Termo de Juntada por Apensação” e “Termo de Desapensação”; “Termo de Ressalva”; “Termo de Desmembramento”, bem como a colocação do	

		carimbo “EM BRANCO” nos versos das folhas.	
003/2015	Solicitação de diárias sem a existência de comprovação documental do motivo viagem (memorando, ofício, folder do evento, e-mail, projeto, etc.).	a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle com o objetivo de juntar aos Processos de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP) documentos que comprovem a realização do evento, tais como convites, programações, certificados ou folders, e-mail de convocação, etc. b) Quanto às viagens realizadas sem a devida prestação de contas e sem manifestação do setor/servidor, que sejam juntados documentos comprobatórios capazes de sanar a prestação de contas, ou havendo impossibilidade de fazê-lo, que seja juntada a devida justificativa. Em caso de negativa ou omissão do setor/servidor, que verifique a possibilidade de se apurar administrativamente, conforme o caso.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Diárias pagas após o início do deslocamento, contrariando o disposto no art. 5º do decreto 5.992/2006.	Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle com o objetivo de evitar o pagamento de diárias após o início do deslocamento dos servidores, em atenção ao art. 5º do Decreto 5.992/2006.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Concessão de diárias para viagens iniciadas em sextas-feiras, ou que incluam sábados, domingos e feriados, contrariando o disposto no art. 5º, § 2º do Decreto 5.992/2006.	Recomenda-se ao IFAC que, no caso de deslocamentos iniciados em sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, seja feita justificativa formal, de forma completa e clara, do motivo da viagem ter sido realizada em tais datas, e, no caso de atividades que são realizadas em finais de	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.

		semana, como aulas ou outras práticas associadas ao ensino, seja juntada documentação que comprove a realização destas atividades nos finais de semana, conforme art. 5º, § 2º, do Decreto 5.992/2006.	
003/2015	Solicitação de viagem não observou o prazo mínimo de 10 dias, contrariando o disposto no art. 1º, I e § 1º da portaria MPOG n.º 505/2009, ou foi juntada após o evento.	Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno que visem evitar o cadastramento de viagens com prazo inferior ao previsto na Portaria MPOG n.º 505/2009, sem que haja justificativa que comprove a inviabilidade do cumprimento de tal prazo.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Compra de passagem aérea sem comprovação da observância do critério do menor preço, contrariando o disposto no art. 1º, IV da portaria MPOG n.º 505/2009.	a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno que evitem a aquisição de passagens aéreas sem que tenha sido realizada cotação de preços, bem como assegure a juntada das cotações ao SCDP; b) Recomenda-se ao IFAC que, ao realizar a cotação de passagens aéreas, identifique nos documentos juntados ao SCDP como cotação a data em que a pesquisa de preços foi realizada.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Prestação de contas realizadas fora do prazo máximo de 05 dias, contrariando o disposto no art. 4º da portaria MPOG n.º 505/2009, no art. 7º do decreto 5.992/2006, e art. 59 da lei 8.112/1990.	a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno com objetivo de garantir a prestação de contas dentro do período de 05 (cinco) dias posteriores ao retorno da viagem; b) Recomenda-se ao IFAC adotar rotinas e mecanismos de controle interno a fim de evitar que os servidores que estão com prestação de contas pendente relativas a viagens anteriores possam realizar nova viagem, salvo nos casos	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.

		devidamente justificados e autorizados pela autoridade competente.	
003/2015	Não foi juntado ao sistema comprovante de participação no evento (nos casos de capacitação, treinamento e afins).	<p>a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno que evitem a aprovação de prestações de contas, no caso de capacitação, que não possuem o comprovante de participação do servidor (certificado ou comprovante de participação).</p> <p>b) Quanto às viagens realizadas sem a devida prestação de contas e sem manifestação do setor/servidor, que sejam juntados documentos comprobatórios capazes de sanar a prestação de contas, ou havendo impossibilidade de fazê-lo, que seja juntada a devida justificativa. Em caso de negativa ou omissão do setor/servidor, que verifique a possibilidade de se apurar administrativamente, conforme o caso.</p>	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>
003/2015	Viagem de proposto com prestação de contas pendente, contrariando o disposto no art. 4º, § único da portaria MPOG n.º 505/2009.	<p>a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno com objetivo de justificar de forma adequada os motivos para a autorização de viagem a servidores que possuem prestação de contas pendente, evitando a utilização de justificativas como “está sendo providenciada”, “prestação de contas em andamento”, “estará prestando contas”.</p> <p>b) Recomenda-se ao IFAC que autorize as viagens de servidores com prestação de contas pendente apenas quando houver justificativa fundamentada, ficando a discricionariedade a cargo da autoridade competente.</p>	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>

003/2015	Viagem aprovada/autorizada após o início do deslocamento, ou após já ter sido concluído.	<p>a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno com objetivo de evitar que a aprovação/autorização de viagem seja feita após o deslocamento já ter iniciado;</p> <p>b) Recomenda-se ao IFAC que avalie a possibilidade de editar uma regulamentação interna do uso do SCDP, a fim de estabelecer fluxos e rotinas de utilização do sistema, bem como, sanções em caso de desobediência dos normativos ou não prestação de contas por parte do servidor.</p>	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>
003/2015	Solicitação de diárias e/ou relatório de viagens preenchido ou juntado em data posterior ao da realização do deslocamento, ou não juntados ao sistema.	Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno com objetivo de evitar que a aprovação da viagem e da prestação de contas seja feita sem que todos os documentos necessários estejam juntados ao SCDP.	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>
003/2015	Documentação com preenchimento irregular, falta de preenchimento, ou informações contraditórias.	<p>a) Quanto as divergências nos percursos, datas e horários nas PCDPs apresentadas, que sejam juntados documentos capazes de comprovar que as referidas alterações foram autorizadas pela autoridade competente ou havendo impossibilidade de fazê-lo que seja juntada a devida justificativa.</p> <p>b) Verifique a possibilidade de apurar se houve alguma alteração de percurso, data ou horário que não foi autorizada pela autoridade competente, se houve pagamentos de gastos extras nessas alterações e se estes pagamentos foram efetuados pelo próprio servidor ou pela Administração.</p> <p>c) Recomenda-se ao IFAC adotar rotinas e</p>	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>

		mecanismos de controle interno a fim de evitar que as alterações no percurso, data e horário das viagens realizadas pelos servidores e sem autorização expressa da autoridade competente tenham gastos extras suportados pela administração.	
003/2015	Viagem cadastrada no SCDP após ter ocorrido ou iniciado o deslocamento.	Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno que garantam o lançamento de todas as viagens no SCDP antes de sua realização, a fim de garantir o efetivo gerenciamento das viagens no sistema, e favorecer a fiscalização pelos órgãos e entidades competentes.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Viagem com valores recebidos a mais, e que devem ser devolvidos ao erário.	a) Recomenda-se ao IFAC que adote os procedimentos necessários para a devolução dos valores recebidos a mais, em razão das situações apontadas nas PCDPs 000579/14, 000983/14-1C, 000580/14, 001306/14-1C, 001478/14, 001616/14, 001009/14 e 000059/14; b) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno para viabilizar a devolução de valores dentro dos prazos estabelecidos no art. 59 da Lei 8.112/90 e art. 7º do Decreto 5.992/06.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Assinatura inserida digitalmente nos documentos (como imagem).	a) Recomenda-se ao IFAC que adote os procedimentos necessários para apurar se houve negligência por parte de algum servidor, em razão do grande número de ocorrências dessa situação; b) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno para evitar a	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.

		inserção de assinaturas coladas ou escaneadas em documentos da instituição.	
003/2015	Proposto fez a solicitação de viagem para uma determinada data de retorno, porém retornou antes do previsto, sem fazer devolução das diárias recebidas a mais, conforme comprovação nos diários de bordo dos veículos.	a) Recomenda-se ao IFAC que adote os procedimentos necessários para a devolução dos valores recebidos a mais, em razão das situações apontadas nas PCDPs 000294/14, 000284/14, 000172/14, 000246/14 e 000057/14; b) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno para viabilizar a devolução de valores dentro dos prazos estabelecidos no art. 59 da Lei 8.112/90 e art. 7º do Decreto 5.992/06.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Viagem realizada com data de retorno após o término ou antes da realização do evento, sem justificativa.	Recomenda-se ao IFAC que justifique, de forma suficiente e adequada, os casos em que houver a necessidade de deslocamento com bastante antecedência, ou com retorno do evento tempo após o seu término.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Documento com a informação de assinado/aprovado digitalmente pelo chefe imediato/proponente.	Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno para evitar a juntada ao sistema de documentos que não contenham as assinaturas/autorizações da respectiva chefia imediata do servidor.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.
003/2015	Bilhete de passagem aérea emitido após o deslocamento.	Recomenda-se ao IFAC que adote mecanismo de controles internos que garantam a prática de todos os atos inerentes a aquisição de passagens aéreas antes da data do deslocamento do servidor, a fim de evitar a compra de passagens aéreas fora do sistema.	Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC. O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.

<p>003/2015</p>	<p>Falta de publicação dos atos de concessão de diárias no boletim de serviço, contrariando o disposto no art. 6º do decreto 5.992/2006.</p>	<p>a) Recomenda-se ao IFAC que adote rotinas e mecanismos de controle interno para assegurar que todos os atos de concessão de diárias sejam publicados no Boletim de Serviço do IFAC, a fim de garantir a publicidade destes atos, conforme previsto no art. 6º do Decreto 5.992/2006;</p> <p>b) Recomenda-se ao IFAC que providencie a publicação de todos os atos de concessão de diárias apontados acima, que não foram publicados no boletim de serviço da Instituição.</p>	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>
<p>003/2015</p>	<p>Viagens registradas no SCDP como realizadas com veículo oficial, e que não foram apresentados a esta AUDIN os diários de bordo correspondentes a tais deslocamentos.</p>	<p>a) Recomenda-se ao IFAC que adote mecanismos de controle interno que garantam a utilização do sistema SIGA-ADM em todas as unidades do IFAC, o que possibilita maior segurança e maior fiscalização da utilização dos veículos institucionais;</p> <p>b) Recomenda-se ao IFAC que providencie os diários de bordo dos deslocamentos referentes às PCDPs acima, para comprovar que os deslocamentos foram realizados;</p> <p>c) No caso de não haver os diários de bordo dos veículos correspondentes aos deslocamentos acima (comprovação dos deslocamentos), seja apurado se houve falha quanto ao gerenciamento da frota, ou se o deslocamento não foi realizado pelo servidor, que, neste caso, implica em devolução de diárias.</p>	<p>Informamos que foi dado um prazo de 120 dias (MEMO N.º 121/2015-AUDIN/IFAC) para que os setores providenciem as mudanças propostas pela AUDIN/IFAC.</p> <p>O prazo estende-se até abril de 2016, caso não necessite de prorrogação.</p>

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

A reposição ao erário é feita através da formalização de processo, dando direito de ampla defesa ao servidor. No exercício de 2015 não foram instaurados processos para apuração de casos de danos ao erário.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Desde o Exercício de 2014, a Administração Pública Federal vem sofrendo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, levando os órgãos a contrair despesas, através de empenho e liquidação, sem o devido lastro financeiro para fazer face aos compromissos de cada mês. A liberação de recursos financeiros está condicionada à performance de arrecadação, que não tem cumprido com o que está programado na Lei Orçamentária Anual, restando aos órgãos executores de ações do PPA e listar a prioridades de pagamento de acordo com a essencialidade dos serviços.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Para atendimento deste item, o IFAC tem se estruturado para atender à demanda, analisar e revisar as planilhas de cada contrato de construção, que são justamente as que as empresas que optaram pela desoneração da folha de pagamento são as desse ramo de atividade. Contudo, informamos que não há servidores devidamente capacitados para a realização destes cálculos, obrigando o IFAC a contratar uma empresa especializada para capacitá-los. Dessa forma, este Instituto revisará as planilhas dos contratos n.º 32/2013 (Construção do *Campus* Tarauacá), 09/2015 (Construção da quadra poliesportiva do *Campus* Rio Branco) e 11/2015 (Construção do *Campus* Cruzeiro do Sul).

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Para efetuar a distribuição de sua Publicidade Legal, os órgãos e entidades da Administração Federal, de acordo com o que dispõe no parágrafo 3º do Artigo 9º do Decreto 6.555, de 08 de setembro de 2008 e no Inciso VII do Artigo. 8º da Lei 11.652, de 07 de abril de 2008, devem fazê-la mediante a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A EBC não se limita a cumprir passivamente seu papel de agência de publicidade legal do governo. Essa Empresa, juntamente com a SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – negocia com os jornais e emissoras de rádio e TV do país apreciáveis descontos sobre suas tabelas de preços, válidos para todos os anunciantes do governo. Assim, mesmo nos casos em que um órgão do governo goza de um desconto ainda maior, excepcionalmente concedido por algum veículo de publicidade, esse desconto será mantido e aplicado pela EBC.

Os órgãos que publicam junto à EBC recebem orientação técnica para que os anúncios sejam publicados de modo a produzir o melhor resultado com o menor investimento possível. A EBC faz parte do Governo Federal e é seu dever zelar para que o dinheiro público seja aplicado com economia, de modo racional e rentável.

Sem custo adicional, a Gerência de Publicidade elabora a diagramação, a produção gráfica e a revisão de todos os anúncios, sejam eles pequenos classificados ou balanços de várias páginas, tal como sairão na mídia, retornando-as ao órgão para aprovação antes de serem encaminhadas para os veículos que vão publicá-las.

A EBC surgiu para suprir uma lacuna no sistema de radiodifusão com o objetivo de implantar e gerir os canais públicos, aqueles que, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais.

Atualmente as publicações em jornal são realizadas no Jornal O Rio Branco. Outro meio de publicidade é o site oficial da instituição: www.ifac.edu.br.



INSTITUTO FEDERAL
Acre

Reitoria

Rua Coronel José Galdino, 495, Bosque
Rio Branco/AC - CEP 69.900-640
Telefone: **(68) 2106-6834**
E-mail: reitoria@ifac.edu.br

Reitoria - Anexo

Rua Coronel Alexandrino, 301, Bosque
Rio Branco/AC - CEP 69.900-697
Telefone: **(68) 3302-0800**